

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História**

**Pérola Maria Goldfeder e Castro**

**MINAS DO SUL:  
Visão corográfica e política regional no século XIX**

**Mariana  
2012**

Pérola Maria Goldfeder e Castro

**MINAS DO SUL:**  
Visão corográfica e política regional no século XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por Pérola Maria Goldfeder e Castro. Área de concentração: Sociedade, Poder e Região.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade.

Mariana  
2012

**C355m Castro, Pérola Maria Goldfeder e.**

Minas do Sul [manuscrito] : visão corográfica e política regional no século XIX / Pérola Maria Goldfeder e Castro - 2012.

277f.: il. color.; tabs.; mapas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

1. Descrições e viagens - Corografia - Teses. 2. Política regional - Teses.
  3. Minas Gerais, Sul - Teses. 4. Brasil - História - Império, 1822-1889 - Teses.
- I. Universidade Federal de Ouro Preto. II. Título.

Catálogo: [sisbin@sisbin.ufop.br](mailto:sisbin@sisbin.ufop.br)



**Pérola Maria Goldfeder e Castro**

***Minas do Sul***  
**Visão corográfica e política regional no século XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade**  
Departamento de História, UFOP

**Profa. Dra. Claudia Maria das Graças Chaves**  
Departamento de História, UFOP

**Prof. Dr. Afonso de Alencastro Graça Filho**  
Departamento de História, UFSJ

A Nair dos Santos Sá, *in memoriam*.

## AGRADECIMENTOS

Assim como tudo o que vale a pena na vida, a escrita desta dissertação foi um grande desafio. Felizmente, pude contar com a ajuda prestimosa de algumas pessoas e instituições ligadas à Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, às quais gostaria de, sinceramente, agradecer:

Apresento um reconhecimento especial ao Professor Francisco Eduardo de Andrade, pela competência e seriedade na orientação da pesquisa, bem como pela leitura minuciosa de todas as versões deste trabalho, que não foram poucas.

Aos professores Cláudia Maria das Graças Chaves e Afonso de Alencastro Graça Filho, pelas sugestões e críticas que fizeram durante o exame de qualificação, contribuindo para o amadurecimento deste trabalho.

Aos professores Valdei Lopes de Araújo e Ronaldo Pereira de Jesus, pelas disciplinas ministradas durante o primeiro semestre de 2010. Agradecimento extensivo ao Professor Rafael de Bivar Marquese, do Departamento de História da USP, que, a convite da Professora Claudia Chaves, ministrou-nos um minicurso cujas sugestões de leitura que me foram muito úteis.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG, pela bolsa de mestrado e pelos auxílios financeiros para participações em eventos acadêmicos. À Coordenação e Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS, pelos auxílios administrativos.

Penso que um dos maiores ganhos desta experiência foi a oportunidade de pesquisar em arquivos e bibliotecas de diversas cidades. Por isso, agradeço aos funcionários das seguintes instituições: Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort – CEC/ML e Museu Regional do Sul de Minas – MRSM, nas pessoas de Nilber e Elza; Centro de Memória Cultural do Sul de Minas – CEMEC/SM, especialmente à amiga Raphaela; Arquivo Público Mineiro – APM; Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP; Biblioteca Nacional – BN; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB; Instituto Cultural Amílcar Martins – ICAM; Coleção Mineiriana da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa; Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas de Ouro Preto e Biblioteca Florestan Fernandes – FFLCH/USP. Também agradeço à amiga Márcia Lemes Pereira, pela generosidade em me emprestar parte de seu precioso acervo familiar.

Resultados parciais de pesquisa foram apresentados em reuniões e eventos

dos grupos de pesquisa *Impérios e Lugares do Brasil* – ILB e *Justiça Administração e Luta Social* – JALS, ambos vinculados ao PPGHIS-UFOP. Agradeço a seus membros e coordenadores pelas sugestões e críticas que recebi durante nossos encontros. Nesse ensejo, demonstro especial agradecimento a Alexandre Macchione Saes e Marcos Lobato Martins, extensivo a todos os amigos participantes do Simpósio Temático *História do Sul de Minas*, pelo profícuo debate que, este ano, além de ter resultado em livro, teve sua segunda versão no XVIII Simpósio Regional de História da ANPUH – MG.

Este trabalho também deve muito à gentileza de pessoas cuja interlocução foi precioso estímulo às minhas indagações. Sob pena de incorrer em algum esquecimento, agradeço: à amiga Edna Mara, por sua generosidade; aos amigos Marcos Ferreira de Andrade, Almir Ferreira Lopes, Claus Rodarte, Francislei Silva, Marcel Pereira da Silva, Renato Dias, Eduardo Wright, Patrícia Vargas, Paula Teixeira e Leonara Lacerda, pelas valiosas sugestões; e aos professores da PUC Minas, especialmente a Virgínia Valadares, Beth Parreiras e Edison Gomes pelo voto de confiança em nome dos bons tempos de convivência e aprendizado.

Esta dissertação não teria se concretizado sem o profissionalismo de Renata Josely da Silva e Rene Lisboa, “equipe” de confiança que normatiza meus textos desde a época da graduação. A eles, portanto, meu reconhecimento.

Por fim, faço um tributo aos amigos e familiares que, por sua presença motivadora, tornaram esse trabalho mais prazeroso: “thanks” às amigas Juliana e Elaine, que souberam entender meu alheamento durante esses anos; às religiosas e pensionistas do Centro Maria Imaculada, em especial à amiga Priscilla Kéren, por dividir comigo suas “angústias acadêmicas”; e às amigas da República Intocáveis, que sempre me receberam com generosidade em Mariana.

A Patrícia, Maria do Rosário e Margarida, mães que, com seu amor incondicional, propiciaram-me condições para ir em busca de meus sonhos. A meu pai, Eduardo, e meu padrinho, José Jorge, pelos detalhes que, neste momento, fizeram a diferença. Aos queridos amigos Cecília e Stener, por serem pessoas tão delicadas e espontaneamente carinhosas. Agradecimento especial merece Tia Iza: com seu incomensurável amor e interlocução instigante, esteve sempre disposta a me ouvir, sua especialidade.

Ao Serginho, companheiro de gostos e desafios, digo apenas: venceu o nosso querer bem!

*O espaço humano em geral (e não apenas o espaço urbano) sempre foi significante. A geografia científica e, sobretudo, a cartografia moderna podem ser consideradas como uma espécie de obliteração, de censura que a objetividade impôs à significação (objetividade que é uma forma, como qualquer outra, do imaginário).*

Roland Barthes  
(*A aventura semiológica*)



## RESUMO

No Brasil, o processo de independência política, ocorrido na primeira metade do século XIX, expandiu a noção de espaço entre as elites provinciais, alterando nelas a maneira de ver o mundo e de nele se posicionarem politicamente. Nesse sentido, o propósito mais amplo dessa dissertação é compreender o fenômeno do regionalismo sul-mineiro por meio da consideração de questões relativas a visão corográfica, identidades regionais, projetos políticos e representações espaciais. Primeiramente, analisamos o processo de construção do Estado nacional brasileiro sob a perspectiva de conservação de seu maior atributo: a unidade. Para isso, tratamos dos fundamentos da visão corográfica a partir da análise de obras fundamentais para a representação do território nacional. Ademais, presumimos que as corografias do século XIX desenvolveram-se de acordo com um paradigma de representação compósito: a *erudição*, representada pelas pesquisas arquivísticas e bibliográficas, e a *empíria*, resultado de viagens, expedições científicas, além de técnicas de reconhecimento e gestão do espaço. Em seguida, partimos da premissa da totalidade de Minas como desafio corográfico-administrativo para observarmos como os políticos e intelectuais do Oitocentos lidaram com a representação de três características básicas do território mineiro: *extensão*, *centralidade* e *diversidade*. Enquanto, no plano corográfico, o enfoque municipal mostrava-se uma alternativa para o problema, no plano parlamentar, eram discutidos projetos de divisão da província mineira e provincialização de sua região sul. Por fim, contemplamos a imagem de *Minas do Sul* pelo prisma da elite política e intelectual campanhense, analisando periódicos cujos programas se pautavam pelos projetos de criação dessa nova província. Nossa hipótese é a de que essa idéia originou-se de uma tradição geopolítica da municipalidade campanhense, tradição essa que balizou as relações de Campanha com outras cidades do sul de Minas, determinando, em nível regional, o apoio ou a oposição ao projeto de criação da província de *Minas do Sul*.

**Palavras-chave:** Visão corográfica. Política regional. Sul de Minas. *Minas do Sul*. Brasil Império.

## ABSTRACT

In Brazil, the political independency process that occurred in the first part of the 19<sup>th</sup> Century expanded the spatial notion between de provincial elites, changing the view of the world and their position about politics. In this opportunity, this essay's biggest purpose is to understand the phenomenon of regionalism in the South of Minas Gerais, considering in that questions about the chorographic vision, regional identities, political projects and spatial representations. First, we analyzed the building process of a Brazilian State under the perspective of their biggest attribute conservation: the unity. For that, we treated the fundamentals of chorographic vision analyzing the most important works of representing the national territory. Moreover, we presume that the 19<sup>th</sup> Century chorographies were developed according the composite of representation paradigm: the *erudition*, represented by the archival researches and the *empirics*, resulted from travels, scientific expeditions, beyond recognizing techniques and the spatial management. Then we set from the premise of the totality of Minas as a chorographic-administrative challenge to observe how the politics and the intellectuals from the Eighteenth are dealt with the three basic characteristics of de Minas territory: *extension*, *centrality* and *diversity*. While, in the chorographic plan, the municipal focus showed itself as an alternative to the problem, in the parliamentary plan were discussed projects of the Minas province division, and the south provincializing. Lastly, we contemplated the image of *Minas do Sul* through the prism of the political and intellectual elite from Campanha, analyzing journals whose programs were guided by this new province's creation projects. Our hypothesis is that this idea had origin from a geopolitical tradition from de Campanha's municipality, that given base the Campanha's relationship with other cities in the South of Minas Gerais, determining, in regional level, the supporting or the opposition in creating the *Minas do Sul* province.

**Key words:** Chorographic vision. Regional politics. South of Minas Gerais. *Minas do Sul*. Brazilian Empire.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| FIGURA 1: Carta Chorographica da Provincia de Minas Geraes, 1855.....  | 90  |
| FIGURA 2: Carta da Provincia de Minas Geraes, 1862.....  | 91  |
| FIGURA 3: Provincia de Minas Geraes segundo o projecto de nova divisão<br>do Império pelo Deputado Cruz Machado, 1873..... | 92  |
| FIGURA 4: Mappa de toda a extenção da Campanha da Princeza, 1800. ....   | 163 |
| FIGURA 5: Mappa do Termo da Villa da Campanha da Princeza, s/d.....  | 164 |
| FIGURA 6: Mapa da Villa da Campanha da Princeza e Termos Anexos,<br>1823. ....   | 165 |
| FIGURA 7: Vista da Cidade da Campanha, 1885.....   | 166 |

### LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| TABELA 1 – Representatividade parlamentar no Império ..... | 148 |
|--|-----|

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ACGD:** Anais da Câmara Geral dos Deputados

**ACMC:** Atas da Câmara Municipal de Campanha

**AHU:** Arquivo Histórico Ultramarino

**ALPMG:** Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais

**APESP:** Arquivo Público do Estado de São Paulo

**APM:** Arquivo Público Mineiro

**APMLP:** Acervo Particular de Márcia Lemes Pereira

**ASSPROV:** Assembleia Provincial de São Paulo

**BFF:** Biblioteca Florestan Fernandes – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

**BN:** Biblioteca Nacional

**CEC – ML:** Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort

**CEMEC – SM:** Centro de Memória Cultural do Sul de Minas

**MRSM:** Museu Regional do Sul de Minas

**PP:** Presidência da Província

**RAPM:** Revista do Arquivo Público Mineiro

**RIHGB:** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

# SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO: REGIÃO, REPRESENTAÇÃO E GÊNERO<br/>COROGRÁFICO .....</b>  | <b>12</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 – EM NOME DA UNIDADE: A CONSTRUÇÃO<br/>DA VISÃO COROGRÁFICA SOBRE A FAMÍLIA<br/>PROVINCIAL DO IMPÉRIO.....</b> | <b>32</b>  |
| 1.1 Fundamentos da corografia no Brasil e em Minas Gerais .....  | 44         |
| 1.1.1 <i>Manuel Aires de Casal, mestre erudito</i> .....   | 45         |
| 1.1.2 <i>Raimundo José da Cunha Matos, relato da experiência</i> .....   | 53         |
| 1.2 Corografia e política imperial .....   | 68         |
| 1.2.1 <i>A diversidade em verbetes</i> .....   | 69         |
| 1.2.2 <i>Compêndios escolares e a lapidação da nacionalidade</i> .....   | 73         |
| 1.2.3 <i>Joaquim Manoel de Macedo, uma imagem de Brasil para se<br/>mostrar ao mundo</i> .....                               | 79         |
| <b>CAPÍTULO 2 – CORAÇÃO DE OURO, COLOSSO DE BARRO:<br/>TERRITORIALIDADES DE MINAS GERAIS .....</b>                           | <b>93</b>  |
| 2.1 A totalidade como desafio .....  | 100        |
| 2.1.1 <i>Olhar panorâmico, invenção de uma tradição</i> .....  | 101        |
| 2.1.2 <i>O enfoque municipal, uma alternativa?</i> .....   | 115        |
| 2.2 Minas nas críticas ao sistema de divisão geral do Império .....  | 125        |
| 2.2.1 <i>Dividir para integrar</i> .....   | 127        |
| 2.2.2 <i>A falange mineira que mete medo</i> .....   | 135        |
| 2.2.3 <i>Minas do Sul em questão</i> .....   | 146        |
| <b>CAPÍTULO 3 – A REGIÃO IMAGINADA: MINAS DO SUL<br/>PELO PRISMA DE CAMPANHA DA PRINCESA .....</b>                           | <b>166</b> |
| 3.1 Campanha da Princesa, prestígio e contradição.....   | 178        |
| 3.1.1 <i>Em busca do prestígio perdido</i> .....   | 182        |
| 3.1.2 <i>Projetos políticos e identidades regionais</i> .....  | 193        |
| 3.2 Os Veiga, imprensa em prol de Minas do Sul .....   | 207        |
| 3.2.1 <i>De pai para filho, o amor pela pátria</i> .....   | 208        |
| 3.2.2 <i>“A sorte está lançada”</i> .....  | 216        |
| 3.2.3 <i>O Almanach Sul-Mineiro, descobrir o sul de Minas para<br/>inventar Minas do Sul</i> .....                           | 224        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>241</b> |
| <b>FONTES DOCUMENTAIS.....</b>   | <b>247</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>254</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>270</b> |

## INTRODUÇÃO:

### REGIÃO, REPRESENTAÇÃO E GÊNERO COROGRÁFICO

As Minas oitocentistas constituíram-se, por muito tempo, em uma “pedra no meio do caminho” da historiografia mineira: seus aspectos políticos, sociais e econômicos, ordenados pelo mesmo “compasso uniformizador” que regia outras províncias do Império, situavam-se inconvenientemente entre duas conjunturas históricas bastante caras à memória e ao imaginário dos mineiros, quais sejam o período aurífero do século XVIII e a “Política do Café Com Leite” das primeiras décadas da República.<sup>1</sup> Em oposição a essa perspectiva, Francisco Iglesias foi um dos primeiros a afirmar: “Já é tempo de incorporar a Província à História”<sup>2</sup>.

Para contornar o problema declarado, alguns historiadores elaboraram o que se convencionou chamar “mito da decadência”,<sup>3</sup> paradigma interpretativo que se perpetuou na historiografia mineira até meados do século XX.

Encontramos as origens desse conceito na própria conjuntura histórica que ele pretende elucidar: na segunda metade do século XIX, era comum periódicos favoráveis à divisão do território mineiro sugerirem que algumas regiões de Minas estavam em franco processo de “decadência material e moral”,<sup>4</sup> como se dizia naquela época. Neste trabalho, não se trata de questionar a legitimidade das impressões de políticos e intelectuais do Oitocentos, que poderiam, mesmo, sentir nostalgia em relação ao passado dourado de seus pais e avós, mas sim de relativizar a dimensão de seus discursos, levando em conta os interesses políticos neles embutidos.

Mito ou fato, a explicação da conjuntura oitocentista por meio dessa chave interpretativa, a decadência, constituía-se num problema historiográfico de difícil

---

<sup>1</sup> ARRUDA, 1999, p. 198.

<sup>2</sup> IGLÉSIAS, 1958, p. 15.

<sup>3</sup> De acordo com Afonso de Alencastro Graça Filho, a tese da “decadência mineira” no Oitocentos tem raízes antigas na historiografia brasileira. Sua versão mais conhecida argumenta que a rápida regressão das grandes empresas escravistas a uma simples economia de subsistência teria levado ao atrofiamiento dos núcleos urbanos e à dispersão populacional. Contrariamente a tal interpretação, o autor sugere outra perspectiva de análise da situação econômica de Minas oitocentista: “O termo decadência se presta a interpretações equivocadas. O uso banalizado e as conotações subjetivas ou catastróficas ligadas ao conceito nos fazem dar preferência à idéia de crise, de uma continuidade atravessada por declínios, mudanças e transformações”. GRAÇA FILHO, 2002, p. 43.

<sup>4</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 20/05/1877.

solução. O declínio da atividade mineradora, a partir das últimas décadas do século XVIII, era fato irrefutável, porém havia dúvidas quanto à extensão desse processo para as diversas regiões de Minas. Como afirma Maria Yedda Linhares:

A decadência está aí presente sem dúvida. É óbvio que houve esgotamento dos veios. Terá sido ela tão súbita e inexorável como nos afirmam os economistas? Ou terá sido matizada e diferenciada pelos “bons e maus frutos” cujas sementes a economia mineradora plantou? Em outras palavras, a decadência teria sido tão inexorável e definitiva no Sul de Minas como no nordeste da Capitania? Como podemos sabê-lo, enquanto nos faltarem pesquisas básicas pormenorizadas?<sup>5</sup>

Essa problematização deu o tom aos estudos historiográficos desenvolvidos a partir da década 1980. Enlevados pela perspectiva de renovação, todos eles tinham em comum o seguinte objetivo: refutar as proposições de que o declínio da mineração desarticulou a sociedade mineira, minando suas relações comerciais e empobrecendo seu processo de constituição histórica. Para isso, era necessário considerar os diversos matizes regionais de que se compunha o território mineiro.

Nessa perspectiva, surge um dos primeiros trabalhos de história regional relativos ao sul de Minas: em *As tropas da moderação* (1979), Alcir Lenharo analisa a formação socioeconômica dessa região a partir da vinda da Família Real para o Brasil, em 1808. Sua tese é a de que esse episódio teria contribuído para a dinamização da economia mineira, sendo que o sul de Minas se converteu em verdadeiro celeiro de abastecimento da Corte.<sup>6</sup> O autor propõe, inclusive, que os episódios do Movimento Liberal de 1842 teriam marcado o surgimento de uma elite política composta por proprietários e comerciantes oriundos dos principais pólos urbanos da região, com expressiva atuação no cenário político imperial.<sup>7</sup>

Na senda aberta por esse estudo, a historiografia atual busca aprofundar o conhecimento acerca dos aspectos sociais, demográficos e econômicos que contribuíram para que o sul de Minas despontasse como uma das principais regiões produtoras de gêneros agropecuários na primeira metade do século XIX.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> LINHARES, 1979, p. 162.

<sup>6</sup> LENHARO, 1979, p. 21.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>8</sup> Cf. CHAVES, 1999; PASCOAL, 2000; GRAÇA FILHO, 2002.

Também fazem parte desse campo de investigações estudos acerca da ingerência política da elite sul mineira no processo de construção do Estado nacional.<sup>9</sup>

Nesse sentido, o mais recente esforço consistiu nos debates ocorridos ao longo de quatro dias no Simpósio Temático “História do Sul de Minas: sociedade, economia e política”, do Encontro Regional de História – ANPUH/MG, na cidade de Uberlândia, em 2010. Deles resultou o livro *Sul de Minas em transição* (2012), coletânea de artigos reunidos sob a organização de Alexandre Macchione Saes e Marcos Lobato Martins. Animou-os, nessa publicação, a seguinte perspectiva:

As características da região sul-mineira não podem ser consideradas apenas como resultado direto das influências externas motivadas pelas economias tanto do Rio de Janeiro como de São Paulo, mas também como suscetíveis aos elementos internos de sua sociedade que engendraram uma conformação socioeconômica e cultural peculiar.<sup>10</sup>

Partindo do pressuposto de que “as unidades regionais não se distinguem tanto por suas características naturais, mas por serem espaços socialmente construídos a partir da materialização das relações sociais”.<sup>11</sup>, os autores envolvidos no projeto do livro buscam, em seus artigos, resolver a seguinte questão: o que é sul de Minas?

Uma opção metodológica que se coloca para esse problema é, segundo os organizadores desse livro, a regionalização da região sul-mineira. Segundo Alexandre Mendes Cunha, Rodrigo Ferreira Simões e João Antonio de Paula, pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR/UFMG, “regionalizar é partir o território, segundo algum critério a-priorístico funcional, usando informações relevantes”.<sup>12</sup>

Resultado dessa metodologia, o modelo sistematizado por Marcelo Godoy e Clotilde Paiva, o qual foi adotado por Saes e Martins na organização do livro mencionado, consiste na divisão do território mineiro com base em dados coletados de listas nominativas, relações de estabelecimentos comerciais e relatos de viajantes que percorreram a província de Minas no século XIX.<sup>13</sup> Para formar um quadro de dezoito regiões de mineiras, esses autores tiveram de localizar

---

<sup>9</sup> Cf. ANDRADE, 2005; ARAÚJO, 2008; SILVA, 2009.

<sup>10</sup> SAES; MARTINS, 2012, p. 8.

<sup>11</sup> MARTINS, 2008, p. 5.

<sup>12</sup> CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005, p. 20.

<sup>13</sup> PAIVA, 1996; GODOY, 1996.



geograficamente os dados, de maneira a definir e caracterizar as diferentes unidades regionais.

O sul de Minas que emerge desse quadro é uma região marcada por clivagens econômicas e dinâmicas comerciais diversificadas, tal como vemos no artigo que introduz o livro *Sul de Minas em transição*:

Enquanto o café alcançava com maior rapidez as áreas da Serra da Mantiqueira, o “planalto” sul-mineiro ainda preservava sua produção bastante diversificada, com mercado apego ao gado, milho, fumo entre outros produtos. Ao mesmo tempo em que as áreas da Mantiqueira e seus contrafortes (como, por exemplo, Itajubá, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Guaxupé e até Passos), pertencentes à faixa de fronteira com São Paulo, vinculam-se à dinâmica econômica paulistana e ao fluxo comercial com o Porto de Santos, as áreas do planalto sul-mineiro (como, por exemplo, Alfenas, Varginha, Três Corações e Campanha) conservaram até meados do século 20 relações mais estreitas com o Rio de Janeiro.<sup>14</sup>

Embora seja coerente com os estudos em história regional, que buscam uma caracterização da região sul-mineira pelo viés socioeconômico, a metodologia de regionalização proposta por Godoy e Paiva não contempla nosso objeto de pesquisa, qual seja os projetos de criação da província de *Minas do Sul*, visto que ele é, essencialmente, cultural e político. Ademais, não estamos preocupados em estabelecer os contornos da região sul-mineira como uma realidade empiricamente acessível, mas, sim, em observar como os políticos e intelectuais do Oitocentos viam e representavam essa região, almejando inseri-la no arranjo institucional do Império. Nesse sentido, nos questionamos: qual seria nossa contribuição para o debate sobre a constituição histórica do sul de Minas?

Sabemos que a pesquisa histórica não incide sobre o espaço *per se*, mas sobre a história das apropriações, transformações e representações que as sociedades fazem dele ao longo dos séculos. Sendo assim, pensar o sul de Minas como projeto político e construção identitária implica considerar a *região* sob a ótica de uma tríade de dimensões complementares: “espaço concebido” (elaborado por cientistas e autoridades governamentais); “espaço percebido” (resultado dos percursos e deslocamentos cotidianos) e “espaço vivido” (imagens

---

<sup>14</sup> SAES; COSENTINO; GAMBI, In: SAES; MARTINS, 2012, p. 17.

e símbolos espaciais veiculados pelos habitantes, mas também por artistas, viajantes, entre outros).<sup>15</sup>

Implica também um diálogo constante com a Geografia Cultural, especialidade cujos eixos básicos são, primeiramente, a consideração das sensações e percepções do homem em relação ao espaço; em seguida, o estudo da cultura sob a ótica da representação e, finalmente, o enfoque na construção de identidades através da evidência no papel do indivíduo e nas dimensões simbólicas da vida coletiva.<sup>16</sup>

Como categoria de análise, *região* é uma unidade que compreende diversas características, podendo ser utilizada para designar diversos níveis dentro de uma taxonomia. Sendo assim, uma região pode designar tanto uma fração do Estado nacional como um agrupamento de municípios que tenham em comum características econômicas, culturais e/ou geográficas. A definição desse termo, portanto, não é alvo de consenso: varia de acordo com a perspectiva teórica adotada para analisar determinado fenômeno espacial.<sup>17</sup>

Representante da perspectiva culturalista, Yi-Fu Tuan, geógrafo chinês radicado nos Estados Unidos da América, analisa os fenômenos de representação do espaço com base em variáveis psicológicas e culturais. Ao interpretar o espaço como fato social, esse autor atribui valor explicativo aos sentimentos, fazendo da apropriação simbólica da região critério definidor de suas investigações.

Para Tuan, as percepções, atitudes e os valores do homem em relação ao espaço, bem como as visões de mundo que esse homem formula ao longo da vida, são balizados por “elos afetivos”, os quais o autor denomina *topofilia*. Segundo ele:

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente de intensidade, sutileza e modo de expressão.<sup>18</sup>

Embora não concordemos com as essencializações que esse autor faz dos fenômenos sociais, como quando ele diz que “a afeição pela pátria é uma emoção

---

<sup>15</sup> LEFEBVRE *apud* FONSECA, 2011, p. 74.

<sup>16</sup> CLAVAL, In: CASTRO, GOMES, CORRÊA, 2006, p. 92.

<sup>17</sup> GEBARA, 1987, p. 14.

<sup>18</sup> TUAN, 1980, p. 5.

humana comum”,<sup>19</sup> cremos que suas considerações sejam úteis para pensarmos como os políticos e intelectuais oitocentistas percebiam suas localidades de nascença, refletindo os interesses dos grupos por eles representados. “Topofilia” é, nesse sentido, sinônimo de “amor pela pátria”, “bairrismo” e “nostalgia”, sentimentos que, no século XIX, designavam diferentes tipos de afeição pelo lugar de origem.

Em *Região, espaço vivido* (1980), o geógrafo francês Armand Frémont propõe, por sua vez, uma “redescoberta” do objeto regional a partir de reflexões sobre a terceira dimensão da tríade que vimos anteriormente. Segundo Frémont:

Do homem à região e da região ao homem, as transparências da racionalidade são perturbadas pelas inércias dos hábitos, as pulsões da afectividade, os condicionamentos da cultura, os fantasmas do inconsciente. O “espaço vivido”, em toda a sua espessura e complexidade, aparece como o revelador das realidades regionais; estas têm certamente componentes administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos. A região não é pois um objecto com realidade em si...<sup>20</sup>

“Se existe” – o autor segue seu raciocínio – a região “é um reflexo”, espaço que pode ser visto, apreendido, sentido e modelado pelos homens. Sendo assim, “Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens”.

Com relação à dimensão regional, Frémont apresenta uma medida que pode ser considerada consensual: “Duma maneira geral, a região apresenta-se como um espaço médio, menos extenso que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto que o espaço social de um grupo e, *a fortiori*, de um lugar”.<sup>21</sup> Isso, contudo, não significa que haja correspondência direta entre região natural e percepção humana do espaço, pelo contrário:

A região existe, por consequência. Mas não obedece aos esquemas racionais de uma ciência transparente. É certo que a paisagem objectiva impõe a sua unidade, ao mesmo tempo que a sua grandeza. Mas os homens vivem-na à sua maneira, assimilando-a à sua própria organização...<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> *Idem*, 1985, p. 175.

<sup>20</sup> FRÉMONT, 1980, p. 17.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 173.

No juízo desse autor, a região é, portanto, uma construção derivada das escolhas humanas sobre o espaço, estrutura que integra, de forma coerente, lugares vividos e espaços sociais.

Em outra abordagem que não a definida pelos aportes da Geografia Cultural, Marcel Roncayolo analisa o significado do conceito de região nas ciências humanas, especialmente na História. Na opinião desse autor:

As construções regionais não são talvez mais do que o resultado das iniciativas, mais ou menos audaciosas, de elites burguesas, capazes de rivalizar no controlo do território, mais ou menos capazes, também, de resistir à atracção da capital nacional e portanto às forças de centralização.<sup>23</sup>

Guardadas as singularidades do processo de institucionalização do Estado nacional brasileiro, no qual os interesses das elites políticas regionais foram conjugados com as pretensões centralizadoras do governo imperial,<sup>24</sup> a hipótese de Roncayolo nos é interessante, pois revela a conotação elitista<sup>25</sup> dos regionalismos. Com efeito, uma das proposições desenvolvidas nesse estudo é a de que o projeto de criação da província sul-mineira foi, na verdade, uma tentativa da elite política e intelectual campanhense<sup>26</sup> de recuperar seu prestígio político na região, condição essa perdida com as dilapidações que a cidade de Campanha sofreu em seu patrimônio territorial, a partir da década de 1840.

Sobre o fenômeno do regionalismo nos estados nacionais, o autor atribui ao imperativo de ordenamento racional do espaço o fato de a região ter se tornado alvo de constantes investigações científicas e ações públicas. E lança um desafio aos historiadores, o de questionar as explicações míticas sobre origens regionais:

---

<sup>23</sup> RONCAYOLO, 1986, p. 117.

<sup>24</sup> DOLHNIKOFF, 2005, p. 11.

<sup>25</sup> Segundo o sociólogo Giovanni Busino, citado por Flávio Heinz em coletânea de exercícios prosopográficos, o termo *elite* qualifica “todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”. BUSINO *apud* HEINZ, 2006, p. 7. Na historiografia mineira, diversos historiadores vêm se dedicando a estudos sobre elites, como Wlamir Silva, para quem “a elite política mineira constituiu-se de proprietários, ou de indivíduos com eles identificados, que se destacaram pela sua capacidade intelectual e organizativa”. SILVA, 2005, p. 87.

<sup>26</sup> Em *Campanha da Princesa* (1937), Alfredo Valladão nos fornece indícios sobre a composição desse grupo social: segundo ele, nas primeiras décadas do século XIX, alguns nomes novos foram integrados aos antigos troncos familiares da sociedade campanhense. São elas: os Vilhenas; os Veigas; os Brandões; os Lobos e os Valladões. Certamente, a elite política e intelectual campanhense extrapolava o âmbito dessas famílias, porém não nos foi possível, nesse momento, estabelecer seus limites precisos. VALLADÃO, 1937, v.2, p. 111 – 150.

A reivindicação regional é sem dúvida uma das tendências sociais que pesaram mais fortemente na reconstituição do questionário posto à história. Novo elemento de clarificação, ou novos mitos, por vezes deformações aberrantes, todas as interpretações emergem do escrúpulo do historiador de desafiar a mitologia não crítica.<sup>27</sup>

Roncayolo, por fim, recomenda-nos prudência ao analisar os fenômenos regionais sob a perspectiva da naturalização. Segundo ele, melhor seria considerar que “a região não é mais do que uma noção histórica modelada pelas situações, os debates, os conflitos que caracterizam um período e um lugar”.<sup>28</sup>

Alguns historiadores aventuraram-se em definir teoricamente o conceito de região, na busca por interfaces metodológicas entre ele e a História Política.<sup>29</sup> Claudia Maria Ribeiro Viscardi, por exemplo, entende esse conceito como um constructo abstrato, elaborado por atores coletivos que mudam de perspectiva em função das circunstâncias e dos interesses políticos em jogo.<sup>30</sup>

A autora também identifica duas correntes de entendimento acerca da definição do espaço regional: a primeira define a região a partir do objeto e não do sujeito do conhecimento. Para os historiadores adeptos dessa visão, o que delimita as fronteiras regionais é o modo de produção vigente em uma determinada época.

Na segunda corrente, por sua vez, a delimitação regional surge das análises produzidas pelo sujeito do conhecimento. Os autores que partilham dessa perspectiva acreditam que a região seja uma construção do sujeito histórico, elaborada a partir de padrões próprios, porém, fundamentados em uma realidade espacial preexistente.<sup>31</sup> Essa idéia define a maioria das metodologias de História Política que optam pelo enfoque regional, inclusive o nosso estudo.<sup>32</sup>

Viscardi finaliza suas considerações, sugerindo como os critérios de delimitação regional devem ser estabelecidos em uma pesquisa histórica,

---

<sup>27</sup> RONCAYOLO, *op. cit.*, p. 186.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>29</sup> Cf. CARDOSO, 1982; SILVA, 1990; AMADO, 1995; VISCARDI, 1997; CARDOSO, 1998; RECKZIEGEL, 1999; SILVA, 2005; BARROS, 2006; MARTINS, 2008; GRAÇA FILHO, 2009.

<sup>30</sup> VISCARDI, 1997, p. 95.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>32</sup> Essa pesquisa encontra-se referenciada nas propostas da Nova História Política, corrente historiográfica cujas temáticas abrangem as múltiplas dimensões da esfera do poder, além dos nexos entre política, cultura, processos de territorialização e representação espacial. Sua metodologia caracteriza-se pela diversidade de perspectivas teóricas e de procedimentos de pesquisa, bem como pela heterogeneidade das fontes documentais. SIRINELLI, 1998, p. 121.

...se apropriar de uma região simbolicamente construída no período estudado, capaz de responder aos seus questionamentos, levando-se em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo, entre eles, o que melhor se adequa aos seus objetivos de pesquisa.<sup>33</sup>

Diferentemente da metodologia de regionalização proposta por Godoy e Paiva, a proposta de Viscardi é mais adequada ao nosso objeto de estudo, pois resgata determinada representação regional construída no passado. Assim, os interesses políticos que subjazem na representação do espaço regional sul-mineiro são os critérios de regionalização que escolhemos para responder aos questionamentos sobre os projetos de criação de *Minas do Sul*.

Dessa revisão bibliográfica, podemos inferir que o espaço regional é multiforme e apresenta dimensões e significados específicos quando visualizado pelo viés político-cultural. É nesse sentido que estimamos contribuir com o estatuto dos estudos sobre o sul de Minas, analisando representações e projetos políticos dessa região que, antes de ser “redescoberta” pelos historiadores, na atualidade, foi imaginada por seus próprios habitantes, no século XIX.

Outra categoria de análise importante para nosso estudo é *representação*, compreendida como um conjunto de conteúdos apreendidos pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelos pensamentos, a qual tem capacidade de conformar ações, comportamentos e perspectivas políticas. Toda a representação do território é, portanto, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao espaço.<sup>34</sup>

Sandra Jatahy Pesavento define *representação* como um processo de abstração, tradução mental de uma realidade exterior percebida através da empiria e dos sentimentos. Segundo essa autora, as representações mentais envolvem atos de apreciação e reconhecimento da realidade, constituindo um campo de experiências onde os sujeitos históricos investem seus projetos políticos e interesses culturais.<sup>35</sup>

Por serem construções sociais, as representações fornecem aos homens subsídios interpretativos para a legitimação de valores e instituição de ordens normativas. Complementando essa definição, Paul Claval afirma que todos os

---

<sup>33</sup> VISCARDI, 1997, p. 97.

<sup>34</sup> CHARTIER, 1991, p. 182.

<sup>35</sup> PESAVENTO, 1995, p. 15.

tipos de representações espaciais possuem uma dimensão política, visto que visam enquadrar determinado espaço a diferentes dinâmicas de poder.<sup>36</sup>

Outra característica importante das representações espaciais – diz Jacques Revel –, é que elas são construções coletivas: mesmo que a autoria de um mapa seja atribuída a uma pessoa apenas, essas representações estão relacionadas a tradições literárias, convenções gráficas e projetos políticos que extrapolam a produção individual.<sup>37</sup> Sendo assim, os corógrafos, viajantes e jornalistas que descreveram a região sul-mineira no Oitocentos são, todos, representantes do paradigma que denominamos “gênero corográfico”.<sup>38</sup>

Hoje esquecido, *corografia* foi um termo bastante empregado no passado para designar representações gráficas e escritas que tinham como fundamento a descrição pormenorizada de um objeto espacial<sup>39</sup>. Como qualquer gênero textual, o gênero corográfico é de difícil definição formal, devendo ser contemplado em seus usos e condicionamentos sociocomunicativos.

O paradigma de sistematização do espaço ao qual fazemos referência foi originalmente estabelecido pelos gregos, os quais distinguiam três especialidades de percepção visual: a *topographia*, que descrevia a localização de um lugar dentro de um quadro de referências; a *khôrographia*, que representava o caráter único das regiões e a *gêographia*, caracterizada pela preocupação com a totalidade da Terra. Era na alternância, não na oposição, entre esses elementos que residia a essência do conhecimento sobre o espaço.<sup>40</sup>

Cabe aqui recuperarmos, numa diacronia, alguns significados do termo *corografia* ao longo de sua história. Na tradição estabelecida por Cláudio Ptolomeu (90 – 168 d.C.), a corografia figura como descrição minuciosa dos detalhes e particularidades de cada lugar, método não de todo distinto da

<sup>36</sup> CLAVAL, 2006, p. 93.

<sup>37</sup> REVEL, 1989, p. 104.

<sup>38</sup> Sobre os gêneros textuais, Luiz Antônio Marcuschi caracteriza-os como eventos altamente maleáveis e dinâmicos que surgem emparelhados a inovações tecnológicas e necessidades sócio culturais. MARCUSCHI, 2005, p. 19. Vale observar, como Jean-Michel Adam, que a função dessa categoria é, basicamente, ordenar e estabilizar as atividades comunicativas, classificando-as de acordo com seu enunciador, circunstâncias espaço-temporais, conteúdos, propriedades funcionais, suportes, estilo e composição. Adaptados à metodologia da pesquisa histórica, a análise de gêneros textuais torna-se uma ferramenta no trato das corografias oitocentistas, auxiliando-nos a identificar as características temáticas, estilísticas e estruturais que remetem essas obras ao discurso de conhecimento do território. ADAM, 1997, p. 665.

<sup>39</sup> Segundo Eduardo Wright Cardoso, a descrição é o espaço ideal para a formulação de metáforas ópticas, visto que ela seja uma operação cognitiva que se relaciona com a memória e com a dimensão espacial da história. CARDOSO, 2012, p. 132.

<sup>40</sup> CLAVAL, 1995, p. 52.

topografia. Ademais, o geógrafo alexandrino considerava as habilidades artísticas requisitos para se realizar um bom estudo corográfico, visto que essa especialidade de representação tinha como premissa uma linguagem visual qualitativa e descritiva.<sup>41</sup>

A partir do século XV, o aprimoramento dos instrumentos geodésicos e a emergência de novos arranjos político territoriais no continente europeu possibilitaram a viajantes, intelectuais e agentes do governo experimentar um sentimento de alargamento de suas perspectivas visuais. Nesse contexto, a tradição ptolomaica foi ressignificada por cosmógrafos a serviço de casas reais e companhias de comércio ultramarino. Exemplo disso é o *Cosmographicus líber* (1524), de Pedro Apiano (1495 – 1552), para quem, corografia:

É a mesma coisa que topografia, a qual se pode dizer esboço de lugar, que descreve lugares e considera-os particulares por sua parte, sem consideração de si mesmos, nem deles com outros. No entanto, com grande diligência considera todas as particularidades e propriedades, por mínimas que sejam, que em tais lugares se devem notar, como são portos, lugares, povoados, vertentes de rios e todas as coisas semelhantes, como são os edifícios, casas, torres, muralhas e coisas tais. O fim da corografia é pintar um lugar particular, como se um pintor pintasse uma orelha, ou um olho, e outras partes da cabeça de um homem.<sup>42</sup>

Nesse excerto de *Cosmographicus líber*, percebemos a analogia que o autor estabelece entre corografia e retórica pictórica:<sup>43</sup> enquanto o mérito de um pintor estava no retrato fiel e detalhado de orelhas, olhos e outros atributos do semblante humano, os corógrafos eram valorizados por conseguirem capturar a essência de uma determinada localidade, dito de outra forma, por pintarem a paisagem com palavras<sup>44</sup>, evocando no leitor/espectador identificação afetiva com o lugar. Nesse sentido, à visão corográfica não deveria escapar nenhum detalhe: portos, vilarejos, edifícios e tudo o mais que tivesse sido construído pelo Estado.

Guardadas as devidas diferenças de contexto, é possível detectarmos semelhanças de pensamento entre esses autores: para Pedro Apiano, como para Ptolomeu, a corografia era um método de descrição sinônimo de topografia.

---

<sup>41</sup> *Idem*, 2006, p. 90.

<sup>42</sup> APIANO *apud* KAGAN, 1999, p. 34.

<sup>43</sup> CARDOSO, 2012, p. 102.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 141.



Ademais, eles partilham opinião de que as corografias eram uma especialidade política de percepção espacial relacionada muito mais à apropriação concreta do território que a uma compreensão abstrata das propriedades do espaço. Sendo assim, não é estranho que a visão corográfica tenha predominado em documentos de caráter militar e estratégico, tais como mapas e roteiros de viagens.

Essas leituras mostram-nos que o gênero corográfico foi, simultaneamente, produto e produtor de modalidades específicas de representação do espaço, tanto gráficas quanto textuais. Desde os seus usos tradicionais, as corografias estiveram fundamentadas em convenções estilísticas que serviram para organizar e dar sentido aos discursos de territorialização.

Em estudo sobre a “gramática visual” que determinou a construção e a centralização do espaço nacional brasileiro no século XIX, Renato Amado Peixoto distingue tres tipos de representações gráficas da corografia, a saber: Planos; Planos Perspectivos e Panoramas.

Segundo o autor, os Planos caracterizavam-se pelo emprego da perspectiva horizontal na inscrição da paisagem, tendo sido amplamente utilizados no processo de reconhecimento espacial. Os Planos Perspectivos, por sua vez, propiciavam ao viajante uma melhor apreciação dos elementos da paisagem, visto que congregavam as perspectivas horizontal e vertical em uma mesma representação. Por fim, os Panoramas ofereciam ao observador uma perspectiva de 360°, através da qual este era inserido no centro da composição corográfica.<sup>45</sup>

Quanto às corografias textuais, Peixoto elabora uma tipologia composta de quatro modelos: Roteiros; Itinerários; Memórias e Descrições. O autor observa que, enquanto os Roteiros traduziam o esforço de penetração dos sertanistas em um espaço desconhecido, sendo, por isso, caracterizados pela originalidade, os Itinerários tinham por objeto um território já explorado cujos limites eram determinados por balizas facilmente distinguíveis pelo viajante/leitor.<sup>46</sup>

À parte desses modelos, as Memórias eram determinadas pela articulação entre tempo e espaço, sendo indispensável a esse tipo de corografia legitimar a antiguidade da posse do território e narrar os processos de ocupação desse espaço.

Finalmente, as Descrições valiam-se de outros modelos textuais, bem como de representações gráficas do espaço, para delimitar e descrever um

---

<sup>45</sup> PEIXOTO, 2005, p. 110.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 113.

território “onde a presença de um ente organizador e central era inequívoca”.<sup>47</sup> Nesse sentido, a característica definidora desse modelo era sua ligação com o projeto de construção de um Estado nacional unitário.

Peixoto também está correto em afirmar que a principal característica que confere identidade ao gênero corográfico é seu compromisso com a descrição detalhada de uma região. Nas corografias, o emprego de dispositivos ópticos, “pinturas de palavras”, tornou-se, consoante o autor, uma convenção estilística para se esmiuçar os múltiplos aspectos de um objeto espacial.<sup>48</sup>

A natureza, sob os olhos do corógrafo, tornava-se *paisagem*,<sup>49</sup> entendida como uma forma de ver o espaço e nele atuar material e simbolicamente para produzir impressão de ordem e controle. Vale observar que, no século XIX, a percepção da paisagem como forma de apreciação da natureza desenvolveu-se concomitantemente a outros fenômenos de ordem cultural, tais como a renovação estilística e temática das artes plásticas, o avanço das técnicas de fotografia, a disseminação do gosto pela jardinagem, além da realização de “viagens pitorescas” ao redor do mundo.

Sobre o processo de construção da paisagem nacional, Anne-Marie Thiesse qualifica-o como uma empresa conduzida por diversos intelectuais (cientistas, poetas, pintores, fotógrafos), os quais determinaram, a partir dos recursos naturais disponíveis, visões carregadas de sentimento e significado. Como parte da memória da nação, a memória paisagística contribui para a apropriação coletiva dos espaços naturais, sendo que a consonância entre identidade nacional e características regionais legitimava a circunscrição do

---

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 116.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>49</sup> Cenas naturais dotadas de valor estético, as paisagens circunscrevem-se antes no domínio da cultura que da natureza, pois são elaboradas pela imaginação que se projeta sobre alguns elementos naturais, selecionando as características típicas de uma região. O conceito *paisagem* foi trabalhado por Denis Cosgrove em suas relações com a perspectiva linear e a noção de *landschaft*, própria da cultura alemã. Na concepção do autor, a paisagem é uma maneira de ver, resultado de uma apropriação simbólica do indivíduo que compõe e estrutura o espaço de acordo com princípios geométricos. Para Alan Baker, geógrafo que estuda as relações disciplinares entre Geografia e História, paisagem não é apenas uma maneira de ver, mas também uma maneira de pensar e agir, em suma, uma construção social, tanto intencional quanto espontânea. O geógrafo Paul Claval, por sua vez, concebe a paisagem como suporte de representações espaciais e matriz cultural que contribui para transmitir usos e significações de uma geração à outra. A respeito da discussão sobre paisagem, Cf. RAFFESTIN, 1977; CACHIN, 1986; ROGER, 1991; SIMON, 1991; SCHAMA, 1995; CAUQUELIN, 2000; COSGROVE, 2004; BAKER; BIGGER, 2006; CLAVAL, 2006.

território e dava origem a uma série de associações analógicas entre o homem e a terra, fonte das energias vitais de nacionalidade.<sup>50</sup>

Se houve uma considerável expansão da sensibilidade paisagística entre os membros da elite ilustrada oitocentista, contudo, não devemos crer que as corografias, vistas de paisagens e demais representações espaciais fossem acessíveis à sociedade daquela época. Como qualquer saber, o gênero corográfico estava sujeito a procedimentos internos de controle, os quais determinam certo número de regras aos indivíduos que dele se utilizavam. Nesse sentido, a paisagem só era perceptível àqueles que sabiam reconhecer seus signos e haviam aprendido a ver o mundo com “olhos de pintor”.<sup>51</sup>

Por tratar das especificidades de uma região, em termos econômicos, políticos, históricos e culturais, identificamos semelhanças entre a visão corográfica e a pesquisa antiquária praticada por eruditos, desde o Renascimento: ambas as formas de conhecimento baseiam-se no tratamento sistemático das informações e na organização sincrônica dos temas.<sup>52</sup> Assim, enquanto o antiquariato descobre uma moeda antiga e sobre ela discorre exaustivamente, o corógrafo representa uma vila ou cidade de maneira pormenorizada.

Além da relação com o ofício do antiquário, outras profissões podem ser relacionadas à visão corográfica. Em prefácio da obra de Pompeu Rossi, *Ouro Fino: bosquejo histórico*, Mario Cassasanta compara o trabalho do corógrafo ao do garimpeiro, pois, assim como este adentra as minas a procura de ouro e pedras preciosas, aquele perscruta o passado em bibliotecas e arquivos, buscando neles outro tipo de tesouro: o conhecimento histórico.<sup>53</sup>

Complementariamente à perspectiva linear, a visão corográfica se desenvolveu de maneira a submeter o espaço ao domínio hegemônico do intelecto e da razão.<sup>54</sup> Foi a distância em relação ao objeto de observação, proporcionada pelo recurso visual do panorama, que possibilitou aos homens do passado a sensação, mesmo que figurada, de possuírem um “olhar de Deus”. Essa escala de

---

<sup>50</sup> THIESSE, 2001, p. 14.

<sup>51</sup> FONSECA, 2011, p. 547.

<sup>52</sup> MOMIGLIANO, 2004, p. 85.

<sup>53</sup> CASASSANTA, In: ROSSI, 1933, p. 6.

<sup>54</sup> Segundo Cosgrove, a perspectiva linear organiza e controla as coordenadas espaciais, sobre as quais incidem o intelecto e a razão. Essa operação possibilita ao olhar controle absoluto sobre o espaço. Nesse sentido, a perspectiva deve ser entendida como uma das várias transformações na representação do mundo pela ótica racionalista burguesa. COSGROVE, 1985, p. 45.

representação, por sua vez, correspondia a políticas de gestão do espaço e projetos de territorialização específicos do período imperial.

No enquadramento do mundo às dimensões da visão corográfica, o panorama ainda fornecia a “visão de conjunto” necessária ao estabelecimento do “plano horizontal”, assim definido pelo geógrafo Manuel Apollo:

O horizonte físico é o círculo que, limitando nossa vista ao longe, parece reunir o Céu e a Terra. Este horizonte físico ou sensível não tem ordinariamente senão uma extensão de 3 a 4 léguas: mas seu raio cresce à medida que nos elevamos acima do solo sobre um edifício ou sobre uma montanha.<sup>55</sup>

Contudo, por mais que busque a síntese de determinada região, todo exercício de descrição corográfica tem seus limites, e esses se traduzem na impossibilidade de controlar o espaço real e representá-lo tal como ele se coloca às vistas do observador. Isso porque, nos explica Edward Soja:

O que se vê ao olhar para as geografias é obstinadamente simultâneo, mas a linguagem dita uma sucessão seqüencial, um fluxo linear de afirmações elocutivas, limitada pela mais espacial das restrições terrenas, a impossibilidade de dois objetos (ou palavras) ocuparem exatamente o mesmo lugar (como numa página). Tudo o que podemos fazer é recompor e justapor criativamente, num experimento com afirmações e inserções do espacial no veio preponderante do tempo.<sup>56</sup>

Por conta dessa limitação fundamental, o mais minucioso dos inventários será sempre uma construção, resultado do enquadramento<sup>57</sup> e da seleção de elementos historicamente determinados. Mesmo os mapas, cuja disposição dos conteúdos de maneira panorâmica sugere-nos totalidade, são como instantâneos de um território em constante mutação.<sup>58</sup> Assim, ao submeter a região aos princípios de classificação corográfica, o que se estava buscando era o controle de uma realidade potencialmente caótica, dinâmica e multifacetada.

---

<sup>55</sup> APOLLO, 1903, p. 12.

<sup>56</sup> SOJA, 1997, p. 9.

<sup>57</sup> Peixoto compreende *enquadramento* como um recorte da superfície terrestre disponibilizado para a leitura através de uma determinada perspectiva hierárquica e totalizante. De acordo com o autor, os *enquadramentos* corográficos do Brasil Império teriam sido responsáveis por introduzir uma compreensão unitária do território nacional, bem como por fundamentar objetivos estratégicos e projetos pedagógicos. PEIXOTO, 2005, p. 70.

<sup>58</sup> HISSA, 2002, p. 30.

As corografias ainda possuem a característica da *evocação*,<sup>59</sup> qualidade de despertar nos leitores sentimentos diversos de nacionalidade, patriotismo, bairrismo e nostalgia. No juízo de políticos e intelectuais do Oitocentos, o conhecimento sobre o espaço era condição *sine qua non* de desenvolvimento do amor pela pátria. Nesse sentido, essas obras podem ser interpretadas como conjuntos de linguagens que permitiam às elites políticas e intelectuais da época desenvolver seus próprios sentidos de identidade.

Em estudo sobre a produção corográfica na Espanha entre os séculos XVI e XVIII, Richard Kagan identifica características do gênero corográfico que podem ser estendidas às corografias do Oitocentos. De acordo com esse autor, apesar de proclamarem a intenção de escreverem de acordo com os parâmetros do bom senso e da verdade, os corógrafos normalmente exageravam a importância das características regionais, a fim de defender a honra local e assegurar à região papel predominante na história espanhola. Kagan ainda observa que as corografias desse período mais se assemelhavam a panegíricos (*alabanzas*), feitos para assinalar, através da geografia e da história, as prodigalidades de cada lugar.<sup>60</sup>

Além das qualidades de evocação de sentimentos, geodésia e construção identitária, as corografias também possuem, portanto, funções políticas, quais sejam: defesa do estatuto regional e celebração dos marcos históricos e geográficos locais. Desse modo, essas obras foram instrumentos que permitiam à elite política regional legitimar o objeto de suas reivindicações regionalistas.

Essa reflexão sobre gênero corográfico remete-nos à hipótese geral deste estudo: ao representarem unidades administrativas reais, como a província de Minas, ou imaginárias, como *Minas do Sul*, as corografias promoveram verdadeira invenção do território nacional.<sup>61</sup> Assim, os projetos de provincialização da região sul-mineira surgem em nosso foco não apenas como fenômenos próprios do momento de consolidação do arranjo institucional do Império, mas também como formas de ver o espaço e nele exercer poder de maneira a produzir novas realidades político-territoriais.

Mas qual seria a finalidade de representar uma região idealizada? Ainda mais complexo seria responder à indagação: qual seria a finalidade de se

---

<sup>59</sup> GILLINGS, 2010, p. 58.

<sup>60</sup> KAGAN, 1995, p. 55.

<sup>61</sup> ANDRADE, 2008, p. 16.

imaginar uma região? Para estas perguntas, não há uma única resposta, de vez que os motivos variam na proporção das dúvidas e desejos do homem em relação a sua própria condição no espaço.

Citando algumas possibilidades, poderíamos dizer que os homens inventam lugares utópicos para explicar questões próprias de seus contextos espaço-sociais; por escapismo; para denunciar realidades indesejáveis ou mesmo projetar situações futuras que se almeja alcançar em determinado prazo de tempo.<sup>62</sup> Tendo em vista estas finalidades, percebemos que cartas topográficas, corografias e pinturas de paisagem constituem-se numa eficiente maneira de tornar real e comunicável um espaço que existe somente no âmbito do discurso.

De um conjunto diverso e multifacetado de identidades regionais, escolhemos analisar as representações de *Minas do Sul* projetadas exclusivamente pela elite política e intelectual campanhense, embora tenhamos ciência da existência de outros projetos de provincialização, que contemplavam as comarcas do sul de Minas. Para isso, elaboramos uma hipótese, a princípio temerária, mas que faz todo o sentido quando confrontada com a documentação: a municipalidade de Campanha, cidade que, desde finais do século XVIII, era considerada um dos principais núcleos urbanos de Minas Gerais, via na criação da província de *Minas do Sul* uma maneira de restaurar sua antiga importância geopolítica na região, importância essa que havia sido “inventada” pelos primeiros camaristas dessa instituição e que, naquele momento, via-se abalada pelas significativas perdas territoriais sofridas pelo termo de Campanha, bem como pela própria emergência de outros poderes municipais no tabuleiro regional.

Em nossa metodologia de pesquisa, utilizamos documentos relacionados a quatro tipos de atividades políticas características do período imperial, a saber: produção corográfica; imprensa periódica; dinâmica administrativa municipal e atividade parlamentar.

O conjunto de fontes reunidas sob a rubrica “corografia” é composto por uma gama diversificada de dicionários, livros didáticos e demais opúsculos. São obras que abordam o Império Brasileiro como um todo: *Corographia Brasílica* (1817), de Manoel Aires de Casal; *Corographia ou Abreviada História Geographica do Império do Brasil* (1829), de Domingos José Antônio Rebello;

---

<sup>62</sup> FOUCAULT, 2004, p. 15.

*Diccionario Topographico do Imperio do Brasil* (1834), José Saturnino da Costa Pereira; *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil* (1845), de Milliet de Saint Adolphe; *Ensaio Corografico do Império do Brasil* (1854), de Alexandre José de Mello Moraes e Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva; *Corographia historica, chronographica, genealógica, nobiliária e politica do Império do Brasil* (1863), do mesmo Mello Moraes, e *Noções de Corographia do Brasil* (1873), de Joaquim Manoel de Macedo.

Quanto às representações corográficas da província de Minas, essas se dividem em três categorias: mapas, corografias propriamente ditas e manuscritos avulsos sobre municípios mineiros. São exemplares dos dois primeiros tipos: *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás* (1826) e *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* (1837), ambos de Raimundo José da Cunha Matos; *Carta chorographica da Provincia de Minas Geraes* (1855), de Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld e Friedrich Wagner; *A Província Brasileira de Minas Gerais* (1862), reprodução do mapa de Halfeld-Wagner, com notas de Johann Von Tschudi; *Noções geographicas e administrativas da província de Minas Gerais* (1863), de Henrique Gerber, e *Tratado de geographia descriptiva especial da província de Minas Geraes* (1878), de José Joaquim da Silva.

Das informações enviadas por autoridades mineiras a representantes da Biblioteca Nacional, entre 1881 e 1886, contemplamos os manuscritos que versam sobre os seguintes municípios: Barbacena, Bom Sucesso e Itabira do Mato Dentro, pela riqueza de detalhes que eles apresentam.

Também analisamos três mapas relativos ao termo do município de Campanha: *Mappa de toda a extenção da Campanha da Princeza* (1800); *Mappa do Termo da Villa da Campanha da Princeza* (c. 1800) e *Mapa da Villa da Campanha da Princeza e Termos Anexos* (1823), no sentido de acompanharmos a evolução dos argumentos geopolíticos utilizados pela municipalidade campanhense para fundamentar seus interesses regionais.

O segundo *corpus* documental compõe-se de jornais e almanaques editados na cidade de Campanha sob os auspícios da família Veiga, durante a segunda metade do século XIX: *A Nova Província* (1854 – 1855); *O Sul de Minas* (1859 – 1863); *O Monitor Sul-Mineiro* (1872 – 1896) e o *Almanach Sul-Mineiro* (1874). A escolha desses documentos pautou-se pelo programa político que os

orientava: a divulgação dos projetos de criação da província de *Minas do Sul*. O fato de terem sido publicados por uma mesma família também facilitou o rastreamento das gerações envolvidas nessa divulgação. Além disso, tivemos a chance de consultar coleções completas desses periódicos, o que nos permitiu formar um panorama sobre a trajetória das reivindicações regionalistas nos meios impressos campanhenses.

Da documentação relativa à administração municipal, interessa-nos a correspondência trocada entre a Câmara de Campanha e outras municipalidades da região sobre o projeto de criação da província de *Minas do Sul*.

As representações enviadas pelas municipalidades da Comarca do Rio Sapucaí à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, entre 1853 e 1854, também nos são úteis no sentido de fornecerem contraponto às pretensões geopolíticas da municipalidade campanhense.

A documentação de cunho parlamentar, por sua vez, permite-nos perceber como se deu a dinâmica de negociação dos projetos separatistas no interior do arranjo institucional do Império. A partir da análise dos debates registrados nos Anais da Câmara dos Deputados, entre os anos de 1843 e 1884, temos uma estimativa das forças políticas que confluíram para o insucesso dos projetos de divisão do território mineiro e criação da província de *Minas do Sul*.

Esta dissertação estruturou-se em três capítulos. No primeiro capítulo, fazemos um paralelo entre o processo de consolidação da unidade político-territorial do Império e as transformações ocorridas nas formas de representar o espaço no Oitocentos. Nossa hipótese é de que as corografias oitocentistas desenvolveram-se em um duplo viés: a *erudição*, representada pelas pesquisas arquivística e bibliográficas, e a *empíria*, resultado de viagens, expedições científicas e técnicas de geodésia. Daí o estatuto do conhecimento sobre o território brasileiro no período imperial ser cumulativo e, ao mesmo tempo, repleto de descobertas.

No segundo capítulo, focalizamos Minas sob o prisma de seus atributos: *extensão, centralidade e diversidade*. É nosso intuito demonstrar que, se essas qualidades fundamentavam a imagem de Minas como o “coração da nacionalidade”, elas também eram um desafio à visão corográfica, além de darem margem a críticas sobre o lugar dessa província no sistema de divisão geral do



Império. E foi dessas críticas que se originaram os projetos de criação da província de *Minas do Sul*.

No terceiro capítulo, observamos como o debate sobre a divisão de Minas reverberou na Câmara de Campanha, suscitando projetos de provincialização que buscavam, dentre outras finalidades, restaurar o prestígio dessa cidade no arranjo político regional. Também analisamos as imagens de sul de Minas, veiculadas na imprensa campanhense durante a segunda metade do século XIX, identificando hierarquias, projetos políticos e emoções subjacentes a elas. Chamamos atenção para a hipótese de que, aos olhos dos políticos e intelectuais do Oitocentos, *Minas do Sul* não era apenas uma realidade natural, mas também um espaço de homens enredados por laços de interesses políticos, parentesco e topofilia.

Assim, o sul de Minas que emerge em nossas reflexões não é um recorte temporal ou uma categoria de análise, apenas. É, sobretudo, um problema de pesquisa que visa nos elucidar a construção do Estado imperial brasileiro em seus diversos níveis de apreensão: nacional, regional e local.

## CAPÍTULO 1 – EM NOME DA UNIDADE: A CONSTRUÇÃO DA VISÃO COROGRÁFICA SOBRE A *FAMÍLIA PROVINCIAL DO IMPÉRIO*

O território do Império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. É um atributo sagrado de seu poder e de sua independência; é uma das bases primordiais de sua grandeza exterior.<sup>63</sup>

A divisão de um Estado não se faz a compasso, descrevendo inflexíveis linhas astronômicas, ou acompanhando somente os limites da natureza *physica*. Fazem-na, através dos séculos, a história e o comércio dos povos.<sup>64</sup>

A aparente antítese causada pelo encadeamento dessas passagens elucida a divergência de opiniões que caracterizava a intelectualidade brasileira no tocante à integridade territorial do Império. De um lado, a fala de José Antonio Pimenta Bueno,<sup>65</sup> conceituado jurista, líder e ideólogo da elite saquarema. De outro, a perspectiva de um jovem político, Aureliano Candido Tavares Bastos,<sup>66</sup> que assinava artigos sob o pseudônimo de "Um Excêntrico". Biografias distintas, opiniões *idem*. No entanto, subjaz nelas uma preocupação comum: a conservação da *unidade nacional*.

Durante o período imperial, sucessivas gerações empenharam-se na tarefa de construção do Estado nacional brasileiro sob a égide do princípio de unidade. O velho Império Português havia-lhes legado, além de experiências políticas e modelos institucionais, um imenso território a zelar. E foi essa herança, significativamente expressa pela denominação "Império do Brasil",<sup>67</sup> que definiu

<sup>63</sup> BUENO, 1978, p. 21.

<sup>64</sup> BASTOS, 1937, p. 359.

<sup>65</sup> José Antonio Pimenta Bueno (1803 – 1878) formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, tendo exercido importantes cargos no Império, como os de presidente das províncias de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Justiça, membro do Conselho de Ministros e do Conselho de Estado. REALE, 1994, p. 56.

<sup>66</sup> Aureliano Candido Tavares Bastos (1839 – 1875) também formou-se pela Faculdade de Direito São Paulo, em 1861, tendo sido eleito deputado por Alagoas, sua província natal, no ano seguinte. Exerceu cargo de oficial na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, porém foi demitido desse posto em função de desentendimentos com o ministro da respectiva pasta. BLAKE, 1883, v. I, p. 370.

<sup>67</sup> A origem do princípio de unidade reside mesmo na denominação escolhida para designar o Estado brasileiro. Originalmente, o termo "Império do Brasil" dizia respeito ao vasto Domínio Ultramarino que integrava a Monarquia Portuguesa. Assim, para Ilmar Rohloff de Mattos: "O antigo nome, que permanecia para designar o novo corpo político, tinha o poder de emocionar a muitos, suscitando orgulho e esperança. Não deixava de insinuar, porém, uma certa continuidade em relação à ordem

os marcos de orientação espacial no Oitocentos.

O valor da unidade evidencia-se, primeiramente, na declaração de Pimenta Bueno. Em *Direito Público* (1857), uma exegese da Carta Constitucional de 1824, o futuro Marquês de São Vicente revela sua percepção espacial que, não obstante ser mais jurídica que propriamente corográfica, auxilia-nos a compreender o quadro de referências dentro do qual as imagens do Império eram elaboradas.

Sob a ótica de Pimenta Bueno, era o território a “mais valiosa propriedade” do Brasil, um de seus distintivos em relação a outros Estados. Sendo propriedade, era lógico que o território nacional se pautasse por critérios de definição semelhante aos das propriedades privadas. Assim, numa acepção liberal, integridade e indivisibilidade eram não apenas “direito fundamental” do corpo político ao qual o território pertencia como também “dogma político”, que deveria ser acatado e defendido a todo custo pelos representantes da nação. Notemos que essa definição político-jurídica do território não era de todo esvaziada de uma conotação mística, na medida em que o autor associa aquela propriedade a um “atributo sagrado” do poder imperial.

Ao reconhecer no território uma das bases da “grandeza exterior” do Império, Pimenta Bueno sugere uma relação de complementaridade entre expressividade territorial e soberania nacional. Com efeito, de todas as organizações humanas é o Estado a mais territorial.<sup>68</sup> O exercício da soberania é medido pela eficácia do controle do Estado sobre o território. Nessa perspectiva, a posse de um território extenso, contíguo e unificado era pressuposto de inserção da nação brasileira no orbe da civilização.

Abrimos um parêntesis para explicar o direito de indivisibilidade defendido pelo autor. Na Constituição de 1824, não havia nenhuma cláusula que impugnasse a revisão dos limites provinciais; pelo contrário, o artigo 2º, que trata da divisão administrativa do Império, previa a possibilidade de divisão territorial, se esta fosse necessária ao bem público: “o território é dividido em províncias, na forma em que atualmente se acham, as quais poderão ser subdivididas, como permitir o bem do Estado”.<sup>69</sup>

---

anterior, até mesmo porque no centro dos acontecimentos daqueles anos, encontrava-se muitas vezes o próprio herdeiro do trono português”. MATTOS, 2005, p. 23.

<sup>68</sup> RONCAYOLO, 1986, p. 262.

<sup>69</sup> BRASIL, *Collecção das Leis do Império do Brazil*, 1824. In: <<http://www.camara.gov.br>> acesso em 10/12/2012.

Embora sejam orientadas por uma mesma lógica de transformação do espaço, *subdivisão das partes* e *divisão do todo* são empresas bastante distintas. Pimenta Bueno reconhecia essa diferença, sendo que, em sua análise, o princípio de indivisibilidade era aplicável apenas à última situação.

Se o documento constitucional legitimava anseios por uma divisão mais harmônica das partes que compunham o Império, ele também deixava transparecer, em sua redação, o posicionamento conservador que havia orientado as escolhas da Assembléia Constituinte no que tange aos assuntos do território nacional. Naquele momento, ao determinarem que as províncias devessem ser divididas “na forma em que atualmente se acham”, os legisladores do Império consagraram o arranjo institucional fundamentado na manutenção do território tal como fora herdado da administração portuguesa.

Além de representar uma continuidade em relação a alguns aspectos da ordem anterior, o sistema de divisão territorial adotado estruturava o Império de maneira a assegurar a ordem pública e, na medida do possível, promover a comunicabilidade entre as partes.

A cidade do Rio de Janeiro, nesse contexto, era considerada a “cabeça” da Monarquia, não apenas por nela ter se estabelecido a Corte imperial como porque a ela afluíam todos aqueles que queriam pensar sobre o passado e o futuro da nação.<sup>70</sup> Na prática, entretanto, cremos que não houvesse rígida sujeição das províncias às deliberações do governo central, mas um ajuste entre elites regionais e Estado em torno de um projeto comum, o de manutenção da ordem em todas as dimensões: política, ideológica, social.<sup>71</sup>

Fundamento paradigmático da identidade brasileira, a unidade apresentava-se sob diversas máscaras que eram reveladas ou ocultadas de acordo com os interesses daqueles que delas se utilizavam.

No âmbito social, por exemplo, a independência política do Império não havia sido capaz de neutralizar as identidades regionais e gerar uma coletividade de cidadãos, reunidos em torno de um mesmo projeto de nação.<sup>72</sup> Ademais, era incoerente que uma sociedade que se dizia civilizada, defensora dos princípios de liberdade e igualdade dos indivíduos perante a lei pudesse calcar-se em bases

---

<sup>70</sup> MATTOS, 2005, p. 20.

<sup>71</sup> DOLHNIKOFF, 2005, p. 27.

<sup>72</sup> MATTOS, *op. cit.*, p. 22.

escravistas, herdadas do período colonial. Em face dessas contradições, a unidade afigurava-se como um artifício forjado para delimitar clivagens político sociais e cobrir a “careta” do atraso que teimava em estampar o semblante do Império.

Como a ausência de coesão no campo social era senda espinhosa que convinha evitar percorrer, os políticos da geração do Marquês de São Vicente analisavam a questão da unidade quase que exclusivamente sob o prisma geopolítico. Para eles, o território unificado e contíguo era não somente atributo de soberania, mas também elemento fundamental na definição do caráter nacional. Assim, ao identificarem riqueza natural e gigantismo territorial como características constitutivas do Império do Brasil, eles sublinhavam a singularidade do processo de construção do Estado nacional.

A partir da década de 1870, com a emergência dos projetos de descentralização administrativa, o arranjo institucional do Império passou a ser questionado. Já não se sustentava o modelo de hierarquização do espaço no qual as províncias mais próximas da Corte prevaleciam sobre as demais.<sup>73</sup> Nesse momento, muitos políticos defenderam o reordenamento do território nacional. Data dessa conjuntura *A Província* (1870), escrita por Tavares Bastos.

Nessa obra, que pretende ser um estudo acerca das possibilidades de descentralização do Império do Brasil, o autor submete as províncias a um exame crítico de seus componentes institucionais. Segundo ele: “Reduzir o poder ao seu legítimo papel, emancipar as nações da tutela dos governos, obra duradoura do século presente, é o que se chama descentralizar”.<sup>74</sup>

É significativo que Tavares Bastos tenha evitado utilizar o termo *federalismo*, embora sua definição de descentralização possa ser considerada sinônimo dessa designação.<sup>75</sup> Cremos que esse cuidado se deva ao fato de que, no Império, as idéias federalistas eram vistas quase que como tabu, dada sua alusão aos episódios da independência norte-americana e formação das repúblicas hispânicas na América do Sul.<sup>76</sup> Falando de descentralização ao invés de federação, portanto, o autor talvez quizesse preservar sua reputação, que já não era tão boa, entre os políticos

---

<sup>73</sup> DIAS, 2005, p. 30.

<sup>74</sup> BASTOS, 1937, p. 13.

<sup>75</sup> Visto que a nação seja um pacto político calcado em diretrizes jurídicas internacionais, *federalismo* nada mais é do que a extensão desse pacto à vida civil e ao interior das unidades administrativas, com vistas a salvaguardar os valores políticos de descentralização territorial, expressão da liberdade individual e igualitarismo político. CARVALHO, 1999, p. 501.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 503.

conservadores que, naquele contexto, ocupavam a cena imperial.

Para que o projeto descentralizador se efetivasse, consoante Tavares Bastos, era preciso que o governo imperial vencesse o que o autor chama de “vício da uniformidade” e passasse a contemplar as diversidades regionais:

A extensão e riqueza dos municípios urbanos ou ruraes, o gráu de adiantamento dos povos, as circunstancias physicas e a densidade da população variam profundamente em cada uma das parte do imperio, no norte, no centro, no sul, no oeste; variam mesmo, com feições pronunciadissimas, nas differentes comarcas de uma mesma província.<sup>77</sup>

Na opinião de Tavares Bastos, a centralização do Estado brasileiro foi uma manobra meramente oficial, sem base nos laços de identidade e de interesse que uniam as regiões. Disso resultou um mapa político repleto de falhas e imperfeições, tal como se denuncia:

Quem considerar atentamente a nossa carta política, cujas linhas caprichosas só encontram semelhanças nos labirintos das ruas de nossas cidades edificadas à toa, perceberá desde logo estes dois vícios principais: - há grandes províncias mal traçadas, com dimensões irregulares e prolongamentos arbitrários, que em demasia prejudicam aos interesses dos povos; - há, por outro lado, verdadeiros desertos, com muitas dezenas de milhar de léguas quadradas, convertidos em províncias ou incluídos nelas, quando melhor fora reparti-los em certo número de distritos administrativos.<sup>78</sup>

Assim, uma divisão racional do território brasileiro, divisão que não fosse feita “a compasso”, para utilizarmos outra expressão do autor, mas, sim, que levasse em conta as particularidades históricas e geográficas das regiões, era a proposta de Tavares Bastos para se alcançar o equilíbrio político:

Não propomos a subdivisão das provincias por um processo mecânico e brutal, como o applicaram em França, e como o desejaram aqui em ódio ás instituições locaes. Não queremos dilacerar laços formados por tradições seculares e interesses positivos.<sup>79</sup>

Como era vista Minas Gerais no arranjo territorial do Império brasileiro?

---

<sup>77</sup> BASTOS, 1937, p. 141.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 356.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 359.

Para Tavares Bastos, essa era uma das províncias que deveria ter seu território dividido, já que nele houvesse espaço suficiente para, pelo menos, duas novas unidades administrativas. O autor chega a propor a seguinte divisão: Minas do Norte, compreendida entre os cursos dos rios Jequitinhonha e Doce; Minas do Oeste, formada pelas comarcas de Passos, Uberaba, Paracatu e Januária, além do sul de Goiás.<sup>80</sup> Para que esse projeto se concretizasse, porém, era preciso que os interesses gerais da Nação se sobrepusessem às vantagens individuais, mudança de mentalidade que o autor reconhecia difícil:

Invoquemos o patriotismo das provincias para essa obra comum, que tanto importa à grandeza da patria. Comprehende-se que recusem a sua cooperação e disputem obstinadamente as pösses actuaes, quando se trata de desannexar de uma para unir a outra parochias ou comarcas, sem fim elevado que justifique ou attenúe a dissolução de antigos laços e veneraveis tradições. Mas, ao se effectuarem as vastas reformas descentralisadoras, todas farão alegremente o sacrificio imposto pela causa commum.<sup>81</sup>

Também o senador Cândido Mendes de Almeida,<sup>82</sup> figura de destaque no cenário intelectual da Corte, advogava em favor de semelhante opinião sobre o sistema de divisão geral do Império e as consequências positivas de se reorganizar o território mineiro:

Que singular sistema de governo é o nosso, que por falta de uma sensata divisão de províncias, deixa tão mal administrado grande número de Brasileiros! E que razão de estado há para manter-se esses acervos anormais de territórios, indecifráveis perante a geografia e a política, e que, sob a especiosa denominação de províncias, são para a nossa nacionalidade, como para nossa união, um perigo no futuro? Cumpre dizê-lo, a dificuldade de manter uma tão pesada construção tem lembrado a divisão em duas ou mais províncias. Já um passo se deu com a criação da nova diocese Diamantina; e a *idéia de uma província, no território á margem do Sapucaí, vai fazendo largos sulcos na população que demora nessas regiões*. Ora, se tal movimento se não contiver, esse imenso território passará

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 358.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 361.

<sup>82</sup> Cândido Mendes de Almeida (1818 – 1881) formou-se em direito pela Faculdade de Olinda, tendo lecionado Geografia e História no liceu daquela cidade. Estabelecendo-se na Corte, exerceu o cargo de chefe de seção da Secretaria do Império e, posteriormente, tornou-se diretor de seção da Secretaria da Justiça. No parlamento, representou por diversas vezes o Maranhão, tendo sido eleito senador pela mesma província, em 1871. Dentre suas principais obras, constam: *Atlas do Império do Brasil* (1868); *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão* (1874) e *Pinsonia, ou elevação do território setentrional da província do Grão-Pará à categoria de província* (1873). BLAKE, 1893, v.2, p. 35 – 40.

por uma transformação benéfica para as populações que nele habitam, como para todo o país. Será o indicio de um grande melhoramento social entre nós.<sup>83</sup>

Essa passagem revela que Mendes de Almeida via no sistema de províncias uma pesada construção herdada do período colonial, incompatível com a geografia e a política do país, além de empecilho à senda de progresso trilhada pelo Brasil na segunda metade do século XIX. Ele, inclusive, propunha criar uma província, com a denominação de Pinsonia, ao norte do atual estado do Pará.<sup>84</sup>

A preservação da unidade nacional era uma preocupação constante dos políticos do Império, mesmo daqueles que advogavam a favor da descentralização administrativa. Quanto a Minas Gerais, esta era vista como uma província estratégica, cujas transformações territoriais se refletiriam não apenas no âmbito regional, como também em toda a circunferência do Império.

A retificação das fronteiras de Minas foi assunto bastante discutido nos diversos âmbitos do debate político durante o período imperial. Àquela época, a província era vista como uma das principais unidades administrativas do Império, sendo sua importância proporcional à dificuldade de representação de seu território. Podemos dizer que a imagem de Minas como “órgão central no corpo da nacionalidade”<sup>85</sup> coexistia à de “colosso de barro”, complementando-a.

Ao criticar a criação da província de Minas Novas, em junho de 1857, o deputado Luís Barbalho Muniz Fiúza faz um comentário, a nosso ver, bastante elucidativo de como os políticos daquela época concebiam Minas no arranjo institucional do Império:

A entidade – provincia – no nosso direito político é uma necessidade tambem que se deve ter em vista, porque nem as provincias devem ser tão grandes que prejudiquem a segurança da união do imperio, nem tambem devem ser tão pequenas que tornam illusorias pela fraqueza todos os direitos e franquezas que a constituição lhes garante, e tornem facil sua inteira centralização com a corte.<sup>86</sup>

Sob essa ótica, as províncias eram entidades responsáveis por fornecer contrapeso ao poder centrípeto que emanava da Corte. Segundo o deputado citado,

<sup>83</sup> ALMEIDA, 1868, p. 25 – 27, grifo nosso.

<sup>84</sup> BORGES, 2006, p. 387.

<sup>85</sup> ARRUDA, 1999, p. 107.

<sup>86</sup> ACGD, 26/06/1857, p. 237.



elas teriam importância “pelo seu território, e por sua população”, sendo que o primeiro atributo não deveria ser tão grande que prejudicasse a segurança do Império, nem tão pequeno que enfraquecesse a representação das elites regionais. Era pelo frágil equilíbrio entre centralização administrativa e franquias provinciais, equilíbrio que somente poderia ser alcançado por uma racional divisão do Império, que se garantia, portanto, a unidade.

Questões concernentes à dificuldade de representação remetem-nos a reflexões sobre a coesão dos Estados nacionais. No caso do Império brasileiro, a existência de fissuras entre as províncias tornava difícil o arranjo institucional entre governo central e oligarquias regionais. País territorialmente extenso, o Brasil teve dificuldade em estabelecer alinhavos político-administrativos que amenizassem as distâncias e sustentassem as identidades políticas.<sup>87</sup>

Mesmo após a consolidação do Estado monárquico, nas décadas de 1840 e 1850, o território brasileiro assemelhava-se a um mosaico repleto de imperfeições. Os antagonismos gerados pela centralização do aparelho administrativo eram perceptíveis não apenas no âmbito panorâmico, como também no interior das províncias, unidades administrativas compostas de diversos localismos.

A elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, longe de ter sido apenas uma formalidade, representou uma inovação na definição dos referenciais políticos regionais: as capitanias, unidades administrativas da colônia, passaram à categoria de províncias.<sup>88</sup> Assim, o novo reino transformara, ainda que apenas no plano simbólico, um aglomerado de capitanias numa entidade política dotada de representatividade.

Mais uma vez, o Marquês de São Vicente é quem nos fornece exemplo de como os políticos daquela época concebiam o papel das províncias no arranjo institucional do Império. Ao analisar a questão das franquias provinciais, o autor ressalta que “o império é um e único”. E prossegue: “ele não é dividido em

---

<sup>87</sup> Na historiografia sobre o Brasil Império, é consensual a afirmação do descompasso entre os processos de independência política e da consolidação da unidade territorial. Os autores que tratam desse tema apontam que o ideal de unidade esteve a ponto de se esfacelar nos primeiros momentos do processo de emancipação. Cf. CARVALHO, 1980; JANCSÓ, PIMENTA, 2000; MATTOS, 2004; DOLHNIKOFF, 2005; GOUVÊA, 2008; SILVA, 2005; SILVA, 2009.

<sup>88</sup> Entre 1808 e 1821, os termos *capitania* e *província* foram utilizados alternadamente na legislação para designar unidades administrativas e territoriais, embora o segundo fosse mais adequado ao contexto do Império luso-brasileiro em fase de desintegração. Por meio do Decreto de 1º de outubro de 1821, estabeleceram-se os parâmetros administrativos das províncias, que passaram contar com Juntas Provisórias de Governo e, posteriormente, com Conselhos Gerais. GOUVÊA, 2008, p. 120.

províncias senão no sentido e fim de distribuir convenientemente os órgãos da administração, de modo que em toda a extensão do país haja centros adequados e próximos para o serviço e bem ser dos respectivos habitantes”. Ademais, para ele, as províncias não eram “estados distintos, ou federados”, e sim “centros de vida, de ordem, e de ação administrativa, partes integrantes do império”.<sup>89</sup>

Assim fica claro como o princípio da unidade embasava o discurso de Pimenta Bueno, orientando seu olhar sobre a funcionalidade das partes que compunham a totalidade nacional. Para este autor, as províncias eram “circunscrições territoriais”, criadas com a finalidade de distribuir os órgãos da administração. Nesse sentido, elas existiam em função do Império, e não o contrário, pois eram “partes integrantes” deste. Notemos que Pimenta Bueno representava o sistema provincial, cuidando de distingui-lo de outros arranjos institucionais, como a federação.

A participação das oligarquias regionais no processo de formação do Estado nacional deu-se pela articulação de uma trama ampla e complexa, na qual a província era elemento fundamental. Cientes dessa importância, os constituintes de 1824 trataram de enquadrar o poder provincial nos moldes do projeto centralizador, submetendo-o à fiscalização de um presidente de província, nomeado diretamente pelo Imperador. Ao longo do século XIX, não obstante as modificações ocorridas com as emendas constitucionais, esse cargo continuou símbolo da presença do governo central nas províncias.

Como o conflito entre províncias e governo central fosse inevitável, a solução encontrada para salvaguardar a unidade nacional foi institucionalizar as reivindicações regionais por meio de um órgão administrativo próprio. Para isso, a Emenda Constitucional de 1834 criou as Assembléias Legislativas Provinciais, órgãos que, conjuntamente à Câmara dos Deputados, torna-se-iam uma das principais esferas de negociação política do período imperial.

Essa organização compósita do poder provincial, alicerçada na figura do Presidente de Província e nas Assembléias Legislativas Provinciais, teve seu ápice no período em que os conservadores estiveram no controle da máquina do Estado. Sob a égide de Honório Hermeto Carneiro Leão e do gabinete ministerial por ele presidido, os primeiros anos da década de 1850 foram profícuos para a criação de

---

<sup>89</sup> BUENO, 1978, p. 21.

novas províncias, reafirmando-se a soberania nacional.

Todavia, a manutenção da integridade territorial gerou o desgaste do regime monárquico, incapaz de absorver plenamente as especificidades regionais. A emergência de novas potências na economia do país contribuiu para que o arranjo institucional do Império fosse cada vez mais alvo de contestações. Ao afirmar a prioridade da unidade nacional e investir obstinadamente na centralização administrativa e na uniformização das instituições, o Estado criou o problema regional, ou melhor, fê-lo emergir na pauta de debates parlamentares.

O conflito entre unidade nacional e identidades políticas regionais não foi apanágio de países que, como o Brasil, optaram por um arranjo institucional centralizado: na República Argentina, nas primeiras décadas do século XIX, idéias de nação e nacionalidade coexistiram com uma pluralidade de particularismos provinciais, como afirma Jose Carlos Chiaramonte.

Ao analisar as identidades políticas na região do Rio da Prata, esse autor observa que, durante o processo de independência política, o sentimento local, antes reservado ao âmbito da vida privada, converteu-se em sentimento provincial, forma política de identidade coletiva que pretendia manejo autônomo de poder. Nesse sentido, “a formação de uma identidade provincial pode ser considerada uma variante do processo de formação de identidades nacionais, variante alternativa à argentina”.<sup>90</sup>

Chiaramonte também esclarece que a busca pela gênese da nação é um equívoco historiográfico que impossibilita a compreensão das identidades regionais. Como alternativa a esse procedimento, ele propõe considerar as organizações nacionais não como produtos de uma consciência nacional predeterminada, mas, sim, como resultados obtidos dentre uma infinidade de alternativas viáveis, em uma determinada conjuntura histórica.<sup>91</sup>

Em estudo sobre as origens da descentralização administrativa no Brasil, Mirian Dolhnikoff adota viés semelhante ao de Chiaramonte, diferenciando o regionalismo do período imperial do sentimento de autonomia que animava os habitantes da colônia. De acordo com a autora, enquanto no período colonial prevaleciam os interesses quase que exclusivamente privados dos proprietários rurais, no Império, os representantes do povo,

---

<sup>90</sup> CHIARAMONTE, 1989, p. 79.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 72.

...passaram a ter de recorrer a uma instância que, se tinha autonomia estava, por outro lado, vinculada ao governo central e imbuída das novas regras de conduta política introduzidas pela construção do Estado nacional.<sup>92</sup>

O resultado da incorporação do regionalismo pelo poder provincial foi a regionalização do jogo político, num arranjo que impunha constante negociação entre elites provinciais e governo central.

A construção de identidades como processo político-ideológico também é a perspectiva adotada por Rogata Del Gáudio Longhi para analisar problemas inerentes à federação brasileira: em estudo de caso sobre o movimento separatista ocorrido no Triângulo Mineiro, em 1988, essa autora busca desvendar as contradições presentes na relação entre governo brasileiro e regionalismo, a partir da indagação: “Até que ponto argumentos usados para definir Estados Territoriais Nacionais são absorvidos e reproduzidos por movimentos que ocorrem em seu interior?”.<sup>93</sup> Sua investigação confirma a interação entre identidades nacionais e regionais, além de identificar similaridades entre o discurso regionalista e os argumentos utilizados para promover a criação de Estados nacionais, a saber: alegação de antiguidade da ocupação territorial; legitimação de limites políticos com base na geografia; e ênfase na espontaneidade do movimento.<sup>94</sup>

A análise de Iná Elias de Castro sobre o regionalismo no nordeste brasileiro, por sua vez, suscita reflexões sobre a relação entre região, território e ação política. Na opinião da autora, os movimentos regionalistas expressam as relações políticas entre regiões e poder central. No caso do regionalismo nordestino, ela o define como uma construção das elites conservadoras, utilizada como elemento de barganha nos pactos e alianças políticas com o governo federal.<sup>95</sup> Ademais, por se desenvolver no bojo do Estado nacional,

O regionalismo, enquanto mobilização política de base territorial, decorre justamente dos modos através dos quais o estado nacional tem organizado, ou administrado as diferenças – culturais e econômicas – em seu território para fundar a ideologia da unidade nacional.<sup>96</sup>

---

<sup>92</sup> DOLHNIKOFF, 2005, p. 154.

<sup>93</sup> LONGHI, 1997, p. 120.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 121.

<sup>95</sup> CASTRO, 1992, p. 19.

<sup>96</sup> *Idem*, 2006, p. 187.

Embora reconheça que as identidades nacionais e regionais estão sujeitas a um mesmo processo de fundamentação simbólica, Castro matiza as semelhanças entre nacionalismo e regionalismo: enquanto o primeiro planeja a construção do Estado nacional, o segundo busca recursos e representatividade no conjunto de uma entidade política consolidada. A autora também afirma que o fato de um movimento regionalista hastear bandeiras separatistas e seccionistas pode indicar muito mais uma estratégia de luta frente ao governo central do que um verdadeiro projeto de nova nação.<sup>97</sup>

Esses são alguns dos muitos estudos que se referem ao campo das identidades políticas regionais. A diversidade de problemas, objetos e abordagens obviamente tornam-nos bastante diferentes entre si: o objeto de Chiaramonte, por exemplo, insere-se num contexto em que as particularidades provinciais sobrepunham-se à idéia de unidade nacional; Dolhnikoff analisa uma realidade, a brasileira, cuja centralização do aparelho administrativo propiciou a conciliação entre governo central e oligarquias regionais; Longhi empreende um estudo de caso para demonstrar como processos que concorrem para a formação de Estados nacionais podem ser absorvidos por comunidades regionais; Castro, por fim, adota uma região brasileira como parâmetro da análise sobre a influência que o sistema político e as elites regionais exercem sobre o território.

Não se trata de proceder a uma comparação detalhada entre os casos brasileiro e argentino ou entre o regionalismo no Nordeste e no Triângulo Mineiro, esforço que, aliás, escaparia aos limites deste estudo. Apenas buscamos nos reportar às proposições teórico-metodológicas úteis ao trato com identidades políticas regionais.

A análise foi estruturada no sentido de perceber articulações entre corografia e política imperial. Contemplamos, primeiramente, as obras consideradas seminais para a construção do gênero corográfico no Brasil. Em seguida, analisamos o conteúdo de diversos exemplares da produção corográfica brasileira da segunda metade do século XIX, de maneira a identificar nuances no processo de unificação do Império. Nossa hipótese é de que a visão corográfica, paradigma de domínio do espaço no Oitocentos, tenha sido importante instrumento de validação de projetos políticos, especialmente daqueles que

---

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 188.

propunham um reordenamento do território nacional.

### 1.1 Fundamentos da corografia no Brasil e em Minas Gerais

No Brasil, o processo de independência política, ocorrido na primeira metade do século XIX, expandiu a noção de espaço entre as elites provinciais; alterou-se nelas a maneira de ver o mundo e de nele se reconhecerem. Em poucas décadas, instituições que faziam parte do legado colonial português foram liquidadas ou se transformaram em outras realidades.<sup>98</sup>

Certamente, o campo espacial não ficaria incólume à conjuntura de mudanças: a visão corográfica continuou a representar particularidades regionais, agora inseridas no projeto de unificação que se fazia necessário para a conservação da integridade do Império.

Para analisarmos os fundamentos da visão corográfica no Brasil e em Minas Gerais, utilizaremos a *Corographia Brasílica* (1817) de Manoel Aires de Casal e duas obras de Raimundo José da Cunha Mattos referentes à província mineira, quais sejam o *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás* (1826) e *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* (1837). Suas descrições apresentam perspectivas teórico-metodológicas que se tornariam modulares para outras obras do gênero.

Nessas obras, cujo mote era a legitimação da unidade nacional, identificamos três tipos de abordagens: 1) a imperial, que representa a unidade do arranjo institucional brasileiro; 2) a regional que, no caso de Minas Gerais, representa a totalidade da província mineira, embora com matizes quanto aos seus limites políticos e geográficos; 3) a local, que representa as singularidades locais de uma vila, cidade ou região, podendo perfazer uma totalidade ou não.

Essas categoriais são, na verdade, recursos metodológicos construídos para auxiliar a análise textual. Assim, uma mesma corografia pode conter diferentes visões de Império, província e região. Também, para o caso da *Corographia Brasílica*, estaremos tratando de Reino do Brasil, o que implica alguns cuidados quanto às noções político-espaciais.

Também percebemos, nas corografias, dois direcionamentos lógicos: 1) o

---

<sup>98</sup> HOLANDA, 2003, p. 30.

que parte da totalidade para a singularidade e 2) o que prefigura movimento inverso, da singularidade para a totalidade. No primeiro direcionamento, cuja ênfase é a centralização, o Reino do Brasil e, posteriormente, o Império são compreendidos como fatores determinantes da diversidade regional. Já no segundo direcionamento, que enfatiza as unidades provinciais, são as diversidades regionais que constituem a grandeza e riqueza do Brasil.

### ***1.1.1 Manuel Aires de Casal, mestre erudito***

Na primeira metade do século XIX, políticos e intelectuais luso-brasileiros partilhavam do desejo de alinhar as peças que compunham o grande mosaico nacional. Lembremo-nos de que, desde essa época, instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional constituíram-se em espaços privilegiado para se pensar questões relativas ao passado, presente e futuro da nação.

É nesse contexto que situamos Manoel Aires de Casal e sua *Corographia Brasílica*, primeiro esforço de sistematização de informações sobre o território brasileiro. Publicada pela Imprensa Régia, sob auspícios oficiais, em 1817, essa obra investe-se de grande importância para a história da leitura no Brasil, por ter sido o primeiro livro editado neste país.

Em estudo crítico para uma edição fac-símile da obra, Caio Prado Jr. analisa a formação cultural de Aires de Casal, seu método de pesquisa e fontes por ele consultadas, avaliando as contribuições positivas e negativas desse corógrafo para o estatuto do conhecimento geográfico sobre o território brasileiro no século XIX. Segundo ele, a *Corographia Brasílica* aparece num momento de inflexão do pensamento geográfico, quando os paradigmas da geografia clássica conviviam com uma nova ordem de concepções, fundamentada na metodologia das ciências naturais.<sup>99</sup> Assim, enquanto viajantes como Saint-Hilaire, Spix e Martius buscavam na natureza a corroboração empírica para suas teorias, corógrafos, como Aires de Casal, vasculhavam arquivos e bibliotecas à procura de documentos, preferindo o texto de um autor consagrado a informações retiradas diretamente da natureza. Deduzimos disso que, se os objetos de representação

---

<sup>99</sup> PRADO JÚNIOR, In: CASAL, 1945, p. XII.

corográfica – rios, montanhas, planícies, etc. – eram, em rigor, os mesmos, os olhares que sobre eles incidiam eram muito diferentes.

Quanto à formação de Aires de Casal, tendo em vista que ele se utilizara de textos preexistentes para compor seu trabalho, Prado Jr. considera-o mais um erudito que um geógrafo na acepção moderna do termo. Segundo o historiador,

Não se percebe nele [Aires de Casal] vocação ou instinto científico algum, isto é, qualidade de observação, análise, comparação e síntese, que fazem a base do pensamento nas ciências. Nada disto êle possui; é um simples colecionador e registrador de fatos. Em regra, mesmo de segunda mão: seu estilo não revela um observador direto.<sup>100</sup>

Ainda para Prado Jr., Aires de Casal tinha

...a atitude do analista, intérprete e glosador de textos escritos, em contraste com a do observador crítico do mundo exterior, daquele que olha diretamente os fatos, neles inspira sua reflexão e deles procura concluir.

De fato, as informações de *Corographia Brasílica* não nos permitem dizer que seu autor contemplasse a natureza de maneira direta, sem intermediações. Entretanto, não concordamos com Prado Jr. no que diz respeito à avaliação do paradigma geográfico que essa obra segue: para nós, o fato de Aires de Casal ter feito trabalho de gabinete não o desqualifica como detentor de um método crítico de análise. Dessa maneira, ao invés de buscarmos as deficiências de sua metodologia em relação a um método científico supostamente “superior”, investigaremos a lógica interna do discurso, procurando reconstituir como esse autor concebia a unidade nacional em meio às diversidades regionais.

Logo no subtítulo, *Relação Historico-Geographica do Reino do Brazil*, evidenciam-se as diretrizes da obra, que são sùmula histórica e revisão dos fatos geográficos mais notáveis do país.

Observemos que essa obra foi dedicada ao rei D. João VI, o que revela o incentivo da Coroa Portuguesa ao conhecimento do espaço brasileiro. Na dedicatória ao monarca, seguindo os códigos de louvor do Antigo Regime ainda vigentes, Aires de Casal descreve as dificuldades enfrentadas na elaboração da

---

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. IX.



corografia, buscando alcançar a legitimação real de seu empreendimento:

Persuado-me que uma tal obra merecerá o acolhimento que V. R. Majestade costuma prestar a tudo que pode ser útil a seus vassallos, a cujo proveito sacrifiquei os melhores anos da minha vida, empreendendo esta obra original, e tão superior às minhas forças, e cabedais, que por vezes, descorçoado à vista de um tropel de dificuldades, determinei abrir mão da empresa: Assim aconteceria se não me dominasse uma simpatia por esta ciência encantadora e conjuntamente me alentasse amigos inteligentes e patriotas receosos de que os meus trabalhos e fadigas descessem comigo à sepultura.<sup>101</sup>

Dessa forma, o autor de *Corographia Brasílica* atribuía o êxito de seu trabalho à “simpatia” que nutria pela corografia, “esta ciência encantadora”. Além disso, ao evocar o alento que recebera de “amigos inteligentes e patriotas”, preocupados com as condições de publicidade de sua obra, Aires de Casal nos fornece subsídios para acreditar que, naquela época, as corografias eram realmente empreendimentos coletivos de forte cunho político.

O conteúdo da *Corografia Brasílica* divide-se em dois tomos: no primeiro, além do texto de introdução, são listadas as províncias do centro-sul, com suas respectivas vilas e cidades. O segundo tomo apresenta dados relativos à província do Rio de Janeiro e às demais províncias setentrionais. No conjunto da obra, cada capítulo é uma unidade textual que independe das demais. Porém, se lidos sequencialmente, eles prefiguram uma totalidade, fornecendo uma noção de Reino do Brasil, mesmo que esta ainda não fosse clara aos agentes da formação nacional nas primeiras décadas do século XIX.

À guisa de introdução, o autor contextualiza a colonização portuguesa no processo de descobrimento e exploração do continente americano. Intercalada ao texto introdutório, a transcrição daquela que era considerada a certidão de nascimento da nação brasileira: a Carta de Pero Vaz de Caminha, de 1500.<sup>102</sup>

O imperativo econômico fica patente na passagem em que o autor localiza o território brasileiro no contexto das relações comerciais. Para ele, a América, “segunda das quatro partes da terra em grandeza, e que por si só forma um

---

<sup>101</sup> CASAL, 1945, p. X.

<sup>102</sup> Segundo Prado Jr., Aires de Casal foi o primeiro a publicar essa carta, utilizando-se para isso de uma cópia encontrada no Arquivo da Real Marinha do Rio de Janeiro. PRADO JR., In: CASAL, *op. cit.*, p. XXIX.

hemisfério, ou a metade do globo terrestre”,<sup>103</sup> era composta de duas partes, norte e sul, sendo que

...na Meridional esta o Brasil, a mais oriental das seis províncias, em que os geógrafos a dividem; e fica entre o Equador e o paralelo de 55 graus de latitude austral, na mais vantajosa situação para o comercio, não só com o restante da América, mais ainda com as três partes do Antigo Mundo.

No processo de instituição dos marcos de orientação, os cursos de água foram considerados balizas ideais, na medida em que desenhavam uma linha contínua e bem visível na superfície do território nacional. Eram também divisões mais perenes que os marcos de pedra ou de madeira, pois estes podiam ser quebrados ou mudados de lugar de acordo com os interesses de uma ou outra parte conflitante.<sup>104</sup> Nesta citação, percebemos como o autor atribui aos rios a qualidade imanente de dividir circunscrições territoriais:

Esta vasta região [Brasil] tem ao norte o Oceano Atlântico, e o Rio das Amazonas ou Maranhão, que a separa da Provincia de Terra-Firme; ao meio-dia o golfo, que recolhe o Rio da Prata; ao oriente o mencionado Oceano; ao poente o Rio Paraguai, que corre do norte para o sul, e o Madeira, que corre em contrario; vindo a ser uma península, cujo istmo, que tem mui poucos côvados de largura, fica entre as origens dos rios Aguapei e Alegre, que são ramos secundários daqueloutros.<sup>105</sup>

A natureza brasileira limitava-se, assim, por um circuito hidrográfico formado pelos rios Amazonas, da Prata, Paraguai, Madeira e pelo Oceano Atlântico. Essa divisão perfaz uma contiguidade, interrompida apenas por uns “mui poucos côvados de largura” que separam os rios Aguapeí e Alegre. Nessas circunstâncias, o Brasil é considerado uma “península” já que, numa acepção formal, esse acidente geográfico era definido como “huma terra rodeada de agua, excepto na parte; a que os Geographos chamão *Isthmo*, com a qual esta a península pegada com outra terra”.<sup>106</sup>

Ao relacionar os componentes corográficos do Reino do Brasil, Aires de Casal demonstra uma visão de síntese em vias de formação. Percebemos isso, por

---

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>104</sup> FONSECA, 2011, p. 250.

<sup>105</sup> CASAL, 1945, p. 20.

<sup>106</sup> BLUTEAU, 1713, p. 394.

exemplo, na descrição que o autor faz do sistema orográfico brasileiro: “A face do país, quase geralmente desigual, tem muito mais de baixa, que de montuosa”.<sup>107</sup>

A expressão “face do país” é rica em significados na obra de Aires de Casal: seu emprego é recorrente no texto de *Corographia Brasílica*, como quando o corógrafo trata das províncias de Mato Grosso - “A *face do país* e variada de colinas, de serras sem altura, que atrai a vista por muito tempo, de planuras mais ou menos extensas, bosques e charnecas, segundo a boa ou ma qualidade do terreno”<sup>108</sup>; Sergipe D’El Rey - “A *face do país* e quase geralmente baixa, e desigual. Em toda a provincia não ha uma só serra; nem também montanha de altura assaz considerável, ou que cause especção”<sup>109</sup> - e Pará: “A *face do país* e geralmente baixa, e quase por toda a parte dum aspecto agradável, coberta de extensos bosques, onde se criam arvores mui altas, e de prodigiosa grossura”.<sup>110</sup>

Notemos que esses três excertos têm em comum o fato de serem iniciados por “face do país”, seguidos de uma apreciação estética da paisagem, que poderia “atrair a vista por muito tempo”, “causar especção” ou ter “aspecto agradável”. Isso nos sugere que, na obra de Aires de Casal, a expressão “face do país” guarda íntima relação com os recursos pictóricos do panorama e da perspectiva linear.

Em algumas passagens, “face do país” designa o que entendemos por superfície terrestre, extrato do solo mais vulnerável à ação das chuvas: ao mencionar o advento da comitiva do governador do Mato Grosso às minas de Cuiabá, em 1751, Aires de Casal diz que “havia já quase dois anos que as chuvas tinham feito reverdecer a *face do país*, renovado varias fontes, atalhado as moléstias, e facilitado as viagens de terra”.<sup>111</sup> Porém, o sentido mais usual do termo é mesmo o de “cena”, “vista” ou “panorama”.

Quanto ao direcionamento lógico da *Corografia Brasílica*, estimamos que ele tenha se orientado no sentido da afirmação da unidade nacional: para Aires de Casal, as diversidades regionais existiam em função da totalidade, e não o inverso. Ao explicar o funcionamento do sistema de capitanias hereditárias implantado no Brasil, durante os primórdios da colonização, o autor comenta:

---

<sup>107</sup> CASAL, *op. cit.*, p. 35.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 133, grifo nosso.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 247, grifo nosso.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 309, grifo nosso.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 123, grifo nosso.

É certo que sendo duplicado o numero das capitâneas, não tendo cada uma mais de 20 léguas de costa, ainda os donatários não podiam socorrer-se mutuamente nos apertos, em que todos se viram. Todas tornaram para a Coroa por diversos modos em diferentes tempos, como mostraremos na topografia de cada província.<sup>112</sup>

Dessa passagem, podemos supor que, se Aires de Casal fazia ressalvas ao arranjo institucional descentralizado das capitâneas, ele provavelmente defendia a opinião de que a existência de um governo centralizado era pressuposto de prosperidade para as instituições políticas de um país. A preocupação do autor com a configuração do Estado nacional ainda se manifesta na crítica à maneira como os nativos se organizavam e geriam seus negócios:

Não tem religião, nem letras ou coisa que supra. Ainda não se achou uma pedra posta por eles sobre outra com algum desígnio. Não tem caminhos: marcham em fileira, pondo todos o pé nas pegadas do dianteiro, para não se lhes saber o numero. Ainda não se encontrou um Estado monárquico, nem republicano: cada tribo tem seu capitão eletivo, que só tem mando nas ocasiões de dirigir os assaltos, ou emboscadas contra o inimigo.<sup>113</sup>

O modelo aborígine era, portanto, um antiexemplo do qual a sociedade brasileira deveria se afastar para atingir um nível elevado de civilização. Sob essa ótica, a unidade nacional assentava-se na conservação de quatro elementos básicos de ordem: forma de governo, progresso material, letras e religião. Sobre esse último aspecto, escreve o autor: “A religião católica, que entrou no país com o desembarque do descobridor, é a única, que se professa”.<sup>114</sup> Assim, ao relacionar instituições políticas, religiosas e sociais que contribuíam para a manutenção da unidade do país, Aires de Casal reiterava seu programa de valorização da herança portuguesa na constituição do Reino do Brasil.

Notemos que as descrições das províncias normalmente vinham acompanhadas de comentários sobre a potencialidade econômica delas, arrolando-se produtos minerais, agrícolas e pecuários. Com esses dados, estimamos que Aires de Casal tenha contribuído substantivamente para o estado da política econômica de sua época, uma vez que esta buscasse o maior aproveitamento possível dos recursos naturais de que dispunha o Reino do Brasil. Isso, contudo,

---

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 37.

não significa que a *Corografia Brasílica* seja reflexo do contexto de queda das barreiras coloniais que impediam o desenvolvimento da economia nacional, mas, sim, que o crescente interesse pelos assuntos brasileiros e o desejo de colocar o país entre as nações civilizadas foram condições que possibilitaram o aparecimento desse tipo de inventário corográfico.

É significativo que Minas seja a última província descrita no tomo primeiro, figurando como conclusão de um roteiro que se inicia nas províncias do extremo sul, atravessa São Paulo e avança até as províncias interioranas de Mato Grosso e Goiás.

Para Aires de Casal, Minas era uma construção essencialmente social, fruto da intrepidez de homens que, a despeito da condição adversa que a natureza impunha-lhes, conseguiram instituir uma dimensão espacial para seus sonhos, ambições e interesses econômicos. A relação dos principais nomes que conduziram expedições de reconhecimento do território mineiro é significativa desse sentido: Sastião Fernandes Tourinho, considerado pelo autor como o “descobridor deste país”; Bartolomeu Bueno, qualificado como “o ilustre, necessitado, e magnânimo”; Fernão Dias Pais; Manuel de Borba Gato; D. Rodrigo de Castelo Branco, entre outros.<sup>115</sup>

Em Minas, orografia e hidrografia, por sua vez, guardavam relação de interdependência, estando sujeitas às condições de um denominador comum: a Serra da Mantiqueira. Ao tratar dos montes e serras que caracterizam a topografia mineira, Aires de Casal faz a seguinte observação:

É o país mais montanhoso do Brasil. A Serra da Mantiqueira, que é a mais celebrada da provincia, tem principio na parte setentrional da de São Paulo donde vem correndo quase ao nordeste, não sem muitas tortuosidades até a vizinhança da Vila de Barbacena, onde inclina para o setentrião até a extremidade da provincia, variando de rumo, de altura, e de nome, e estendendo vários ramos para ambos os lados, de mais ou menos comprimento e altura.

Em seguida, comenta sobre os rios:

Nenhuma outra provincia é tão abundante de agua. Grande parte dos rios, que a regam, tem origem na Serra da Mantiqueira e quase geralmente saem da provincia por quatro canais; dois para o nascente, a saber o Rio Doce e o Jequitinhonha: um para

---

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 163.

o norte, que é o Rio de São Francisco; outro para o poente, qual é o Rio Grande.<sup>116</sup>

Sobrepondo-se esses excertos, percebemos a Serra da Mantiqueira na base da grandeza nacional. É por ela que Minas “é o país mais montanhoso do Brasil” e que “nenhuma outra província é tão abundante de água”. Essa cadeia de montanhas também desempenhava funções estratégicas, servindo de limite para todas as comarcas de Minas.

Quanto aos arraiais, vilas e cidades dessa província, o autor emprega termos como “considerável”, “populosa”, “mediocre”, “pequena” ou “grande”, para qualificar e hierarquizar sua população:

Na margem esquerda do Rio de São Francisco, entre as fozes do Urucuia e Paracatu, quase em igual distancia, esta o *considerável populoso* Arraial e Freguesia de São Romão, ornado com uma igreja matriz dedicada a Santo Antonio da Manga, duas capelas, uma de N. Senhora do Rosário, outra de S. Francisco.<sup>117</sup>

Vila Rica, anteriormente Ouro Preto, criada em 1711, *grande, populosa, abastada, e florescente*, e a capital, e residência dos Governadores da Província, e do Ouvidor da Comarca [...]; servindo ainda de Juiz da Coroa com jurisdição em toda a província.<sup>118</sup>

Campanha, propriamente Vila da Princesa da Beira, *mediocre*, situada em planície, 3 léguas e meia distante do Rio Verde, ornada com igreja matriz, de que é padroeiro Santo Antonio do Vale de Piedade, duas capelas de N. Senhora, com os títulos do Rosário e Dores, uma de S. Sebastião, outra de S. Francisco de Paula, com uma arquiconfraria sujeita a da Vila de Tamanduá.

A Vila de Santa Maria de Baependi é ainda *pequena*; a matriz, que a orna, dedicada a N. Senhora da Conceição; a riqueza de seus habitantes tabaco, para o qual o território é mui apropriado. Fica 14 léguas a leste da Vila da Campanha, e foi criada por um alvará de 19 de julho de 1814.<sup>119</sup>

Sob a ótica do corógrafo, Vila Rica era “grande, populosa, abastada e florescente” em função de ser capital da província e residência dos representantes do governo. A Vila de Santa Maria de Baependi, por sua vez, era “pequena”,

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 164, grifo nosso.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 177, grifo nosso.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 168, grifo nosso.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 173, grifo nosso.

tendo em vista o número de edifícios religiosos em seu termo e a data recente de sua criação. Todavia o advérbio “ainda”, empregado antes do adjetivo, sinaliza a possibilidade de seu crescimento, a depender das condições de seu território.

Mas o que fazia da Vila da Campanha da Princesa uma localidade “medíocre”, sendo que contava com título nobiliárquico, uma igreja matriz e quatro capelas, enquanto o Arraial de São Romão era qualificado como “considerável”, mesmo não tendo titulação e dispondo de um número menor de edifícios religiosos? Seria o fato de este se situar na margem esquerda do Rio São Francisco, equidistante das fozes do Urucuia e do Paracatu, enquanto aquela se situava a “3 léguas e meia distante do Rio Verde”? Percebemos, com isso, que os adjetivos não dizem respeito apenas ao estado demográfico de uma localidade, mas a um complexo coeficiente de fatores, tais como níveis de desenvolvimento econômico, localização geográfica, condição jurídico-administrativa e urbanidade.

O mérito de Aires de Casal está, portanto, no pioneirismo de sua iniciativa de coligir informações corográficas sobre o território brasileiro, adaptando-as aos modelos reconhecidos pela disciplina geográfica de então. Com o tempo, a *Corografia Brasílica* se tornaria uma espécie de “livro sagrado da geografia brasileira”,<sup>120</sup> experiência modular para todos aqueles que desejavam representar suas províncias e localidades.

### ***1.1.2 Raimundo José da Cunha Matos, relato da experiência***

Com a criação da Capitania de Minas Gerais, em 1720, o espaço outrora indefinido das Minas do ouro transformou-se progressivamente em território institucionalizado. Desde então, por iniciativa da administração imperial, diferentes modalidades de representação do território mineiro foram elaboradas de maneira mais ou menos sistemática, como forma de conhecer essa região.<sup>121</sup>

Nesse contexto de estudos sobre o território nacional, destacamos as obras de Raimundo José da Cunha Matos:<sup>122</sup> *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e*

<sup>120</sup> PRADO JÚNIOR, In: *Ibidem*, p. XXXVI.

<sup>121</sup> Representantes dessa tradição corográfica são as obras *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais* (1780), de Joaquim José da Rocha, e *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais* (1806), de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos.

<sup>122</sup> Raimundo José da Cunha Matos (1776 – 1839), militar português, iniciou sua carreira como cabo de esquadra, tendo embarcado como furriel de artilharia de marinha para as ilhas de São Tomé e Príncipe, onde permaneceu cerca de nove anos. Em 1814, vindo ao Rio de Janeiro, foi promovido a coronel, em 1817. Na esfera política, foi deputado pela província de Goiás, tendo

*Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836) e *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* (1837). Em suas viagens, esse militar fora capaz de conciliar atividades estratégicas e geodésicas, provendo o governo de informações sobre os pontos por onde passou.

Nem somente europeu, nem apenas brasileiro, Cunha Matos não fazia distinção entre as duas condições, considerando-se produto de ambas:

Eu sou Europeu tão honrado como o melhor homem nascido em Portugal: sou Brasileiro, e de sentimentos tão puros como o melhor Portuguez nascido no Brasil: não faço distinção entre hum, e outro Reino.<sup>123</sup>

Talvez, em função dessa dupla identidade (europeia e luso-brasileira), a perspectiva desse militar diante da paisagem sertaneja tenha oscilado entre o estranhamento próprio do estrangeiro e o reconhecimento de características comuns ao contexto luso-brasileiro.

De fato, era com olhos de quem via o interior do Brasil pela primeira vez que Cunha Matos empreendeu a jornada que o levaria a compor o *Itinerário*: encarregado de assumir o cargo de governador de armas de Goiás, ele saiu da Corte em 9 de abril de 1823, adentrou Minas no dia 23 do mesmo mês, tendo alcançado as fronteiras goianas no dia 28 de maio do mesmo ano. Dois anos depois, em março de 1825, retornou ao Rio de Janeiro através de uma rota semelhante à traçada em sua ida para Goiás. De regresso à província goiana, no mesmo ano de 1825, atravessou o território mineiro no período de 28 de maio a 30 de junho. Seu retorno definitivo ao Rio de Janeiro somente se deu em 1826.

Lembremos que os caminhos que levavam a Minas serviam de passagem obrigatória para o interior do Brasil. Sendo assim, o processo de conhecimento das regiões mineiras deu-se em concomitância com a circulação de produtos, animais e pessoas pelo território nacional.

De acordo com Cunha Matos, poucos eram os itinerários que tratavam especificamente do Brasil. Tendo em vista preencher essa carência de conhecimento, ele oferecia o *Itinerário* ao público, tratando de diferenciá-lo dos

---

... sido um dos fundadores do IHGB. Foi também sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN. Além das obras em análise, compôs: *Corografia histórica das Ilhas de S. Thomé, Príncipe, Ano-Bom e Fernando* (1815) e *Corografia Histórica da Província de Goiás* (1874). DICIONARIO BIOGRAPHICO, 1871, p. 178 – 180.

<sup>123</sup> MATOS, 1822, p. 11.



demais inventários corográficos produzidos até então:

O meu Itinerário não é uma simples carta de nomes, nem uma coleção fastidiosa de algarismos! Sem perder de vista a série sucessiva dos tempos e dos lugares, eu apresento detalhes e informações, que interessam na parte científica e temperam a aridez própria dos simples roteiros. A maior parte do que escrevo foi por mim visto e examinado: fadigas extraordinárias, perigos iminentes são a moeda que me custou esta minha obra; não afianço a perfeição dela, porque na mesma França e Inglaterra não há perfeição absoluta em matérias geográficas; eu fiz quanto pude, e ainda mais o faria se tivesse quem me auxiliasse.<sup>124</sup>

Essa passagem fornece-nos indícios sobre o método de representação adotado por Cunha Matos, além de nos revelar como o militar inscrevia sua obra na tradição corográfica de que era tributário: em sua opinião, o *Itinerário* não era “uma simples carta de nomes, nem uma coleção fastidiosa de algarismos”; também não era obra perfeita, uma vez que nem nos países mais civilizados da Europa havia “perfeição absoluta em matérias geográficas”. Era sua capacidade de inserir “detalhes e informações” ao corpo do inventário que tornava o *Itinerário* digno de interesse, temperando a aridez dos “simples roteiros”.

De acordo com Cunha Matos, sua obra rendera-lhe “fadigas extraordinárias” e “perigos iminentes”, aos quais ele esteve à mercê durante a viagem. Associando ambiente e emoção, o autor cingia o *Itinerário* de maior valor e credibilidade. Ele também acreditava que a experiência adquirida nas sucessivas viagens pelo interior do Brasil habilitava-o a servir de guia para outros viajantes:

As pessoas que por acaso lerem este meu Itinerário reconhecerão pelas primeiras linhas que eu escrevi muito concisamente acerca do terreno que ficava debaixo dos meus olhos, o que vem a ser o mesmo que constituir-me guia de qualquer individuo que der os mesmos passos, e transitar pelo mesmo caminho que eu segui durante a minha jornada.<sup>125</sup>

Ao tratar da importância do gênero corográfico para a escrita da história no século XIX, Kaori Kodama analisa a relação entre experiência e registro na obra de Cunha Matos. Segundo Kodama, “é por intermédio do próprio ato de registrar que o seu vivido ganhava a forma de um conhecimento que podia ser

<sup>124</sup> *Idem*, 2004, p. II.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 26.

coletivizado”.<sup>126</sup> Sua tese confirma-se nessa frase do *Itinerário*: “A maior parte do que escrevo foi por mim visto e examinado”,<sup>127</sup> além de complementar nossas reflexões sobre o papel das corografias na formulação de projetos políticos.

Numa analogia às reflexões de François Hartog sobre os périplos gregos, podemos dizer que Cunha Matos era aquele que *via* e que sabia porque *via*, indicando uma forma de se relacionar com o mundo na qual a visão era a principal ferramenta de conhecimento. Nesse sentido, “Ver, ver por si mesmo e saber “é uma só coisa”.<sup>128</sup> A relação de complementaridade entre registro e experiência era, portanto, uma das diretrizes fundamentais do *Itinerário*, pois esse tipo de obra era um modelo de conhecimento que pressupunha locomoção no espaço.

Outros procedimentos que balizam o método de Cunha Matos são a preocupação com a exatidão das informações e a busca pela precisão no deslocamento pelas coordenadas de tempo e espaço. “Sem perder de vista a série sucessiva dos tempos e dos lugares”, o militar pretendia submeter o registro da experiência a uma lógica de sucessão na linha do tempo, semelhante a pontilhados sobre um mapa. No intuito de facilitar a marcação passo a passo de seu trajeto, ele chegou a estabelecer algumas convenções de medidas:

Eu reputo a andadura de um cavalo em estrada igual a 1 légua por hora; a das bestas carregadas de oito arrobas nos primeiros dias da jornada em légua e ½ por hora, metendo em linha de conta os morros que se descem e sobem; pois que sendo em tempo seco andam mais do que no de chuvas, em que a todos os instantes escorregam e desapertam-se-lhes as sobrecargas. As bestas carregadas de oito ou mais arrobas vencem 1 légua de caminho em 2 horas, depois de passarem os primeiros dias de marcha, sobretudo quando começam a pisar-se ou apalpar-se (em fase de arrieiro), ou quando se ferem, ou finalmente quando viajam em tempo de chuva, que muito as incomoda, e arruína os arreios em poucos dias.<sup>129</sup>

Para que o *Itinerário* pudesse servir de prospecto a outras viagens, era preciso que a visão corográfica fosse uniformizada de acordo com coordenadas espaço-temporais que, nesse caso, eram sinalizadas em léguas pelos passos de animais de carga e montaria. Aos olhos atentos do militar, não escapavam

---

<sup>126</sup> KODAMA, 2008, p. 377.

<sup>127</sup> MATOS, 2004, p. II.

<sup>128</sup> HARTOG *apud* KODAMA, *op. cit.*, p. 381.

<sup>129</sup> MATOS, *op. cit.*, p. 27.

condições topográficas, climáticas, pluviométricas, além do volume do carregamento e comportamento dos animais. Nos excertos abaixo, percebemos o cuidado de Cunha Matos em anotar essas e outras variáveis de medida:

Saí do Registro às 2 horas e  $\frac{3}{4}$  da tarde; às 3 horas cheguei ao ribeirão Negro, que entra na Paraibuna, e às 3 horas e meia apeei-me no rancho de D. Francisca contíguo ao rio. O dia esteve claro: ao meio dia o termômetro apontava  $74^{\circ}$ , e às 8 horas da noite,  $66^{\circ}$ . Os caminhos não são maus: à esquerda fica a imensa mata dos rios Preto e Paraibuna, e à direita morros cobertos de mato virgem. Na fazenda do Pita e outras, vi plantações de milho, feijão, cana e café.<sup>130</sup>

Durante a minha marcha de hoje, sendo 9 horas e meia, escureceu repentinamente a atmosfera, e soprou vento rijo sudoeste com alguns aguaceiros que duraram meia hora. Passados eles, ficou o tempo claro. Às 7 horas da tarde ouvi trovões a oeste, para cujo lado saltou o vento. A chuva obrigou-me a entrar em uma pequena casa na borda da estrada, onde me demorei 25 minutos.<sup>131</sup>

Às 4 horas da madrugada, o termômetro em  $54^{\circ}$  minutos, vento norte rijo. Montei a cavalo às 5 horas e  $\frac{3}{4}$ , e seguindo a estrada ao rumo de oeste atravessei três pequenos córregos, braços do Santo Antonio e às 6 horas e 35 minutos cheguei a outro córrego em que há uma pequena ponte de lájeas. Às 7 horas e  $\frac{1}{4}$  ficava-me à direita, fora da estrada, uma grande casa, e um vasto canal de açúcar, à esquerda.<sup>132</sup>

Todas as descrições diárias do trajeto começavam com o mesmo procedimento: Cunha Matos identificava o horário exato de suas chegadas e saídas, frequentemente apontava as medidas termométricas identificadas ao longo do dia e descrevia a direção dos ventos. Em vários momentos, como na primeira citação, o militar comentava sobre o estado das estradas por onde passava, além de mencionar a existência de ranchos e plantações. Vez ou outra, como na segunda citação, chuvas torrenciais impediam-no de dar prosseguimento à marcha, obrigando-o a rever seu itinerário e fazer observações quanto ao tempo gasto em abrigos. Além disso, Cunha Matos determinava a localização dos elementos da paisagem, tendo como referencial seu lugar de espectador, como quando descreve: “à esquerda fica a imensa mata dos rios Preto e Paraibuna, e à

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p. 37.

direita morros cobertos de mato virgem”.

Com isso, o militar garantia que a pessoa que marchasse de acordo com seu *Itinerário* haveria de encontrar “rios, ribeirões, córregos, pontes, ranchos, casas, povoações, montanhas, e outras circunstancias que muito interessam a quem tem de fazer uma jornada”. Era a paisagem do percurso, que se descortinava multifacetada aos olhos daqueles que dispunham de recursos para apreciá-la. Na sua opinião:

Estas miudezas, mui vantajosas, não aparecem nos Itinerários que tenho visto, [...] e por isso regozijo-me de haver contribuído, ainda que fracamente, para uma empresa que em lugar nenhum é tão interessante como no Império do Brasil.<sup>133</sup>

Assim, ao transpor para o texto os detalhes de tudo quanto via na paisagem, Cunha Matos contribuía com “miudezas mui vantajosas” para o aperfeiçoamento do conhecimento geodésico, empresa que em lugar nenhum era “tão interessante como no Império do Brasil”, em razão da diversidade da natureza e da extensão do território nacional.

Como não podia registrar tudo, o militar delegava tarefas a seus subordinados, os quais eram estimulados a realizarem roteiros para depois os incorporarem ao escrito original do *Itinerário*. Essa obra pode ser caracterizada, portanto, como um empreendimento coletivo, “coleção de memórias” da qual Cunha Matos era organizador.

A objetividade não invalidava o exercício de apreciação subjetiva da paisagem vislumbrada ao longo do trajeto. Ao descrever o Morro dos Arrependidos, situado nos arredores de Juiz de Fora, Cunha Matos observa:

Alguns dão a este morro o nome de Bela Vista, e com razão, por se desfrutar daqui um golpe de vista imenso e em extremo agradável àqueles que desejam contemplar as preciosas produções vegetais deste distrito favorecido em grau eminente pela natureza.<sup>134</sup>

Em outro momento, ao traçar o caminho do rancho do Juiz de Fora ao do Moreira, ele comenta: “Passei um ribeirão, com ponte arruinada, junto da qual se

---

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 18.

acha uma grande cruz. Esta posição é agradável”.<sup>135</sup> Nas margens do ribeirão Prepetinga, na divisa da província de Minas com a de Goiás, o militar deixa transparecer sua admiração ao mencionar: “Há aqui uma várzea imensa povoada das mais formosas palmeiras buritis, e um morro de figura mui singular”.<sup>136</sup> Cunha Matos surpreende-se positivamente, no primeiro exemplo, pelo vasto panorama que o morro “Bela Vista” proporciona-lhe; no segundo, pelo cenário romântico formado pela cruz junto à ponte em ruínas; e no terceiro, pela singularidade da topografia e sobranceira das palmeiras buritis.

Concebido como um diário, o *Itinerário* acabava por extrapolar os limites da descrição corográfica, absorvendo também o cotidiano da jornada e a subjetividade de seu autor. No trajeto, nem tudo eram flores: durante marcha pela Serra da Mantiqueira, a “monotonia dos bosques”<sup>137</sup> frequentemente aborrecia Cunha Matos; e o “subir e descer morros de barro”,<sup>138</sup> fazia-lhe perder a paciência.

Os comentários negativos quase sempre coincidiam com situações em que os caminhos eram muito acidentados, como no trajeto até o arraial de Carabandela: “A jornada de hoje apesar de ser curta foi aborrecida por ter uma monotonia quase constante. Uma áspera subida: um chapadão de 1 légua de comprido, e um cerrado de ½ légua, tudo coberto de calhau miúdo que estraga os cascos dos animais”.<sup>139</sup> Confirma-se, assim, o ditado popular: *para descer, todo o santo ajuda; para subir, a coisa muda*.

Na parte do *Itinerário* relativa a Minas Gerais, as informações são agrupadas regionalmente de acordo com a paisagem geográfica, constituindo um dos primeiros esforços de sistematização da diversidade física, econômica e social dessa província. Seguindo o roteiro de Cunha Matos, identificamos, basicamente, tres regiões: a da serra da Mantiqueira, que compreende o trajeto desde o Rio de Janeiro até os campos contíguos à vila de Barbacena; a do Campo das Vertentes, delimitada desde aquela vila até o rio São Francisco; e a do sertão, correspondente à marcha desde aquele até o rio Paranaíba.

Sobre a Serra da Mantiqueira, era ela o primeiro contato de um viajante

---

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 63.

com Minas, cenário significativo para todos aqueles que partiam do Rio de Janeiro em direção ao interior do Brasil. Imaginamos o quanto Cunha Matos se impressionou com essa formação geológica através das descrições que ele faz da paisagem no *Itinerário*:

Os morros atravessam-se em diferentes sentidos, ora formando largos vales em que serpenteiam águas cristalinas, ora deixando extensas gargantas e desfiladeiros, ora mostrando muralhas de argila talhadas a pique, em cujas encostas se acham caminhos tortuosos, por onde o homem e a besta carregada passam desviando-se da borda de alcantilado precipício.<sup>140</sup>

Rica em detalhes, essa descrição sugere-nos que o ambiente da Serra da Mantiqueira fornecia verdadeiro “banquete aos olhos” dos viajantes, haja vista a profusão de cores e formas assumidas pelos elementos da natureza: nela, os morros descritos por Cunha Matos parecem realizar uma insólita coreografia, atravessando-se em diferentes sentidos.

Notemos que a comoção do militar em relação à paisagem brasílica expressa-se na pintura de palavras, revelando incontinência das expressões de maravilhamento. Em suma, tudo encantava Cunha Matos, que tinha seus sentidos arrebatados pela opulência e dramaticidade da paisagem nacional.<sup>141</sup>

Embora apreciasse o panorama do país recém-egresso dos “braços da natureza”, o militar reprovava o estado precário das vias de comunicação. Segundo ele:

Os caminhos abertos a machado em toda a extensa região da serra só merecem o nome de estradas no Brasil, há pouco saído dos braços da natureza. Alguns são de tal modo sombrios por causa das árvores de imensa altura de que estão bordados, que obstam completamente ao enxugo do terreno.<sup>142</sup>

A partir da vila de Barbacena, o relevo aplaina-se e os padrões de vegetação começam a mudar. Cunha Matos estava adentrando o Campo das Vertentes, região que se estendia até as bordas do rio São Francisco:

---

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>141</sup> No século XIX, a paisagem foi o repositório de forças, valores e sentimentos diversos a serem integrados ao patrimônio do Estado Nacional. Assim, exuberância, bucolismo, temor, harmonia, simplicidade, melancolia, heroísmo, ordem, tranquilidade, desafio, transcendência, mistério foram alguns dos sentidos assumidos pelas paisagens nacionais. MURARI, 2009, p. 42.

<sup>142</sup> MATOS, 2004, p. 28.

Entrei hoje em vários capões do campo: o seu arvoredo é menos denso, alto e robusto do que o mato virgem da serra. Tem algumas malhadas feitas pelo gado vacum e cavalar, que já pro aqui existe. Os capões não só se parecem com os oásis no deserto, ou ilhar do oceano, mas também os campos apresentam agora o aspecto de um vasto mar de sargaço, sendo as quebradas do terreno mui semelhantes às grandes vagas do oceano no tempo de calmaria. Tenho visto mui pouca agricultura, e até se sofre escassez de milho para a gente e gado. Observo que a água das fontes e torrentes destes campos é mais quente do que a dos rios e córregos da serra que estão protegidos da sombra das matas.<sup>143</sup>

Para descrever essa região, o militar contrasta a paisagem dos campos com a das matas, estas recentemente deixadas para trás. Desse modo, se na Mantiqueira o panorama era um “mar de morros”, composto por matos virgens e arvoredos robustos, na região dos campos, via-se um “vasto mar de sargaço”, sendo os desníveis do terreno “mui semelhantes às grandes vagas do oceano no tempo de calmaria”. Nesse contexto, a metáfora náutica funciona como um recurso de apreciação estética da paisagem, além de conferir movimento à composição.

A agricultura é outro elemento que diferencia as regiões perpassadas pelo *Itinerário*. Enquanto nas fazendas, entre os rios Preto e Paraibuna, Cunha Matos havia visto plantações de milho, feijão, cana e café, nos campos ele se queixava de “mui pouca agricultura”.

No entanto, a vegetação campestre não era de todo estéril ao homem: em outra passagem, o militar comenta sobre sua utilidade para as atividades econômicas da região: “Estes capões servem não só para se fazerem roçados, mas também neles se recolhe o gado no tempo do calor para se livrar do sol e da mutuca (moscardo) que o persegue”.<sup>144</sup>

Em estudo crítico para a primeira reedição do *Itinerário*, Afonso de Alencastro Graça Filho analisa as intenções políticas e intelectuais subjacentes ao empreendimento corográfico de Cunha Matos, avaliando a contribuição da obra desse militar para a representação da diversidade econômica de Minas Gerais. Na opinião daquele autor, a atenção que Cunha Matos reserva ao comércio e às atividades econômicas desenvolvidas no território por onde passou é um dos aspectos mais relevantes do *Itinerário*, sendo que seus relatos traçam, com rápidas

---

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 31.

pinceladas, os elementos que iriam ampliar lentamente o mercado nacional.

A precisão dos relatos de Cunha Matos sobre o estado econômico das vilas e arraiais mineiros corrobora, por sua vez, para a refutação da tese da decadência de Minas Gerais no Oitocentos, perspectiva de análise já combatida por Graça Filho em trabalhos anteriores.<sup>145</sup> Para este último autor:

Assim como nas obras de outros visitantes que por aqui passaram, o cenário econômico é desigual regionalmente e socialmente, mas nunca aflora de qualquer um desses textos uma Minas mergulhada em lastimável pobreza geral.<sup>146</sup>

Cunha Matos não teria encontrado, portanto, a província em decadência, mas, sim, em progressiva diversificação de sua estrutura produtiva. Isso confirma a máxima do viajante Auguste de Saint-Hilaire: “se existe alguma região que possa dispensar o resto do mundo, será certamente a Província das Minas”.<sup>147</sup>

O contraste de paisagens característico de Minas não poderia ser mais evidente do que quando o *Itinerário* adentra o sertão que se estende do arraial de Bambuí até a fronteira com Goiás. Sobre essa região, Cunha Matos observa:

O terreno que fica entre o rio de São Francisco e o Paranaíba, a que vulgarmente se dá o nome de sertão ou deserto, apresenta tantos caracteres físicos, civis e políticos diferentes de outras porções de território das Minas Gerais, que quase se pode afirmar que não é o mesmo país, por não haverem os mesmos idênticos usos e costumes em várias circunstâncias da sociedade.<sup>148</sup>

Para Cunha Matos, a paisagem sertaneja era tão diferente da paisagem de outras regiões que nem parecia se tratar de uma única Minas. Notemos que o autor utiliza o termo “sertão” como sinônimo de *deserto*.<sup>149</sup> Ademais, não existiam padrões de transição entre uma zona vegetacional e outra, ocorrendo gradações ora amenas, ora bruscas nos matizes da paisagem mineira. Assim, ao constatar a diversidade do território mineiro, a visão corográfica dava margens a

---

<sup>145</sup> GRAÇA FILHO, 2002, p. 43.

<sup>146</sup> GRAÇA FILHO, In: MATOS, 2004, p. XXIV.

<sup>147</sup> SAINT-HILAIRE, 1975, p. 46.

<sup>148</sup> MATOS, *op. cit.*, p. 64.

<sup>149</sup> De modo geral, o termo *sertão* denotava áreas extensas de natureza indômita sobre as quais havia pouca informação. Seu par antitético era *litoral*, faixa de terra junto ao mar, que também poderia significar espaço conhecido, delimitado, colonizado, em suma, espaço da civilização. Opostos complementares, essas são categoriais essenciais à compreensão da realidade brasileira. AMADO, 1995, p. 145 – 151.



questionamentos sobre a verossimilhança das imagens de unidade nacional.

A diversidade da paisagem humana e os diferentes níveis de civilização são outros aspectos salientados por Cunha Matos em sua trajetória pelo sertão de Minas Gerais. Segundo ele: “Os homens nesta parte do sertão apresentam um caráter mais grosseiro, menos civilização, mais preguiça, porém a mesma bondade natural dos moradores do resto da Província”. E acrescenta: “A pobreza por aqui é maior e a falta de indústria muito sensível”.<sup>150</sup> Nesse sentido, o *Itinerário* era uma catalogação de regiões,<sup>151</sup> registro de uma paisagem indômita que urgia ser incorporada à institucionalidade do Estado nacional.

Ao finalizar seu trajeto pela província de Minas Gerais, na iminência de adentrar em território goiano, Cunha Matos ainda pinta um quadro geral da diversidade econômica que ele havia encontrado nos arraiais do sertão:

Cumpre-me observar neste lugar que dos quatro arraiais que tenho visto depois da minha entrada no sertão, a saber: Bambuí, São Pedro, Patrocínio e Carambandela, o primeiro, por ser filho da mineração está caindo em ruínas, e os outros três, por serem construções de agricultores, vão em aumento, e acham-se assentados em lugares altos e saudáveis.<sup>152</sup>

Aqui fica clara a idéia de “desagregação de uma imagem homogênea da província”<sup>153</sup> de que nos fala Graça Filho: em uma mesma região, poderiam conviver, a poucas léguas de distância uns dos outros, arraiais que, por serem “filhos da mineração”, estavam em franca decadência e núcleos urbanos florescentes cujo mérito era serem “construções de agricultores”. Segundo esse autor, a estagnação econômica não era generalizada, já que muitas povoações tinham suas bases produtivas em outras atividades que não na mineração aurífera. Assim, pelas experiências relatadas no *Itinerário*, percebemos os matizes econômicos, sociais e naturais de que se compunha o complexo território mineiro.

A concepção de espaço expressa por Cunha Matos, homem da administração imperial, é a de uma unidade territorial objetiva, preconcebida por critérios naturais. Mais do que desígnios de Deus ou recortes da natureza, as regiões eram fruto da administração dos homens, os quais eram responsáveis pelo

---

<sup>150</sup> MATOS, 2004, p. 65.

<sup>151</sup> SÜSSEKIND, 1990, p. 217.

<sup>152</sup> MATOS, *op. cit.*, p. 69.

<sup>153</sup> GRAÇA FILHO, 2002, p. 233.

estado decadente ou florescente dessas áreas.

No comando das armas de Goiás, Cunha Matos conheceu profundamente o interior do Brasil, relacionando-se com membros das elites regionais e se interando dos projetos políticos deles. Em 1826, ele foi duplamente eleito deputado geral, por Goiás e Minas, tendo sido aceito pelo Parlamento como representante da primeira província. Em reconhecimento ao gesto do eleitorado mineiro, o militar dedicou-lhe a *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*:

Escrevendo e oferecendo-vos esta Corografia, satisfaço uma parte do tributo que devo ao povo mineiro, e trago-vos à memória os gloriosos feitos de vossos antepassados. Queiram os céus que homens mais instruídos e laboriosos se proponham acrescentar o muito que falta neste meu trabalho. E que os habitantes de Minas conheçam exatamente o que foram, o que são e o muito que podem vir a ser.<sup>154</sup>

Iniciada provavelmente em 1831, essa obra permaneceu manuscrita, sugerindo-nos que seu autor não a considerava pronta para o prelo. Talvez Cunha Matos almejasse aprimorar o texto ou desejasse que “homens mais instruídos e laboriosos” que a ele acrescentassem o que faltava em seu trabalho. Isso confirma outra característica de seu método: a permanente retificação das informações.

A dedicatória também nos revela a importância conferida por Cunha Matos à historicidade do território nacional, confirmando o papel do conhecimento corográfico como instrumento pedagógico: para o militar, ao trazer à memória dos mineiros os “gloriosos feitos” de seus antepassados, ele contribuía para que os habitantes de Minas conhecessem o que foram, o que eram e o que poderiam vir a ser.

Na introdução, Cunha Matos expõe a necessidade de registrar as informações coletadas durante expedições militares. Segundo ele: “O meu fim é não perder para sempre os materiais que me custaram muitas fadigas e muitos desvelos em coligir e ordenar”. Essa finalidade está consoante com a política do IHGB, instituição que se pautava por coligir e sistematizar documentos para a escrita da história nacional. Cabe também lembrar que a *Corografia Histórica* foi escrita no contexto em que Cunha Matos dirigia dois importantes espaços da

---

<sup>154</sup> MATOS, 1981, p. 29.

intelectualidade brasileira oitocentista: a SAIN e o próprio IHGB.

Embora seja uma continuidade do *Itinerário*, a *Corografia Histórica* se diferencia dele quanto à organização do conteúdo: se, na primeira obra, a distinção das regiões é feita com base na paisagem geográfica, identificando-se três padrões orográficos e vegetacionais, na segunda, o critério de representação são as divisões jurídico-políticas.

Essa escolha metodológica determina a forma como as informações são dispostas ao longo dos textos: enquanto no *Itinerário*, a sequência narrativa segue um enredo, que é o trajeto de Cunha Matos pelo interior do país, na *Corografia Histórica* a descrição dos lugares é feita de forma semelhante a uma catalogação de dados, seguindo-se um formulário predeterminado:

No tocante às cidades, vilas e arraiais, a sua descrição deverá ser pelo modo seguinte: a) Está situada na latitude ....., e longitude de .....; b) Em terreno (elevado, ou .....); c) Junto da margem (esquerda ou direita) do rio .....; d) Teve princípio no (dia, mês e ano), com o nome de ....., na fazenda de ..... (ou lavra) de fulano; e) E recebeu título de (vila, cidade) por (decreto, alvará, resolução) de (dia, mês e ano); f) Consta atualmente (1831) de: ....., praças; ..... ruas; ..... casas habitadas; habitada por ..... almas; ..... casas desertas; ..... casas em construção; ..... templos, dos quais ..... paroquiais; ..... pontes (de pedra, ou de madeira); ..... chafarizes; g) Existem ..... escolas; h) Os ares são (saudáveis ou doentios) por razões de .....; i) Acha-se em estado (florescente, ou decadente) por motivo de .....; j) Fica a ..... léguas, no rumo de ....., da capital da Província, e a ..... léguas da cabeça da Comarca.<sup>155</sup>

Tais critérios são de três tipos: primeiramente, informações geográficas, como latitude, longitude, tipo de terreno, fronteiras fluviais, além de distâncias em relação à Corte, à capital provincial e à cabeça da comarca. Em segundo lugar, informações históricas, a saber: data de fundação, localização do arraial primevo, nome do fundador e titulação. Por fim, informações diversas que poderiam ser agrupadas sob a rubrica de “indicadores de progresso”: qualidade dos ares, estado de desenvolvimento, número de praças, ruas, casas, templos, pontes, chafarizes e escolas. É possível que esse roteiro metodológico tenha servido de parâmetro para outras corografias da época.

---

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. 47.

Vimos que a percepção da diversidade é um dos aspectos mais marcantes da obra de Cunha Matos. Na *Corografia Histórica*, a diversidade mineira manifesta-se em todos os âmbitos, desde o clima até o perfil moral de seus habitantes. Sobre esse primeiro tópico, o militar considera o clima “sumamente benigno à conservação animal e vegetal”:

As localidades, contudo, influem muito na natureza do clima de maneira que, enquanto em um terreno se experimenta grande frio, em outro pouco distante se sofre infinito calor. Isto procede da altura das terras, da direção das montanhas, das gargantas ou desfiladeiros que elas formam, da densidade das matas e da quantidade e qualidade das águas que regam ou se acham estagnadas nas terras.

De acordo com Cunha Matos, o clima em Minas poderia variar de um “grande frio” a um “infinito calor” em apenas algumas léguas de distância. Ele já havia percebido isso à época do *Itinerário*, quando a diferença de temperatura entre os córregos da serra da Mantiqueira e as fontes e torrentes que corriam pelos campos chamou-lhe a atenção. Nesse sentido, as localidades constituíam-se úteis medidores para se saber qual o clima predominante em determinada região.

Desde seus primeiros contatos com os tipos humanos que povoavam o trajeto do Rio de Janeiro à província de Goiás, Cunha Matos vinha investindo na tentativa de definição do caráter mineiro. Na busca por um retrato fidedigno da diversidade, ele mapeia as virtudes e defeitos característicos desse povo:

O povo mineiro é quase, em geral *honrado, honesto, pacífico, trabalhador, generoso, hospitaleiro, inclinado às ciências e artes liberais*, e em extremo *amante de sua pátria*. Assim como em todos os países do universo, também se encontram pessoas de qualidades absolutamente opostas às precedentes, as quais são *ferozes, vingativas, bandoleiras e inimigas do trabalho*.<sup>156</sup>

Nessa passagem, Cunha Matos utiliza-se do recurso de polarização das imagens para evidenciar que, se existiam pessoas “honradas, honestas, pacíficas, trabalhadoras, generosas, hospitaleiras e patrióticas”, também havia aquelas que eram “ferozes, vingativas, bandoleiras e inimigas do trabalho”. Assim, ao definir estereótipos regionais, a visão corográfica delineava traços do caráter nacional, perspectiva pela qual os mineiros eram pensados.

---

<sup>156</sup> *Ibidem*, p. 82, grifo nosso.

Tanta diversidade certamente era difícil de ser totalmente apreendida e categorizada. Embora tenha estruturado a *Corografia Histórica* de acordo com as divisões administrativas e eclesiásticas da província, Cunha Matos mostrava-se insatisfeito com a não correspondência entre esse traçado e as regiões geográficas de Minas. Segundo ele, a sobreposição de poderes e jurisdições “prova a necessidade de se fazer uma demarcação paroquial mais interessante aos povos da província do que aquela que atualmente se acha estabelecida pelo direito de antigas posses”.<sup>157</sup> Assim, a *Corografia Histórica* revela o esforço de toda uma geração de políticos e intelectuais em conhecer o território brasileiro para melhor dividi-lo e administrá-lo.

As obras destes dois autores, Cunha Matos e Aires de Casal, levam-nos a estimar que as representações corográficas do Império do Brasil e, mais especificamente, de Minas Gerais no século XIX desenvolveram-se de acordo com paradigmas metodológicos complementares: a *erudição*, representada pelas pesquisas arquivística e bibliográfica de caráter exaustivo, e a *empíria*, resultado de viagens, geodésias e técnicas de gestão do espaço.<sup>158</sup>

Aires de Casal, representante do eruditismo no gênero corográfico, compôs *Corografia Brasílica* com base em farta bibliografia. O resultado de seu empreendimento foi uma obra de alta qualidade no tocante à elaboração de uma síntese do território brasileiro, todavia pobre em termos de matizes regionais.

Cunha Matos, sem ostentar vaidade de erudição, registrou nas páginas de seu *Itinerário* o cotidiano das jornadas que fizera pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais em direção a Goiás, não descuidando de representar cada detalhe do relevo, da vegetação e dos tipos humanos que encontrou em seu caminho. A experiência, pressuposto do método empírico, fez aguçar nele a percepção da diversidade que caracterizava o interior do Brasil no Oitocentos, onde cada região tinha histórias e dinâmicas econômicas próprias. Outro ponto é que a possibilidade de ver a paisagem com os próprios olhos permitiu ao militar dar-se conta da transitoriedade das relações entre o homem e os elementos da natureza.

Ao escrever a *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, Cunha Matos conjugou experiência de campo à pesquisa de documentos e autores

---

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 116.

<sup>158</sup> FRÉMONT, 1980, p. 93.

consagrados, consultando, inclusive, Aires de Casal. Cremos que essa obra tenha se tornado referência ao longo do século XIX, pois descreve com exatidão as redes de comunicação, além das divisões políticas e eclesiásticas de Minas Gerais. Provavelmente, o elogio do militar à hospitalidade e à polidez dos mineiros fez com que outros viajantes enxergassem aqueles habitantes da província como tal, contribuindo assim para a construção do paradigma da mineiridade.

Se entre a *Corografia Brasílica*, o *Itinerário* e a *Corografia Histórica* existem sutis diferenças no que diz respeito ao método de representação, elas se assemelham quanto ao seu significado para a história do gênero corográfico: são obras seminais que lançaram as bases do conhecimento sobre o território nacional, combinando o projeto da unidade à perspectiva das diversidades regionais.

## 1.2 Corografia e política imperial

Erudição e empiria foram, portanto, os fundamentos de muitos dicionários, compêndios escolares e obras de divulgação científica elaborados sobre o Brasil no século XIX. Nesse período, as corografias seguiram importantes diretrizes programáticas, que são a instituição da nacionalidade e a lapidação da nação, associada aos ideais de progresso e civilização.<sup>159</sup> Sobre a produção corográfica que sucedeu *Corografia Brasílica*, Prado Júnior comenta:

Todos seus continuadores se contentariam em repetí-lo, corrigindo aqui e acolá os erros que se iam evidenciando, e pondo a matéria em dia. Podemos pois supor, sem injustiça para estes sucessores de Casal, que na falta de um compêndio como a *Corografia*, onde se reuniram as linhas gerais da geografia brasileira, pondo-a ao alcance fácil de todo mundo, teríamos ficado muito tempo ainda sem uma noção geral do país.<sup>160</sup>

As corografias que analisamos a seguir deitam raízes, de fato, no modelo

---

<sup>159</sup> Para Norbert Elias, a *civilização* expressa a consciência que o homem ocidental tem de si mesmo: “Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais”. ELIAS, 1990, p. 23. *Progresso*, por sua vez, sintetiza a crença do homem na marcha da história. No Brasil, esses termos adquiriram significados especiais, ligando-se ao ideal de transformação da natureza. Para os intelectuais do século XIX, a integração do Brasil ao conjunto das nações civilizadas somente aconteceria a partir da afirmação da originalidade do país, calcada na exuberância de sua natureza. MURARI, 2009, p. 95.

<sup>160</sup> PRADO JÚNIOR, In: CASAL, 1945, p. XXVI.

consagrado por Aires de Casal. No entanto, seus autores não se contentaram apenas em repetir, corrigir ou atualizar as informações sistematizadas por esse corógrafo; eles também captaram as marcas dos dilemas, desejos e esperanças que caracterizavam o Brasil de seus momentos.

### 1.2.1 A diversidade em verbetes

Ao compor o *Diccionario Topographico do Imperio do Brasil* (1834), José Saturnino da Costa Pereira<sup>161</sup> vivia um momento de otimismo em relação à ampliação das franquias provinciais. No prefácio de sua obra, o engenheiro fornece dados gerais sobre o Império Brasileiro, cuidando de observar que a melhor maneira de se perceber a totalidade deste seria a partir da consideração das particularidades provinciais:

Na vasta superfície do Brasil, abrangendo 5° de latitude ao N. do equador, e mais de 34° ao Sul; e com quase 18° de longitude nas visinhanças da Equinocial, *já se vê, que o país deve apresentar aspectos muito variados, terrenos de naturezas diversas, elevações, e vales diferentemente extensos, e configurados; diferentes climas, produções, etc., que não podem ser encarados debaixo de um só ponto de vista, para descreverem em geral, de maneira que se forme idéia do todo.* Remetemos por isso os nossos leitores aos Artigos, em que cada uma das Províncias individualmente se descreve, e onde se faz menção, de cada um dos objetos digno de observar-se na respectiva localidade, e onde podem ser considerados singularmente, sem relação ao todo.<sup>162</sup>

Nessa passagem, Costa Pereira atesta a impossibilidade de sintetizar o Brasil “debaixo de um só ponto de vista”, visto que esse país estava sob o signo da diversidade. A melhor maneira de se vislumbrar o território do país seria, portanto, remetendo-se às particularidades provinciais, as quais deveriam ser descritas em artigos independentes entre si. Isso nos revela um direcionamento

---

<sup>161</sup> José Saturnino da Costa Pereira (1773 – 1852) formou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra, tendo sido oficial do Corpo de Engenheiros e professor da Escola Militar. Por incumbência do governo brasileiro, escreveu diversos compêndios didáticos para uso da Escola Militar, tais como: *Dicionário Topográfico do Império do Brasil* (1834); *Compendio de Geografia elementar* (1836); *Elementos de cronologia* (1840); *Elementos de geodesia* (1840); *Lições elementares de óptica* (1841); *Elementos de astronomia e geodesia* (1845); *Apontamentos para a formação de um roteiro das costas do Brasil* (1848). BLAKE, 1893, v.2, p. 185 – 187.

<sup>162</sup> PEREIRA, 1834, p.V, grifo nosso.

lógico em que as diversidades perfaziam a unidade, perspectiva essa semelhante à de Aires de Casal.

Sobre a criação das províncias, Costa Pereira comenta que: “estas divizões tiveram por baze o commodo publico na administração da justiça, e o systema de indagação dos phenomenos da natureza não pode sempre quadrar com huma divisão de territorio feita com diverso fim”. Assim, o autor reconhecia o caráter artificial do sistema de divisão do Império, atestando a não correspondência entre limites políticos e fenômenos da natureza.

Mesmo tratando as províncias de maneira pormenorizada, Costa Pereira evita mencionar um importante objeto da descrição corográfica: os números de população. Isso porque “algumas notas, que podemos obter acerca da população, são baseadas em principios tão falíveis, que nenhuma confiança nos merecerão, para as transmitir aos nossos leitores”.<sup>163</sup> O próprio autor admitia que essa omissão tornava sua obra “imperfeita” e passível de críticas. A lacuna sobre a população, contudo, não foi exclusividade da obra em questão, tendo sido notado o mesmo problema em Aires de Casal.

Para Costa Pereira, a descrição parcial consistia num eficiente recurso para se delinear a superfície do Império. Contudo, ele não era adequado à representação do litoral brasileiro, visto que “Estas costas, vistas do mar, não apresentão aspectos semelhantes em toda a sua extenção”:

As descripções parciaes do litoral não podem, ao contrario, offerecer ideia clara do seu complexo: a direcção das Costas, os Recifes, e Baixos que as bordão; o sentido, e velocidade das correntes; os ventos geraes, as monções, as estações, etc., são circumstancias, que se não podem considerar, conservando o systema de divizão, em que as Províncias estão repartidas, e que nada tem de particular a estes respeitos...<sup>164</sup>

Sob a perspectiva do *Diccionario Topographico*, o Brasil revelava-se resplandecente, apesar de inacessível. Sua coesão fundamentava-se na diversidade de aspectos topográficos, climáticos e econômicos que caracterizavam cada uma das províncias que o compunham. Unidade e autonomia provincial eram, assim, faces de um mesmo projeto nacional.

Outra corografia composta sob forma semelhante à de Aires de Casal e

---

<sup>163</sup> *Ibidem*, p. XIII.

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. VIII.



Costa Pereira foi o *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil* (1845), de J. C. R. Milliet de Saint Adolphe. Segundo seu autor, essa obra foi resultado de

...vinte seis annos de residência e de longas peregrinações por diversas províncias do Imperio, com o auxilio d'um semnumero de manuscriptos, e de obras publicadas em diversas línguas por escriptores tanto antigos como modernos, e de muitos documentos officiaes.<sup>165</sup>

O subtítulo da obra sugere-nos a diversidade de assuntos que o geógrafo francês pretendia abordar:

A origem e historia de cada provincia, cidade, villa e aldeia; sua população, commercio, industria, agricultura e productos mineralógicos, nome e descripção de seus rios, lagôas, serras e montes; estabelecimentos litterarios, navegação, e o mais que lhes é relativo.

Coube a Caetano Lopes de Moura, médico baiano, radicado na França, o trabalho de tradução do manuscrito original para o português. A obra foi editada sob os auspícios de J. P. Aillaud, Vice-Cônsul de Portugal em Caen, e dedicada a D. Pedro II, com as devidas permissões especiais.

Na dedicatória ao monarca brasileiro, o editor define o dicionário que saía à luz: “Uma obra especialmente consagrada ao Brasil, que encerra a descripção geographica e ao mesmo tempo a história natural, civil, ecclesiastica, militar e comercial do vasto Imperio”.<sup>166</sup> Nesse sentido, alguns trechos do *Prólogo do Tradutor* escrito por Lopes de Moura para a edição portuguesa do dicionário revelam-nos o projeto político ao qual essa obra estava ligada:

A importância política e commercial d'uma nação depende necessariamente da bondade de suas instituições civis, das produções de seu sólo e industria, e primeiro que tudo de sua posição geographica. Appliquemos ao Brazil a ultima d'estas proposições, que é d'uma evidencia manifesta, e viremos a entender que poucos são os Estados, que consideramos debaixo d'este ponto de vista, occupão um tão distincto lugar entre as demais nações. Colocado no centro do mundo civilizado, cercado pela Europa, América do Norte, México e mais Estados das Índias Occidentaes, os portos do mar Pacifico, a Oceania, a

<sup>165</sup> SAINT-ADOLPHE, 1845.

<sup>166</sup> AILLAUD, In: *Ibidem*, p. 1.

Austrália, as Índias Orientaes e a China, este vasto continente, [...] com perto de 900 legoas de costa, parece que havia sido predestinado pela Providencia para ser o centro das transacções commerciaes de todo o mundo civilizado.<sup>167</sup>

Percebemos a preocupação do tradutor em construir uma imagem de nação compatível com os cânones de civilização e progresso. Segundo ele, dentre os atributos de importância comercial e política de uma nação, a posição geográfica era o principal, sendo de uma “evidencia manifesta”, se aplicado ao exemplo do Brasil. Ao situar o país em “um tão distinto lugar entre as demais nações”, denominando-o “vasto continente”, Lopes de Moura singularizava a identidade nacional, ao mesmo tempo em que inseria o Império “no centro do mundo civilizado”, habilitando-o a interceptar as relações comerciais de toda a comunidade internacional.

A condição de país extenso e bem localizado em relação às principais nações do globo, contudo, não era suficiente para que o Brasil despontasse como uma nação populosa e civilizada. Para isso, urgia implementar a imigração europeia, tal como o tradutor sugere:

Verdade é que a população do Imperio não corresponde com a vastidão de seu territorio; que com serem numerosos os povoados, ainda são poucos se se comparão com os que seria mister que houvessem; porém a emigração Européa, [...] tudo nos affiança que convidados e attrahidos da salubridade do clima, da fertilidade do sólo, e da hospitalidade do governo e dos habitantes do Brazil, novos colonos se determinarão a ir povoar os sertões d’um paiz tão favorecido da natureza, [...] d’um paiz onde com qualquer industria e com mui pouco trabalho podem ter a certeza de viverem numa abastança, de que nunca desfructarião no encerro das cidades da Europa.<sup>168</sup>

Era esta a finalidade precípua da obra: divulgar no exterior as qualidades do Império para que os colonos se sentissem atraídos pela uberdade do solo brasileiro, “onde com qualquer indústria e com mui pouco trabalho podem ter a certeza de viverem numa abastança”. As corografias estavam, portanto, afinadas com os problemas da política nacional, tais como o fim iminente do elemento servil e a necessidade de incentivar a colonização estrangeira no país; a revisão do sistema de divisão geral do Império e a implementação das relações comerciais e

---

<sup>167</sup> MOURA, In: *Ibidem*, p. VII.

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. IX.

diplomáticas do Brasil com países da Europa.

Diferentemente de outros corógrafos que trataram do Brasil “senão parcialmente, e cada um debaixo de diferente ponto de vista”, Lopes de Moura fazia crer que o empreendimento de Saint-Adolphe era “não já uma noticia succinta d’esta ou d’aquella provincia, d’esta ou d’aquella outra cidade ou villa, mas sim uma descripção geral e circunscrita de todo o Imperio”.<sup>169</sup> Percebemos nisso o antagonismo da questão regional no campo das representações corográficas oitocentistas: enquanto, para alguns autores, a região fornecia a melhor perspectiva da diversidade nacional, para outros, sua importância era preterida em face de uma síntese geral.

### ***1.2.2 Compêndios escolares e a lapidação da nacionalidade***

Nos Estados nacionais que se constituíram ao longo do século XIX, os agentes da unificação tiveram de arcar com a presença, antagônica e/ou complementar, das identidades políticas regionais: em estudos sobre a Terceira República na França, Anne-Marie Thiesse percebe nuances na relação entre regionalismos e identidade nacional. No caso francês, as identidades regionais não se desenvolveram em oposição ao nacionalismo emergente, mas sobreviveram como forma consensual que buscava evitar os excessos da centralização.<sup>170</sup>

Sob essa ótica, a nação constituía-se um conjunto harmonioso de regionalismos complementares, fundamentados na máxima: “A unidade (nacional) é rica por suas diversidades (regionais)”.<sup>171</sup> No processo de construção do Estado nacional francês, o ensino público primário foi uma das instituições responsáveis por promover a imagem da França como síntese ideal do continente europeu, nação composta por diferentes regiões que, em conjunto, perfaziam uma totalidade harmônica. Os sentimentos patrióticos também eram ensinados aos franceses, que aprendiam desde cedo que, no amor pela “pequena pátria”, ou região, residia o respeito pela “grande pátria”, ou nação.<sup>172</sup>

---

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. X.

<sup>170</sup> THIESSE, 1995, p. 5.

<sup>171</sup> *Idem*, 2009, p. 15.

<sup>172</sup> Para Thiesse, a “pequena pátria” era o espaço familiar no qual a criança fazia suas primeiras descobertas e ao qual ela estava espontaneamente ligada. Nesse sentido, o ensino regional deveria ser ao mesmo tempo uma educação intelectual, estética e afetiva. Na escola, as crianças aprendiam a perceber o espaço familiar não somente como terreno agrícola, local de trabalho

A relação entre Estado nacional e regionalismos políticos no Brasil aproxima-se da experiência francesa na tentativa de manutenção da unidade. No Brasil do século XIX, o regionalismo não se desenvolveu antagonicamente ao sentimento de identidade nacional, mas, sim, sob o signo de um pacto político de privilégios e concessões firmado entre as províncias e o governo central.

A inserção da visão corográfica nos projetos educacionais do Império foi, também, recurso bastante utilizado para forjar a nacionalidade brasileira em congruência com as identidades políticas provinciais. Não raramente, manuais de história e geografia eram os primeiros e únicos livros aos quais os alunos das instituições de ensino tinham acesso. Ademais, lembremos que, se hodiernamente os livros didáticos transparecem como fonte de referência marginal, no passado, essas publicações faziam parte da vida cultural brasileira, sendo investidas de autoridade que transcendia o âmbito escolar.<sup>173</sup>

As próximas corografias que analisamos foram elaboradas sob a forma de compêndios didáticos para serem utilizadas em instituições de ensino no Império. Seus conteúdos organizaram-se de acordo com as diretrizes da pedagogia da nacionalidade, objetivando lapidar o sentimento patriótico dos alunos em relação ao Império e às províncias natais.

Primeiramente destacamos a *Corographia ou abreviada História Geographica do Império do Brasil* (1829), de Domingos José Antonio Rebello. Escrita por um negociante local, essa obra foi oferecida especialmente aos alunos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, da cidade de Salvador.

No prefácio da *Corographia ou abreviada História Geographica*, Rebello esclarece a motivação de seu empreendimento, que era o “grande, e verdadeiro amor da Patria”, cuidando de apresentar o método que havia escolhido para cumprir o programa de sua obra:

Servir-me-há só de desculpa o grande, e verdadeiro amor da Patria, que me inflamma, e me excitou a emprehender animoso a coordinação desta Corographia Brasílica, na qual procurei aproximar-me a melhor methodo para clara intelligencia, e mais facil percepção dos principiantes; servindo a mesma de idéias preliminares de todo este Imperio nas suas 19 Provincias, designadas nas 19 Estrelas da nossa auri-verde Bandeira

---

dos pais, mas também como uma bela paisagem: “Tratava-se de uma conversão do olhar, substituindo o ponto de vista do trabalhador pelos do artista ou do turista”. *Ibidem*, p. 19.

<sup>173</sup> MELO, 2008, p. 30.

Nacional, e só particularmente extensa nas quatro Comarcas, que compõem esta Provincia, principalmente a de S. Salvador da Bahia, nossa dilecta, leal e valorosa Patria, com noticias circunstanciadas dos seus Templos, Estabelecimentos Publicos, e o mais que lhe he concernente.<sup>174</sup>

A intenção de Rebello era, portanto, apresentar “uma idéia aproximada em geral do Brasil, e em particular da Provincia da Bahia, isto é, do mais notável, e essencial á seu respeito”. Nisso se revela a lógica de percepção espacial do autor, que vai da totalidade do continente americano à especificidade municipal.

A exposição desse conteúdo não deveria ser extensa ou demasiadamente complexa, mas, sim, de “clara intelligencia, e mais fácil percepção”, abreviadas na medida certa para principiantes da visão corográfica.

Percebemos o valor utilitário do conhecimento do espaço, empregado na lapidação do patriotismo e na introdução dos estudantes no mundo da leitura. No juízo do autor, o estudo pormenorizado da província era ponto de partida para a ampliação dos horizontes estudantis, devendo ser empreendido antes de se conhecer a história e a geografia de outras nações:

É notável que senão aprenda, e saiba primeiro que nenhuma outra, a história do nosso belo Paiz natal, tratando-se em menos cabo aquilo que antes de tudo deve-se ler para conhecer-se a riqueza imensa das produções do nosso terreno admirável, para então seguir-se á dos Países Estrangeiros.<sup>175</sup>

Assim, ao reconhecer o Brasil como um país, mais especificamente o “país natal” tanto do autor quanto dos leitores, a *Corographia ou abreviada História Geographica* direcionava a perspectiva dos alunos de maneira a fazê-los perceber os particularismos de que se compunha a totalidade. Tal maneira de ver o mundo é certamente um dos elementos mais importantes na construção de qualquer identidade nacional, pois molda, desde tenra idade, a percepção espacial do sujeito, fazendo-o remeter-se sempre aos referenciais regionais e locais.

Para Rebello, era indesculpável que se ignorasse a grandeza do território nacional. A qualidade e a diversidade dos produtos naturais eram sinais evidentes da prosperidade nacional, as quais faziam do Brasil um “mimo da Natureza”:

---

<sup>174</sup> REBELLO, 1829, p. 1.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 2.

Não he pois o intenso amor da Patria quem agora falla he a Natureza prodigiosa, e que espanta ver a sua constante producção neste Paiz delicioso, e ameno nos tres Reinos Mineral, Animal, e Vegetal; onde quase sempre existe (pode-se assim dizer) huma continuada Primavera, e Outono, porque em todo o anno ha fructas, flores, todos os legumes, e hortaliças.<sup>176</sup>

Outra obra concebida para servir de guia à “mocidade estudiosa” foi o *Ensaio Corografico do Império do Brasil* (1854), escrito por Alexandre José de Mello Moraes<sup>177</sup> e Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva.<sup>178</sup> Esses autores, cuja produção intelectual foi profícua e muito conhecida durante o século XIX, autointitulavam-se, respectivamente, “Doutor em Medicina e membro de diversas sociedades científicas” e “Commendador da Ordem da Rosa, Cavalleiro da Imperial do Cruzeiro, e da de Christo, Chronista do Imperio, &c.”.<sup>179</sup> Esse arrolamento de títulos sugere-nos que vínculos institucionais e nobiliárquicos eram credenciais que autorizavam esses homens a descrever o Império.

Chama-nos atenção o método utilizado pelos autores na elaboração da obra, segundo eles, um “opúsculo, extraído do que mais digno de atenção se há escrito acerca do Brasil”.<sup>180</sup> Essa definição sugere que o *Ensaio Corografico* seja, na verdade, como a *Corographia Brasílica*: um estado da arte sobre o que fora produzido até então, e não produto exclusivamente de observação empírica.

A compilação de informações certamente estava submetida a critérios de seleção, o que fica subentendido na seguinte advertência: “nele [no opúsculo] compendiamos tudo quanto achamos digno de atenção ou de nota, remetendo ao silencio aquilo que não nos pareceu credor de merecimento por qualquer motivo”. Assim, como num jogo de luz e sombra, o *Ensaio Corografico* revelava ao leitor uma imagem de Império aparentemente única, sob a qual se ocultavam camadas

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>177</sup> Alexandre José de Mello Moraes (1816 – 1882) foi um dos divulgadores da medicina homeopática no Brasil. No Rio de Janeiro, foi médico do Convento de Santo Antonio, tendo se ocupado, nos últimos anos de sua vida, a escrever sobre a história pátria. Constan, dentre sua produção intelectual: *Guia Prático de Medicina Homeopática para uso do povo* (1860); *Chronica geral e minuciosa do imperio do Brazil* (1882); *Genealogia de algumas famílias do Brazil* (1878). BLAKE, 1883, v1, p. 34 – 38.

<sup>178</sup> Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808 – 1865) participou ativamente do processo de independência do Brasil, tendo sido Comendador da Ordem da Rosa, Cavaleiro das Ordens de Cristo e do Cruzeiro, sócio do IHGB, da Biblioteca Clássica Portuguesa da Bahia, da Politécnica Prática de Paris e da dos Antiquários do Norte da Dinamarca. Destacamos seus seguintes títulos: *Corographia paraense* (1833); *Memórias Históricas da provincia da Bahia* (1852) e *Ensaio Chorographico do Imperio do Brazil* (1854). *Idem*, 1893, v.2, p. 256 – 259.

<sup>179</sup> MORAES; SILVA, 1854.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 1.

de perspectivas, escolhas teóricas e projetos políticos.

Na segunda metade do século XIX, a falta de consenso entre os governos provinciais e a emergência de regionalismos eram fatores que dificultavam o delineamento de um mapa definitivo do território nacional. Portanto, mesmo buscando compor uma imagem harmônica do Brasil, os autores não ignoram o caráter indefinido das fronteiras interprovinciais:

As alterações a que ora estão sujeitas as províncias do Brasil com as annuaes resoluções de suas respectivas assembléias legislativas, não permitem quasi fixar-se com segurança sua divisão interna.<sup>181</sup>

Quanto a Minas, os autores definem-na como a província mais montanhosa do Império. À uberdade do solo mineiro, onde “vegetam prodigiosamente os grãos”, eles acrescentam a proficuidade dos habitantes dessa província nas artes e nas letras:

Esta provincia é também notavel pelos gênios que tem apresentado, e frequentemente apresenta nos ramos scientificos, sendo patria do celebre fr. José de Santa Rita Durão, autor do poema Caramuru, e foi nella que compoz o doutor Thomaz Antonio Gonzaga a bellissima canção Marília de Dirceo.<sup>182</sup>

O legado cultural dos mineiros foi importante ingrediente na formação da identidade nacional. No século XIX, Minas era vista como uma síntese histórica do Brasil, terra de passado glorioso pela obstinada oposição de seus habitantes à opressão metropolitana. Aos mineiros, era atribuído papel de destaque na preservação das instituições políticas do país. Personagens da Inconfidência de 1789, como Tomaz Antonio Gonzaga, tiveram sua verve libertária filtrada pelos agentes construtores do Estado nacional. Nas palavras de Maria Arminda do Nascimento Arruda: “a alusão antiga à rebeldia dos mineiros transmutou-se, assim, nas falas de ordem, de equilíbrio e de preservação da unidade”.<sup>183</sup>

No Brasil, a visão corográfica esteve frequentemente relacionada a uma

---

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 179.

<sup>183</sup> ARRUDA, 1999, p. 71.

concepção de história que atribuía à natureza o prognóstico da grandiosidade nacional. Específico dessa perspectiva é o comentário de Mello Moraes em outra obra de sua autoria, a *Corographia historica, chronographica, genealógica, nobiliária e politica do Império do Brasil* (1863):

Parece que a Providencia Divina tinha encaminhado a Pedro Álvares Cabral, na descoberta de um vastíssimo continente, para servir de refugio, mais tarde a dynastia dos Bourbons, e de amparo á nação portugueza. O modo como foi descoberto este grande imperio do Brasil, revela um milagre que claramente nos demonstra os mysterios de Deos, quando ao porvir das nações. Depois que principiou o Brasil a ser colonizado, [...] na côrte de Lisboa homens leaes e pensadores, pelos conhecimentos que adquerirão do continente brasileiro, olharão para o Brasil, não como um territorio de especulação mercantil, porem como a taboa de salvação da monarquia portugueza.<sup>184</sup>

Nessa passagem, chama-nos atenção a associação semântica que o autor estabelece entre os termos *continente*, *império* e *nação*. Primeiramente, ele faz referencia à descoberta de um “vastíssimo continente”, que teria servido posteriormente de refúgio à dinastia bourbonica e amparo à “nação portuguesa”. Na frase seguinte, o objeto da descoberta passa a ser o “grande império do Brasil”, como se este precedesse ao continente americano. O comentário completa-se com uma menção ao “continente brasileiro”, que teria servido de experiência aos aventureiros e tábua de salvação para a “monarquia portuguesa”.

Longe de se ser fortuita, a aparente indistinção entre termos geográficos (continente) e conceitos políticos (nação, império, monarquia) indica um modo de conceber a história do país. Para Mello Moraes, o que Cabral e seus companheiros descobriram foi um “vastíssimo continente”, que se tornou “continente brasileiro” por meio da ação dos homens que o batizaram como tal. Nesse raciocínio, os limites do território nacional confundem-se com a vastidão dos limites naturais da América do Sul. Notemos que, em momento algum, o autor faz menção às relações de fronteira entre o Brasil e outros países da América do Sul. Sob essa perspectiva centrada no *grande Império do Brasil*, Portugal era como um naufrago frágil que chega às costas brasileiras e nelas deposita os resquícios de seu passado e as esperanças de seu futuro.

---

<sup>184</sup> MORAES, 1863, p. 12.



### 1.2.3 Joaquim Manoel de Macedo, uma imagem de Brasil para se mostrar ao mundo

A imagem que o Império tinha de seu lugar no concerto das nações civilizadas transformou-se ao longo do Oitocentos, adquirindo contornos mais otimistas a partir do Segundo Reinado. Superadas as instabilidades do período regencial, o Estado monárquico atravessou as décadas de 1850 e 1860 em relativa paz, já que não mais urgia estabelecer as bases de um arranjo institucional. Naquele momento, o que mais importava era conhecer e inventariar as riquezas econômicas do país, lançando as sementes da identidade nacional de maneira a colher frutos de unidade, progresso e civilização.

Data desse contexto a produção de Joaquim Manuel de Macedo,<sup>185</sup> da qual analisamos *Noções de Corographia do Brasil* (1873). Essa obra de divulgação científica foi encomendada para ser apresentada na Exposição Universal de Viena em 1873.<sup>186</sup> Nesse mesmo ano, ela saiu à lume em duas edições: uma em português, impressa no Rio de Janeiro, e outra em francês, impressa em Leipzig.

Notemos que o formato e o conteúdo dessas edições são praticamente idênticos, salvo algumas alterações feitas pelo autor à guisa de melhor adaptar o texto a seus leitores. Por exemplo, a edição nacional possui prólogo no qual Macedo explica a razão de tal obra, que seria, basicamente, “divulgarem-se na Europa verdadeiros e precisos conhecimentos do Brasil considerado política, moral, econômica e fisicamente”.<sup>187</sup> Já na edição francesa, o autor provavelmente achou desnecessária tal justificativa.

Quanto à estrutura, *Noções de Corographia do Brasil* divide-se em duas partes: a primeira consiste num panorama do Império, contemplado nos seguintes

<sup>185</sup> Joaquim Manoel de Macedo (1820 – 1882) formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tornando-se sócio efetivo do IGHB, em 1845. Foi também professor de Corografia e História do Brasil no Imperial Colégio de Pedro II, de 1849 até o ano de sua morte. Além de sua conhecida produção literária, destacamos os seguintes títulos: *Lições de História do Brasil* (1861); *Lições de Corografia do Brasil* (1877); *Relatório da Terceira Exposição Brasileira em 1873* (1875); *Anno biographico brasileiro* (1876); *Ephemeride da História do Brazil* (1877). BLAKE, 1893, v.2, p. 183; MELO, 2008, p. 67.

<sup>186</sup> A Exposição Universal de Viena ocupou uma superfície de 16,2 hectares, tendo sido composta por quatro pavilhões: o Palácio Prater e os pavilhões de belas artes, maquinária e agricultura. Durante o período em que esteve aberta ao público, a exposição recebeu, aproximadamente, 25.760 expositores e aproximadamente 7.254.687 visitantes. TURAZZI, 1995, p. 37.

<sup>187</sup> MACEDO, 1873a, p. 1.

aspectos: esboço histórico; posição astronômica e limites; clima; ilhas principais; estreitos e cabos principais; baías e portos; sistema orográfico; sistema hidrográfico; produções naturais; indústria, comércio e progresso material; sistema de governo e de administração; civilização e população; colonização e catequese. Na segunda parte, há informações sobre cada uma das províncias, sistematizadas à semelhança do modelo instituído por Aires de Casal.

Essa divisão de conteúdos evidencia o olhar de Macedo sobre o Brasil, “país tão grande, e grandioso”,<sup>188</sup> como ele mesmo diz. Ao apresentar as informações gerais em primeiro plano, reservando às províncias parte posterior, o autor parece esclarecer que, na sua concepção, singularidades regionais existiam em função de uma unidade político territorial superior.

No prólogo, Macedo esclarece seu método de análise, que consistiu em coligir “numerosas obras, e compêndios de geographia, importantes trabalhos de engenheiros, e sábios viajantes naturalistas nacionais e estrangeiros”. Assim, ao estabelecer quais eram os estudos clássicos, o autor contribuía para a instituição de uma tradição corográfica nacional. Notemos que, no topo de sua hierarquia, figura a *Corographia Brasílica* a cujo autor ele tece elogios:

Aires de Casal, o mais antigo dos nossos corógrafos, é até hoje não só o mestre e o guia de quantos têm escrito depois dele, apresentando quadro ou estudo geral, mas ainda aquele que menor número de erros tem posto em circulação literária! Além de Aires de Casal quase que é licito afirmar que nenhum outro escritor conseguiu derramar maior copia de luz sobre a corografia geral do Brasil.<sup>189</sup>

Em contraposição, quando trata do *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo*, de Milliet de Saint-Adolphe, Macedo observa que, embora fosse popular e tivesse como fonte principal a *Corographia Brasílica*, suas páginas estavam cheias de “informações inexatas”, chegando, por isso, a desmerecer confiança. Os motivos pelos quais ele desqualifica a obra de Saint-Adolphe, incensando Aires de Casal, parecem-nos estar relacionados à valorização da produção corográfica nacional em detrimento das versões estrangeiras. Ademais, lembremo-nos de que, para os intelectuais oitocentistas, era de bom tom não contestar a veracidade das afirmações contidas na obra de Aires de Casal, dada a

---

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 4.

aura de precursor que envolvia esse erudito.

Vale destacar um eixo de análise entre *Noções de Corographia do Brasil* e a *Corographia Brasílica* que se manifesta em dois direcionamentos: a valorização da historicidade das divisões políticas do território brasileiro e a ênfase no papel unificador dos colonizadores e da religião.

Na primeira parte de *Noções de Corographia do Brasil*, Macedo descreve as instituições indígenas antes da colonização: “Ils étaient jaloux de leur indépendance, mais incapables de la maintenir, à cause de leur profonde ignorance, de leur subdivision en petites hordes et des haines profondes qui les séparaient”.<sup>190</sup> O argumento da incapacidade dos indígenas para se autogovernarem encontra eco nas assertivas de Aires de Casal já analisadas: “Não tem religião, nem letras ou coisa que supra”.<sup>191</sup>

Em análise sobre o sistema de divisão territorial adotado pelos portugueses nos primórdios da colonização, Macedo novamente se aproxima das opiniões de Aires de Casal ao apontar a inconveniência das capitânicas hereditárias para a unidade das possessões coloniais. Segundo ele:

L’expérience montra bientôt, même dans les capitaineries les plus prospères, les graves inconvénients de ce système, et le meme roi [Dom João III] créa, en 1549, un gouvernement general du Brésil dont la capitale fut la ville de Salvador qu’il fit fonder dans la baie de Tous-les-Saints.<sup>192</sup>

Notemos que o intento de Aires de Casal era enfatizar as qualidades do legado institucional português de maneira a legitimar os laços que ainda uniam o reino do Brasil a Portugal. Macedo, por sua vez, buscava passar para o mundo a imagem de um país institucionalmente avançado que, desde cedo, havia trilhado a senda da unificação. Como ambos eram agentes construtores do Estado nacional, mesmo que em diferentes momentos, é compreensível suas simpatias por formas pretéritas de governo mais centralizadas, como o Governo Geral.

---

<sup>190</sup> “Eles eram ciosos de sua independência, mas incapazes de mantê-la, por causa de sua profunda ignorância, de sua subdivisão em pequenas hordas e dos ódios profundos que os separavam” *Ibidem*, 1873b, p. 4, tradução nossa.

<sup>191</sup> Cf. p. 50.

<sup>192</sup> “A experiência mostraria bem cedo, mesmo nas capitânicas mais prósperas, os graves inconvenientes deste sistema, e o mesmo rei [Dom João III] criaria, em 1549, um governo geral do Brasil, cuja capital foi a vila de Salvador que ele fundou na baía de Todos os Santos”. MACEDO, *op. cit.*, p. 4, tradução nossa.

Na parte de *Noções de Corographia do Brasil* que trata do sistema orográfico, o autor divide o território brasileiro em províncias marítimas e províncias centrais, enfatizando o caráter integrador dos cursos de água no país:

Les quatre provinces de Minas-Geraes, Goyaz, Matto-Grosso et Amazonas, par opposition aux provinces *maritimes*, sont nommées *centrales*; mais cette qualification a besoin d'être expliquée, attendu qu'elles ne sont pas *centrales* dans la force du terme, puisqu'elles peuvent communiquer directement avec l'Océan comme les provinces *maritimes* par le moyen de leurs grandes artères, véritables *méditerranées d'eau douce* où la navigation est de plus faciles.<sup>193</sup>

Se Aires de Casal enxerga nos rios a qualidade imanente de dividir circunscrições territoriais, Macedo descreve as vias fluviais sob a perspectiva da integração: para esse autor, os rios são “grandes artérias”, “verdadeiros mediterrâneos de água doce” que ligam as províncias interioranas ao litoral, contribuindo, através da pesca e da navegação, para o incremento da economia e dos meios de comunicação do país.

A apologia da unidade não impedia que o autor de *Noções de Corographia do Brasil* reconhecesse o caráter inacabado do processo de fixação dos limites nacionais. Em pontos remotos do Império, essas demarcações jaziam desconhecidas, o que dificultava a eficácia da ação governamental, além de dar ensejo a litígios entre as províncias. Ciente disso, o autor justifica sua opção de não abordar a história desse processo, sugerindo algumas medidas para sanar as questões de fronteira no Império:

Dans les articles sur les limites des provinces, nous négligeons l'histoire des prétentions et contestations qu'on observe entre elles, ce qui rend nécessaire, non-seulement la révision de la carte de l'empire, mais aussi la création de nouvelles provinces, au profit de l'administration, de la politique, du progrès matériel et de la civilisation d'une contrée si vaste et si opulente.<sup>194</sup>

<sup>193</sup> “As quatro províncias de Minas-Gerais, Goyaz, Matto-Grosso e Amazonas, por oposição às províncias *maritimas*, são nomeadas *centrais*; mas essa qualificação necessita ser explicada, levando-se em conta que elas não sejam centrais na força do termo, pois elas podem se comunicar diretamente com o Oceano como as províncias *maritimas* por meio de suas grandes artérias, verdadeiros *mediterrâneos de água doce* onde a navegação e das mais fáceis”. *Ibidem*, p. 66, grifos do autor; tradução nossa.

<sup>194</sup> “Nos artigos sobre os limites das províncias, nós negligenciamos a história das pretensões e contestações observadas entre elas, o que faz necessário, não somente a revisão da carta do Império, mas também a criação de novas províncias, para benefício da administração e da

Quanto aos limites já fixados, Macedo faz questão de salientar que o Estado monárquico conquistou-os por meio da diplomacia e da civilidade, e não pela “espada de Breno”,<sup>195</sup> sinônimo de vitória pelas vias da violência.

O autor não subestima a importância das variáveis regionais na conformação dos aspectos nacionais. Sobre o clima do país, por exemplo, ele observa que, como o país se estende ao norte até a linha do Equador e, ao sul, para além do Trópico de Capricórnio, compreendendo trinta e nove graus de latitude,

On ne peut donc pas, dans une si vaste étendue, présenter un climat unique, égal et semblable; et, bien que la chaleur soit l'élément essentiel et constitutif de la climature, ce n'est pas seulement l'influence du soleil, modifiée selon les diverses latitudes ou elle se fait sentir, qui détermine les différences qu'on y observe; cette influence est encore subordonnée à diverses circonstances locales, aux conditions de positions de position relative et principalement d'élévation des terrains, ce qui produit les plus remarquables variations de température.<sup>196</sup>

À semelhança de outros autores já analisados, como Cunha Matos e Costa Pereira, Macedo via o clima brasileiro sob o prisma da diversidade, reconhecendo na extensão geográfica um fator que dificultava não apenas a unidade territorial, mas também a homogeneidade climática. Estimamos com isso que, para esse autor, diversidade e unidade não eram condições antagônicas, mas pressupostos essenciais de um mesmo projeto nacional.

Outro problema para o qual Macedo chama atenção diz respeito ao estado pouco desenvolvido das operações geodésicas no Império do Brasil. Isso é significativo, uma vez que aponta para variadas formas de emprego do paradigma corográfico no país. Em sua opinião:

Avant tout, il faut avouer que, dans les immenses territoires de l'intérieur du pays, il y a des montagnes qui sont encore inconnues, des chaînes particulières qu'on a confondues dans la

---

política, do progresso material e da civilização de uma região tão vasta e tão opulenta”. *Ibidem*, p. 194, tradução nossa.

<sup>195</sup> No francês: “l'épée de Brenus”. *Ibidem*, p. 26.

<sup>196</sup> “Não se pode, portanto, em uma tão vasta circunscrição, apresentar um clima único, igual e semelhante; e mesmo que o calor seja o elemento essencial e constitutivo de seu clima, não é somente a influência do sol, modificada segundo as diversas latitudes onde ela se faz sentir, que determina as diferenças observadas; esta influência é ainda subordinada a diversas circunstâncias locais, às condições de posição relativas e principalmente de elevação dos terrenos, isto é o que produz as mais notáveis variações de temperatura”. *Ibidem*, p. 33, tradução nossa.

disposition du système des chaînes principales au des secondaires, et qu'en outre les connaissances géologiques sur cet important objet sont, pour ainsi dire, nulles.<sup>197</sup>

Com efeito, para os intelectuais da Corte, as regiões interioranas ainda eram espaços pouco assimilados pela civilização. Delas não havia quase nenhuma informação, apenas caminhos a serem seguidos. Assim, sendo *Noções de Corographia do Brasil* um livro de divulgação internacional que visava o fomento da imigração, era importante que seu autor fizesse referência às lacunas de conhecimento sobre o território brasileiro que restavam ser preenchidas.

Não apenas ao autor dessa obra, a precariedade do conhecimento técnico era assunto que incomodava muitos políticos brasileiros. Ao se lembrar da viagem que fizera às províncias de Minas Gerais e Goiás em 1876, Virgílio de Mello Franco justificava seu apelo a esse fim:

O interior do nosso país, hoje mais do que nunca, precisa de ser conhecido tal qual é, afim de que possa atrair a emigração de homens de raça indo-européia, a que está confiada missão civilizadora do mundo.<sup>198</sup>

Para esse autor, como para Macedo, o inventário das riquezas nacionais mostraria uma imagem positiva do Império no exterior. No entanto, estimamos que, ao depararem com um Brasil real, muito distante da Corte e dos signos de civilização e progresso, muitos deles se questionassem sobre a verdadeira identidade que se pretendia para a nação.

Na “família provincial” do Império, metáfora cunhada pelo autor para indicar o arranjo institucional então vigente, cada membro (ou província) possuía um lugar determinado em função de sua potencialidade econômica, expressividade política, herança histórica, entre outras condicionantes. Nesse sentido, a segunda parte de *Noções de Corographia do Brasil* contém passagens elucidativas de como o autor pensava a dinâmica entre região e nação.

Havia províncias que, por se comporem basicamente de florestas e terem povoação incipiente, eram relacionadas à dimensão do futuro, ao “vir a ser” tão

---

<sup>197</sup> “Antes de mais nada, devemos reconhecer que, nos imensos territórios do interior do país, há montanhas ainda desconhecidas, cadeias particulares que foram confundidas na disposição do sistema de cadeias principais, e que outros conhecimentos geológicos sobre este importante assunto são, por assim dizer, inexistentes”. *Ibidem*, p. 67, tradução nossa.

<sup>198</sup> FRANCO, 1888, p. 1.

almejado pelos políticos e intelectuais. Acreditava-se que seu território guardava riquezas naturais passíveis de serem transformadas em matéria-prima para a construção de um Estado nacional próspero. São exemplos as províncias do Amazonas e do Espírito Santo, respectivamente descritas a seguir:

L'importance politique de cette province, due à ses conditions de limitrophe avec quelques Etats américains et avec une des Guyanes des possessions européennes n'a pas besoin d'être démontrée. Ses éléments naturels de prospérité et de grandeur futures se manifestent si abondants, si riches et si admirables sur un sol presque entièrement vierge ; ils se présentent d'une manière si évidente dans l'opulence de ses artères et de ses voies hydrauliques, que toute information détaillée à ce sujet semblerait une exagération de l'enthousiasme patriotique [...]. Il nous suffira de dire que la province d'*Amazonas* est un nouveau monde à découvrir, mais un nouveau monde qui offre partout, sur les bords de ses cours d'eau et les lisières de ses forêts, de riches et magnifiques récoltes avant le travail, et un sol d'une fécondité merveilleuse qui récompense avec une générosité extraordinaire les moindres efforts du laboureur.<sup>199</sup>

La province d'Espírito-Santo, quoique voisine de la capitale de l'empire est destinée par la nature à devenir sur le littoral l'entrepôt et le marché principal pour l'exportation des produits d'une partie intéressante de la province de Minas-Geraes. Elle est encore mal connue et peu appréciée ; c'est pour ainsi dire une contrée encore inconnue ; elle offre pourtant à l'émigration européenne plus que des calculs et des espérances, elle lui assure des récoltes abondantes sur un sol privilégié et des avantages extraordinaires à l'industrie et aux entreprises bien organisées : c'est une nouvelle toison d'or qui attend ses argonautes.<sup>200</sup>

<sup>199</sup> “A importância política desta província, devido a suas condições de limítrofe com alguns Estados americanos e com uma das Guianas de possessões européas, não necessita de ser demonstrada. Seus elementos naturais de prosperidade e de grandeza futuras se manifestam tão abundantes, tão ricos e tão admiráveis sobre um solo quase inteiramente virgem; eles se apresentam de uma maneira tão evidente na opulência de suas artérias e de suas vias hidráulicas, que toda a informação detalhada sobre esta matéria parecerá um exagero de entusiasmo patriótico. [...] Nos bastará dizer que a província do Amazonas é um novo mundo a descobrir, mas um novo mundo que oferece em todo lugar, sobre as bordas de seus cursos d'água e as orlas de suas florestas, ricas e magníficas colheitas antes do trabalho, e um solo de uma fecundidade maravilhosa que recompensa com uma generosidade extraordinária os menores esforços do trabalhador”. MACEDO, 1873b, p. 199, tradução nossa.

<sup>200</sup> “A província do Espírito Santo, embora seja vizinha da capital do Império, é destinada pela natureza a se tornar, sobre o litoral, o entreposto e mercado para a exportação dos produtos de uma parte interessante da província de Minas Gerais. Ela é ainda mal conhecida e pouco apreciada; é, por assim dizer, uma região ainda desconhecida; no entanto, ela oferece à imigração européia mais que cálculos e esperanças, ela lhe assegura colheitas abundantes sobre um solo privilegiado e vantagens extraordinárias à indústria e às empresas bem organizadas: é um novo velocino de ouro que espera seus argonautas”. *Ibidem*, p. 322, tradução nossa.

Embora tratem de províncias localizadas em regiões geográficas distintas, esses excertos relevam-nos imagens bastante semelhantes entre si: em ambas as representações, a ênfase está nas qualidades que poderiam ser esperadas dos “elementos naturais” de cada província.

No primeiro exemplo, Macedo chega a mencionar o papel geopolítico do Amazonas, província limítrofe com diversos países sul-americanos. Todavia ele não se estende sobre o assunto, argumentando que sua importância “não necessitava de ser demonstrada”. Sobre essa província, o que lhe interessava mesmo era a “fecundidade” e “abundância” com as quais o território amazônico recompensava os esforços do colono trabalhador. Ademais, segundo o autor, toda a descrição detalhada dessa região corria o risco de parecer um “exagero de entusiasmo patriótico”, uma vez que era impossível representar a diversidade da fauna e da flora amazônicas sem maravilhar-se com ela.

Quanto à província do Espírito Santo, o caráter “privilegiado” de seu solo asseguraria “colheitas abundantes” e “vantagens extraordinárias” àqueles que nela investissem suas esperanças e capitais. Macedo também comenta sobre a potencialidade comercial dos portos marítimos daquela província, que estavam “destinados pela natureza” a exportar parcela expressiva da produção mineira.

Essas províncias eram, portanto, “um novo mundo a descobrir”: a opulência amazônica assentava-se sobre um solo “quase inteiramente virgem”, e o Espírito Santo, “região ainda desconhecida” e “pouco apreciada”, poderia se revelar “velocino de ouro” aos imigrantes europeus. Além de atender aos imperativos econômicos suscitados pelas exposições, *Noções de Corographia do Brasil* contribuía para a construção da identidade brasileira, assimilando as regiões remotas do Império ao movimento da história nacional.

Outro “grupo familiar” retratado por Macedo era o das províncias que, por motivos naturais ou antrópicos, jaziam em estado de decadência. Era esse o caso de muitas províncias do Nordeste, especialmente do Ceará, sobre o qual o autor comenta:

Le Ceará pourrait être aujourd’hui une de plus riches provinces de l’Empire si ce n’étaient les longues et désastreuses sécheresses qui ravagent périodiquement l’intérieur de cette province. Disposant d’immenses ressources naturelles, d’une fertilité étonnante hors des époques, heureusement éloignées, de calamité brûlante et destructrice, le Ceará deviendra une des



provinces les plus riches et les plus florissantes, dès que la science aura complètement vaincu le fléau destructeur par la solution du problème de son irrigation das les longs mois de sécheresse.<sup>201</sup>

Aqui vemos uma faceta da natureza brasileira bem diferente dos dois primeiros exemplos: para as províncias do Amazonas e Espírito Santo, a natureza era uma aliada na trajetória rumo ao progresso, ao passo que, para o Ceará, ela era perpétua adversária a ser vencida pelo trabalho e pela técnica. A profusão de rios que banhavam a região amazônica contrapunha-se à seca, flagelo que assolava a paisagem cearense, debilitando a economia regional. Para reverter o quadro de decadência urgia, pois, docilizar a natureza, abrandando-lhe os extremos.

Identificamos um terceiro conjunto de províncias que, por sua coadjuvação no processo de unificação do território nacional, poderiam ser chamadas de “históricas”. Sua importância era fundamentada, sobretudo, no passado. Como exemplo, temos Pernambuco, tida como um “grande planeta brasileiro”,<sup>202</sup> em cuja órbita giravam províncias menores, como Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Também a Bahia possuía incalculável valor histórico para Macedo:

C'est Bahia qui a formé, dirigé et défendu presque toutes les capitaineries qui constituent aujourd'hui l'empire du Brésil. Elle a droit à la vénération et à la gratitude des provinces actuelles, autrefois ses protégées et ses subordonnées. C'est une vieille mère vénérée, entourée de ses enfants.<sup>203</sup>

Ou ainda São Paulo, província gloriosa no passado e promissora no futuro, cuja imagem era matizada por ambiguidades:

Pleine de souvenirs historiques, légendaires, romanesques, riche en traditions guerrières, terribles, poétiques, surprenantes, tantôt sinistres, tantôt sublimes, la capitainerie de São-Paulo, qui ne peut disputer à celle de Rio de Janeiro la gloire de la priorité

<sup>201</sup> “O Ceará poderia ser hoje em dia uma das mais ricas províncias do Império se não fossem as longas e desastrosas secas que arrasam periodicamente o interior desta província. Dispondo de imensos recursos naturais, de uma fertilidade admirável fora de época, felizmente afastadas, da calamidade escaldante e destruidora, o Ceará se tornará uma das províncias mais ricas e mais florescentes, quando a ciência houver vencido completamente o flagelo destruidor pela solução do problema de sua irrigação nos longos meses de seca”. *Ibidem*, p. 244, tradução nossa.

<sup>202</sup> No francês : “grande planète brésilienne”. *Ibidem*, p. 286.

<sup>203</sup> “É a Bahia que formou, dirigiu e defendeu quase todas as capitánias que constituem hoje o Império do Brasil. Ela tem o direito à veneração e à gratidão das provinciais atuais, outrora suas protegidas e subordinadas. É uma velha mãe venerada, cercada de seus filhos”. *Ibidem*, p. 305, tradução nossa.

dans le majestueux mouvement patriotique de l'indépendance, eut pourtant la fortune suprême d'avoir entendu sur le bord de sa modeste rivière le cri patriotique, le cri national, le cri de l'Ypiranga : « *L'indépendance ou la mort* ». <sup>204</sup>

E quanto a Minas Gerais? Qual era seu lugar na família provincial do Império? Vejamos primeiramente como Macedo descreve o perfil dessa província, relacionando-o ao sistema orográfico nacional:

La province de Minas-Geraes est la reine des montagnes et, en cette qualité, elle préside au système orographique general de l'empire; d'immenses chaînes de montagnes la traversent ou s'étendent em diverses directions: la *cordillière do Espinhaço* lui donne des vallées escarpées, celle *das Vertentes*, par ses ramifications et par as moindre élévation, forme de grands plateaux, dont quelques-uns fort étendus. De nombreux cours d'eau, plus ou moins puissants, traversent la province et em fertilisent les vallées et les plaines immenses. <sup>205</sup>

Essa passagem evidencia o lugar de destaque conferido a Minas no território imperial: para Macedo, essa província era a “rainha das montanhas”, ponto nodal do sistema orográfico brasileiro, por ser cortada pelos principais rios e montanhas que dão forma ao relevo do país.

A despeito de sua diversidade, Minas Gerais não prescindia das outras províncias para prosperar. Pelo contrário, o autor argumenta que, por causa de sua posição central e da ausência de canais de escoamento marítimo, essa província estava estreitamente ligada ao comércio da cidade do Rio de Janeiro, sua “capital econômica, comercial e industrial”:

Minas-Geraes, tout en possédant sa capitale administrative et politique dans son propre sein, continuera à avoir pour capitale économique, c'est-à-dire industrielle et commerciale, la ville de

<sup>204</sup> “Plena de lembranças históricas, legendárias, romanescas, rica em tradições guerreiras, terríveis, poéticas, surpreendentes, um tanto sinistras, um tanto sublimes, a capitania de São Paulo, que não pode disputar com aquela do Rio de Janeiro a glória da prioridade no majestoso movimento patriótico da Independência, tem, no entanto, a fortuna suprema de haver ouvido, sobre a orla de seu modesto rio, o grito patriótico, o grito nacional, o grito do Ypiranga: “*Independência ou morte*”. *Ibidem*, p. 371, grifo do autor; tradução nossa.

<sup>205</sup> “A província de Minas Gerais é a rainha das montanhas e, nesta qualidade, ela preside ao sistema orográfico geral do Império; Imensas cadeias de montanhas a atravessam ou se estendem em diversas direções: a *cordilheira do Espinhaço* lhe confere vales escarpados, aqueles das *Vertentes*, por suas ramificações e por sua moderada elevação, forma grandes platôs, dos quais alguns são bastante conhecidos. Os numerosos cursos d'água, mais ou menos caudalosos, atravessam a província, fertilizando os vales e planícies imensas”. *Ibidem*, p. 449, grifos do autor; tradução nossa.

Rio de Janeiro, out reses rapports avec Bahia et São-Paulo et les communications probables par le Mucury avec la province d’Espírito Santo. *Cette dépendance est le lien fraternel et d’intérêt réciproque qui fait des provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes les deux soeurs le plus étroitement liées dans la famille provinciale de l’empire.*<sup>206</sup>

Sob a ótica macediana, as províncias dependiam econômica e politicamente do governo central. Ao utilizar metáforas de forte carga sentimental, como “elo fraternal” e “família provincial”, Macedo naturalizava o arranjo institucional do Império, abrandando a violência que as situações de dependência normalmente evocam. Assim, pela metáfora das províncias irmãs, centro e periferia, governo central e elites regionais, unidade e diversidade tornavam-se categoriais não antagônicas, mas interdependentes. *Noções de Corographia do Brasil* mostra-nos, portanto, que as corografias estiveram ligadas aos projetos de manutenção da unidade nacional e incremento das economias regionais.

No processo de formação da identidade nacional brasileira, a visão corográfica desenvolveu-se em concomitância com a ordem política do Império, ora reiterando o modelo de hierarquização espacial vigente, ora fornecendo subsídios para críticas ao arranjo institucional centralizado e ao sistema de divisão territorial. No contexto em que a nação solidificava suas bases por meio da difusão de valores, signos, símbolos e instituições, as corografias serviam para demarcar os limites dentro dos quais a soberania nacional pudesse ser expandida. As corografias, nesse sentido, foram verdadeiros instrumentos de representação política, por idealizarem diferentes imagens de Brasil.

---

<sup>206</sup> “Minas Gerais, possuindo sua capital administrativa e política em seu próprio seio, continuara a ter por capital econômica, quer dizer industrial e comercial, a cidade do Rio de Janeiro, além das relações com Bahia e São Paulo e as prováveis comunicações com a província do Espírito Santo pelo Mucury. *Esta dependência é o elo fraternal e de interesse recíproco que faz das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais as duas irmãs mais intimamente ligadas dentro da família provincial do Império*”. *Ibidem*, p. 465, grifo nosso; tradução nossa.

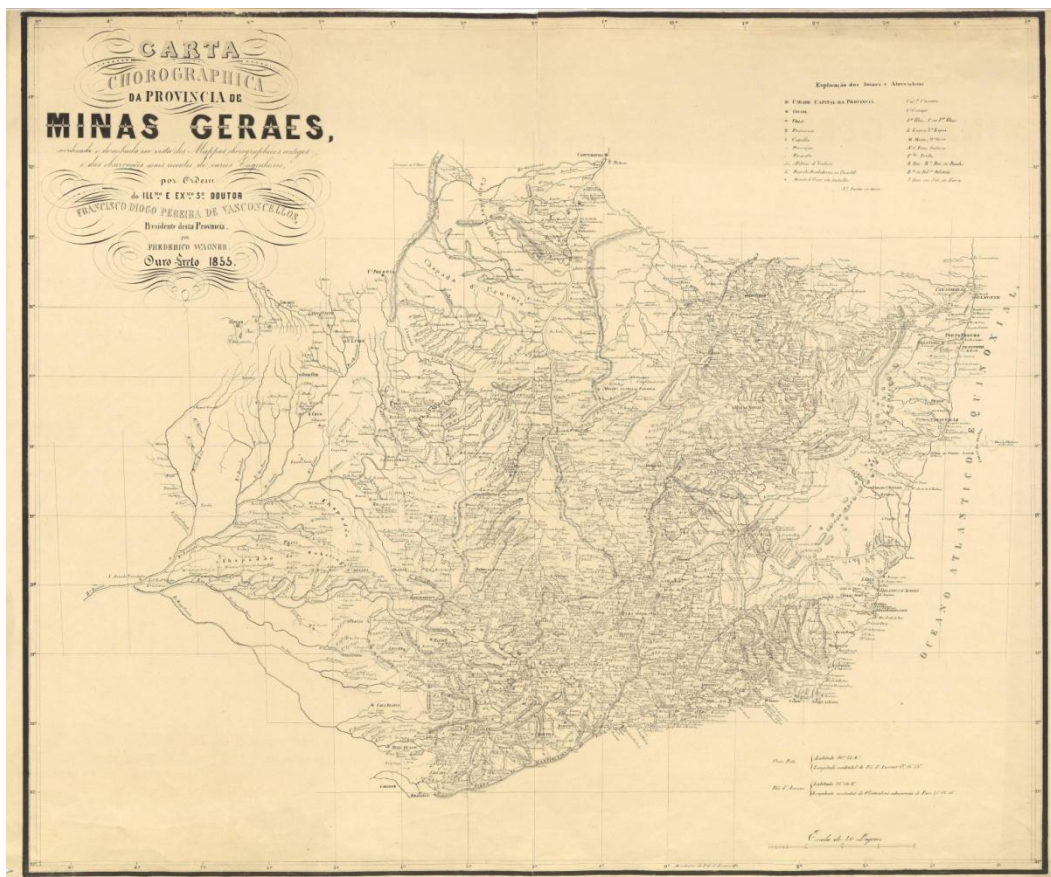


FIGURA 1: Carta chorographica da Provincia de Minas Geraes, coordenada e deenhada em vista dos Mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de vários Engenheiros, por Ordem do Illm<sup>o</sup>. e Exm<sup>o</sup>. Sr. Doutor Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, Presidente desta Provincia. Ouro Preto, 1855.

Fonte: Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico. Disponível em: <<http://bvpb.mcu.es>> acesso em: 10/12/2012.

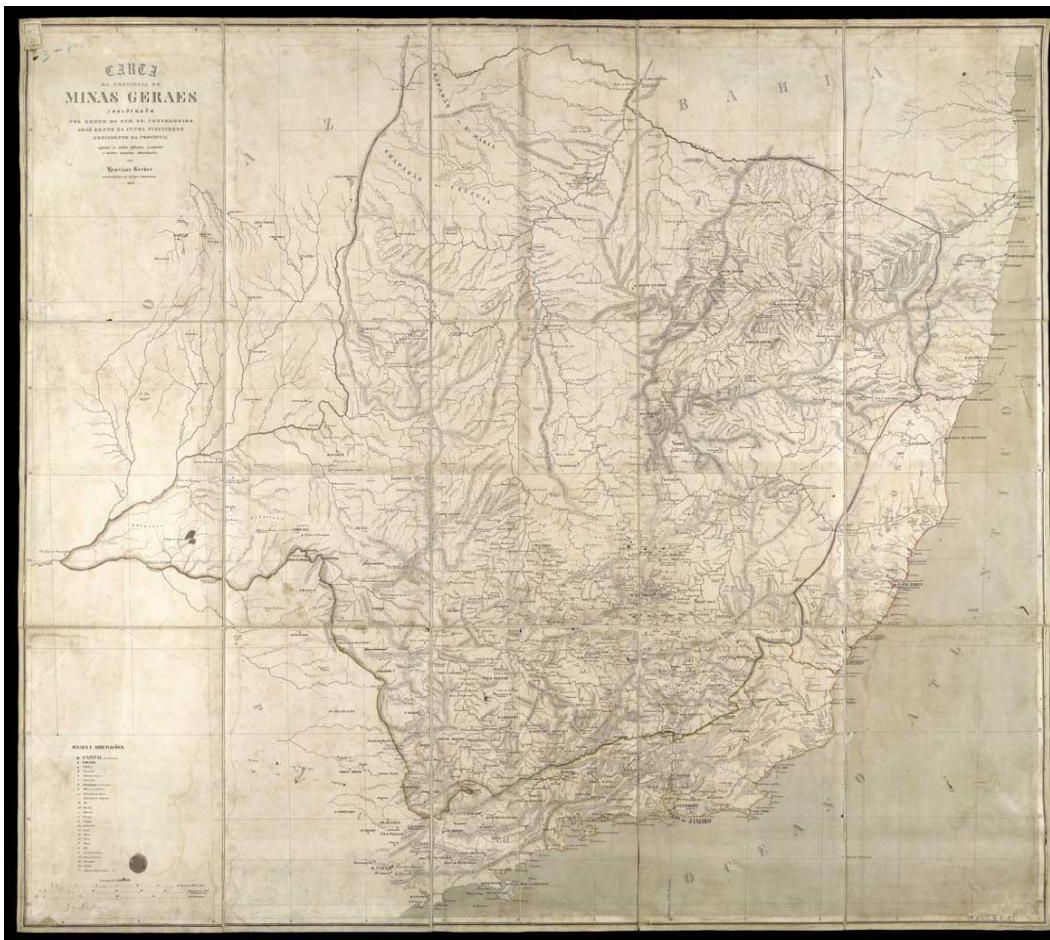


FIGURA 2: Carta da Provincia de Minas Geraes coordenado segundo os dados officiaes existentes e muitas próprias observações por Henrique Gerber. Ouro Preto, 1862.

Fonte: Acervo Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Localização: BN. Seção de Material Cartográfico. ARC.001, 06, 039 Cartografia.



FIGURA 3: Provincia de Minas Geraes segundo o projecto de nova divisao do Império pelo Deputado Cruz Machado e mandada lithographar pelo Illm.º Exm.º Sr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira Ministro do Imperio e desenhada por José Ribeiro da Fonseca Silva, 1873.

Fonte: Acervo Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Localização: BN. Seção de Material Cartográfico. ARC.001, 07, 065 ex.1.

## CAPÍTULO 2 – CORAÇÃO DE OURO, COLOSSO DE BARRO: TERRITORIALIDADES<sup>207</sup> DE MINAS GERAIS

Minas é o coração do Brasil. Um coração de ouro num peito de ferro.<sup>208</sup>

O que vemos, senhores, si lançarmos uma vista d'olhos sobre a carta geographica da provincia de Minas? Um colosso, mas um colosso de barro.<sup>209</sup>

Não obstante ter-se tornado um lugar comum literário, para enfatizar a importância de Minas Gerais na política nacional, a metáfora formulada por Claude Henri Gorceix, durante conferência da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, em 1891, é rica em significados que passamos a revelar.

Ao identificar Minas como o “coração” do Brasil, o geólogo e mineralogista francês, que aqui havia vivido tempo suficiente para conhecer os matizes do solo brasileiro,<sup>210</sup> reproduzia as impressões de viajantes que transitaram pelo território mineiro a partir do final do século XVIII. Do cerne dessas representações metafóricamente reiteradas, destacam-se: centralidade geográfica, diversidade regional e constituição singular da história mineira.

Herdeiro intelectual dessa perspectiva sobre o território mineiro, Manuel Bernárdez, diplomata uruguaio que esteve no Brasil na primeira década do século XX, comenta em seu livro *Minas no Atlas do Brasil – o coração do Brasil* (1922),<sup>211</sup> sobre aquele que fora o primeiro estado brasileiro por ele visitado:

<sup>207</sup> Ao se apropriar (simbólica ou concretamente) do espaço, os atores sociais territorializam suas experiências, produzindo representações territoriais ou, conforme Edwrad Soja, *territorialidades*. Assim “o homem é um animal territorial e a territorialidade afeta o comportamento humano a todos os níveis da atividade social”. SOJA *apud* RONCAYOLO, 1986, p. 263.

<sup>208</sup> GORCEIX *apud* GROSSI, 1911, p. I.

<sup>209</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 28/11/1874.

<sup>210</sup> Encarregado pelo governo imperial brasileiro de lançar as bases do ensino mineralógico no país, Claude Henri Gorceix (1842 – 1919) veio para o Brasil em 1874, tendo sido responsável pela fundação da Escola de Minas de Ouro Preto, ocorrida nesse mesmo ano. Aqui ficou até 1891, quando, a pedido, exonerou-se do cargo de diretor da instituição que havia ajudado a fundar. Gorceix retornou à França e, em 1896, voltou ao Brasil, a convite do governo de Minas Gerais, com a tarefa de organizar o ensino agrícola no estado. CARVALHO, 2002, p. 17.

<sup>211</sup> Como demonstra o próprio título de sua obra, Manoel Bernárdez busca fazer uma analogia entre a circunscrição do território mineiro e o formato desse órgão humano. Segundo o autor: “Além da sugestão, já histórica, da frase lapidar de Gorceix, o Estado de Minas pode ser chamado coração do Brasil por outros títulos. Mesmo não lembrando razões morais e históricas, existem para tal até razões físicas, de situação e de estrutura. De fato: no enorme organismo geográfico que ele integra, o Estado de Minas Gerais ocupa mais ou menos o lugar

Minas é, por isso, um ponto excelente de observação para ver o Brasil, sobretudo para ver o Brasil interior, que sendo o mais desconhecido e, por isso mesmo, o mais interessante, - o Brasil do futuro, o mais rico em potencia, o melhor aparelhado para o progresso pelo trabalho, o mais original e mais característico, o mais visivelmente predestinado. Observando Minas vê-se o Brasil por dentro. Especialmente nos phenomenos evolutivos da sua vida agrária, que é a grande incubadora do bem-estar futuro, Minas Gerais oferece um resumo palpitante deste país.<sup>212</sup>

“Observando Minas vê-se o Brasil por dentro”: da maneira como fora empregada por Bernárdez, essa frase reitera a idéia de que Minas Gerais representava um “resumo palpitante” do que o Brasil possuía de mais original no tocante, especialmente, à agricultura.

Todavia, se deslocarmos essa idéia para o campo metodológico, ela nos oferece uma interessante chave de análise: a percepção dos projetos de divisão do território mineiro como indícios de como a política imperial lidava com as críticas ao sistema de divisão geral do Império. Assim, enquanto no capítulo anterior analisamos o lugar de Minas na “família provincial do Império”, neste observamos a realidade mineira para melhor compreendermos questões de envergadura nacional.

Nessa lógica, Minas encontra-se, portanto, cristalizada no imaginário não apenas dos mineiros, mas também de toda a nação. Dentre os vários sentidos que podem ser atribuídos a essa metáfora, destacamos a importância conferida às atividades mineradoras para a construção da identidade nacional.

Complexo de regiões enredadas por dinâmicas econômicas e de povoamento, o território mineiro serviu de passagem para comerciantes e agentes do governo que se dirigiam ao interior do Brasil, viabilizando projetos administrativos. O mapa do Brasil, tal como o conhecemos atualmente, seria, portanto, produto da combinação entre empresa humana e condições da natureza, sendo a descoberta das jazidas auríferas um dos marcos cruciais desse processo.

No âmbito político, Minas era vista como “quilha da embarcação nacional” e “arrimo das instituições do país”, como observara o deputado Paula Candido, em sessão legislativa de 1843.<sup>213</sup> Essa condição também é evidenciada

---

que num organismo humano corresponde ao coração: e seu contorno evoca impressionantemente a figura daquela víscera, oficina da Vida”. BERNÁRDEZ, 1922. p. 10.

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>213</sup> ACGD, 18/03/1843, p. 330.



por Francisco Otaviano, cujas reminiscências do período regencial são significativas nesse sentido:

Quando desta Côrte olhávamos para a serrania dos Órgãos, víamos rutilante a estrella que nos guiava. Do alto daquellas montanhas descia para o valle do Rio de Janeiro, não o perfume que embriaga os sentidos e amollece o corpo, mas uma brisa de liberdade que nos avigorava o espírito e despertava o bom senso e as virtudes cívicas.<sup>214</sup>

A mediterraneidade dessa província também era utilizada pelos políticos do Império como justificativa para a pretensa vocação dos mineiros para promoverem a unidade e o equilíbrio do país. Homem do centro perfeitamente identificado com a sua condição geográfica, o mineiro seria, na visão deles, a síntese do homem brasileiro: resistente à tirania, propugnador da liberdade, mas, acima de tudo, amante da estabilidade e da ordem.<sup>215</sup>

Desses discursos, forjaram-se duas imagens complementares: 1) Minas como núcleo irradiador de vigor patriótico e 2) Minas como cimento da unidade nacional. Enquanto a primeira evoca o movimento centrífugo de irradiação de valores políticos, a segunda sugere congregação de território, identidade e valores.

Construção simbólica diligentemente trabalhada pelo tempo, Minas Gerais, como o próprio topônimo indica, é geral e particular, uma vez que sua singularidade no conjunto da nação seja historicamente construída. Como nos lembra o geógrafo Yi-Fu Tuan, “O “centro não é um ponto particular na superfície da terra; é um conceito no pensamento mítico em vez de um valor profundo ligado a acontecimentos singulares e localidade”.<sup>216</sup>

Para nós, Minas não é apenas um recorte regional efetuado para delimitar os horizontes da pesquisa, mas, sim, um problema, uma “realidade” questionável. Sendo nosso estudo uma investigação de como determinadas representações espaciais foram politicamente operacionalizadas na segunda metade do século

<sup>214</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 02/06/1889.

<sup>215</sup> Entre 1833 e 1842, Minas foi palco de uma série de movimentos típicos da conjuntura de instabilidade do período regencial. Terminadas as agitações, essa província consagrou-se no imaginário político nacional como símbolo dos ideais de unidade e estabilidade. A partir de então, os mineiros passaram a participar ativamente da política do Segundo Reinado, compondo uma aliança, todavia, frágil entre elites regionais e governo imperial. ARRUDA, 1999, p. 67.

<sup>216</sup> TUAN, 1985, p. 166.

XIX, para compreendermos o que foi *Minas do Sul*, devemos conhecer as referências mineiras às quais essa região imaginada fornece o contraste.

Refletir sobre representações territoriais de Minas é, necessariamente, se debruçar sobre questões concernentes ao domínio do espaço e sua institucionalização. Longe de ser uma simples realidade geográfica, o espaço é uma construção historicamente determinada, fruto de relações de poder e de construções culturais. Sua identidade é definida, entre outros fatores, pelo debate entre os liames naturais e culturais que o compõem.

Criticando os instrumentos de análise das ciências sociais, Pierre Bourdieu trata do espaço em dois níveis de análise: o da realidade concreta e o do âmbito disciplinar. Para ele, as lutas pela autoridade científica no campo da questão espacial correspondem a momentos da política governamental em matéria de ordenamento do território ou de regionalização. Nesse sentido, podemos inferir que a crise de legitimidade do Estado nacional, tal como era concebido originalmente no século XIX, e a emergência de formas de regionalização alternativas possam ser alguns dos fatores responsáveis pelo crescente interesse de historiadores pela problemática espacial.

Sobre o discurso regionalista, Bourdieu qualifica-o como um discurso performativo, na medida em que visa impor como legítima uma definição territorial alternativa. Em relação às balizas naturais que delimitam determinada circunscrição política, o autor observa:

A fronteira natural é sobretudo uma idéia, uma opinião que torna natural a repartição, tentando transformar numa linha ideal o que não passa de uma linha de divisão entre equilíbrios estáveis. As fronteiras políticas – o limite – não apagam a multiplicidade de relações que se estabelecem dos dois lados e criam, pelo contrário, um fenômeno de zona.<sup>217</sup>

Mesmo os enunciados científicos esvaziados de ideologia regionalista<sup>218</sup> contribuem, segundo o autor, para favorecer o acesso da região imaginada ao conhecimento e, por esse meio, à existência política. Pensando dessa forma,

<sup>217</sup> BOURDIEU, 2009, p. 281.

<sup>218</sup> Esse conceito é definido por Bourdieu como “um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de força simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas”. Sendo assim, o autor propõe-nos compreender o discurso regionalista como resultado de lutas para fazer “existir” ou “inexistir” o que se existe. *Ibidem*, p. 124.

estimamos que as atuais reflexões historiográficas sobre regionalização possam contribuir para a melhor visualização de determinadas construções regionais que, envolvidas em processos político-sociais conflituosos, tiveram seu sentido obliterado pelo tempo e por formações territoriais mais amplas.<sup>219</sup>

Numa analogia entre discurso geográfico e estratégia militar, Michel Foucault, por sua vez, lembra-nos de que a produção corográfica sempre forneceu suporte às iniciativas de gerenciamento do espaço por parte do Estado. Ele observa que muitos dos verbos de ação utilizados no tratamento do espaço – dividir, definir, dominar – evocam uma dimensão de disputa em que está em jogo o poder de impor um modelo de visão de mundo a uma determinada comunidade. O geógrafo, na opinião de Foucault, tem como função essencial a coleta de informações passíveis de serem processadas pelo poder. Assim, para o autor: “o poder não tem necessidade de ciência, mas de uma massa de informações, que ele, por sua posição estratégica, é capaz de explorar”.<sup>220</sup>

A conformação dos espaços e suas hierarquias de organização também são fenômenos variáveis de acordo com contextos históricos e conjecturas políticas. Sobre a relação entre imaginário político e território, Iná Elias de Castro observa a inseparabilidade entre espaço e política, argumentando que a violência fundadora das relações sociais torna necessária a existência de formas institucionais e recortes territoriais para seu controle. Segundo a autora,

Sendo a política o controle das ações individuais e coletivas e o espaço o suporte material destas ações pode-se dizer que o espaço é bem mais que uma instância política, sendo mesmo parte integrante da sua essência.<sup>221</sup>

Nesse sentido, a transformação das paixões humanas em interesses políticos ou materiais incide diretamente na relação que os sujeitos históricos estabelecem com o espaço.

Espaço e território, contudo, não são categoriais de análise equivalentes. No que concerne ao segundo termo, Claude Raffestin observa que seus limites são definidos não apenas por critérios econômicos ou geográficos, mas também, e

---

<sup>219</sup> No caso da transformação espacial, Alan Baker e Gideon Bigger observam que as paisagens são lapidadas por atitudes mentais e recobertas de ideologias. BAKER; BIGGER, 2006, p. 4.

<sup>220</sup> FOUCAULT, 1986, p. 163.

<sup>221</sup> CASTRO, 2006, p. 161.

sobretudo, por ser zona de competência institucionalizada, coeficiente das relações de poder. Na concepção do autor,

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço.<sup>222</sup>

Assim, enquanto espaço é a “prisão original”, categoria de análise ampla, que pode gerar ambiguidades de entendimento, o território é a “prisão que os homens constroem para si”<sup>223</sup> e chama atenção para o princípio de organização, relacionando-se às dinâmicas de poder e representação. Ademais, por sua conotação essencialmente política, a questão territorial chama atenção, de maneira mais explícita, para o princípio de organização que rege a relação entre espaço e poder.

Em síntese, para os autores citados, a região está longe de ser uma realidade inócua, simples suporte dos fenômenos sociais. Segundo o paradigma crítico que eles compartilham, é consenso que o espaço seja um fato social, instância que constitui os eventos históricos, conferindo-lhes localização e identidade. As palavras de Henri Lefebvre sintetizam esse pensamento:

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de naturalidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser ‘puramente formal’, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias.<sup>224</sup>

Polo que congrega diversidades, porta de entrada que se expande para o interior: são essas e outras imagens de Minas que nos interessam neste capítulo. Identificá-las não é tarefa fácil, pois elas se encontram espalhadas por uma infinidade de discursos que se interpenetram e não são necessariamente contínuos. Como pressuposto de estudo, nosso foco em relação às

<sup>222</sup> RAFFESTIN, 1993, p. 113.

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 114.

<sup>224</sup> LEFEBVRE *apud* LONGHI, 1997, p.119.

representações espaciais devem dirigir-se para o estabelecimento dos elos entre os problemas transpostos pelas imagens e a tessitura social que as engendrou.

Neste capítulo, desenvolvemos a idéia, já esboçada no capítulo anterior, de que a pluralidade do território mineiro teria sido um desafio ao paradigma corográfico do Oitocentos. Para isso, identificamos os desafios que impossibilitaram a elaboração de uma corografia que representasse o território mineiro na sua totalidade. Com 20.000 léguas quadradas, a província mineira era a quinta maior em extensão do país, apenas menor que as do Amazonas (66.000), Mato Grosso (50.000), Pará (40.000) e Goiás (26.000).<sup>225</sup> Minas, nesse sentido, seria uma realidade inapreensível tanto pela representação corográfica quanto pela administração provincial, situação que deu ensejo a reivindicações regionalistas.

Buscamos ainda compreender como as críticas à conservação do território colossal tomaram vulto na política após o movimento liberal de 1842. Nesse contexto, a agenda parlamentar estava repleta de questões importantes para a manutenção da ordem e da unidade nacional, tais como a criação das províncias do Amazonas, do Paraná e do São Francisco, a anexação do município de Bananal à província do Rio de Janeiro e a retificação de limites entre Minas Gerais e São Paulo. Desse modo, como em uma trama, os projetos de divisão de Minas inseriam-se no contexto de crítica ao sistema de divisão geral do Império.

Centralidade, extensão e diversidade eram, portanto, características que faziam de Minas uma síntese da nação e, também, representavam riscos para a unidade: ao discursar na Assembléia Legislativa Provincial, em 29 de setembro de 1873, José Pedro Xavier da Veiga, futuro fundador do Arquivo Público Mineiro, referia-se a Minas como um “colosso de barro” que, à semelhança de “monumentos egypciacos que os viajantes encontram entre as áreas do deserto”,<sup>226</sup> esmagava as identidades regionais sob o peso paradoxal de sua grandeza e fragilidade. Assim, o “coração de ouro”, órgão vital do corpo político do Império, poderia se transmutar em “colosso de barro”, se questionado em seus fundamentos.

---

<sup>225</sup> VEIGA, 1879, p. 458.

<sup>226</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 29/09/1873.

## 2.1 A totalidade como desafio

Naquele Império, a arte da cartografia atingiu uma tal perfeição que o mapa duma só província ocupava toda uma cidade, e o mapa do Império, toda uma província. Com o tempo, esses mapas desmedidos não satisfizeram e os colégios de cartógrafos levantaram um mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia ponto por ponto com ele. Apegadas ao estudo da cartografia, as gerações seguintes entenderam que esse extenso mapa era inútil e não sem impiedade o entregaram às inclemências do sol e dos invernos. Nos desertos do Oeste subsistem despedaçadas ruínas do mapa, habitadas por animais e por mendigos. Em todo o país não resta outra relíquia das disciplinas geográficas.<sup>227</sup>

Esse trecho de *História Universal da Infâmia*, de Jorge Luís Borges, é um bom mote para nossa discussão sobre a totalidade de Minas como desafio à representação corográfica: além da crítica ao rigor das ciências modernas, que buscam representar de forma objetiva os detalhes da natureza, ele trata da impossibilidade, e mesmo inutilidade, de uma reprodução *ipsis literis* do espaço. Nesse sentido, podemos inferir que, para construirmos identidade, necessitamos de representações subjetivas do espaço, não de suas meras reproduções.

Outra questão que essa metáfora leva-nos a pontuar diz respeito ao estatuto das representações corográficas e cartográficas oitocentistas. À exceção do mapa fictício em escala um por um, as representações gráficas e verbais do território nunca são equivalentes, em dimensão e detalhamento, à própria realidade.

Assim, ao analisarmos cartas e corografias da província de Minas, não podemos ignorar que elas sejam interpretações (oficiais, institucionais, científicas, amadoras...) de um espaço em construção. Além disso devemos estar atentos ao fato de que esses documentos são ferramentas que permitem a transmissão visual e verbal de informações, mas que também se prestam a manipulações retóricas, tais como persuasão, engano, sedução e decisão.<sup>228</sup>

Desde meados do século XVIII, as representações do território das Minas foram pautas de governo, instrumentos paramilitares de auxílio da gestão fiscal e administrativa da colônia. Visão corográfica e poder metropolitano eram, portanto, indissociáveis. Ademais, as cartas setecentistas do território mineiro

---

<sup>227</sup> BORGES, 1986, p.71.

<sup>228</sup> GOMES, 2005, p. 20.

eram, necessariamente, produtos da investigação de campo (empíria), visto que não houvesse documentos prévios para serem compilados.<sup>229</sup>

Embora apresente continuidade com a tradição corográfica portuguesa e com os relatos de descobertos produzidos ao longo do período colonial, as corografias oitocentistas possuem especificidades que devem ser analisadas à luz do processo de formação do Estado nacional. Sendo assim, devemos estar atentos às relações não apenas de oposição como de complementaridade entre os binômios *descentralização* e *centralização*, *regionalismo* e *nacionalidade*, buscando apreender as imagens e experiências de lugar, região, província e nação, que se descortinam das representações espaciais.

Buscamos um conjunto de corografias, acopladas a representações cartográficas, que versam especificamente sobre a província de Minas Gerais. Como seus autores foram funcionários do governo provincial ou intelectuais vinculados a alguma instituição do Império, denominamo-las *corografias institucionais*. Dessa forma, distinguimo-las de algumas iniciativas privadas que também são contempladas neste capítulo.

### ***2.1.1 Olhar panorâmico, invenção de uma tradição***<sup>230</sup>

No século XIX, o imperativo “conhecer para administrar e uniformizar” permanecia forte no campo das representações espaciais, uma vez que o território nacional brasileiro era um patrimônio ainda não de todo dimensionado. Os mapas, que desde o século XVIII vinham se consolidando como suportes visuais do poder, tornaram-se importantes instrumentos de modernização técnica e planejamento de obras públicas nos Estados nacionais.<sup>231</sup> Notas corográficas eram, em geral, acopladas às cartas, estabelecendo-se uma relação de complementaridade entre palavra e imagem gráfica.<sup>232</sup>

Para Yves Lacoste, um mapa poderia servir para fazer guerras, mas também para consolidar territórios recém-anexados, fazer apologia das

---

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>230</sup> Por “tradição inventada”, entende-se um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam incutir valores e normas através da repetição, o que implica continuidade em relação ao passado. Assim, a visão panorâmica é uma tradição inventada, na medida em que incute valores, normas e convenções ao olhar oitocentista sobre o espaço. HOBSBAWM, 2012, p. 8.

<sup>231</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 16.

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 29.

potencialidades econômicas de determinada região ou estimular a expansão das fronteiras do Estado nacional. Segundo esse autor, outra característica interessante dos documentos cartográficos é que, por serem abstrações científicas da realidade, eles não necessariamente representam um território que existe empiricamente.<sup>233</sup>

Michel Foucault, por sua vez, define o mapa tanto como instrumento de saber e de comunicação quanto como uma das ferramentas mais eficientes para o exercício do poder sobre “pessoas e coisas” em determinado suporte espacial. Para esse autor, encontram-se, no mapa, as três principais operações do poder territorial: medida, investigação e inquérito.<sup>234</sup> Percebemos a ocorrência desses elementos nos mapas de Minas, já que eles são produtos da necessidade de delimitação espacial de uma área, de investigação das potencialidades econômicas da região e inquirição sobre o conteúdo desse território.

Na percepção geopolítica do século XIX, uma administração racional não poderia prescindir de informações precisas acerca de cada uma das províncias que compunham o Império do Brasil. Como observa Jacques Revel, em seu estudo sobre as formas de inventário do espaço, se o mapa não inventa o sentido do espaço, ele pelo menos lhe concebe uma forma – perceptiva, conceitual, técnica –, que acaba por parecer indissociável da própria espacialidade.<sup>235</sup>

Desde 1836, o levantamento cartográfico de Minas havia sido estipulado por lei,<sup>236</sup> numa tendência de expansão da capacidade administrativa do estado e modernização do aparato administrativo no tocante às políticas de exploração e representação do território nacional<sup>237</sup>. A retificação dos limites políticos, a implementação da infraestrutura viária e o melhor aproveitamento dos recursos naturais foram os principais motivos dessa decisão. O mapa que se tinha em vista deveria ser o mais exato produzido até então, marcando uma inflexão na atividade cartográfica, que passava a ser assunto da legislação provincial.

---

<sup>233</sup> LACOSTE, 1988, p. 261.

<sup>234</sup> FOUCAULT, 1986, p. 162.

<sup>235</sup> REVEL, 1989, p. 141.

<sup>236</sup> A Lei Mineira n. 18, de 1º de abril de 1836, foi uma das primeiras resoluções tomadas pela Assembleia Legislativa Provincial. Seu conteúdo versava, basicamente, sobre o método e utilidade das operações geodésicas em Minas Gerais, tendo se constituído num marco para a política de viação dessa província. Além de determinar a confecção de uma imagem-síntese do território mineiro, essa lei definia normas técnicas para construção das estradas, critérios para o estabelecimento de barreiras, entre outras disposições. BARBOSA, 2011, p. 911.

<sup>237</sup> GOMES, 2005, p. 35.



Fazendo jus à legislação, o governo mineiro contratou os serviços de Heinrich Halfeld,<sup>238</sup> engenheiro de origem germânica com experiência no ramo da mineralogia. Auxiliado pelo desenhista Friedrich Wagner,<sup>239</sup> ele se dedicou à confecção da *Carta chorographica da Provincia de Minas Geraes*, que foi concluída em 1855, duas décadas após a promulgação da lei que autorizava sua elaboração. Contribuíram para esse atraso a precariedade dos instrumentos geodésicos, a escassez de corpo técnico e, obviamente, a vultosidade do trabalho, fatores que faziam da cartografia de Minas uma tarefa não menos que hercúlea.<sup>240</sup>

O *Mapa de Minas* (FIG. 1), como ficou conhecido o documento, não correspondeu às expectativas das autoridades provinciais, tendo sido descartado como representação oficial da realidade. Segundo Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, Presidente de Minas nessa época, Wagner, posto que fosse “empregado zeloso”, não reunia as qualidades necessárias para a execução de uma representação cartográfica do território mineiro, haja vista sua idade, então já avançada, e o fato de não possuir formação específica em engenharia.<sup>241</sup>

A rejeição do governo mineiro, contudo, não arrefeceu os ânimos de Halfeld que, em 1860, enviou uma cópia desse mapa à casa Justus Perthes, editora

---

<sup>238</sup> Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld (1797 – 1873) nasceu na província de Harz, importante região mineradora do Reino de Hanover. Chegou ao Rio de Janeiro na década de 1820, como oficial mercenário do corpo de estrangeiros do Exército Imperial. Tão logo deu baixa no exército, dirigiu-se para a província de Minas, onde trabalhou nas empresas de mineração de São José Del Rei, Gongo Soco e Serra de Cocais. Em 1840, contraiu núpcias com Cândida Maria Carlota, de quem herdou parte da Fazenda Juiz de Fora, núcleo original da atual cidade homônima. Entre 1852 e 1854, empreendeu o levantamento corográfico do Rio São Francisco, o que lhe valeu grande reputação como cartógrafo. MARTINS, In: HALFELD; TSCHUDI, 1998, p. 24 – 32.

<sup>239</sup> Os dados sobre Friedrich Wagner são escassos. Apenas sabemos que ele nasceu na Boêmia, tendo trabalhado em mineração antes de imigrar para o Brasil. Em 1824, chegou a Minas, provido de subsídios do governo imperial para desenvolver pesquisas na área de mineração. Na condição de desenhista, trabalhou para o governo mineiro de 1838 até 1860, ano de seu falecimento. *Ibidem*, p. 32 – 35.

<sup>240</sup> Em estudo sobre a elaboração desse mapa, Luis Gustavo Mundim analisa como as autoridades provinciais acompanharam a difícil tarefa de se representar o território mineiro, apontando inúmeras contradições entre a política cartográfica do estado e a concepção de espaço dos viajantes estrangeiros. MUNDIM, 2010, p. 61 – 73. Quanto à metodologia empregada nesse mesmo mapa, Maria do Carmo Andrade Gomes, outra autora que analisa a atividade geodésica em Minas, durante o período imperial, esclarece que Halfeld e Wagner seguiram padrões cartográficos que consistiam basicamente em “recobrir uma base pré-existente [...] com novos dados, coligidos de diferentes formas (relatos de viagens, documentos antigos, informações de campo) e cujo fundamento era sempre a posição estratégica do gabinete do cartógrafo oficial, que funcionava como uma força centrípeta a aglutinar informações”. GOMES, 2005, p. 41.

<sup>241</sup> MUNDIM, *op. cit.*, p. 71.

alemã famosa por suas publicações nos campos da geografia e da cartografia. Disso resultou o compêndio *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes* (1862)<sup>242</sup>.

Essa obra, publicada como suplemento da *Petermann's Geographischen Mittheilungen*, importante revista geográfica da época, compunha-se da carta de Halfeld-Wagner e trazia notas de autoria de Johann von Tschudi.<sup>243</sup> Esse naturalista provavelmente foi convidado pela editora para sintetizar os aspectos representados pelo mapa, em vista de sua experiência em terras brasílicas.

Já na introdução da obra, percebemos aspecto significativo, que é a preocupação do autor em dimensionar a extensão do território de acordo com referenciais conhecidos pelos leitores de origem germânica. Segundo Tschudi:

Entre as vinte províncias do imenso império do Brasil, a província de Minas Gerais ocupa o primeiro lugar em número de habitantes, mas é apenas a quinta em extensão territorial. Ela é superada em superfície pelas províncias do Alto Amazonas e do Mato Grosso, que tem mais de 60 mil léguas quadradas. É maior do que o conjunto dos estados austríacos e tem quase três vezes o tamanho do Reino da Prússia.<sup>244</sup>

Em geral, para comporem imagens de Minas, os corógrafos estrangeiros utilizavam-se de um quadro comparativo constituído de referências à Europa, a outras regiões brasileiras ou inserido no conjunto do Império do Brasil. A observação fundamentava-se no realce das diferenças e semelhanças e, ao mesmo tempo, sobrelavava-se o critério da integração. Ao compararem o território mineiro com a circunscrição de alguns países europeus, os leitores poderiam formular uma idéia, mesmo que vaga, da imensidão do Império do Brasil.

Contudo, o que mais caracterizava Minas não era sua extensão territorial, alçada ao quinto lugar na hierarquia das maiores circunscrições, mas a expressividade de sua população. Para Tschudi, era esse critério, dentre os demais, que conferia coesão política a essa província.

O relevo ainda era elemento fundamental para a caracterização do território mineiro. No primeiro capítulo, Tschudi compõe um quadro geral do

<sup>242</sup> Tradução em português: *A Província Brasileira de Minas Geraes*.

<sup>243</sup> Johann Jakob von Tschudi (1818 – 1889) formou-se como naturalista em Zurique, Leiden e Paris. Seu primeiro contato com a natureza americana foi nos Andes, de que resultaram trabalhos geotnográficos sobre aquela região. Em finais da década de 50, ele resolveu expedicionar pelo Brasil, adentrando o território mineiro em janeiro de 1858. MARTINS, In: HALFELD; TSCHUDI, 1998, p. 16 – 23.

<sup>244</sup> HALFELD; TSCHUDI, *op. cit.*, p. 64.

sistema orográfico de Minas, cuidando de ressaltar as nuances da paisagem:

Um exame superficial do mapa de Minas Gerais mostra um território ricamente irrigado, através do qual inúmeras serras serpenteiam de forma quase caótica. Esta característica é mais pronunciada entre o 44° e o 47° graus de longitude Oeste de Greenwich, na região propriamente montanhosa de Minas, enquanto mais a leste, predominam vales e montanhas de menor elevação e, ao norte, ondulações suaves. A Serra dos Aimorés, que corre de norte a sul no leste da província, separa-a das matas virgens da costa e, somente no sul, as já mencionadas razões político-financeiras anexaram-lhe uma porção de território que, pelas fronteiras naturais, não lhe pertencia.<sup>245</sup>

A descrição de Tschudi busca traduzir em palavras o que o leitor deve ver no mapa de Halfeld-Wagner (FIG.1). Nele, a intenção de captar a totalidade evidencia-se na própria disposição dos elementos gráficos dentro da composição: em uma mesma imagem, coexistem aspectos da geografia política (cidades, vilas, freguesias, capelas, povoações, fazendas, aldeias indígenas); da geografia física (morros, serras, cachoeiras, córregos, ilhas, lagoas, rios, ribeirões) e da economia (registros, recebedorias, minas de ouro em trabalho).

No que concerne ao relevo, os cursos de água são sinalizados por finas linhas que se espalham pelo interior do território, o que comprova ser ele “ricamente irrigado”. Linhas mais grossas indicam as serras que compõem o sistema orográfico da Minas e, da maneira como estão dispostas na superfície do mapa, perfazem realmente uma forma “quase caótica”.

A imagem de Minas que depreendemos dessa carta lembra-nos da descrição que Cunha Matos faz da serra da Mantiqueira no *Itinerário*:

Os morros atravessam-se em diferentes sentidos, ora formando largos vales em que serpenteiam águas cristalinas, ora deixando extensas gargantas e desfiladeiros, ora mostrando muralhas de argila talhadas a pique.<sup>246</sup>

Quanto às divisas austrais da província, em outra passagem, Tschudi menciona as razões político-financeiras que teriam contribuído para que elas fossem expandidas em detrimento das fronteiras naturais:

---

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>246</sup> Cf. p. 61.

Ao sul, os rios Paraíba, Preto e Paraíba do Sul, além de um segmento da Serra da Mantiqueira, formam a fronteira com as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro. As fronteiras naturais com esta última província seriam a Serra da Mantiqueira, que corre do sudoeste ao nordeste, e seus prolongamentos, a Serra do Macaco, a Serra de São Sebastião e a Serra do Brigadeiro, que têm a mesma direção da Mantiqueira, mas, por razões fiscais, o governo português fixou seus limites nos rios citados, pois aí era mais fácil controlar o pagamento das taxas e reprimir o contrabando, já que leis rigorosas só permitiam que o tráfego entre as duas províncias se fizesse através de determinadas passagens dos rios.<sup>247</sup>

O fato de os limites entre Minas Gerais e Rio de Janeiro terem sido estabelecidos, levando-se em conta apenas imperativos fiscais, era a tônica da crítica de Tschudi em relação ao sistema de divisão territorial do governo português. Assim, ao identificar incoerência entre limites políticos e fronteiras naturais, o autor reforçava a concepção de que o território mineiro era uma construção herdada do período colonial, o qual urgia ser redefinido de acordo com critérios geodésicos mais racionais.

A importância da Serra do Espinhaço para a estruturação do sistema hidrográfico é outro tema abordado por Tschudi no quadro do relevo em Minas. Paralela à Serra do Mar, essa cordilheira estende-se do sul ao norte do Brasil, formando, junto a outras montanhas, uma espécie de rede que entrelaça diferentes climas e vegetações. Segundo o autor:

A Serra do Espinhaço forma, com suas ramificações, o divisor de águas de cinco bacias, a saber, as dos rios Paraíba, Doce, Mucuri, e Jequitinhonha, a leste, e a do Rio São Francisco, a oeste. No planalto de Barbacena, em uma extensão de poucas léguas quadradas, encontram-se as cabeceiras de quatro rios – o Paraíba, o Doce, o São Francisco e o Paraná.<sup>248</sup>

A literatura corográfica da época faz referência a esse complexo de montanhas: para Aires de Casal, por exemplo, ela era o mais notável acidente geográfico de Minas, tendo origem na parte setentrional de São Paulo. Em seu *Dicionário Geográfico*, Milliet de Saint-Adolphe confirma a sinonímia entre *Mantiqueira* e *Espinhaço*, dizendo que essa “corda de montanhas” oferecia os

<sup>247</sup>HALFELD; TSCHUDI, 1998, p. 68.

<sup>248</sup>*Ibidem*, p. 79.

mais altos picos do interior do Brasil.<sup>249</sup> Mello Moraes e Cerqueira e Silva também comentam sobre a celebridade dessa serra nos seguintes termos:

A serra da Mantiqueira, tão celebre pelos desacatos e crimes que em seus arredores praticou a companhia de salteadores que a habitavam, ramifica-se por toda a província com diversas denominações, servindo-lhe de divisa com o Rio de Janeiro, e separando as águas da mesma província em duas grandes bacias: a do norte que engrossa o rio de S. Francisco, e a do sul que vai também engrossar o Paraná.<sup>250</sup>

Divisa de águas, limite entre províncias, rota de viajantes, esconderijo de bandidos: essas eram algumas das imagens atribuídas ao Complexo do Espinhaço, topônimo que se encontra no âmago do relevo mineiro e, por silogismo, da identidade nacional. Na definição de Tschudi:

Ele se compõe de uma cadeia descontínua de pequenas serras, que desviam da orientação geral, ora para o leste, ora para o oeste, mas que, em seu conjunto, devem ser consideradas como um único sistema.<sup>251</sup>

Contiguidade territorial, descontinuidade paisagística: para Tschudi, essa era uma das características mais marcantes de Minas Gerais. Sob o prisma da descontinuidade, dos desvios do relevo, supomos que esse autor reconhecesse a diversidade como caráter de coesão do território mineiro.

Sua visão, todavia, não trai a percepção da totalidade: a província é vista como uma unidade de contrastes, território cujas regiões, embora sejam díspares entre si, perfazem um conjunto harmônico.

A vasta extensão territorial tornava heterogêneo não apenas o relevo mas também as temperaturas, que poderiam variar do calor típico das zonas tropicais a um frio semelhante ao das províncias meridionais do país. Se as altas temperaturas eram facilmente explicáveis pela posição geográfica da província, as baixas permaneciam um enigma, “amplo campo de pesquisa para a meteorologia mais rigorosamente científica”, tão mais instigante de se resolver quanto maior sua influência sobre a produção agrícola provincial:

<sup>249</sup> SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 32.

<sup>250</sup> MORAES; SILVA, 1854, p. 179.

<sup>251</sup> HALFELD; TSCHUDI, *op. cit.*, p. 71.

A influencia dessa baixa temperatura sobre a vegetação é, como seria de se esperar, muito grande. Na região dos campos, as culturas mais propriamente tropicais, tais como cana-de-açúcar, café, mandioca, bananas, etc., só ocorrem excepcionalmente, em situações mais protegidas. Chamou-me a atenção o fato da província de São Paulo, situada mais ao sul, apresentar plantações de café muito vigorosas em uma altitude que, em Minas Gerais só permitiria a maturação dos frutos em hortas bem resguardadas. A formação de gelo no ar é muito frequente quando sopram os ventos do sul, e a geada não é uma raridade, tanto nos campos como nos lugares mais baixos, tendo ocorrido especialmente amiúde no ano de 1861.<sup>252</sup>

Nessa passagem, a comparação com São Paulo é significativa, pois sugere o desnível econômico que se estabelecera entre essas duas províncias no tocante à produção cafeeira. Desse modo, enquanto as plantações de café paulistas eram “muito vigorosas”; no sul e Zona da Mata, regiões tradicionalmente agrícolas, os mineiros tinham de se haver com geadas e outros fenômenos meteorológicos característicos da variação climática.

Tschudi dedica alguns parágrafos de seu texto à formação da estrutura fundiária em Minas, analisando suas implicações no caráter dos mineiros. A seu ver, essa província tinha a maior população do Império, pois nela a propriedade rural era “muito menos dominada por grandes complexos familiares do que no resto do império, resultando daí a possibilidade de um maior número de habitantes poder usufruir dos frutos de seu esforço em sua própria terra”. E explica a origem desse fenômeno:

As jazidas de ouro e de diamantes, como já vimos, atraíram uma quantidade de pessoas relativamente grande para seu interior e, como o transporte de alimentos de fora era difícil, formou-se, ao lado da população mineradora, e simultaneamente a ela, uma população de agricultores, graças à qual o solo foi mais parcelado. As grandes doações de terras pelo governo não ocorreram na mesma proporção que em outras regiões, em virtude das próprias condições da mineração; e a pequena propriedade pôde assim se desenvolver mais livremente. À medida que a produção de ouro e pedras preciosas foi declinando, fortaleceu-se a agricultura, e Minas Gerais constitui a prova mais patente de como o bem estar dos brasileiros se elevaria com o parcelamento dos enormes complexos latifundiários.<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 107.

O parcelamento do solo seria, portanto, o resultado das condições de subsistência exigidas pela atividade mineradora. Nesse sentido, notemos a relação que o autor estabelece entre pequena propriedade e liberalismo: “a propriedade livre desenvolve uma autoconfiança e um sentimento de independência que os servos não podem conhecer”. Ademais:

A pequena propriedade livre propicia o liberalismo: em uma terra com um poder despótico, ela clama pela liberdade; em um estado com instituições liberais, ela é sua proteção e sustentáculo. Assim ocorre com a província de Minas Gerais – sob o despótico domínio português, ela foi a primeira defensora da liberdade, e desde que o Brasil possui uma das mais liberais constituições, ela a protege com zelo inexcedível.

Nessa lógica, a província mineira era o fundamento do liberalismo no Brasil, já que sua estrutura fundiária assentava-se sobre a pequena propriedade livre. A pequena propriedade teria, portanto, conformado a identidade agrícola de Minas, figurando como “a prova mais patente de como o bem-estar dos brasileiros se elevaria com o parcelamento dos enormes complexos fundiários”. Ao aventar tal possibilidade, Tschudi provavelmente estava pensando em uma forma de facilitar o acesso a terra não apenas para o cidadão do Império, como para o imigrante europeu adventício.

Das condições materiais, geográficas e históricas, advinha a singularidade de caráter dos mineiros, sua maneira de se relacionarem com as outras pessoas, com o trabalho e com as instituições políticas do país. No juízo de Tschudi:

O mineiro se distingue favoravelmente dos demais brasileiros por uma maior atividade e diligência. Como morador de uma terra interior de clima mais temperado, e com um solo em geral menos generoso do que o das províncias vizinhas, ele se encontra na contingência, e na necessidade, de trabalhar com mais vigor.

Sob essa perspectiva, premidos pela diversidade do clima e deficiência do solo, os mineiros teriam se tornado trabalhadores mais ágeis e diligentes. Nesse sentido, os conceitos de estrutura fundiária, liberalismo econômico e elite política são identificados pela idéia de “natureza” que subjaz ao paradigma corográfico.

Outra passagem em que o autor comenta sobre suas qualidades “intrínsecas” é a seguinte: “O mineiro também se distingue de seus compatriotas por um caráter

mais aberto e confiável, e sua hospitalidade é proverbial. A província conta ainda com alguns dos mais destacados escritores, poetas e estadistas”. Vemos, assim, a valorização de Minas como um dos nascedouros da intelectualidade nacional.

Os meios de comunicação, ao contrário de outros temas desenvolvidos no texto, recebem de Tschudi reprovações: “se o estado das estradas é um bom critério para se julgar o grau de civilização de um país, Minas não deve receber uma avaliação muito lisonjeira”.

Tal julgamento, no entanto, é atenuado pela constatação de que a parte mais povoada do território mineiro era montanhosa e sofria periodicamente com estragos provocados pelas chuvas de verão. Podemos afirmar, então, que o fato de Minas ser um “colosso”, se muitas vezes era visto como um signo da unidade nacional, em algumas situações, poderia se apresentar como obstáculo a esse mesmo projeto.

A falta de incentivo à navegação é outro problema denunciado no texto:

É quase inacreditável que num território tão extenso, que inclui sete grandes bacias fluviais, a navegação permaneça no estado primitivo em que ainda se encontra, e que até hoje nenhum de seus esplêndidos rios jamais tenha sido percorrido por um vapor.<sup>254</sup>

Na visão de Tschudi, era estranho que os mineiros preferissem estradas ruins, em detrimento de boas vias fluviais. Em Minas, a senda do progresso estava, portanto, comprometida pela falta de fundos, pela inexistência de espírito empreendedor e, contraditoriamente, pela indolência dos mineiros, que linhas antes, no mesmo texto, haviam sido elogiados pelo autor.

Voltando ao mapa de Halfeld-Wagner, as críticas quanto ao resultado final desse empreendimento levaram a Assembléia Provincial a formular novos projetos de mapeamento. Assim, a lei nº 1104, de 16 de outubro de 1861, incumbia Henrique Gerber<sup>255</sup> da tarefa de organizar uma nova carta de Minas Gerais, complementando-a com notas corográficas sobre a mesma província. Esse

---

<sup>254</sup> *Ibidem*, p. 123.

<sup>255</sup> As informações sobre Henrique Gerber são escassas, sabendo-se apenas que ele nasceu na Alemanha, naturalizou-se brasileiro e foi cavaleiro da Ordem da Rosa. BLAKE, 1893, v.2, p. 220.



engenheiro alemão, assim como Halfeld, fora contratado pelo governo provincial para realizar projetos de pontes, estradas e demais obras de infraestrutura.<sup>256</sup>

Dispondo de informações anteriormente sistematizadas por outros corógrafos, Gerber pôde levantar sua carta, que foi publicada em 1862, como documento oficial da província<sup>257</sup>. Sua tiragem inicial de 300 exemplares logo se esgotou na distribuição entre câmaras municipais e autoridades provinciais, denotando o esforço do governo em disseminar pelo país uma imagem-síntese da província mineira.<sup>258</sup>

Para Gerber, a entidade província era uma circunscrição administrativa que poderia corresponder, ou não, aos padrões da natureza. Nesse sentido, os limites políticos de *Carta da Província de Minas Gerais* (FIG. 2) não eram evidentes em rios e montanhas: eles precisavam ser “descobertos”, legitimados por cartógrafos e demais estudiosos do espaço, estando sempre sujeitos a contestações.

Em considerações sobre a produção geodésica desse autor, Maria do Carmo Andrade Gomes se surpreende com a ausência da representação de estradas nessa carta, visto que, segundo a autora, a indicação de rotas e caminhos sempre tinha sido um dos principais elementos de qualquer documento cartográfico. Uma explicação para isso seria que, como Gerber já tinha em vista implementar os sistemas de viação na província mineira, ele provavelmente concebia essa carta como um plano de fundo sobre o qual seriam, posteriormente, postos os traçados tanto das estradas existentes como daquelas que ainda haveriam de se concretizar.<sup>259</sup>

À carta-síntese de Minas, Gerber acoplou *Noções Geographicas e Administrativas da Província de Minas Gerais* (1863), compêndio que se consagrou na tradição corográfica brasileira, sendo citado em vários trabalhos, inclusive nas *Noções de Corographia do Brasil*, de Joaquim Manoel de Macedo.<sup>260</sup> Cremos que o sucesso desta publicação explica-se pelo fato de ela contemplar um largo escopo de temas relativos à província de Minas,

---

<sup>256</sup> GOMES, 2005, p. 54.

<sup>257</sup> Também era de sua autoria outra *Carta da Província de Minas Geraes*, com indicação das estradas que cortavam o território mineiro, e a *Carta das comunicações postaes da província de Minas Geraes*, que traz uma representação da rede de correios da província.

<sup>258</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 65.

<sup>259</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>260</sup> Em capítulo sobre orografia, Macedo menciona o trabalho de Gerber sobre os acidentes geográficos que compunham o Complexo da Serra do Espinhaço. MACEDO, 1873, p. 71.

combinando, de maneira equilibrada, dispositivos descritivos, narrativa historiográfica e opiniões do autor<sup>261</sup>.

Logo no primeiro capítulo desta obra, Gerber analisa o complexo da Serra do Espinhaço, considerado o “esqueleto orográfico”<sup>262</sup> de Minas Gerais. Na *Carta da Provincia de Minas Geraes*, vemos essa serra representada por uma grossa linha que se ramifica por todo o território mineiro. Segundo o autor, a Serra do Espinhaço era a principal cordilheira do sistema orográfico brasileiro, uma vez que dividia as bacias hidrográficas do Paraguai e do Paraná pelo lado sul, e as do São Francisco, Amazonas e Tocantins, pelo lado norte, seccionando o Império em duas partes distintas. Portanto, não apenas Minas Gerais mas também o Brasil tinham nessa cordilheira seu marco de estruturação territorial.

Buscando entender como a Serra do Espinhaço espalha-se pelo território mineiro, o autor elabora uma taxonomia dos “grupos mais notáveis” dessa cordilheira: Serra da Mantiqueira; Serra do Itacolomi; Serro Frio; Serra do Itacambira; Serra das Vertentes; Serra da Canastra; Serra da Mata da Corda e Serra dos Pireneus. Cada um desses topônimos correspondem a imagens e representações que foram atribuídas à Serra do Espinhaço ao longo do processo de construção territorial e simbólica de Minas Gerais, evidenciando a importância dessa cadeia de montanhas para a conformação de identidades regionais.

Ainda no capítulo sobre o quadro natural, Gerber comenta sobre as relações de correspondência entre tipo de solo, relevo, clima e vegetação. De acordo com o autor, distinguem-se três zonas botânicas em Minas: zona do mato, zona do campo e zona alpina. As dimensões de cada um dessas formações vegetais são determinadas da seguinte maneira:

A grande cordilheira do Espinhaço forma geralmente a divisa entre a região do mato, que se acha ao sul e leste da mesma e os campos que dali se estendem para o norte. Uma terceira zona de vegetação, a qual pode se equiparar á alpina da Europa, ocupa as alturas das montanhas de 1,100 metros para cima. O mato compreende quase um território de 6,000 e os campos e a zona alpina de 14,000 léguas quadradas.<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> GOMES, 2005, p. 65.

<sup>262</sup> GERBER, 1863, p. 5.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 20.

À medida que o conhecimento sobre o território foi avançando, os matizes de que se compunha Minas foram sendo, aos poucos, revelados. A maneira como Gerber relaciona os elementos da paisagem mineira, específica da ciência natural oitocentista, é reveladora de uma concepção sistêmica da natureza, na qual elementos topográficos, hidrográficos e de vegetação possuem afinidades que permitem agrupá-los em conjuntos e sistemas.

Entre as duas regiões botânicas destacadas, quais sejam a da mata e a do campo, Gerber identifica uma zona intermediária, a alpina, com vegetação semelhante a da Europa. No século XIX, era comum encontrar frases como: “A província de Minas é a mais montanhosa do Brazil, e tem sido comparada á Suissa”.<sup>264</sup> A analogia entre a alcantilada Serra do Espinhaço e a cordilheira dos Alpes constituiu-se em elemento de representação de Minas Gerais. Por meio das similitudes, a província mineira era simbolicamente transportada para o velho continente, diferenciando-se das outras regiões do país.

Tendo em vista os imperativos econômicos de seu empreendimento, o autor relaciona minerais, vegetais e animais em função de sua relevância para a economia provincial. Sua opinião é a de que a providência divina teria dotado o solo mineiro de todos os recursos oferecidos pelos três reinos da natureza, que jaziam, todavia, inutilizados devido à rarefação populacional e às dificuldades de comunicação:

*<<S'il existe um pays>> - diz Mr. de St. Hilaire - <<qui jamais pûisse se passer du reste du monde, ce sera certainement la province des Mines>>; sem duvida seria repetir a verdade mais reconhecida, falar da riqueza e da productibilidade com que a Providencia dotou este abençoado solo mineiro, em cujo seio, em cujas extensas matas e campinas dormem imensos capitaes somente esperando que o trabalho e a intelligencia do homem os chame em proveito da sociedade. Se os recursos, que offerecem aqui os tres reinos da natureza, não têm até agora dado maior desenvolvimento á agricultura e á industria, deve este facto ser attribuido em grande parte á disseminação da população por um vasto territorio e á difficuldade das communicações.*<sup>265</sup>

No capítulo que versa sobre comércio e vias de comunicação, transparece com nitidez a relação entre corografias, expressões cartográficas e projetos políticos. Ao se referir às ferrovias, o autor sintetiza em uma só frase o

---

<sup>264</sup> PINTO, 1887, p. 7.

<sup>265</sup> GERBER, *op. cit.*, p. 27, grifos do autor.

pensamento oitocentista acerca das relações entre comércio, vias de comunicação, nação e civilização:

O desenvolvimento do comercio de um país está notoriamente dependente em proporção direta da sua produção e do estado da perfeição das vias de comunicação, dois elementos estes, que devidamente reunidos constituem um poderoso fator de bem estar da nação, e são a medida, pela qual se julga o grau da civilização da mesma.<sup>266</sup>

Ao constatar o descompasso entre idealização e realidade, Gerber conclui:

Ora, em um paiz, como a provincia de Minas, cuja produção agrícola e industrial é diminuta, e os meios de transporte são dificultosos por causa da grande disseminação dos habitantes sobre um vasto território, necessariamente não pode ser florescente o estado do comercio.

Na segunda metade do século XIX, novidades tecnológicas, como estradas de ferro, eletricidade e telégrafo, eram vistas como emblemas de progresso porquanto abreviassem as distâncias antes dificilmente transponíveis.<sup>267</sup> Para Gerber, comércio e vias de comunicação eram critérios pelos quais se mediam o “grau de civilização” da nação. Nesse sentido, estimamos o quanto a ampliação da malha ferroviária, na segunda metade do Oitocentos, transformou a percepção espacial dos brasileiros acerca do território nacional.

Até aqui, tratamos de duas obras do gênero corográfico cuja finalidade era servirem de instrumentos para subsidiar a administração provincial.<sup>268</sup> Ambas foram elaboradas na segunda metade do século XIX, por autores contemporâneos: em janeiro de 1858, chegando à cidade de Paraibuna, Tschudi visitou Halfeld em sua fazenda de Juiz de Fora, onde certamente trocaram impressões sobre a possibilidade de publicação do mapa de Minas. Estando em Ouro Preto, o naturalista suíço ainda pôde conhecer Frederico Wagner e Henrique Gerber.<sup>269</sup>

---

<sup>266</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>267</sup> CAMPOS, 2012, p. 13.

<sup>268</sup> Embora o compêndio *A Província Brasileira de Minas Gerais* tenha sido publicado no estrangeiro, independente de decisões governamentais, ele foi elaborado com base em dados coligidos pelo corpo técnico de engenheiros da província. Isso faz dele uma obra híbrida, tanto em suas condições de produção quanto em suas finalidades de leitura, as quais não se resumiam à gestão administrativa do território.

<sup>269</sup> MARTINS, In: HALFELD; TSCHUDI, 1998, p. 18.

Essas informações são significativas, pois nos apontam possíveis intercâmbios entre esses naturalistas de origem germânica.

Outra característica comum entre as obras analisadas é o fato de representarem Minas sob o prisma da totalidade ou, pelo menos, de tentarem representar, posto que a extensão e a diversidade da província obstassem a intenção de seus autores. Da perspectiva panorâmica, resultam belas imagens da Serra do Espinhaço, do Rio São Francisco e dos demais elementos que compunham o território mineiro, mas raramente a paisagem é vislumbrada com ênfase em suas “miudezas”, como fazendas, arraiais, vilas e cidades.

### ***2.1.2 O enfoque municipal, uma alternativa?***

A difusão da imprensa pelo interior do Brasil e a consequente diversificação dos serviços tipográficos disponíveis possibilitaram que muitas obras fossem produzidas em outras localidades para além da Corte. A partir dessas mudanças, as obras corográficas adquiriam finalidade não somente administrativa como também comercial, tornando as feições do território nacional familiares ao público leitor. Sobre os corógrafos que atuavam longe dos grandes centros editoriais da França, Jacques Revel comenta:

Todos são homens das Luzes e todos procuram o bem público. A maior parte deles tem – ou adquiriu – uma experiência de campo cuja singularidade funda, aos seus olhos, a exemplaridade. Não duvidam que cada um dos seus inquéritos esteja vocacionado para se tornar uma peça de um vasto *puzzle* nacional; mas recusam-se a extrapolar resultados que apenas têm valor pelo fato de serem específicos.<sup>270</sup>

Entre as corografias produzidas fora dessa ótica político-administrativa destaca-se o *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais* (1879), escrito por José Joaquim da Silva. Sobre esse autor, apenas sabemos que ele se declarava “filho da mesma província” sobre a qual escrevia e, ao que tudo indica, era natural de Juiz de Fora ou residia nessa cidade, pois nela foram assinados o prefácio, datado de 1877, e um *post-scriptum* de 1879.

Notemos que o título da obra é coerente com o tipo de estudo que o autor

---

<sup>270</sup> REVEL, 1989, p. 127.

propõe-se realizar: o termo *tratado* remete ao paradigma enciclopédico de conhecimento, enquanto *geografia descritiva especial* faz referência à definição do campo corográfico, sobre o qual tivemos oportunidade de discutir.<sup>271</sup>

Enquanto as obras de Cunha Matos, Halfeld e Gerber resultam de atividades geodésicas, sendo compostas de textos e mapas que se complementam, a abordagem de Silva é uma descrição de tipo literário, sem qualquer forma de ilustração cartográfica. Outra diferença entre esses autores é que, enquanto o engenheiro alemão representava o território a partir de suas características gerais, as descrições desse último autor descem ao detalhe de cada município<sup>272</sup>.

A concepção expressa em *Tratado de geografia descritiva especial* é a de que cidades, vilas e demais unidades administrativas constituíam elementos essenciais para a representação do território mineiro. No prefácio da obra, Silva assim justifica seu empreendimento:

Em uma província tão vasta, e populosa como a de Minas Gerais, onde a cada canto se encontra uma cidade ou vila, mais ou menos importante, era geralmente sentido a falta de uma obra desta natureza, que tornasse mais conhecida a existencia do que ahi houvesse de mais curioso, e importante, dando a conhecer ao mesmo tempo, todas as suas Cidades, Vilas, Freguesias e povoações mais importantes.<sup>273</sup>

Após declarar suas intenções, o autor lista o material por ele coletado para realizar “tão difícil quanto espinhosa tarefa”: de acordo com sua declaração, ele teve de “recorrer a muitos documentos oficiais, como relatórios de diversos presidentes, coleções de leis provinciais, diversos periódicos publicados na província, e às cartas corográficas dos engenheiros Gerber e Wagner”. Também fora imprescindível seu “grande conhecimento [...] de muitas localidades da província”. Certamente, o autor conhecia, *de visu*, outras cidades mineiras, abstando-se dos relatos dos seus habitantes. Isso confirma o caráter composto das corografias oitocentistas, fundamentadas na empiria e na erudição.

*Tratado de geografia descritiva* estrutura-se em oito capítulos, que são agrupados em duas partes. A primeira parte, formada pelos capítulos I ao V, corresponde aos temas de domínio da geografia física: limites naturais, sistemas

---

<sup>271</sup> AMORIM FILHO, In: SILVA, 1997, p. 15 – 23.

<sup>272</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>273</sup> SILVA, *op. cit.*, p.V.

orológico e fluvial, produções agropastoris e águas minerais. A segunda parte compreende o campo da geografia política e se estende do capítulo VI ao VIII, sendo esse último o mais extenso da obra. Nessa parte encontramos informações concernentes à divisão jurídico-administrativa da província.

Para Silva, a principal dificuldade de se representar Minas era a quase absoluta carência de dados sobre seu território. Quanto à localização de Minas no território nacional, ele comenta: “Esta província, colocada no tabuleiro central do Império não só pela sua vasta extensão de território, como também pela grande população por ela disseminada, torna-se a quinta parte do Império”.<sup>274</sup> Nesse sentido, Minas destaca-se não apenas por sua vasta extensão territorial mas também por seu expressivo contingente populacional, sendo esse último fator de coesão para o território mineiro.

É no domínio da geografia política que o autor contribui mais significativamente para o aprimoramento do conhecimento corográfico, ao fornecer detalhes sobre cada um dos municípios mineiros. Na década de 1870, Minas compunha-se de 47 comarcas, com 83 municípios, que possuíam 426 freguesias, 574 distritos e 1 curato. Os municípios são representados em ordem hierárquica, construída a partir de critérios de relevância demográfica, administrativa e econômica. O panorama urbano, composto por ruas, praças e prédios, é outro elemento que enriquece a descrição corográfica.

Algumas passagens elucidam o tipo de perspectiva empregada na obra: para descrever a cidade de Ouro Preto, por exemplo, o autor assume um viés panorâmico: “cercada ao sul pelo Itacolomi e ao norte pela Serra do Ouro Preto, e ambas se prolongam na direção de oeste para este e de sul a norte”.<sup>275</sup> Do ponto de vista sociocultural, “Seu povo é dócil, pacífico, amante da instrução, bem hospitaleiro e civilizado”. A história não passa despercebida ao autor, atento a todo tipo de vestígio do passado. Segundo ele: “A cidade antigamente chamava-se Vila Rica, e já foi uma cidade opulenta e ativa, como o atestam muitos monumentos que ainda duram para glória do seu passado”.<sup>276</sup>

Dos municípios relacionados, o que recebe melhor tratamento é Juiz de Fora, “talvez a melhor e mais importante povoação da Província de Minas

---

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>276</sup> *Ibidem*, p. 80.

Gerais”, na opinião do autor. Sua descrição ocupa verbete de sete páginas, o triplo do espaço utilizado para descrever a capital da província. Os assuntos são abordados em tom otimista, como observamos a seguir:

A povoação de Juiz de Fora tem progredido de uma maneira espantosa: em 1856 constava ainda de bem poucas casas; entretanto, hoje conta perto de 800, e entre elas muitos prédios magníficos e de grande valor; e continua-se com grande entusiasmo na construção de outros muitos.<sup>277</sup>

O ufanismo do autor em relação aos predicados de sua provável terra natal revela-se também na descrição da igreja matriz:

É um templo bem construído e acha-se colocado no alto de um morro, em lugar que muito sobressai, faltando para o complemento de tão majestoso templo a fatura do adro, que o tornará então de uma vista magnífica.<sup>278</sup>

Notemos o efeito visual que a localização do templo conferia à paisagem: para o autor, o templo é o ponto de referência que distingue a cidade de Juiz de Fora das demais. Isso nos é significativo, já que a apreciação do panorama urbano fora recurso bastante utilizado pelos autores-espectadores do século XIX para descrever os municípios mineiros.

Campanha consta entre os dez municípios mais importantes. Seus signos de progresso são assim listados:

A povoação é uma das mais antigas da província; tem 27 ruas bem extensas, 11 praças e 8 travessas, todas calçadas. Tem boa Casa de Câmara, cadeia bem espaçosa; tem também 6 igrejas, entre as quais sobressai a matriz, templo grande muito bem ornado.

Ademais, o autor observa: “A cidade de Campanha da Princesa é um lugar onde se vive barato e comodamente”.<sup>279</sup> Talvez esse comentário se devesse ao fato de essa localidade encontrar-se quase equidistante dos principais centros políticos do Império, a Corte (64 léguas) e a capital provincial (55 léguas).

---

<sup>277</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>278</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 96.



No processo de fundação da nacionalidade brasileira, elementos regionais ganharam dimensão especial, prefigurando o gosto romântico pelo que havia de único em cada localidade.<sup>280</sup> Nesse sentido, de acordo com Oswaldo Bueno Amorim Filho, estudioso da produção corográfica oitocentista, *Tratado de geografia descritiva* pode ser considerada uma das melhores corografias produzidas durante o período imperial, por revelar a importância dos municípios mineiros no arranjo institucional do Império.<sup>281</sup>

Com a emergência de novos equilíbrios de poder em finais do século XIX, a perspectiva local passou a ser reconhecida como paradigma de análise da realidade brasileira. Em Minas, assistiu-se a uma verdadeira proliferação de sinopses municipais, muitas das quais foram publicadas pelo Arquivo Público Mineiro (doravante APM).

Em estudo sobre o papel dessa instituição na historiografia, Ivana Parella analisa a relação entre política de aquisição de documentos e conjuntura de crise do Império. Segundo a autora, ao incentivar a compra de documentos e a produção de monografias relacionadas à constituição do território mineiro, o APM legitimava os limites políticos da província, contribuindo significativamente para a construção do patrimônio documental de Minas Gerais.<sup>282</sup>

A exaltação das qualidades históricas e naturais de uma região revelava-se poderoso recurso argumentativo utilizado pelas elites locais para fundamentar regionalismos. Como as assembleias provinciais, muitas vezes, realçavam as clivagens regionais, municípios menos favorecidos no jogo político faziam-se reconhecer por meio do levantamento de suas riquezas econômicas. Dessa forma, estimamos que boa parte dessa literatura corográfica deveu-se à iniciativa de bacharéis, padres, médicos e demais personalidades locais, cujos interesses visavam à melhoria das condições de representatividade política de suas regiões.

Em ensaio sobre os paradigmas historiográficos existentes no Império do Brasil, Bruno Medeiros e Valdeci Araújo argumentam que, entre as décadas de 1840 e 1870, o modelo de escrita da história nacional formulado pelo IHGB teria

---

<sup>280</sup> Sobre a concepção romântica de espaço, Maria Armanda do Nascimento Arruda observa que há, na raiz do Romantismo, total rejeição às verdades generalizantes que se manifestam em princípios absolutos. Ao constatarem a desarmonia do todo, os escritores românticos voltam suas reflexões para as especificidades, enfatizando as particularidades regionais. ARRUDA, 1999, p. 45.

<sup>281</sup> AMORIM FILHO, In: SILVA, 1997, p. 23.

<sup>282</sup> PARELLA, 2009, p. 166.

sobrepujado todo um mosaico de histórias regionais que eram escritas até então. Isso, contudo, não impediu que o gênero corográfico continuasse a ser praticado “subterraneamente” nos municípios mineiros onde, segundo os autores, predominava uma “leitura liberal da formação do Estado como elemento aniquilador das autonomias locais”.<sup>283</sup>

A hipótese desses autores seria útil para explicar a quase inexistência de monografias municipais para o período imperial, já que, nessa conjuntura, predominava certa “visão centralizadora e generalizante”, como também parece crer Renato Peixoto.<sup>284</sup> Todavia, ela não nuança suficientemente os antagonismos que existiam entre historiografia nacional e corografias, antagonismos esses que os próprios intelectuais da época tinham dificuldade em identificar.

Em contrapartida, propomos que o olhar corográfico manteve-se articulando unidade nacional e autonomias provinciais. Para os agentes comprometidos com a formação do Estado nacional, qualquer informação que os ajudasse a compor uma imagem mais verossímil de Brasil era aproveitada, fosse ela uma síntese ou um dado aparentemente irrelevante sobre determinada região. Isso justificaria porque a Biblioteca Nacional, instituição que, como o IHGB, cuidava da história e geografia nacionais, estimulou a produção de monografias municipais no período da gestão de Benjamin Franklin Ramiz Galvão.<sup>285</sup>

Na Biblioteca Nacional, especificamente na Seção de Manuscritos, conferimos alguns ofícios enviados à secretaria dessa instituição por câmaras municipais mineiras, os quais estavam contidos em um mesmo códice

<sup>283</sup> MEDEIROS; ARAÚJO, 2007, p. 29.

<sup>284</sup> Segundo esse autor, a segunda metade do século XIX caracterizou-se pelo surgimento de uma “nova forma corográfica” cuja produção e divulgação estiveram vinculadas ao projeto de construção do Estado nacional brasileiro. A diferença desse modelo em relação às corografias do “velho estilo” é a de que ele se constituía em um “esforço ordenador e subordinador que visa mais subordinar que informar e onde as partes e regiões são designadas não mais pela sua individualidade, mas pelo seu pertencimento a uma unidade histórica e territorial”. PEIXOTO, 2005, p. 12.

<sup>285</sup> Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846 – 1938) foi bacharel em letras, médico e professor. Em 1870 foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional e, pouco tempo depois de assumir esse posto, tornou-se um dos jurados da seção de artes gráficas e desenhos industriais da Exposição Nacional de 1873. Entre 1873 e 1874, viajou ao exterior com a missão de estudar o funcionamento das bibliotecas públicas europeias. Regressando dessa experiência, empreendeu profunda reestruturação no acervo da Biblioteca Nacional. Ramiz Galvão foi ainda o responsável pela organização dos primeiros congressos de História do Brasil promovidos pelo IHGB, instituição da qual era membro desde 1872. Em sua bibliografia, destacam-se: *Annaes da Biblioteca Nacional, Catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881* e *Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro de 1922*. TURAZZI, In: ANDERMANN; GONZÁLEZ, 2006, p. 117 – 150.

documental. Por muitos deles se endereçarem a Ramiz Galvão, estimamos que perfizessem algum plano de corografia que não chegou a ser concretizado por esse autor. Os municípios contemplados nessa relação são: Barbacena; Bom Sucesso; Campo Belo; Conceição; Itabira; Serro; Mar de Espanha; São Gonçalo do Sapucaí; Oliveira e Rio Novo. Há também um único manuscrito contendo descrições de municípios sul-mineiros, a saber: Jacuí, Caldas, Ouro Fino, Cabo Verde e Campestre (Anexo 1).

Analisamos os manuscritos que versam sobre Barbacena, Bom Sucesso e Itabira do Mato Dentro, pela riqueza de detalhes que eles apresentam. Em linhas gerais, o conteúdo dessas monografias compõe-se dos seguintes tópicos: localização; hidrografia; salubridade; fauna; flora; história; topografia; população; agricultura; indústria; comércio; instrução; divisão eclesiástica; obras públicas; rendas; distâncias e estradas. Com base em um modelo que fora provavelmente estabelecido pela Biblioteca Nacional, esses ofícios caracterizam-se pelo estilo enxuto, havendo pouco espaço para impressões subjetivas de seus autores. Mesmo assim, neles é possível identificar os efeitos do olhar corográfico na construção de representações políticas.

Em *Descrição do municipio de Bom Sucesso*, título do manuscrito datado de maio de 1881, Rodolpho de Freitas Mourão apresenta-se justificando a imperfeição de suas notas corográficas. Segundo ele: “Elas [as notas] foram arranjadas às pressas e não houve tempo para as [sic] copiá-las visto a ultima oportunidade de as conduzir em tempo”. Quanto aos aspectos gerais do município, ele os descreve da seguinte forma: “Do lado do norte, oeste e sul é este municipio alternativamente coberto de matas e campos em terreno bastante ondulado, do lado do leste é, porém montanhoso e contém matos e campos”.<sup>286</sup>

Ao tratar da topografia, o autor lista minuciosamente as características paisagísticas do município, sistematizando-as de acordo com a perspectiva linear. Colinas, vias, casas e edifícios não escapam à avaliação de sua visão corográfica:

Esta cidade está situada á margem esquerda [rasurado] do rio Pirapetinga, numa colina da serra, em lugar aprazível. Tem uma via principal de 1 quilometro de extensão, larga mas tortuosa; tem outras laterais mas de pouca importância. Quase todas as casas são térreas, há porem alguns sobrados pouco vistosos.

---

<sup>286</sup> BN: Divisão de Manuscritos, Códice Minas Gerais II – 36, doc. 39. p. 1.

Seus principais edifícios são: a matriz, as capelas de N. S. do Rosário, Bom Jesus dos Passos e S. José; a cadeia e casa da câmara, depois de acabadas será uma das melhores da província, o cemitério é bem regular. Há diversos chafarizes laterais e a água é superior. Há diversos estabelecimentos industriais e comerciais.<sup>287</sup>

O desejo de singularizar os municípios, conferindo-lhes autonomia e relevância no processo de formação do Estado nacional, foi o motivo precípua de muitas corografias, o que as torna empreendimentos essencialmente políticos, mesmo que seus autores muitas vezes não tivessem consciência clara de tal condição. Outro manuscrito em análise, intitulado *Descrição Geographica, Phisica e Histórica da Itabira do Matto Dentro*, exemplifica a ingerência do poder municipal na produção científica.

Em janeiro de 1881, a municipalidade de Itabira do Mato Dentro recebeu um ofício remetido por Ramiz Galvão, no qual este solicitava notas sobre o município. Coube, então, ao Padre Francisco Ângelo de Almeida o encargo de cumprir o que ele considerou “honroso dever”.<sup>288</sup> a coordenação, compilação e sistematização das informações corográficas.

Duplamente comprometido com a representação política da localidade em questão – era corógrafo e presidente interino da Câmara Municipal –, Ângelo de Almeida não deixa de pintar a paisagem de Itabira com cores supostamente realistas, evidenciando, na mesma medida, seus atributos positivos e negativos. O quadro final é o seguinte:

A cidade esta edificada entre dois picos Itabira e Conceição, ficando aquele a Noroeste e este a Sudoeste, alem disso é como que fortificado por duas outras montanhas o Esmeril ao Oeste e Dois Vinténs a Leste. É mal situada em razão de estar assentada sobre as encostas do pico do Itabira e do Esmeril, daí a razão de ser suas ruas muito tortuosas e de haver grandes ladeiras que torna sua configuração pouco agradável. Há um grande numero de boas casas e sobrados mobiliados com decência e gosto.<sup>289</sup>

O relevo acidentado, se por um lado conferia a Itabira o aspecto pitoresco de uma vila setecentista, por outro prejudicava o traçado das vias, resultando numa “configuração pouco agradável” ao espectador. Isso porque, no século XIX,

<sup>287</sup> BN: Divisão de Manuscritos, Códice Minas Gerais II – 36, doc. 39. p.3.

<sup>288</sup> BN: Divisão de Manuscritos, Códice Minas Gerais II – 36, doc. 8, p.1.

<sup>289</sup> BN: Divisão de Manuscritos, Códice Minas Gerais II – 36, doc. 39. p.8.

...a cidade ideal deveria apresentar um sítio salubre e de topografia suave, sobre o qual se pudesse traçar praças amplas e bem ordenadas e, sobretudo, ruas planas e retas, margeadas por fachadas alinhadas, homogêneas e simétricas, seguindo as regras clássicas.<sup>290</sup>

Nesse sentido, supomos que a menção às “ruas muito tortuosas” e às “grandes ladeiras” fosse uma forma de diferenciar o padrão urbanístico colonial do modelo de planejamento urbano do período do Império, modelo esse que, de acordo com Patrícia Vargas de Araújo, caracterizava-se pela promoção dos ideais de urbanidade e civismo, bem como pela preocupação com questões de beleza, higiene e circulação<sup>291</sup>.

Outro manuscrito intitula-se *Descrição da Cidade de Barbacena e seu município*,<sup>292</sup> de autoria do Padre José Joaquim Corrêa de Almeida, conhecido poeta satírico na época do Império, e foi escrito provavelmente em 1882, a pedido de José Alexandre Teixeira de Mello, corógrafo já mencionado que sucedeu Ramiz Galvão na diretoria da Biblioteca Nacional.

Notemos que, logo na introdução que trata dos aspectos gerais de Barbacena, Corrêa de Almeida emprega a perspectiva linear, um dos recursos do olhar corográfico, pintando com palavras o quadro escrito desse município:

Do lado oriental é o municipio montanhoso e coberto de matas; do lado do norte e do ocidente é suavemente ondulado e se compõe de extensos campos, entremeados de bosques, vulgarmente chamados restingas, capões, capoeiras ou capoeirões, conforme a maior ou menor extensão, idade ou espessura, do lado do sul compõe-se de mata e de campo, separados pela famosa Serra da Mantiqueira.<sup>293</sup>

Nessa passagem, o autor associa características orográficas (“município montanhoso”; “suavemente ondulado”; “separados pela famosa serra da Mantiqueira”); botânicos (“matas”; “campos”; “bosques”; “restingas”; “capões”; “capoeiras”; “capoeirões”; “mata e campo”) e de orientação (“lado oriental”; “lado do norte”; “lado do sul”), de maneira a compor uma descrição dinâmica e

<sup>290</sup> FONSECA, 2011, p. 539.

<sup>291</sup> ARAÚJO, 2008, p. 183.

<sup>292</sup> Esse manuscrito foi posteriormente publicado como *Descrição da Cidade de Barbacena e seu município*. Rio de Janeiro: Typ. Universal, 1883. 40 p.

<sup>293</sup> BN: Divisão de Manuscritos, Códice Minas Gerais II – 36, doc.10. p. 1.

bem fundamentada. Corrêa de Almeida, à moda naturalista, era capaz de identificar as correlações entre fenômenos geográficos de naturezas distintas.

O autor, assim, elogia a paisagem de Barbacena:

O seu horizonte é de extensa e agradável vista em quase todas as direções; em certos meses, ao entrar o sol, apresenta um panorama deslumbrante e admirável de nuvens variadas e vivamente ornadas de ouro.<sup>294</sup>

Tal como nas telas românticas em que as cores evocam uma infinidade de sensações, na descrição corográfica, a profusão de adjetivos (“extenso”; “agradável”; “deslumbrante”; “admirável”; “variadas”; “vivamente ornadas”) produz no leitor um sentimento de arrebatamento visual.

Por fim, o que destacamos nesse *corpus* documental é ele refletir o intercâmbio de interesses que caracterizou a produção do conhecimento corográfico no século XIX: nos casos analisados, a demanda por informações partiu de uma instituição pública ligada aos interesses do Império, tendo sido articulada pelas câmaras municipais, órgãos administrativos e repositórios da perspectiva local. Especialmente no caso de Itabira do Mato Dentro, a municipalidade foi responsável por organizar o empreendimento corográfico, fiscalizando todas as etapas de produção do inventário municipal.

Do intercâmbio de informações e de interesses entre as esferas local, regional e nacional, esferas essas construídas pelos sujeitos históricos de acordo com seus interesses políticos, concluímos que a montagem do mosaico imperial brasileiro no Oitocentos foi uma tarefa árdua, não de todo finalizada, na qual a multiplicidade das peças e o pouco conhecimento de suas peculiaridades dificultava o encaixe perfeito.

Ao longo do século XIX, o território mineiro seria representado por corógrafos e políticos, num esforço para que fosse finalmente assimilado à geografia e à história pátrias, à unidade nacional, enfim.

Contudo, copiosos inventários não seriam suficientes para representar todas as particularidades de Minas. Essa província figurava como síntese contraditória da unidade nacional por ser, como o próprio Império, heteróclita. A coerência mineira era, portanto, resultado da originalidade na combinação das

---

<sup>294</sup> BN: Divisão de Manuscritos, Códice Minas Gerais II – 36, doc.10. p.12.

diferenças, na harmonização dos contrastes, na junção dos opostos.

Em Minas, o esmiuçamento infinito dos pormenores e o refinamento das distinções regionais tornavam impossível qualquer imagem do território como um conjunto articulado de regiões. Entre estatísticas e informações, essa província revelava-se como um enigma de difícil apreensão por escalas corográficas. Nesse sentido, sua integridade territorial tornava-se atributo facilmente questionável.

## 2.2 Minas nas críticas ao sistema de divisão geral do Império

Embora fossem representações parciais do espaço, as corografias atenderam aos imperativos econômicos da política imperial, contribuindo para que o território mineiro fosse progressivamente dimensionado. Isso evidencia como corografia e política são campos imbricados, sendo as corografias expressões legítimas dos projetos de transformação do território no Oitocentos.

Contudo, o desafio de se representar Minas, colosso formado por regiões bastante diversas entre si e em relação a outras partes do Império, não foi apanágio de corógrafos como Heinrich Halfeld, Henrique Gerber e José Joaquim da Silva. Muitos deputados enfrentaram problema semelhante, de difícil equação, qual seja a representação da diversidade mineira no Parlamento.

Em estudo sobre a emergência política da Zona da Mata mineira na segunda metade do século XIX, Luiz Fernando Saraiva observa que a fragmentação territorial de Minas fora por diversas vezes pleiteada nos âmbitos políticos do Império, desde os anos 1830, no sentido de melhorar a representação parlamentar e tornar a administração provincial mais eficiente.<sup>295</sup> Sua opinião é a de que os projetos de divisão do território mineiro foram sintomas da ausência de unidade política, econômica e identitária em Minas, província cuja diversidade regional o autor busca afirmar através da seguinte tipologia: movimentos “autonomistas”, “separatistas” e “mudancionistas”.<sup>296</sup>

---

<sup>295</sup> SARAIVA, 2012, p. 9.

<sup>296</sup> Por “autonomismo”, Saraiva compreende todas as discussões ocorridas nos âmbitos políticos do Império sobre limites administrativos, jurídicos, civis e eclesiásticos de Minas, incluindo a criação de bispados, comarcas, municípios, distritos e freguesias. O termo “separatismo” tem, por sua vez, conotação mais específica no texto do autor, designando os movimentos que buscaram desmembrar algumas regiões do corpo político de Minas. Por fim, “mudancionismo” refere-se aos projetos que tinham como pauta a transferência da capital mineira de Ouro Preto para qualquer outro ponto da província. *Ibidem*, p. 21.

Sem desconsiderarmos a utilidade da tipologia de Saraiva para o mapeamento das hierarquias regionais e compreensão do estatuto político de Minas no Império, analisamos o debate sobre a divisão de Minas, especificamente os projetos que diziam respeito à região sul, com base na identificação de seus principais momentos, quais sejam: 1) o da sessão legislativa de 1843 quando, em face do terror causado pelas revoltas liberais, definiram-se alguns posicionamentos; 2) o dos anos 1853 e 1854, período em que, não obstante o surgimento de reivindicações a favor da medida, assistiu-se ao rechaço do projeto de provincialização das comarcas sul-mineiras por parte do poder Executivo do Império 3) e, por fim, o de apresentação dos projetos de criação de uma província no sul de Minas, *Minas do Sul* propriamente dita, momento cujas balizas temporais compreendem os anos de 1862, 1868 e 1884, sendo que, em 1873, houve tentativa de reestruturação geral do território mineiro.

Notemos que uma tríade de temas próprios das corografias – centralidade, extensão e diversidade – também aparece nos debates parlamentares. A eles, cuidamos de relacionar algumas teses que pudessem estar contidas nos discursos analisados, ou que apenas norteassem o posicionamento político-ideológico de seus emissores. Assim, para o tema *extensão territorial*, há polarizado: 1) defesa da manutenção da grandeza de Minas Gerais 2) defesa da fragmentação do território mineiro. Em relação à *centralidade geográfica*, figuram as teses: 1) centralidade como fator de integração de Minas com as outras regiões; 2) centralidade como obstáculo ao progresso mineiro. Quanto à *diversidade regional*, ela poderia ser vista como: 1) fator constituinte da riqueza provincial; 2) justificativa para autonomias regionais.

Com bem notou Saraiva, as propostas de redivisão territorial não foram uma especificidade de Minas, tendo permanecido na agenda política do governo imperial durante todo o Segundo Reinado. Em janeiro de 1843, por exemplo, Antonio Pereira Barreto Pedroso, deputado pela província do Rio de Janeiro, apresentou à Câmara uma representação que pedia a elevação da Comarca do Rio Negro, situada no Grão-Pará, à categoria de província.<sup>297</sup>

---

<sup>297</sup> Os argumentos utilizados para a validação desse projeto baseavam-se nas seguintes condições: o território extenso que a nova província viria abarcar; a distância que separava a comarca do Rio Negro da capital Belém e a necessidade de expansão das fronteiras agrícolas do Império. Segundo a lógica do projeto, a provincialização era uma estratégia para fortalecer a presença do Estado em áreas remotas do país, pois, além de criar um corpo burocrático para a região,



Em abril desse mesmo ano, o deputado paulista Carlos Carneiro de Campos ofereceu à Câmara dois outros projetos, sendo que o primeiro solicitava a provincialização da comarca de Curitiba, então subordinada à administração paulista, e o segundo propunha uma revisão dos limites políticos entre Minas Gerais e São Paulo<sup>298</sup>.

Um ponto em comum entre essas medidas era que elas atendiam aos imperativos de preservação da ordem pública e da segurança do território nacional: para os deputados que advogavam a favor da provincialização da comarca do Rio Negro, era necessário aproximar o poder imperial das fronteiras que estavam sendo ameaçadas por potências estrangeiras com elas confinantes. Quanto à província de Curitiba, ela funcionaria como um “dique” – nas palavras de um dos membros da deputação paulista<sup>299</sup> –, uma barreira que impediria as idéias revolucionárias do sul de desaguarem no restante do país.

A retificação dos limites entre Minas Gerais e São Paulo, por sua vez, era vista como uma maneira de solucionar os conflitos de jurisdição existentes entre as duas províncias, além de representar, na opinião de alguns deputados, uma espécie de compensação aos paulistas pela perda de parte de seu território.

Entrando em discussão, esses projetos viriam a promover críticas sobre o sistema de divisão geral do Império, suscitando polêmicas sobre a conservação do território mineiro. Assim, como em um pote de anzóis, assuntos “puxados” ao debate político frequentemente traziam emaranhados em si outras controvérsias.

### ***2.2.1 Dividir para integrar***

A década de 1840 foi marcada por acontecimentos importantes, tais como o fim das lutas políticas e dos movimentos separatistas<sup>300</sup> da década antecedente, a votação de leis garantidoras da ordem, além do amadurecimento pessoal e público do Imperador. Temia-se pela unidade do Império, mas não se ousava propor

---

instituíu órgão legislativo capaz de arrecadar rendas para investir em obras públicas como a navegação do Rio Amazonas. GREGÓRIO, 2010, p. 95

<sup>298</sup> MARTINS, 2008, p. 9.

<sup>299</sup> ACGD, 17/08/1853, p. 224.

<sup>300</sup> Diferentemente de Saraiva, preferimos não denominar de “separatistas” os projetos de divisão do território mineiro, reservando esse termo apenas para as revoltas do período regencial, nomeadamente a Farroupilha e a Praieira. Portanto, para analisarmos os projetos de criação da província de *Minas do Sul*, optamos pelo termo “provincialização”, neologismo criado por políticos e intelectuais do Império.

reformas demasiadamente arrojadas, por medo de se alterar ainda mais os ânimos das elites políticas provinciais.<sup>301</sup>

No Parlamento, era comum discursos sobre a questão da unidade nacional prolongarem-se em debates acalorados sobre a necessidade de uma nova divisão territorial para o Império. Isso porque, em nível administrativo, a racionalização territorial era vista como um princípio de ordem,

...porque a acção do governo em territórios menos extensos torna-se mais prompta e efficaz, e talvez mesmo que uma mais regular divisão destrua em grande parte essas rivalidades de provincia a provincia que tão fataes devem de ser á integridade do império.<sup>302</sup>

Explica o deputado paulista David dos Santos Pacheco. Em editorial de 1875, os redatores do *Monarchista*, jornal publicado na cidade de Campanha, exprimiam-se de maneira semelhante:

É principio incontestado de administração, que está será tanto mais efficaz, quanto poder levar vida e desenvolvimento a todos os pontos do territorio administrado, e que, pelo contrario, haverá desigualdade prejudicial em relação aos administrados, quando sua benéfica acção se não poder fazer sentir no mesmo gráo para com todos.<sup>303</sup>

Ademais, partilhava-se do consenso de que o equilíbrio geopolítico entre as províncias era um poderoso fator de prosperidade material e moral dos povos, já que fomentava o comércio interno e desenvolvia elos entre as elites regionais.

Os principais critérios para se estabelecer o número de deputados de cada bancada provincial eram: território, população e renda. Se observarmos a maneira como estava dividido o Império, em províncias cujas extensões iam “do gigante ao pigmeo”,<sup>304</sup> nas palavras do redator de um jornal da época, inferimos que a representatividade político-eleitoral reproduzia as clivagens e hierarquizações que caracterizavam o arranjo institucional vigente naquela época.

<sup>301</sup> IGLÉSIAS, In: HOLANDA, 2004, p. 17.

<sup>302</sup> ACGD, 02/06/1843, p. 474.

<sup>303</sup> CEC-ML: O MONARCHISTA, Campanha: 21/02/1875.

<sup>304</sup> BN: A NOVA PROVINCIA, Campanha: 17/06/1854.

Como solução para esse problema, impunha-se a redistribuição de cadeiras que não deixasse as províncias menores em desvantagem em relação às províncias de primeira grandeza: Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Não obstante o descontentamento generalizado com o tamanho de algumas províncias, muitos deputados posicionaram-se contra as medidas de revisão da representatividade político eleitoral, receosos de perderem influência no âmbito parlamentar. Isso, contudo, não impediu que problemas relacionados ao sistema de divisão geral do Império fossem discutidos nas sessões da Câmara dos Deputados, espaço privilegiado para a formulação de políticas nacionais.

Quanto às polêmicas sobre a fragmentação do território mineiro, elas estavam relacionadas muito mais a conveniências administrativas e disputas parlamentares do que a interesses de ordem militar sobre a integridade territorial do Império. A revolta liberal que sacudiu a província mineira havia evidenciado a força potencialmente desestabilizadora das elites regionais, expondo a fragilidade da malha administrativa provincial. Nesse sentido, pensar o lugar de Minas no arranjo institucional do Império, funcionava como um analogismo para se pensar a própria unidade nacional.

Após os episódios de 1842, notícias preocupantes sobre Minas difundiam-se por meio de jornais e de pessoas que iam à Corte. Não se sabia ao certo qual era o real estado da província, como ela estava sendo gerida, nem quais eram as medidas de pacificação adotadas pelo governo mineiro.

Bernardo Jacinto da Veiga,<sup>305</sup> presidente que a havia governado durante a fase turbulenta do ano anterior, fora afastado do poder e, naquele momento, ocupava seu assento na Câmara dos Deputados, onde era interrogado por seus colegas acerca de seus supostos excessos contra os revoltosos de Santa Luzia. Para substituí-lo, o Imperador nomeara Francisco José de Souza Soares d'Andréa, militar reconhecido por seu pulso firme em combater distúrbios da ordem pública.

Na sessão de 21 de fevereiro de 1843, o deputado fluminense Francisco Barros Pimentel convocava seus colegas a romperem o silêncio em relação a essas questões, por considerar a “ordem pública um tanto ameaçada”.<sup>306</sup> Em meio a um clima de desconfiança, corriam rumores de que os planos dos liberais que haviam

---

<sup>305</sup> Bernardo Jacinto da Veiga (1802 – 1845) exerceu diversos cargos públicos, como delegado da instrução pública, presidente de província e diretor geral dos Correios. BLAKE, 1883, v.1, p. 411.

<sup>306</sup> ACGD, 21/02/1843, p. 801.

se apossado de Minas não eram apenas derrubar o ministério vigente, mas também proclamar a independência dessa província que era considerada o berço da liberdade nacional.<sup>307</sup>

Sem demora, a situação de instabilidade e o temor que isso causava em alguns deputados ensejaram o aparecimento de propostas no sentido de rever os limites de Minas, emancipando algumas de suas regiões ou as anexando a outras unidades administrativas. O primeiro a se pronunciar sobre o assunto foi o próprio Barros Pimentel, em 18 de março de 1843, em discurso cujo mote era a preservação da unidade nacional.

O deputado inicia seu pronunciamento constatando que “a necessidade de bem dividir um imperio é tão reconhecida, que as nações velhas, quando se regenerão, logo tratão de uma repartição uniforme da população e do território”. Em seguida, ele cita o caso da França, onde a Assembléia Constituinte estabelecera o sistema de departamentos com governo próprio. As jovens nações que se constituíram no alvorecer daquele século, no seu entender, também levavam em consideração a necessidade de dividir uniformemente seus territórios. Exemplo disso era os Estados Unidos da América, onde,

...receiando de que algum colosso viesse a surgir que fizesse romper o equilíbrio entre as partes componentes da união, permitirão, concederão que, todas as vezes que um territorio tivesse 30 mil almas, se pudesse erigir um estado.<sup>308</sup>

Na contramão das nações civilizadas, o Império conservava uma divisão territorial herdada da administração portuguesa, em detrimento dos meios de comunicação e do bom funcionamento da máquina burocrática do Estado. Nesse momento, o deputado provoca alteração nos ânimos de seus colegas, ao insinuar qual seria a principal causa do descontentamento dos políticos do norte quanto ao sistema político representativo imperial. Sem pronunciar nomes, ele apenas diz:

Uma província há, [...] ao sul do imperio, que, pela sua excessiva grandeza, traz o norte em cuidados; uma provincia tão consideravel, que póde muito bem ameaçar a integridade do imperio quando se desvaire o bom senso de seus

---

<sup>307</sup> ACGD, 11/05/1843, p. 106.

<sup>308</sup> ACGD, 18/03/1843, p. 325.

habitantes, que pôde então, e muito bem, desmanchar essa harmonia, esse equilíbrio que tanto desejamos.<sup>309</sup>

Pelo contexto da época, bem como pelo assunto que se estava querendo introduzir na sessão, não seria difícil deduzir que o deputado estivesse falando de Minas Gerais. Segundo Barros Pimentel, a existência dessa “grande província do sul” implicava um falseamento do sistema político representativo, uma vez que ela sempre fizesse pender a balança do debate político a seu favor. Por consequência, as províncias do sul dominavam a cena parlamentar, em detrimento das províncias do norte, que se sentiam menosprezadas em suas resoluções.

A má divisão do território não acarretava problemas somente de ordem política ou administrativa como também concernentes às identidades culturais. Desde o período colonial, sentimentos de rivalidade vinham sendo gestados no seio das elites regionais, por conta das longas distâncias e dos contrastes culturais que as separavam.

O espírito de bairrismo, definido por Barros Pimentel como “esse egoísmo que se manifesta em quasi todos os brasileiros; esse amor de si exagerado”, era, na verdade, um limite tênue entre a defesa legítima dos interesses regionais e a incapacidade de refletir sobre as necessidades gerais do Império. Podemos, então, dizer que, desde o período imperial, a política compunha-se de uma trama complexa na qual se misturavam interesses pessoais, interesses provinciais e, numa perspectiva mais abstrata, interesses nacionais.

Razões políticas, administrativas e de cunho identitário confluíam, portanto, para que a divisão de Minas fosse considerada medida de segurança nacional.

De acordo com a opinião pública, a extensão e densidade populacional dessa província eram condições que poderiam desestabilizar o Império em uma conjuntura de crise. Nesse sentido, Barros Pimentel conclui seu discurso revelando receio quanto ao futuro da ordem imperial:

É preciso que dividamos esses colossos para bem imperar a constituição; porquanto, sem uma justa divisão de províncias, sem igualdade de tamanho na população, estou que o imperio não pôde continuar pacífico por muito tempo.

---

<sup>309</sup> ACGD, 18/03/1843, p. 325.

Na sessão de 18 de março, muito se discutiu sobre as utilidades de se fracionar o território mineiro, porém nenhuma proposta concreta foi apresentada à Comissão de Estatística. O deputado que incitou a discussão apenas apontou um leque de possibilidades, revelando a multiplicidade de idéias, interesses e reivindicações regionalistas que coexistiam naquele momento, apenas esperando a ocasião de serem transformadas em projetos:

Dizem uns que seria muito vantajoso tirar uma porção do sertão dessa provincia [Minas] pelos lados de Goyaz, Pernambuco e Bahia, e outros destas duas ultimas, e formar uma grande provincia central. Outros querem-lhe dar um porto, querem della destacar um pedaço e unil-o ao Espírito Santo, para facilitar dest'arte a navegação do Rio Doce. Outros ainda querem que se dê a S. Paulo o que fica alem do Sapucahy, que, tirando um pedaço de S. Paulo, outro de Minas e outro de Goyaz, se crêe para aquelle lado uma nova província.<sup>310</sup>

Ao analisar esse mesmo excerto do discurso, Luiz Fernando Saraiva nota que, como Barros Pimentel não era partidário de uma ou outra divisão, fica claro estar em jogo, naquele momento, não existência de supostas “identidades” regionais, mas, sim, o peso da bancada mineira e seu efeito potencialmente desestabilizador na política nacional. Como o próprio Barros Pimentel sugere: “vinte homens dominados dos mesmos princípios, ligados pelos mesmos interesses, podem fazer e tem feito revoluções”.

O requerimento de Barros Pimentel para que a Comissão de Estatística elaborasse um projeto de divisão da província mineira recebeu objeções durante a mesma sessão em que fora apresentado. O autor da réplica, Francisco de Paula Candido, criticava o caráter precipitado das pretensões sobre o território de Minas.

Para fundamentar sua crítica, o deputado mineiro observa que, motivados por receios de uma nova revolta, muitos de seus colegas esqueciam-se de que alguns limites de Minas restavam incógnitos ou ainda não haviam sido demarcados por lei. Na sua opinião: “não se póde dividir uma quantidade desconhecida”.<sup>311</sup> Era nesse sentido que ele requeria a revisão dos limites com as províncias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

---

<sup>310</sup> ACGD, 18/03/1843, p. 326.

<sup>311</sup> ACGD, 18/03/1843, p. 328.

A revisão das divisas territoriais também poderia ser uma estratégia para protelar as resoluções do Parlamento. Não podemos determinar se essa foi a intenção do deputado ao entrar com o requerimento, somente assegurar que sua postura pautava-se pela defesa da integridade da província por ele representada:

...a província de Minas apresenta-se quase sempre como um espectro assustador das outras províncias; a província de Minas é a quilha da embarcação nacional, é em torno della que se achão reunidas todas as outras províncias. Se acaso se pudesse suppôr que a província de Minas incutisse terror pela ordem publica, eu argumentaria pelo inverso: a província de Minas como uma parte muito illustrada do imperio, mantendo a ordem, deve ser conservada para que seja o arrimo das instituições do paiz. Ella pôde ser o centro dessas instituições...<sup>312</sup>

Como argumento para a conservação do território mineiro, Paula Candido reiterava as imagens de Minas como baluarte das instituições políticas do Império. Em sua opinião, não fazia sentido representá-la como “espectro assustador” das outras províncias, em especial das do norte, pois, estando em ordem, com segurança, Minas contribuía para a preservação da unidade nacional.

Porém, nem todos os membros da deputação mineira opunham-se à divisão de Minas. Alguns apoiavam essa medida, desde que ela satisfizesse os interesses das elites regionais por eles representadas. Exemplo disso é o posicionamento de Bernardo Jacinto da Veiga na sessão de 30 de maio:

É verdade que a rebelião em uma província faz sentir mais a necessidade da acção immediata do governo, faz conhecer mais a difficuldade com que o governo tem de lutar quando tem de dirigir ordens para pontos mui longínquos, onde não há autoridades que possam tomar por si certas providências.<sup>313</sup>

Outra matéria relacionada ao tema da divisão de Minas dizia respeito à retificação dos limites políticos entre essa província e a de São Paulo. O projeto apresentado por Carneiro de Campos, concomitante ao de criação da província de Curitiba, estabelecia que a Comarca do Rio Sapucaí devesse integrar o território paulista. Para justificar essa medida, o autor argumentava que as paróquias mineiras que estavam sob a jurisdição do bispado de São Paulo haveriam de

<sup>312</sup> ACGD, 18/03/1843, p. 329.

<sup>313</sup> ACGD, 30/05/1843, p. 415.

receber mais atenção das autoridades civis dessa mesma província. Ao gigantismo mineiro, somavam-se, portanto, problemas gerados pela sobreposição de poderes e pelo conflito de jurisdições civis e eclesiásticas, conflitos esses que remontavam à época em que as capitanias de São Paulo e Minas foram criadas no século XVIII.

Na sessão de 31 de maio, prosseguindo as discussões dos projetos de Carneiro de Campos, Joaquim Otávio Nebias contrariava o projeto de criação da província de Curitiba, por considerá-lo uma retaliação política a São Paulo. Segundo o deputado, muito se discutia sobre a conveniência de se dividir a província paulista em duas, assim como o de Minas em três ou mais partes.

Todavia, enquanto o “colosso do Brasil” permanecia intacto, “apenas a pobre Polónia” – ele assim se referia a São Paulo, numa alusão aos conflitos territoriais que então ocorriam no leste europeu – estava prestes a “ser estrangulada pela Rússia...”. Por conta dessa falta de equivalência, sua declaração reitera a impossibilidade de uma representação política perfeita e totalizante do Império:

Eu estou persuadido que a divisão do imperio não é methodica, estou persuadido mesmo que pelo contorno irregular de muitas províncias, em cujo numero entra a minha, nós não poderemos jámais obter uma divisão satisfatória que contente a todas as localidades.<sup>314</sup>

Visando proteger a integridade de São Paulo, província por ele representada, Nebias sugeria ao colega Carneiro de Campos que retirasse seu projeto da pauta, sob pena da disputa com Minas “quebrar pela parte mais fraca”. Com isso, ele indica que a força política dos mineiros era um entrave não apenas aos interesses paulistas, mas também à unidade do Império.

Na sessão de 11 de agosto, Bernardo Jacinto da Veiga critica o deputado paulista por ter denominado Minas de “Rússia do Brazil”. Em seguida, reiterando seu posicionamento favorável à divisão daquela província, acrescenta: “e se aparecesse nesta casa um projecto comprehendendo esse pedaço [Comarca do Rio Sapucaí], parte da comarca do Rio Verde e mais alguma cousa para formar uma província, eu daria o meu voto com muita satisfação”.

---

<sup>314</sup> ACGD, 31/05/1843, p. 437.



Sobre anexar parte do sul de Minas à província de São Paulo, o deputado mineiro diz não concordar que esse tipo de medida fosse encarado como uma “compensação”. Na sua opinião, São Paulo lucrava ao trocar a comarca de Curitiba pelo território às margens do rio Sapucaí, uma das regiões mais povoadas e economicamente prósperas de Minas. Assim, percebemos que, no debate sobre a necessidade de uma melhor divisão geral do Império, os deputados buscavam atender não só às conveniências políticas e administrativas do país como aos interesses econômicos regionais.

Os debates do ano legislativo de 1843 evidenciam, portanto, como a instabilidade provocada pelas revoltas liberais colocou em xeque a divisão geral do Império, suscitando opiniões favoráveis a se dividir Minas. Identificamos dois tipos de críticas à conservação do território mineiro: um incidia sobre a extensão territorial em si, outro tinha como foco os limites políticos da província e defendia os direitos de São Paulo sobre a região do vale do Rio Sapucaí. De acordo com ambos, no entanto, dividia-se Minas para preservar a unidade nacional.

A quinta legislatura (1842 – 1844) foi profícua para discussões concernentes ao rearranjo administrativo sobre o qual o Império estava fundamentado. Questões de monta entraram na agenda dos deputados, tais como a criação de províncias nos extremos do país e a revisão do sistema de distribuição de terras pelo Estado. Muito se discutiu, porém poucos projetos foram concretizados, dada a interrupção dos trabalhos parlamentares pela ascensão de membros do partido de oposição ao poder entre os anos de 1844 e 1848, num período que ficou conhecido na historiografia como “quinquênio liberal”.<sup>315</sup>

### ***2.2.2 A falange mineira que mete medo***

Nas primeiras décadas do Segundo Reinado, a deputação mineira vivia sua “idade de ouro”, quando não se ousava ir contra suas decisões por ser ela uma “falange que mete medo”.<sup>316</sup>

Entretanto, havia matizes em sua coesão, como a dos deputados que aprovavam a divisão, desde que ela satisfizesse interesses econômicos e políticos das regiões. Essa autonomia de opiniões no interior da bancada mineira é sugerida

---

<sup>315</sup> IGLÉSIAS, In: HOLANDA, 2004, p. 18.

<sup>316</sup> ACGD, 10/08/1853, p. 149.

por um de seus membros, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz: “nós, os deputados mineiros, temos muita harmonia e procuramos sustentá-la em todas as discussões; mas não somos solidários pelas idéas de qualquer deputado mineiro; muitas vezes combinamos, mas nem sempre”.<sup>317</sup>

A década de 1850 iniciou-se com uma significativa alteração na carta política do Brasil: a criação da província do Amazonas (1850). Quanto à criação da província de Curitiba, é provável que a polêmica sobre a anexação da Comarca do Rio Sapucaí a São Paulo tenha contribuído para a postergação desse projeto, já que, como mostramos, esses assuntos encontravam-se enredados entre si.

Quanto à divisão do território mineiro, ela continuou a figurar na pauta dos debates parlamentares, renovados pelo aparecimento de projetos que propunham reordenar administrativamente o Império. Nesse período, outros “anzóis” foram adicionados ao pote, com as tentativas de criação de novas províncias.

Em 1853, as sessões parlamentares foram mobilizadas pelo debate que levou à criação da província de Curitiba. Os projetos de Carneiro de Campos haviam sido reformulados e, naquele momento, discutia-se a inclusão de uma emenda compensatória no projeto que determinasse a passagem da Comarca do Sapucaí para a província de São Paulo.

Durante o mês de agosto, Antonio Candido da Cruz Machado, representante da província de Minas e futuro Visconde do Serro Frio, defendeu obstinadamente a criação da nova província, reconhecendo sua importância para a unidade nacional. Nas suas palavras,

...não é como deputado por Minas, não é pelo interesse da minha província, que combato pela criação da província da Curitiba; a província de Minas não ganha como província com a criação da proposta; propugno por ella como representante da nação; quem ganha com esta criação é o império.<sup>318</sup>

Contudo, a lógica de prioridade aos interesses da nação, expressa nessa passagem, valia apenas para os debates em que a integridade de Minas não fosse o objeto da questão. Cruz Machado opunha-se à inclusão da emenda compensatória no projeto de criação da província de Curitiba. Sua justificativa para o posicionamento da bancada mineira sobre esse assunto era a seguinte:

<sup>317</sup> ACGD, 11/08/1853, p. 163.

<sup>318</sup> ACGD, 10/08/1853, p. 151.

...quando nós, deputados mineiros, nos oppomos á desmembração de um ou outro municipio da nossa provincia, é porque entendemos que nenhuma conveniencia resulta aos seus habitantes dessas projectadas annexações, é porque temos mesmo em vista que para o futuro a provincia de Minas forme diversas províncias.<sup>319</sup>

O deputado, ademais, declarava não saber se o vale do Rio Sapucaí pertencia naturalmente ao território paulista ou se aquela emenda era uma represalia à deputação mineira, por ela ter apoiado a criação da província de Curitiba. Sendo assim, ele solicitava, não sem ironia: “Aos nobres deputados por S. Paulo peço que não queirão enxugar suas lagrimas pela separação da Curitiba com um pedaço do alvo e bem tecido lençol da provincia de Minas”.<sup>320</sup>

Lembramos que, a exemplo do levantamento cartográfico realizado por Halfeld e Wagner na década de 1850, as atividades geodésicas do Segundo Reinado contribuíram significativamente para que muitos conflitos de jurisdição fossem solucionados. Isso, contudo, não significou que os limites políticos entre Minas Gerais e São Paulo estivessem definidos.

Além de Cruz Machado, outros deputados mineiros eram contrários à anexação da Comarca do Rio Sapucaí à província de São Paulo. Agostinho José Ferreira Bretas, por exemplo, votou contra a emenda no projeto de criação da província de Curitiba, por considerá-la prejudicial aos interesses de Minas.

Uma estratégia desse deputado para desqualificar o artigo aditivo consistia em lançar suspeita se ele encontrava fundamento na “conveniência e comodidade dos povos”, em outras palavras, se a medida anexacionista atendia satisfatoriamente às reivindicações dos habitantes da Comarca do Rio Sapucaí. Segundo Ferreira Bretas, nenhum dos municípios contemplados pela anexação havia se manifestado favoravelmente a respeito: “Apezar de que se tentasse nestes ultimos tempos plantar entre elles estes desejos de desmembração, elles não vegetarão”. Todavia, ele não duvidava de que, daquele momento em diante, despertada essa ideia, muitos prosélitos do anexacionismo procurassem fazê-la germinar no terreno mineiro.

Voltando ao pensamento de Cruz Machado, a criação de uma província era útil tanto para favorecer o comércio e as comunicações quanto para que cada

---

<sup>319</sup> ACGD, 17/08/1853, p. 221.

<sup>320</sup> ACGD, 17/08/1853, p. 224.

centro administrativo tivesse condições de atender às necessidades dos municípios que ficavam sob sua jurisdição. Para tornar a administração imperial mais eficiente, Minas não deveria ser vista como uma “arca santa” que não se poderia tocar, e sim como uma unidade administrativa cujos limites urgiam ser revistos. Nesse sentido, ele questiona os prosélitos do anexacionismo:

Como havemos de consentir que a provincia de S. Paulo chame a si uma grande parte do sul da provincia de Minas, *quando entendemos que daqui a algum tempo essas extensas e populosas comarcas banhadas pelos rios Sapucahy e Verde, podem formar uma provincia importantíssima, tendo a sua capital na cidade da Campanha da Princeza*. Como havemos de consentir em desmembrações e anexações mal estudadas, quando consideramos que o norte da provincia de Minas, composto das vastas comarcas do Serro, do Gequitinhonha e do rio de S. Francisco, depois de feitas as estradas do S. Matheus e do Mucury, podem formar uma provincia muito importante, reunindo-se-lhes o litoral que se estende da foz do rio Doce á foz do rio Pardo? (grifo nosso)

E conclui:

Assim, teremos em Minas ao sul uma provincia importantíssima, ao norte outra, e no centro ainda outra, composta de territórios de Minas, Goyaz e S. Paulo. Talvez então a provincia do Espírito Santo possa desaparecer, ou melhor formar-se uma nova provincia desde o rio Doce até Macahé...<sup>321</sup>

Podemos imaginar o quanto essas palavras tenham injetado ânimo em diversas municipalidades de Minas que, ansiosas por uma oportunidade de se fazerem ouvir no âmbito político-nacional, delas tiveram notícias por meio dos jornais que vinham da Corte.

Apesar de pouco fundamentada em informações concretas (o próprio Curuz Machado reconhecia que a matéria não estava bem estudada), a promessa de reordenar o território mineiro com base na criação de novas unidades administrativas trouxe à tona interesses regionais que se pensava estarem sepultados no passado ou que sequer existissem.

Nos expedientes da Câmara dos Deputados, entre os meses de maio e agosto de 1854, identificamos grande afluxo de requerimentos municipais e

---

<sup>321</sup> ACGD, 17/08/1853, p. 222.

representações populares contendo, basicamente, dois tipos de solicitações: 1) anexação a província limítrofe e 2) criação de nova província.

Solicitações de anexação à província do Rio de Janeiro foram enviadas pela municipalidade da vila de Ouro Preto<sup>322</sup> e pelos habitantes de quatro distritos da vila de Ubá.<sup>323</sup> A câmara municipal de Jaguari, da Comarca do Rio Sapucaí, por sua vez, requeria sua união à província de São Paulo.<sup>324</sup>

Pedidos de criação de província eram os de maior ocorrência nas representações desse momento. A câmara municipal da vila de Montes Claros, por exemplo, reivindicava a criação de uma unidade administrativa composta pelas comarcas do Rio São Francisco, Jequitinhonha e Paracatu, além das comarcas limítrofes pertencentes a Bahia, Pernambuco e Goiás.<sup>325</sup> A provincialização do território pertencente ao bispado de Diamantina, então recém-criado, foi, por sua vez, requerida pelas municipalidades da cidade de Minas Novas e da vila Risonha de São Romão.<sup>326</sup> As municipalidades de Uberaba e de Paracatu, por fim, solicitavam, em diferentes representações, a criação de províncias das quais as localidades solicitantes fossem as capitais.<sup>327</sup>

Chama-nos especial atenção o número de representações, 50, que solicitavam a criação de uma província ao sul da de Minas Gerais. Os manifestantes dessa idéia compreendiam as câmaras municipais das cidades de Campanha, Pouso Alegre e Três Pontas, bem como das vilas de Santa Maria de Baependi, Cristina, Boa Vista de Itajubá, Passos, Lavras, São Carlos de Jacuí, Pouso Alto e Dolores de Alfenas.<sup>328</sup> Isso nos faz conjecturar sobre a multiplicidade de interesses que coexistiam na região sul-mineira àquela época.

Essas reivindicações provavelmente serviram de embasamento para que Francisco Otaviano<sup>329</sup> e outros membros da bancada fluminense propusessem a criação de uma província que compreendesse toda a região sul-mineira.

Em 4 de agosto de 1854, referindo-se, provavelmente, ao discurso de Cruz

---

<sup>322</sup> ACGD, 12/05/1854, p. 27.

<sup>323</sup> ACGD, 05/07/1854, p. 32.

<sup>324</sup> ACGD, 02/06/1854, p. 11.

<sup>325</sup> ACGD, 30/05/1854, p. 141.

<sup>326</sup> ACGD, 31/05/1854, p. 159; 12/08/1854, p. 135.

<sup>327</sup> ACGD, 18/05/1854, p. 55; 30/05/1854, p. 141.

<sup>328</sup> BN: A NOVA PROVÍNCIA, Campanha: 08/07/1854.

<sup>329</sup> Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825 – 1889) foi bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo; Senador do Império; membro do Conselho do Imperador; sócio do Instituto Politécnico Brasileiro e da Ordem dos Advogados Brasileiros. BLAKE, 1893, v.2, p. 62 – 64.

Machado proferido no ano anterior, Francisco Otaviano observa que, por ocasião das discussões sobre a anexação da Comarca do Sapucaí à província de São Paulo, “um dos mais eloquentes órgãos da deputação mineira, coberto de applausos unanimes de seus collegas, oppôz-se a essa profanação do territorio sagrado, pela razão de que o sul de Minas estava em ponto de formar nova provincia”.

Todavia, conforme o deputado, a deputação mineira ainda não havia cumprido o “generoso compromisso” que assumira com os habitantes do sul de Minas, cujas reivindicações são identificadas como de “interesse geral” do Império: “Ainda não se realisou aquella promessa feita aqui solemnemente de que os interesses provinciaes não abafarião os interesses brasileiros: pois não direi brasileiros; os interesses gerais”. E complementa:

O tempo passou, as idéas lavrarão, discutio-se largamente no sul de Minas, discutio-se aqui na côrte a conveniencia da nova provincia; tres comarcas importantes e um grande municipio com perto de 400,000 habitantes reclamarão do corpo legislativo aquella medida de tamanho alcance debaixo de muitos pontos de vista, medida que tinha sido lembrada tão patrioticamente pela illustrada deputação mineira. Mas, senhores, apesar de tudo isto, apesar do tempo, apesar da discussão, apesar do compromisso, ainda não appareceu nenhuma medida naquelle sentido.

Tomando para si o compromisso da bancada mineira, Francisco Otaviano propõe a criação de uma província compreendendo as comarcas do Rio Sapucaí, Rio Verde, Três Pontas e o município de Lavras. Assinaram o projeto, além do próprio expositor, os deputados Candido Borges Monteiro, João Antonio de Miranda e João Manuel Pereira da Silva, todos representantes do Rio de Janeiro:

Art. 1.º As comarcas do Sapucahy, Rio-Verde e Tres Pontas, e o municipio de Lavras, pertencentes á provincia de Minas, formarão uma nova provincia, tendo por capital provisoria o lugar que o governo designe até definitiva resolução da assembléa provincial respectiva.

Art. 2.º Os limites actuaes daquelles pontos, em relação a outras provincias, depois de verificados administrativamente, serão os limites da nova provincia.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.<sup>330</sup>

---

<sup>330</sup> ACGD, 04/08/1854, p. 58.

A nova província deveria se compor, portanto, das três comarcas sul-mineiras e de Lavras, município da comarca do Rio das Mortes. Além disso, o autor do projeto evita especificar a localidade escolhida para ser capital provisória, apenas se referindo ao “lugar” que o governo designasse, talvez para não provocar emulação entre as candidatas ao posto administrativo.

Notemos que o projeto não primava pelo detalhamento das disposições geodésicas, determinando apenas que os limites daquelas comarcas, “depois de verificados administrativamente”, seriam os limites da nova província. Esse tom vago do 2º artigo faz-nos lembrar das críticas às pretensões de divisão do território mineiro, feitas pelo deputado Paula Candido na década anterior, além de nos sugerir que o projeto tenha sido apresentado de afogadilho, sem um estudo mais detalhado das condições orográficas da região.

Mas por que teriam deputados fluminenses promovido um debate que não dizia respeito aos negócios da província por eles representada? Aparentemente, os assuntos da provincialização do sul de Minas e da anexação do município de Bananal à província do Rio de Janeiro não se tangenciam.<sup>331</sup> Todavia, se analisarmos os meandros do jogo parlamentar, veremos que esses dois projetos tinham um denominador comum: a oposição ferrenha da bancada de São Paulo.

Em 2 de agosto de 1854, dois dias antes da apresentação do projeto por Francisco Otaviano, o deputado Barbosa da Cunha havia entrado com requerimento para que se adiasse a discussão sobre o futuro do município de Bananal até que a Comissão de Estatística se declarasse sobre a anexação da Comarca do Sapucaí à província de São Paulo. Segundo ele, o Bananal estava para o Rio de Janeiro como o Sapucaí estava para São Paulo. Aprovado o adiamento, é provável que a bancada fluminense tenha revidado a atitude da deputação paulista com a apresentação do projeto acima exposto.

Os “lençóis de Minas” não serviram, portanto, apenas para que paulistas neles chorassem suas mágoas por terem perdido a Comarca de Curitiba. Serviram também de vela à embarcação dos deputados fluminenses, para que esses “argonautas” conseguissem seu intento de anexar o município de Bananal à província do Rio de Janeiro. É, sobretudo, por isso que cremos que a idéia de

---

<sup>331</sup> Não podemos, contudo, esquecer as implicações socioeconômicas da conexão mercantil entre sul de Minas e a cidade do Rio de Janeiro, tema que vem sendo proficuamente desenvolvido nas últimas décadas pela historiografia. Cf. LENHARO, 1979; ALENCASTRO, 1997; CHAVES, 1999; GRAÇA FILHO, 2002; ANDRADE, 2008.

criação de uma província sul-mineira tenha sido utilizada como moeda de troca no jogo parlamentar.

Francisco Otaviano mostrava-se otimista quanto à aceitação de seu projeto pelo governo imperial. Segundo ele, a deputação mineira tinha a vantagem de contar com o apoio de um poderoso membro do ministério, que por certo haveria de “acudir ao reclamo do torrão que o vio nascer” e não votaria por algum “adiamento manhoso contra os interesses da província que representa”. Certamente o deputado fazia referência à figura de Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná, mineiro nascido na vila de São Carlos do Jacuí e que, àquela época, ocupava o cargo de chefe do Gabinete Ministerial.<sup>332</sup>

Convocado pela Comissão de Estatística para fornecer informações ao poder Legislativo sobre a viabilidade da criação de uma província que abrangesse as comarcas sul-mineiras e o município de Lavras, Carneiro Leão compareceu à Câmara dos Deputados, no dia 17 do mesmo mês. Seu posicionamento, que ele afirmava ser o “pensamento do governo” sobre o assunto em pauta, todavia, foi bastante diferente do esperado por Francisco Otaviano.

O ministro inicia seu discurso falando sobre a real situação do Império quanto às finanças e estatísticas. Ele diz estimar que as circunstâncias permitissem proceder a algumas divisões das províncias no sentido de facilitar a ação administrativa, todavia nem o orçamento imperial nem o estado do conhecimento sobre o território davam sinais de que isso fosse possível. Em seguida, expõe seu argumento central:

Recentemente creárão-se duas novas provincias; para a criação dellas não influirão sómente as conveniencias administrativas, havia interesses do poder nacional; e estes interesses, mais ainda do que as conveniencias admniistrativas, fizerão com que se creassem essas novas provincias, que aliás não tinham nem população, nem rendimento sufficiente. Mas na criação nova que se projecta póde haver na verdade conveniencia administrativa; não ha porém o mesmo interesse do poder nacional que influio na criação das provincias do Amazonas e Paraná.<sup>333</sup>

A nova província, portanto, não deveria sair do papel, já que o governo não tinha interesse em criá-la. Mas o que seriam esses “interesses do poder

<sup>332</sup> DICCIONARIO BIOGRAPHICO, 1871, p. 70 – 71.

<sup>333</sup> ACGD, 17/08/1854, p. 186.



nacional” de que nos fala Carneiro Leão, ao mencionar os casos do Amazonas e Paraná? Cremos que sejam interesses de ordem, sobretudo, geopolítica e militar, como proteção das fronteiras internacionais do país. O ministro também aponta a insuficiência de rendas dos municípios sulinos como obstáculo à provincialização:

Desde que se eleva uma localidade á cathegoria de provincia há despezas que se tornão indispensáveis, taes como as de secretaria do governo e de administração, as da assembléa provincial e outras de luxo da capital; de maneira que desde que se verificasse a creação desta provincia, o rendimento dos municipios nella contidos não podia chegar de fórma alguma para a despeza provincial indispensável; e quanto á despeza geral, absolutamente não chegaria.

Outro argumento utilizado por Carneiro Leão para invalidar o projeto dos deputados fluminenses era de que, sendo Minas província central, a distância entre as cidades de Campanha e Ouro Preto não justificaria a criação de uma unidade administrativa. Em suas palavras:

Não duvido, [...] de que resultassem algumas conveniencias administrativas da creação da provincia que se projecta ao sul de Minas Geraes; porém é preciso confessar que olhando para o todo da provincia de Minas, o Sr. Deputado que projectou essa creação podia achar localidades em que as conveniencias administrativas mais fortemente exigissem a creação de uma nova provincia de que ao sul. [...] mas qual seria a capital da nova provincia? Provavelmente o municipio mais importante nella comprehendido, que é a cidade da Campanha; porem quanto dista a cidade da Campanha da cidade de Ouro Preto, capital da provincia de Minas? 50 leguas. Pois bem, o que são 50 leguas de distancia em uma provincia central? Não ha comarcas que estão distantes da capital 100 e 150 leguas? Em uma provincia central 50 leguas não é certamente distancia que se repute grande, e que deva introduzir-nos á creação de uma provincia.

Nessa passagem, percebemos a ótica geopolítica característica de um ministro do Império: enquanto a perspectiva das bancadas provinciais, podemos dizer, fosse corográfica, afeita aos detalhes e às particularidades, Carneiro Leão concebia “o todo da provincia de Minas”, nele encontrando outros arranjos territoriais que não aquele proposto pelos deputados fluminenses:

Se as circunstancias fossem outras, se se tivesse de fazer já uma nova divisão, eu julgaria que haverião outros pontos em que a divisão seria mais justificada, talvez que a cidade de Paracatú

devesse ser a capital de uma nova provincia no sertão, comprehendendo o territorio regado pelo S. Francisco. [...] Acho alem disto, [...] que a diviza entre a provincia do Rio de Janeiro e a de Minas devia ser constantemente a serra da Mantiqueira, como é até o municipio de Rezende; [...] Julgo, [...] que a comarca de Caravellas e Porto Seguro da Bahia, reunida a todo o districto que se chama Minas-Novas, podia tambem formar uma nova provincia [...]. Julgo tambem, [...] que a provincia de S. Paulo podia ficar com o municipio de Jaguary, e feitos estes córtes na provincia de Minas, creada uma nova no seu sertão, cuja capital fosse a cidade de Paracatú, [...] o territorio que restará á provincia de Minas não seria demasiado grande e poderia ser bem administrado se para a sua capital fosse escolhida outra povoação collocada em posição mais central do que ficaria a cidade do Ouro-Preto se taes desmembrações fossem realisadas.<sup>334</sup>

Sob a perspectiva do ministro, o território mineiro deveria ser fragmentado em, pelo menos, três novas unidades administrativas – uma província cuja capital fosse a cidade de Paracatu, outra abrangendo comarcas baianas e a de Minas Novas, e uma terceira com o nome de província de Goitacases – e não em apenas duas partes, como consignada no projeto em discussão<sup>335</sup>.

Esse comentário também deixa entrever a polêmica sobre a mudança da capital administrativa de Ouro Preto para um ponto mais central da província, intento que só seria efetivado na primeira década de regime republicano<sup>336</sup>. Talvez essa alternativa tenha significado um novo reordenamento territorial de Minas, medida mais eficaz que a criação de novas províncias.

Embora fosse contra o projeto de provincialização das comarcas do sul de Minas, Carneiro Leão faz questão de reiterar seu posicionamento favorável quanto ao reordenamento do território mineiro, colocando-se à disposição do parlamento para futuras discussões nesse sentido:

Entendo que as divisões se devem fazer no sentido mais vantajoso aos povos, e não duvido que a provincia de Minas precise de uma divisão: mas é necessario que seja opportuna e mais discreta do que aquella que se pretende fazer, e por isso votando contra este projecto não me dispenso talvez de em

<sup>334</sup> ACGD, 17/08/1854, p. 187.

<sup>335</sup> Carmegildo Filgueiras e Thomaz de Aquino Araújo consideram contraditória essa atitude de Carneiro Leão, visto que, em 1843, esse ministro cogitara uma tríplice divisão para o território de Minas: 1) província da Campanha, composta pelas comarcas do sul; 2) província de Minas, composta pelas comarcas de São João d'El Rei, Ouro Preto, Mariana e Sabará e 3) província do Jequitinhonha, composta pelas comarcas do sul de Minas. FILGUEIRAS; ARAÚJO, 1973, p. 74.

<sup>336</sup> SARAIVA, 2012, p. 88.

outra ocasião mais oportuna tratar de uma divisão mais conveniente.<sup>337</sup>

Todavia, quando um dos deputados o provoca sugerindo que ele voltasse por ocasião da 2ª discussão do projeto, o ministro impacienta-se e responde num tom ríspido: “É a primeira e a ultima vez que pretendo fallar sobre este o projecto, o mais corra por conta dos Srs. deputados, passe ou não passe á 2ª discussão, é cousa que me não importa”.

O voto de Carneiro Leão teve o apoio de parte da bancada mineira que não concordava com a divisão de Minas, intimidando as opiniões dele divergentes.

No dia seguinte ao pronunciamento do ministro, pronunciamento que fora mais um monólogo que um diálogo, alguns parlamentares ridicularizaram o silêncio daqueles que sustentavam o projeto, dizendo que seus autores não quiseram nem ao menos se manifestar favoráveis à medida, tamanha força e autoridade do opositor. Segundo o deputado Ângelo Muniz da Silva Ferraz: “Parece que desaparecerão suas velas, suas machinas estruirão-se, e que os valentes argonautas entranharão-se pela terra a dentro”.<sup>338</sup>

Sem opiniões que defendessem sua viabilidade (o próprio Francisco Otaviano admitia que, se o regimento autorizasse a retirada de um projeto já em discussão, ele o faria naquele instante), a idéia de criação da província sul-mineira foi reprovada naquela mesma sessão de 18 de agosto. Se o projeto teve uma “morte doce” no seio da representação nacional, sem grandes discussões e com a indiferença de muitos parlamentares, ele, no entanto, revelou o potencial reivindicatório das municipalidades do sul de Minas.

As discussões realizadas no ano de 1854 expressam o perfil do ministério presidido pelo Marquês de Paraná: cauteloso para com as finanças do Império, tendo como programa a *conciliação* entre os partidos políticos, ele não ousaria reformas que pudessem desestabilizar a ordem e comprometer a unidade nacional. No entanto, ao menos o ministro havia reconhecido a conveniência de se dividir o território mineiro, medida que seria pleiteada nas décadas seguintes.<sup>339</sup>

---

<sup>337</sup> ACGD, 17/08/1854, p. 188.

<sup>338</sup> ACGD, 18/08/1854, p. 197.

<sup>339</sup> IGLÉSIAS, In: HOLANDA, 2004, p. 52 – 87.

### 2.2.3 Minas do Sul em questão

As idéias de criação de uma província sul-mineira reaparecem na Câmara dos Deputados em três datas: 1862, 1868 e 1884<sup>340</sup>. Nesse contexto, mudanças no processo eleitoral instituídas pela Lei dos Círculos de 1855<sup>341</sup> haviam trazido para a cena parlamentar representantes diretos dos interesses regionais. E foram esses deputados, em especial os que representavam a elite política da cidade de Campanha, que advogaram a favor dessa medida.

Em 2 de agosto de 1862, faltando poucos minutos para o encerramento da sessão parlamentar, Evaristo Ferreira da Veiga, membro de ilustrada família campanhense e sobrinho homônimo do célebre redator do jornal *Aurora Fluminense*, ofereceu à Câmara dos Deputados um projeto cuja adoção, segundo ele, determinaria “o desenvolvimento, a prosperidade daquelle rico torrão do Imperio”, o sul de Minas.

De acordo com esse deputado, a divisão de Minas em circunscrições menores, onde a ação do governo pudesse desenvolver os germes de riqueza existentes na província, não era idéia nova. Havia quase duas décadas que ela vinha sendo defendida por aqueles que não comungavam da “consideração mesquinha de pertencerem a uma vasta, populosa, mas infeliz província”: em 1843, por Bernardo Jacinto da Veiga, tio de Ferreira da Veiga; em 1854, por deputados fluminenses e, naquele instante, por ele próprio, que se identificava como “órgão da vontade de quase todos os habitantes do sul de Minas”.

---

<sup>340</sup> Temos notícia de que, em 1872, a municipalidade campanhense, sob a presidência do Tenente Coronel Manoel Ignácio Gomes Valladão, representou novamente à Câmara dos Deputados em favor da provincialização da região sul-mineira. Como não encontramos informações mais detalhadas sobre essa iniciativa, optamos por não analisá-la no escopo deste trabalho. Também o ano de 1887, data em que Joaquim Floriano de Godoy, senador por São Paulo, propôs retificar os limites territoriais entre Minas e a província por ele representada, não foi contemplado em nosso recorte temático porquanto acreditamos que o perfil desse projeto não fosse o de provincialização do Sul de Minas, e sim de expansão das fronteiras cafeeicultoras paulistas, haja vista seu artigo 1º: “As divisas entre as províncias de S. Paulo e Minas Gerais principiam no alto da serra da Mantiqueira no braço próximo ao rio Lourenço velho até encontrar o rio Sapucaí Guassú e deste por ele abaixo até o rio Grande”. FILGUEIRAS; ARAÚJO, 1973, p. 75.

<sup>341</sup> Ao instituir o voto distrital, com a determinação de que as províncias fossem divididas em tantos distritos eleitorais quantos fossem os seus deputados, de modo que houvesse apenas um deputado por distrito, essa lei viabilizava a representação da diversidade, aumentando o grau de representatividade das elites regionais. DOLHNIKOFF, 2008, p. 13 – 23.

Antes mesmo que o projeto fosse lido, alguém emitiu o comentário: “quer fazer de seu districto uma provincia”,<sup>342</sup> sugerindo que a intenção de Ferreira da Veiga fosse, na verdade, provincializar a região sul-mineira para beneficiar a cidade de Campanha. Indiferente a essa crítica, o deputado apresentou seu projeto (Anexo 2).

Essa proposta significou um aprimoramento das disposições contidas no projeto de Francisco Otaviano. Nela estão apontados com precisão: limites; capital provisória; número de representantes nas assembleias provincial e geral; distritos eleitorais e seus respectivos municípios apuradores, além das atribuições do governo quanto à implantação dos aparatos institucionais na nova província.

O artigo 1º mostra-nos como os prosélitos dessa medida imaginavam a espacialidade de *Minas do Sul*: um extenso território compreendido entre as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, cuja circunscrição era determinada pelos rios Turvo, Grande, São Francisco e Paranaíba. Se cotejarmos essa definição com os mapas de Halfeld-Wagner e Gerber, anteriormente analisados, veremos que a nova província se estenderia não apenas pelas quatro comarcas contempladas pelo projeto de 1854 mas também por parte da Zona da Mata e pelo que hoje conhecemos por Triângulo Mineiro.

Se o projeto anterior não entrava em detalhes quanto à localização da sede administrativa, esse projeto, no artigo 2º, designa a cidade de Campanha para ser a capital de *Minas do Sul*, enquanto a assembléa provincial não decretasse o contrário. Esse assunto suscitou polêmica nas municipalidades da Comarca do Rio Sapucaí, indício de que a elite política e intelectual campanhense não era unanimemente reconhecida como representante dos interesses regionais.

O artigo 3º, por sua vez, continha disposições sobre a representatividade de *Minas do Sul*: nele estava previsto que a nova província deveria ter três senadores, dez deputados gerais e vinte e oito provinciais. Esses números sugerem expressiva presença de políticos sul-mineiros nas estâncias legislativas do Império: no Senado, os representantes de *Minas do Sul* seriam proporcionais aos de duas outras províncias, Maranhão e Rio Grande do Sul, enquanto na

---

<sup>342</sup> ACGD, 02/08/1862, p. 23.

Câmara, o número de deputados sul-mineiros seria superado apenas pelo de províncias de primeira ordem, tais como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Quanto à representação provincial, embora o número de deputados seja menor que o da maioria das províncias de segunda ordem, ele não deixa de ser maior que o de nove unidades: Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso (Tabela 1).

TABELA 1 – Representatividade parlamentar no Império

| <b>Província</b>    | <b>Senadores</b> | <b>Deputados gerais</b> | <b>Deputados provinciais</b> |
|---------------------|------------------|-------------------------|------------------------------|
| Amazonas            | 1                | 2                       | 20                           |
| Pará                | 1                | 3                       | 30                           |
| Maranhão            | 3                | 6                       | 30                           |
| Piauí               | 1                | 3                       | 24                           |
| Ceará               | 4                | 8                       | 32                           |
| Rio Grande do Norte | 1                | 2                       | 22                           |
| Paraíba             | 2                | 5                       | 30                           |
| Pernambuco          | 6                | 13                      | 39                           |
| Alagoas             | 2                | 5                       | 30                           |
| Sergipe             | 2                | 4                       | 24                           |
| Bahia               | 7                | 14                      | 42                           |
| Espírito Santo      | 1                | 2                       | 20                           |
| Rio de Janeiro      | 6                | 12                      | 45                           |
| Município Neutro    | 6                | 3                       | -                            |
| São Paulo           | 4                | 9                       | 36                           |
| Paraná              | 1                | 2                       | 20                           |
| Santa Catarina      | 1                | 2                       | 20                           |
| Rio Grande do Sul   | 3                | 6                       | 30                           |
| Goiás               | 1                | 2                       | 22                           |
| Mato Grosso         | 1                | 2                       | 22                           |
| Minas Gerais        | 10               | 20                      | 40                           |

Fonte: VEIGA, 1879, p. 460 – 477.

A representação de *Minas do Sul* deveria ser composta de elementos subtraídos da bancada de Minas: dos dez senadores mineiros, três seriam designados para representarem a nova província. Minas passaria a fornecer, portanto, sete senadores apenas, sendo que o terceiro e o quarto distritos eleitorais passariam a eleger, cada um, dois deputados em vez de três. Certamente, esse rearranjo enfraqueceria a presença mineira no sistema representativo do Império, consequência que se procurava compensar no artigo 4º, com o aumento do número de deputados na Assembléia provincial.

No artigo 5º, concernente à divisão eleitoral, percebemos como estava

prevista a distribuição do poder político pelo território da nova província: dois distritos eleitorais, sendo o primeiro compreendido pelos municípios do sul e sudeste mineiros e o segundo formado pelas localidades além do Rio Grande. Ao estabelecer Campanha e Araxá como municípios apuradores de votos do primeiro e segundo distritos, respectivamente, o projeto reforçava a importância dessas localidades, aumentando o raio de atuação política de suas elites na região.

O artigo 6º, por fim, autorizava o governo imperial a implantar aparatos institucionais básicos, tais como: administração dos correios, tesouraria da fazenda, secretarias de polícia e da presidência. A organização e o funcionamento dessas repartições estariam sujeitos à deliberação da Assembléia provincial.

Assinaram o projeto, além do próprio Ferreira da Veiga, outros quarenta e seis deputados,<sup>343</sup> dentre os quais alguns membros da bancada mineira que já haviam se pronunciado favoráveis à divisão de Minas, como Cruz Machado, Ferreira Bretas e Ribeiro da Luz. O Conselheiro Nebias e Barbosa da Cunha, deputados paulistas que, em 1853, haviam requerido a anexação da Comarca do Sapucaí à província de São Paulo também prestaram seu apoio ao projeto. As opiniões mudavam, portanto, de acordo com o contexto, com o tema e, especialmente, com os interesses envolvidos nos debates.

Não obstante o grande número de signatários, o projeto teve sua discussão protelada com a dissolução da Câmara em 12 de Maio de 1863, somente voltando à ordem do dia em 1869. Nesse ínterim, a ideia de divisão do território mineiro continuou a ser discutida no parlamento.

Em 11 de julho de 1868, o deputado mineiro Américo Lobo Leite Pereira<sup>344</sup> apresentou sua proposta de provincialização das comarcas sul-mineiras

---

<sup>343</sup> A lista completa dos signatários do projeto é a seguinte: Agostinho José Ferreira Brêtas; Antonio Candido da Cruz Machado; Joaquim Delphino Ribeiro da Luz; J. J. Teixeira Júnior; A. Pereira Pinto; Luiz Antonio Viera da Silva; J. Madureira; J. M. Pereira da Silva; Conde de Baependi; A. J. Henriques; Rodrigo Silva; Barbosa da Cunha; Silveira da Motta; Siqueira Mendes; J. J. Fernandes da Cunha; Manoel Fernandes Vieira; Paulino J. S. de Souza; Calazans; Diogo Velho; Fiel de Carvalho; Correia de Oliveira; J. O. Nebias; Carneiro da Cunha; Leandro Beserra; Sergio de Macedo; Pedreira; Jaguaribe; Lamego Costa; Carlos da Luz; Viriato; Pinto de Campos; Mello Rego; Oliveira Bello; Silva Nunes; Raposo da Camara; A. da Costa Pinto Silva; Barão da Bela Vista; F. J. Fialho; Bandeira de Mello; L. Carlos; Almeida Pereira; Paes de Mendonça; Simplício de Souza Mendes; Lima e Silva; F. de Aguiar e José de Alencar. VEIGA, 1874, p. 456.

<sup>344</sup> Américo Lobo Leite Pereira (1841 – 1903), natural da cidade de Campanha, bacharelou-se em Direito na Faculdade de São Paulo, em 1863. Foi juiz municipal da cidade de Pouso Alegre, tendo-se filiado ao partido liberal, pelo qual foi eleito deputado para a 13ª legislatura do Império. Na década de 1870, participou ativamente da propaganda republicana em Minas, estabelecendo-se em Leopoldina. VELHO SOBRINHO, 1937, p. 345.

(Anexo 3). Algumas rupturas, mas também continuidades, caracterizavam-na em relação aos projetos anteriores.

Salientamos o nome escolhido para a nova província: enquanto *Minas do Sul*, denominação proposta por Ferreira da Veiga, além de identificar uma posição geográfica, denota justaposição entre tradição e progresso, *Sapucaí* sugere ruptura com passado e valorização do repertório regional, como se a herança mineira devesse ser obliterada.

Quanto às disposições geodésicas, o artigo 1º reitera a demarcação prevista no projeto de 1854, atendo-se ao município de Lavras e às comarcas do sul que, naquele momento, eram: Baependi, Jaguary, Sapucaí e Rio Grande. Pium-í, termo da comarca do Rio Grande, não fora incluso do planejamento por motivos que ficam a encargo de estudos posteriores.

À semelhança do projeto de 1862, o artigo 2º estabelecia a cidade de Campanha como sede provisória da nova província, posto que essa localidade deveria ocupar até que a Assembléia provincial decretasse o contrário.

Em relação à representatividade, o artigo 3º determinava que a nova província tivesse dois representantes no Senado, cinco na Câmara dos Deputados e vinte oito na Assembléia provincial. Embora a bancada da nova província tivesse diminuído de tamanho em relação ao previsto no projeto anterior, decréscimo proporcional à redução de seu território, o número de deputados provinciais permaneceu inalterado.

O artigo 4º previa que o terceiro distrito eleitoral de Minas elegeisse dois deputados para a Assembléia geral e que a Assembléia legislativa daquela província constasse de quarenta e cinco membros. As perdas de Minas na representatividade nacional continuaram, portanto, sendo compensadas nesse projeto pelo acréscimo de cinco membros em seu poder legislativo.

Sobre a divisão eleitoral da nova província, o artigo 5º estipulava que ela fosse dividida em dois distritos eleitorais, dos quais o segundo elegeria dois deputados para a Assembléia geral e doze para a provincial. Todavia, enquanto o projeto de 1862 determinava quais seriam os colégios e seus respectivos municípios apuradores, esse projeto deixava a tarefa sob responsabilidade do governo imperial. Outras atribuições do governo estavam relacionadas no artigo 6º: criação de correios, de tesouraria da fazenda e de secretarias.



Ao final da década de 60, não obstante a conjuntura pouco propícia para debates que não fossem sobre a Guerra do Paraguai e a crise financeira por ela provocada, ainda havia espaço no Parlamento para se criticar o sistema de divisão geral do Império. Foi nesse sentido que, na sessão de 4 de junho de 1869, discutiu-se a utilidade do projeto apresentado por Ferreira da Veiga, em 1862.

O primeiro a se pronunciar sobre o assunto foi Manoel Francisco Corrêa, deputado pela província do Paraná. Em seu discurso, ele critica a aparente falta de planejamento na demarcação das províncias, comentando: “Parece que foi a mão do acaso que traçou caprichosamente as linhas divisórias”. O resultado dessa aleatoriedade era que, na sua ótica, bastava olhar para o mapa do Brasil “para ver quão imperfeita é a divisão actual”.

A forma como o Império havia sido dividido gerava inconvenientes não apenas de ordem geodésica mas também à administração e às comunicações: Corrêa cita o exemplo das estradas que, feitas com os recursos de que as províncias podiam dispor, eram menos determinadas por “um systema geral, mais de conformidade com os interesses de todo o paiz”, do que por “considerações que se referem exclusivamente aos interesses peculiares das províncias”.

Segundo o deputado, nada poderia obstar mais uma administração regular do que a vasta extensão do território, isso porque: “nas grandes províncias os presidentes, tendo de attender a assumptos tão numerosos como variados, não dispoem de tempo sufficiente para considerar maduramente interesses longinquos, cujo alcance nem sempre podem avaliar com toda clareza para se inclinarem resolutamente á melhor solução”.

Embora visse no reordenamento territorial uma medida que contribuiria para o “desenvolvimento da civilização nos pontos mais atrasados do Imperio”,<sup>345</sup> Corrêa não estava seguro da conveniência de se criar *Minas do Sul*, uma vez que a implantação dos aparatos institucionais na nova província geraria encargos incompatíveis com as circunstâncias em que as despesas da Guerra do Paraguai haviam colocado Império.

Havia também outros projetos de divisão de Minas que não deviam ser desprezados no debate. Nesse sentido, o deputado requeria que, sem prejuízo da primeira discussão, o projeto de Ferreira da Veiga fosse reenviado à Comissão de

---

<sup>345</sup> ACGD, 04/06/1869, p. 30.

Estatística para que esta desse seu parecer, tendo em consideração os projetos semelhantes que haviam sido apresentados à casa.

Em seguida, José Xavier da Silva Capanema pediu a palavra com o fito de suprimir a cláusula do requerimento de Corrêa que não invalidava a primeira discussão. De acordo o deputado, o projeto de criação de *Minas do Sul* continha defeitos e irregularidades que comprometiam o julgamento de sua utilidade.

Como membro da deputação mineira, Capanema criticava as deficiências do sistema de divisão geral do Império, no qual, segundo ele, “os diversos centros de população estão entre si separados por taes distancias, que na mesma provincia muitas vezes não se conhecem”. Em Minas, essa situação era ainda mais grave, uma vez que a província estivesse,

naturalmente dividida em regiões, cada uma das quaes faria inveja a muitos dos reinos da Europa [...] e em regiões separadas entre si por grandes cordilheiras, por matas de importancia extraordinária, que dividem os diversos centros de população e impedem a sua communição.

Notemos que, para o deputado, *região* parece ser uma categoria determinada exclusivamente por condições geográficas.

Sua opinião era de que a geografia da província mineira dificultava não somente a ação do poder administrativo, como também o desenvolvimento moral e material do país que resultava do estabelecimento de elos comerciais entre os diversos centros de produção. Era nesse sentido que o deputado justificava, não sem exagero, o estado pouco desenvolvido das relações comerciais: “É assim, Sr. presidente, que o habitante do sul da provincia de Minas vem ao mercado desta côrte prover-se daquilo que o norte produz, e o do norte vem prover-se daquilo que o sul exporta”.

Apesar de reconhecer a legitimidade das aspirações dos habitantes do sul de se separarem da administração de Ouro Preto, cidade “aninhada nos alcantis de uma serra ínvia e improdutiva”,<sup>346</sup> o deputado questionava o real alcance da medida provincializadora: em sua opinião, o projeto de 1862 não contemplava os interesses de todas as regiões que deveriam compor a nova província, atendo-se ao benefício das localidades próximas à província do Rio de Janeiro.

---

<sup>346</sup> ACGD, 04/06/1869, p. 31.

Capanema também enceta comentários sobre a geodésia do projeto: de acordo com o artigo 1º, as divisas entre *Minas do Sul* e a antiga província de Minas deveriam se estender do Rio Turvo até sua confluência com o Rio Grande. Essa demarcação, na visão do deputado, encerrava dois equívocos e um inconveniente: o primeiro era não especificar qual dos rios Turvo seria o limite, pois, pelo lado oriental da Serra do Turvo, nascia o Rio Grande-Turvo e, pelo ocidente, o Rio Turvo-Pequeno. O segundo equívoco era determinar que a linha divisória passasse pela confluência entre os rios Turvo e Grande, sendo que esses rios nunca haviam se tangenciado. O inconveniente, por sua vez, era que essa linha deixava em aberto as divisas entre *Minas do Sul*, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sem alinhar um ponto de intersecção entre essas províncias.

Prosseguindo em sua análise, o deputado observa que, na altura da cordilheira que dividia as águas dos rios São Francisco e Paranaíba, a faixa de terra entre *Minas do Sul* e São Paulo haveria de ter menos de vinte léguas, sendo muito estreita em relação a outros pontos do território. Nesse sentido, ele argumenta que um dos defeitos do projeto era dar configuração muito irregular ao território da nova província, argumento no qual fica patente sua preocupação com a simetria das representações cartográficas e corográficas.

No que concerne à representatividade de *Minas do Sul*, Capanema identifica outras irregularidades: segundo ele, o artigo 3º previa que a nova província elegeisse seis deputados e três senadores, restando a Minas, por consequência, quatorze representantes na Câmara dos Deputados e seis no Senado. No entanto, ao estipular que o terceiro, o quarto e o sétimo distritos eleitorais de Minas dessem, cada um, dois deputados e conservando-se os nove representantes elegidos pelo primeiro, segundo e sexto distritos, a deputação mineira teria quinze membros em vez de quatorze. Isso elevaria o número de representantes da velha província na Assembléia geral, estabelecendo um rearranjo que não respeitava a estatística eleitoral em vigor.

Após a fala do deputado, o debate sobre a criação da província de *Minas do Sul* foi adiado em substituição a sua primeira discussão. Isso significou a “morte” do projeto de Ferreira da Veiga, pois, na maioria das vezes, adiamento era sinônimo de “enterro”, já observara Bernardo Jacinto da Veiga, em 1843.<sup>347</sup>

---

<sup>347</sup> ACGD, 11/08/1843, p. 700.

No intervalo entre a discussão desse projeto e a apresentação de um terceiro plano sobre a provincialização do sul de Minas, outras medidas de reordenamento do território mineiro foram defendidas por um já conhecido prosélito dessa idéia, o deputado Cruz Machado.

Em 10 de maio de 1873, quando se discutia a criação da província do Rio São Francisco, ele se manifestou favorável a essa medida por considerá-la útil não apenas aos povos que habitavam o “valle magestoso do Mississippi brasileiro”<sup>348</sup> como também a todos que ansiavam por uma melhor divisão geral do Império.

Contrariando o temor de que a criação de novas províncias implicasse o aviltamento da administração, o deputado questiona:

Qual é a descentralização mais proficua do que a creação de centros administrativos provinciaes, a que se conferem importantes attribuições, que possam actuar immediatamente sobre os melhoramentos locaes?

E acrescenta:

Não quero pequenas circunscripções territoriaes com população escassa, sem recursos, sem forças, sem elementos para ter vida propria; mas entendo que quanto mais se municipalisar em grande este Imperio, mais elle será grandioso.<sup>349</sup>

Isso evidencia seu apoio à descentralização administrativa com base na valorização do poder municipal.

Para Cruz Machado, era impossível haver simetria de território e população entre as províncias,

...porque a natureza não formou regiões por uma medida, não produz populações a calculo, e em paiz nenhum se estabelecerão centros administrativos em attenção a outros motivos que não fossem attender ás necessidades de cada região, e promover o bem-estar de suas populações.<sup>350</sup>

Reconhecendo os limites que impediam a divisão perfeita do território nacional, ele propunha que o reordenamento territorial do Império fosse realizado

---

<sup>348</sup> ACGD, 10/05/1873, p. 47.

<sup>349</sup> ACGD, 10/05/1873, p. 51.

<sup>350</sup> ACGD, 10/05/1873, p. 50.

como nos Estados Unidos da América, onde “Em toda a sua vastidão ha governo, ha vida, ha progresso”, e não nos moldes dos estados asiáticos cujos governos eram calcados no poder pessoal dos “rajás”:

Jámais me prestarei ao plano de dividir meu paiz em pequenas provincias, á maneira das provincias do Indostão, entregues aos caprichos de *Rajás* que nellas reinão sem contraste, prestando preito e obediência ao que reinava e sobre todos dominava, soberano, no Grão Mogol junto ao Thibet. O Imperio do Brazil jámais tomará por modelo em sua organização esse imperio da Ásia; quando decretarmos centros administrativos provinciaes no interesse dos habitantes das novas provincias, serão aquelles revestidos de attribuições necessárias e completas, sujeitos á responsabilidade legal, á censura, á opinião, serão administrações de direito pelo do nosos regimen.<sup>351</sup>

Tratava-se, portanto, de criar novas províncias sem, contudo, deixar de submetê-las aos aparatos institucionais do Império. E, para estarem aptas ao cargo, as autoridades administrativas provinciais não deveriam confundir o pensamento do governo com interesses privados dos “rajás” locais.

Ao final do discurso, Cruz Machado revela seu intento de reformular a malha administrativa do Império, adiantando alguns detalhes sobre futuros rearranjos territoriais em Minas:

...tenho em vista consultar a necessidade de um centro administrativo na parte occidental da Minas, além do Alto S. Francisco, reunida a parte léste de Goyaz e nordeste de Mato-Grosso; de outro nos extensos valles do Sapucahy e Mugiguassú, a sul de Minas e norte de S. Paulo até o oceano; de outro no norte de Minas e sul da Bahia, comprehendendo todas as vertentes dos Abrolhos.<sup>352</sup>

Alguns membros da bancada mineira apoiaram essa medida, como os deputados Alencar Araripe e Barros Cobra. Para o primeiro, a divisão de Minas encerrava um projeto político, o da conservação da unidade nacional:

Elle significa que a união do Imperio não é uma cousa vã. Esta união provê aos interesses de todas as localidades, quer ellas estejam proximas do centro geral de acção, quer estejam arredadas. Daqui o permanente desejo de nos conservarmos unidos; unico

---

<sup>351</sup> ACGD, 10/05/1873, p. 51.

<sup>352</sup> ACGD, 10/05/1873, p. 53.

meio de manter a grandeza da patria, contra a qual é traidor aquelle que fomenta imprudente desmembração. Só o Brazil unido é a patria grande, nobre e digna de um povo generoso.<sup>353</sup>

Barros Cobra, além de partilhar com Cruz Machado opiniões semelhantes sobre descentralização administrativa,<sup>354</sup> manifestava especial interesse pela região sul-mineira. Segundo ele, a criação de uma nova província entre Minas e São Paulo era necessidade reclamada por todos os habitantes dessa região “e até mesmo pela natureza do sólo”, pois “ha alli, em uma e outra provincia, territorios e populações que evidentemente forão creados para viverem unidos”.<sup>355</sup> Percebemos, assim, que unidade nacional e interesses regionais, mesmo sendo antagônicos, eram aspectos de um mesmo projeto de nação.

O debate sobre a divisão de Minas também teve repercussão na Assembleia Provincial dessa província, nela encontrando representantes que advogaram por essa causa: em seu primeiro discurso como membro efetivo dessa instituição, José Pedro Xavier da Veiga, autoidentificando-se como “órgão sincero, embora fraco, da principal aspiração sul-mineira”,<sup>356</sup> apresentou requerimento para que o parlamento mineiro representasse a favor da criação de um novo centro administrativo no sul de Minas. Como justificativa, o deputado elencava razões de cunho administrativo, econômico e político:

A provincia de Minas já não do goza prestígio que teve outr’ora, e em grande parte explica-se esta decadência lastimável pela excessiva grandesa territorial que a esmaga [...]. Sob o ponto de vista econômica, [...] é inquestionável que uma melhor fiscalização das rendas e obras publicas só pode ser exercida em uma circumscripção mais limitada; que a criação de pequenas provincias attrahe mais facilmente a iimigração, por isso que os colonos estrangeiros não querem vir para uma provincia demasiadamente extensa, onde o principio da autoridade está enfraquecido, onde a garantia de seus direitos será, senão nullificada, em precárias condições [...].Na esphera política, [...] tambem figurão razões ponderosas, que aconselhão esta subdivisão da provincia, por isso que me parece, que mesmo os bons princípios conservadores aconselhão estas pequenas

<sup>353</sup> ACGD, 17/05/1873, p. 115.

<sup>354</sup> Em sua opinião: “A criação de mais uma nova provincia é uma especie de descentralização administrativa; porque embora não importe o alargamento da esphera de acção individual dos cidadãos, todavia modifica as condições e attenúa as difficuldades que possão resultar dos interesses desses povos que podem ser mais facil e promptamente attendidos e satisfeitos”. ACGD, 29/05/1873, p. 207.

<sup>355</sup> ACGD, 29/05/1873, p. 210.

<sup>356</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 29/09/1873.

circunscrições administrativas, afim de que a autoridade seja cercada do prestígio que a lei lhe dá, e não se veja desautorada, como acontece frequentemente na nossa província, em cujas extremos a acção do governo chega fraca e por vezes tardia.

Não obstante ter sido entusiasticamente cumprimentado por seus colegas de tribuna, Xavier da Veiga despertou reações adversas com seu discurso, como o comentário sarcástico do deputado Drumond: “Fallou muito bem, mas defendeu uma causa má”.<sup>357</sup>

Caso o planejamento de Cruz Machado tivesse se concretizado, Minas teria a configuração que vemos no mapa apresentado por esse deputado na sessão de 2 de setembro de 1873 (FIG. 3): seus limites seriam, ao sul, a *Província do Sapucaí*, cujo território abrangeria a região limítrofe com São Paulo; a oeste, a *Província de Entre Rios*, composta por parte de Goiás e do atual Triângulo Mineiro; a norte, as províncias de *São Francisco* e *Caravelas*, sendo que essa última se estenderia até o litoral de Porto Seguro, na Bahia; e, por fim, a leste, os já reconhecidos limites com o Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A última retomada do plano de *Minas do Sul* deu-se em uma conjuntura de crise do arranjo institucional vigente e emergência de propostas que visavam a descentralização do poder administrativo, situações que acirravam a discussão sobre a assimetria das representatividades provinciais no Parlamento.

Na sessão de 8 de julho de 1884, Olímpio Oscar de Vilhena Valladão, filho do chefe do partido conservador em Campanha, Manoel Ignácio Gomes Valladão, pediu urgência para apresentar um projeto que voltava com o debate sobre a provincialização das comarcas sul-mineiras.

Em seu discurso, o deputado analisa a Constituição do Império na seção relativa às municipalidades, demonstrando como as disposições do Ato Adicional de 1834 haviam aniquilado essa instância de poder. Sua opinião era de que a descentralização administrativa do Império deveria se concretizar no verdadeiro sentido do *self government*, concedendo aos municípios o domínio sobre suas leis, finanças e empregos. Nesse sentido, sua proposta era de reestruturação do território mineiro a partir da revitalização das franquias municipais.

Na opinião do deputado, a organização administrativa do Império ressentia-se de graves defeitos, dentre os quais o mais flagrante era o sistema de

---

<sup>357</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 28/11/1873.

divisão geral do território. Sobre esse assunto, ele diz:

A divisão que subsiste é ainda a de D. João III, porque as antigas capitanias foram convertidas nas actuaes provincias, com excepção do Amazonas e Paraná, que foram creadas mais tarde. Entretanto, depois disto, as condições do paiz têm-se alterado profundamente, alguns melhoramentos têm-se realizado, mas a divisão territorial mantem-se defeituosa.<sup>358</sup>

Sob a perspectiva de Olímpio Valladão, o país havia mudado, a despeito da aparente imobilidade das instituições imperiais. Para garantir o progresso moral e material, outra diretriz de sua proposta era “adequar a administração do Estado aos diversos grupos de interesses que se formam no meio da sociedade, no meio de agentes individuaes e colletivos, hierarchicamente organizados”. Era a consagração das elites políticas regionais no poder.

As principais causas dos males de Minas eram, na opinião do deputado, a vasta extensão territorial e a superpopulação. Como solução, o deputado propunha dividir-se o território mineiro em várias províncias, cada uma estruturada à semelhança do que ele propunha para a região sul-mineira (Anexo 4).

Buscando justificar sua medida, o deputado observa que a província de *Minas do Sul* seria composta por 32 municípios e por uma população total de 537.211 habitantes. Ela teria ainda a vantagem de ser cortada quase que em sua totalidade pela estrada de ferro do Rio Verde, então recentemente inaugurada.

A análise do conteúdo desse projeto revela-nos algumas semelhanças em relação às propostas anteriores. No artigo 1º, por exemplo, os limites de *Minas do Sul* eram exatamente os mesmos previstos pelo projeto de Ferreira da Veiga: pelo Rio Turvo até sua confluência com o Rio Grande; desse rio até as vertentes do São Francisco, na altura em que esse rio tangencia as águas do Parnaíba.

Mas, no artigo 2º, percebemos sutil diferença: enquanto os projetos de 1862 e 1868 instituíaam Campanha como capital provisória da nova província, o projeto de Olímpio Valladão reitera a escolha dessa cidade para o posto, todavia sem especificar seu caráter provisório: Campanha estabiliza-se como capital permanente de *Minas do Sul*.

Quanto à representatividade da nova província, o artigo 3º previa um número de nove representantes na Assembléia geral e trinta na provincial.

---

<sup>358</sup> ACGD, 08/07/1884, p. 55.



Portanto, confirmamos uma significativa diminuição da representação nacional (menos 4 membros) em relação ao projeto de 1862, um aumento de dois deputados gerais em relação ao projeto de 1868 e um aumento de dois membros da deputação provincial em relação a ambos os projetos antecedentes.

O artigo 4º instituíu uma novidade em relação aos projetos anteriores, a de que, em termos jurídicos, o território da nova província deveria não mais integrar o distrito da Relação de Minas, cuja sede era Ouro Preto, voltando a fazer parte do distrito da Relação do Rio de Janeiro. Essa era uma aspiração que já havia sido manifestada por algumas municipalidades sul-mineiras, como a da cidade de Cristina, em representação dirigida à Câmara dos Deputados no ano de 1875.<sup>359</sup>

O artigo 5º, por fim, autorizava o governo imperial a criar repartições em *Minas do Sul*, expedir regulamentos e fazer as despesas que fossem necessárias para a implantação dos aparatos institucionais básicos, praticamente as mesmas disposições contidas na última cláusula dos demais projetos.

Olímpio Valladão conclui seu discurso dizendo que, na impossibilidade de um plano geral de divisão que desses limites mais razoáveis a todas as províncias do Império, dever-se-ia imitar o sistema adotado pela Inglaterra, onde o reordenamento territorial foi feito à medida que “o tempo aconselhava e as necessidades impunham”, todavia se mantendo sempre o “tronco primitivo”, com o que se conseguiu um sistema de administração local “mais prático em seus resultados e mais liberal em seus princípios”.<sup>360</sup>

Embora tenha sido apresentado em caráter de urgência, o projeto nº. 38 ficou sem discussão imediata. Cinco anos após sua apresentação, o regime monárquico era substituído pela República, sem que o tema da criação da província sul-mineira voltasse a entrar na ordem do dia.

---

<sup>359</sup> Nesse ofício, datado de 22 de abril de 1875, a municipalidade de Cristina comenta sobre o estado da justiça na região sul-mineira após a criação da Relação de Minas Gerais. Segundo ela, “antes da lei, julgados os feitos destes municípios pela Relação da côrte, mais ou menos satisfazia-se o preceito da lei nas suas decisões; entretanto que hoje a nova relação de Minas, obrigada á attender ás causas desta provincia tão vasta, não pode vencer o trabalho, e quando mesmo o faça compromette os interesses e direitos das partes pela demora das decisões, ocasionadas a maior parte das vezes pela grande distancia e difficuldades das communicações”. Para justificarem a incorporação do sul de Minas ao distrito da Relação do Rio de Janeiro, os solicitantes argumentavam que: “basta considerar, que todas as causas e fitos do sul de Minas seguem pelo correio da côrte para demandarem o Ouro Preto [...]; sendo que com o Ouro Preto nenhuma relação absolutamente entretém o sul de Minas, a não ser a tardia troca da correspondência official”. CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 29/05/1875.

<sup>360</sup> ACGD, 08/07/1884, p. 55.

Esses foram, pois, os projetos de *Minas do Sul* apresentados no parlamento durante o período imperial. O que eles tinham em comum, além das disposições e do fim a que se destinavam, era o fato de terem sido apresentados por deputados oriundos de Campanha ou que com essa cidade possuíam algum vínculo político ou familiar.<sup>361</sup> Seu malogro serve-nos de ensejo para refletirmos sobre o lugar de Minas no arranjo institucional do Império.

Vimos ser consenso entre parlamentares que o sistema de divisão do Império necessitava de reformas. Segundo eles, unidades administrativas menores facilitariam o acesso da população aos recursos do governo e melhorariam a gestão provincial. Ademais, acreditava-se que, da harmonia de representatividade entre as partes, dependia a coesão política do todo. As divergências ocorriam quando se discutia qual o melhor meio de se realizar o rearranjo.

Propostas, como as de Ferreira da Veiga, Américo Lobo, Cruz Machado e Olímpio Valladão, invariavelmente esbarravam na resistência de alguns deputados que reconheciam na extensão territorial um atributo político de Minas: ao ser questionado sobre os motivos pelos quais sempre se opunha aos projetos de desmembramento do território mineiro, Inácio Martins responde:

...porque a principal vantagem da provincia de Minas é a de ser grande; é a unica vantagem que compensa a sua situação exepcional, porque a provincia de Minas é central, sem comunicação alguma maritima e só a sua extensão lhe dá importância.<sup>362</sup>

Nesse sentido, a grandeza do território compensava a condição interior de Minas, condição essa vista como um obstáculo ao progresso, pois impossibilitava o acesso direto dos mineiros às rotas comerciais pelo mar. Martinho de Campos, outro membro da bancada mineira, partilhava dessa perspectiva. Para ele,

...ninguem póde negar que as provincias grandes, que gozão de mais preponderancia, e mais elementos de riqueza possuem, são as que mais facilmente se podem desenvolver e maior impulso dar a toda a sorte de melhoramentos moraes e materiaes.<sup>363</sup>

---

<sup>361</sup> À exceção de Cruz Machado, todos os nomes a que fizemos referência – Ferreira da Veiga, Américo Lobo e Olímpio Valladão – eram campanhenses. Não é improvável, contudo, que esse primeiro deputado tivesse relações, se não familiares, ao menos políticas em Campanha.

<sup>362</sup> ACGD, 04/06/1873, p. 210.

<sup>363</sup> ACGD, 10/05/1873, p. 46.

O deputado também argumentava que os projetos de divisão de Minas, “retoques pouco estudados da carta do paiz”, na sua opinião, eram um entrave às medidas que buscavam tornar as províncias mais simétricas em termos de território e de representatividade:

Essas divisões parciaes do Imperio, estes retoques pouco estudados na carta do paiz não se devem fazer, enquanto se não tiver attendido a outras mais urgentes necessidades publicas, porque acarretão despezas consideraveis, e crião interesess, que serão depois outros tantos embaraços no futuro. O que é preciso é uma alteração geral na divisão de todas as provincias, de tal maneira que, segundo o meu voto, em vez de augmentar o numero das provincias talvez conviesse diminui-lo, tornando-as, tanto quanto possivel iguaes.<sup>364</sup>

Essa divergência de opiniões faz-nos supor a existência de matizes nas críticas ao sistema de divisão geral do Império: embora a maioria dos deputados reconhecesse a imperfeição dos limites políticos de Minas e de outras províncias extensas, uns defendiam que as alterações territoriais deveriam ser feitas parcialmente, à medida que os interesses regionais fossem manifestados,<sup>365</sup> enquanto outros preferiam esperar o surgimento de um projeto que alterasse por completo a carta geográfica do Brasil.<sup>366</sup>

O que, por fim, destacamos neste capítulo é a relação entre paradigma corográfico, representatividade política e mudanças no arranjo institucional do Império. Note-se que a produção dos mapas de Minas nas décadas de 50 e 60 do século XIX coincide, de certa forma, com o momento em que a representatividade parlamentar fazia-se por meio de um sistema no qual, segundo Cruz Machado,

...para se ser candidato de departamento ou provincia, era preciso erguer-se bem alto para ser avistado ao longe, era preciso ser como a encarnação de um grande principio, de um grande interesse social, ser o depositario das idéas e da confiança de um partido, e não o protegido de uma localidade, senão de sua influencia ou potentado.<sup>367</sup>

<sup>364</sup> ACGD, 10/05/1873, p. 47.

<sup>365</sup> Esse posicionamento é sintetizado na frase do deputado Pereira dos Santos: “Não se pôde fazer tudo ao mesmo tempo, vai-se fazendo aos poucos”. ACGD, 04/06/1873, p. 210.

<sup>366</sup> Em crítica a essa ótica, João Alfredo Correia de Oliveira, Ministro do Império, a reduz à seguinte sentença: “se não se pode fazer tudo, não se faça parte do que ha a fazer”. ACGD, 04/06/1873, p. 25.

<sup>367</sup> ACGD, 10/05/1873, p. 51.

Tomando como referência esse comentário, podemos dizer que, para se representar Minas, quer fosse no parlamento ou quer em um suporte cartográfico, era necessário “erguer-se bem alto”, para que as qualidades do território e do candidato a deputado pudessem ser “avistadas ao longe”. Imperava, assim, tanto na política quanto nas representações corográficas, uma lógica panorâmica que submetia os interesses regionais ao crivo de uma perspectiva vertical e excludente.

A representação da diversidade no parlamento e a emergência de projetos de descentralização administrativa, assim como as imagens de Minas elaboradas com base nas corografias municipais, somente se afirmariam nas últimas décadas do período imperial, não sem críticas daqueles que queriam preservar o arranjo institucional vigente.

A conservação do território mineiro durante o período imperial, situação cujas permanências atestamos na atual configuração do estado de Minas, encerra, portanto, um dilema: fragmentando-se o “colosso de barro”, corria-se o risco de perder algo muito precioso à unidade nacional – “o coração de ouro”. Conservando-o, a boa administração, o equilíbrio político e a ordem pública estariam constantemente ameaçados. Diante dessas possibilidades, os políticos do Império fizeram uma escolha: preservaram o “coração de ouro”, a despeito de todas as consequências que isso pudesse trazer à política, à administração e, mesmo, à unidade do país.



FIGURA 4: Mappa de toda a extensão da Campanha da Princeza, fixada pelo Rio Grande, e pelos registros que limitão a Capitania de Minas, 1800.

Fonte: AHU, códice nº. 2166.



FIGURA 5: Mappa do Termo da Villa da Campanha da Princesa Comarca do Rio das Mortes de Minas Geraes, que só serve para mostrar aextensão do mesmo Termo, os lugares mais notaveis, distancia entre eles, eestradas mais principaes, que o atravessão, s/d.

Fonte: APM. Seção de Material Cartográfico. APM – SC003.

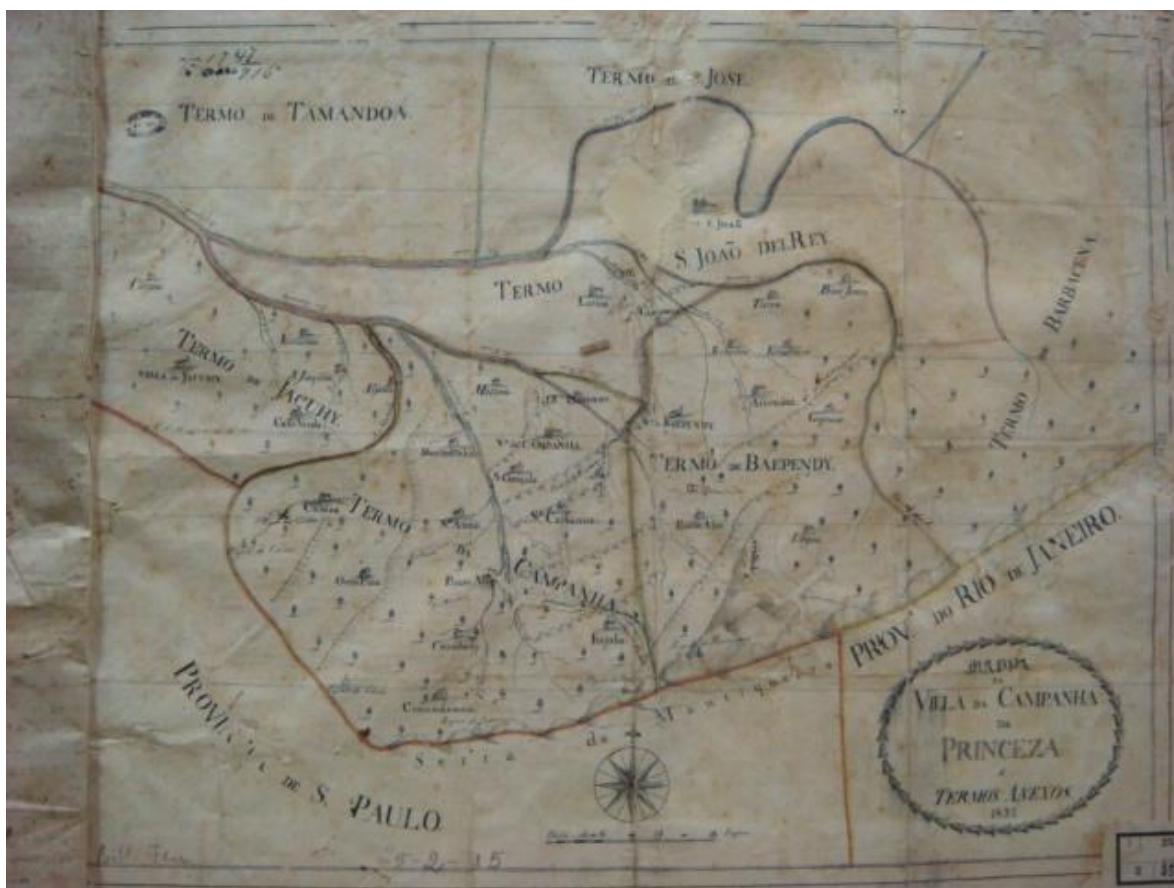


FIGURA 6: Mapa da Villa da Campanha da Princeza e Termos Anexos, 1823.

Fonte: BN. Seção de Material Cartográfico. ARC, 025, 02, d5.



FIGURA 7: Vista da Cidade da Campanha mandada reproduzir por Bernardo Sarutnino da Veiga, 1885.

Fonte: MRSM – Campanha/MG.



### CAPÍTULO 3 – A REGIÃO IMAGINADA: MINAS DO SUL PELO PRISMA DE CAMPANHA DA PRINCESA

Nossa cidade há civilizado – é força dizel-o – há povoado essas parochias, que formavão seu extenso Municipio, e que aqui vinhão exercer a soberania do voto, pleitear seus pleitos, mercadejar suas mercadorias pelos productos industriaes da civilização estrangeira. Essas Parochias são hoje Villas, ou Cidades florescentes, e populosas; mas sua civilização se modéla pela da Campanha, que para toda a parte mandou seus filhos, professores, letrados, médicos, padres, artistas, e muitas famílias, os quaes todos concorrerão, ou para o começo das povoações, ou para incremento dellas.<sup>368</sup>

A patria não é a terra, não é o bosque, o rio, o valle, a montanha, a arvore, a bonina; são n’o os affectos que esses objectos nos recordão na historia da vida. A patria é o crucifixo com que nosso pai se abraçou moribundo, e com que nos abraçaremos tambem antes de ir dormir o grande somno, ao pé do que nos gerou, no cemitério da mesma aldeia em que elle e nós nascemos. A patria é o complexo de famílias enlaçadas entre si pelas recordações, pelas crenças, e até pelo sangue. Tomai, de feito as duas dellas que vos parecerem mais extranhas, collocadas nas províncias mais oppostas de um paiz: examinai as relações de parentesco de uma com a outra família, quaes as desta com uma terceira e assim por diante. Dessa primeira, que tão estranha vos pareceu, á ultima, achareis um fio, enredado sim, talvez inextricável, mas sem solução de continuidade.<sup>369</sup>

Em dezembro de 1859, por ocasião da solenidade de premiação dos alunos do Colégio Campanhense que mais haviam se distinguido nos últimos exames, Antonio Dias Ferraz da Luz,<sup>370</sup> professor dessa instituição, resolveu discursar sobre um assunto que muito lhe arrebatava os ânimos: a criação de uma nova província no sul de Minas. Podemos imaginar as mudanças que se operavam na

<sup>368</sup> APMLP: O SUL DE MINAS, Campanha: 10/12/1859.

<sup>369</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 23/05/1874.

<sup>370</sup> Antonio Dias Ferraz da Luz (1820 – 1865) nasceu na cidade de Campanha, tendo se formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1843. Bernardo Saturnino da Veiga, seu amigo, descreve-o da seguinte maneira: “Pôrte mais que mediano, figura de orador, conhecia-se nelle á primeira vista o lutador de palavras. Sobre sua larga fronte ondeavão cabellos de um castanho escuro, e seus olhos negros, grandes, parecião sahir de suas orbitas quando o entusiasmo dominava seu coração. Os lábios cheios desenhavão graciosamente sua boca modelada para soltar a palavra facil, elegante e sonora; orgulho desmesurado, e tinha elle sem duvida por origem a consciencia de quanto valia sua grande intelligencia”. Embora reconhecesse em Ferraz da Luz essas qualidades, o autor do *Almanach Sul-Mineiro* não deixa de comentar: “á seu genio, algum tanto indolente, incitava menos a ambição de gloria e de posição que os prazeres da mocidade, dos quaes ás vezes era preciso arrancar-o para conduzirem-o á imprensa e á tribuna”. VEIGA, 1874, p. 61.

fisionomia do orador, verdadeiro “lutador de palavras” no juízo de um seu contemporâneo, seus olhos saltando para fora das órbitas à medida que ele discorria entusiasticamente sobre as qualidades de sua terra natal:

*A Cidade da Campanha*, que ha sempre tomado a iniciativa na apresentação das questões de interesse geral para todo o Sul de Minas, que ha mantido a discussão publica desses interesses, sempre fundada na razão, e na justiça, chamando em seu apoio as leis do Imperio; *a Cidade da Campanha*, que assim tem procedido, porque não vai longe o tempo, em que seu Municipio se estendia quase da margem esquerda do Rio-Grande até o Jaguary, das cumiadas da Mantiqueira até o Rio Pardo, constituindo assim – este vulto – chamado Sul de Minas, que nada tem de político, senão, que se ostenta hoje uma individualidade moral, unida no esforço, unânime na aspiração – este Sul de Minas – que se tem feito conhecido por suas tendências para a separação do velho Ouro-Preto, faustoso phantasma na historia de Minas, rico de bellas recordações, mas hoje de uma existência pesada, e que comprime o destino feliz das regiões afastadas; *a Cidade da Campanha*, que extendia sua jurisdição municipal, sua legislação edil á raias tão extensas, abrangendo um circulo territorial de quasi tres mil leguas...<sup>371</sup>

Nesse preâmbulo, a repetição da frase “a Cidade da Campanha” funciona como recurso para enfatizar os argumentos de Ferraz da Luz: para ele, Campanha havia civilizado/povoado o sul de Minas, servindo de referência para atividades eleitorais, políticas e econômicas que distinguiram a região. Não se trata, aqui, de confirmar essa tese, como fizeram alguns memorialistas do século XX que escreveram sobre essa cidade,<sup>372</sup> mas, sim, de analisar como ela foi politicamente operacionalizada pelos membros da elite política e intelectual campanhense que advogavam a favor da criação da província de *Minas do Sul*.

A condição de núcleo original de povoamento conferia à Campanha, segundo o orador, “o direito consuetudinário de intervir nos negócios do sul de Minas, tomando nelles a iniciativa, e talvez a parte mais importante”. Dessa forma, ele justificava o fato de, em 1854, a municipalidade campanhense ter encabeçado as reivindicações de provincialização das comarcas sul-mineiras.

O progresso das paróquias que, nas três primeiras décadas do século XIX, faziam parte do termo da então Vila de Campanha da Princesa devia-se, na

<sup>371</sup> APMLP: O SUL DE MINAS, Campanha: 10/12/1859, grifos nossos.

<sup>372</sup> Cf. BUENO, 1900; ARAÚJO, 1925; VALLADÃO, 1937; FAGUNDES, 1945; CASASSANTA, 1973; CASADEI, 1987; LEFORT, 1995.

opinião de Ferraz da Luz, à “ação civilizadora” dessa antiga sede que para elas enviou o escol de sua sociedade: professores, letrados, médicos, padres, artistas e muitas famílias. Assim,

Nossos costumes, nossos usos, nossa illustração, as praticas do foro civil, e criminal, as praticas de economia municipal, nossos modos de alegria publica, e de festas domesticas, tudo foi transportado para essas antigas parochias, hoje Villas, ou Cidades, que florescem disseminadas pela encosta das montanhas, pelas margens dos rios, ou á sombra das florestas, recebendo desta natureza dos trópicos prodigamente providencial, as maravilhas de um céu de formosuras de um solo de uberidade inexaurível, de um clima ameno, e temperado, cuja força geradora leva a admiração até os extremos de surpresa.<sup>373</sup>

Sob essa perspectiva, a natureza “prodigamente providencial” do sul de Minas, cuja formosura do céu, uberidade do solo e amenidade do clima elevavam a admiração do espectador “até os extremos de surpresa”, não seria completa sem os usos, costumes, festas e práticas que caracterizavam a presença de Campanha no espaço regional. Aos olhos de Ferraz da Luz, essa cidade era um “astro rei” que congregava em torno de si uma “constelação”<sup>374</sup> de paróquias, conferindo uniformidade às suas populações: “Congregadas todas essas Parochias em torno da Campanha, de quem descendem, nós, e ellas constituímos um grande povo com o mesmo character, e índole, cujo typo physiologico toma a côr das mesmas crenças, e vontade”.

Na opinião do orador, o sul de Minas era a parte mais importante da província, devendo, por isso, “ser collocado no mesmo pé de igualdade, que as outras regiões”, visto que, por direito, todos fossem “Mineiros da Provincia de Minas”. Se essa região “nada tinha de político”, por não ter sido reconhecida no arranjo institucional do Império, ela ao menos ostentava uma “individualidade moral” que a diferenciava das demais regiões mineiras, individualidade firmada, paradoxalmente, nas “tendências para a separação do velho Ouro Preto”.

<sup>373</sup> APMLP: O SUL DE MINAS, Campanha: 10/12/1859.

<sup>374</sup> Esse termo foi traduzido do francês *semis* e significa “forma espacial nascida da distribuição mais ou menos regular de pontos sobre uma superfície”. Segundo Claudia Damasceno Fonseca, assim como falamos de uma constelação de estrelas, podemos falar de uma “constelação” de povoados. A autora ainda observa que, em Minas, a superfície que serviu de pano de fundo para as primeiras “constelações” de arraiais era um imenso sertão, que foi progressivamente transformado em território, à medida que os núcleos urbanos foram se institucionalizando. FONSECA, 2011, p. 557.

Ferraz da Luz conclui seu discurso, exortando os “filhos da Campanha” a contribuírem com talento e ilustração para o benefício de sua cidade e prosperidade da região sul-mineira:

O amor da patria quando alliado á instrucção, póde e deve fazer muito em beneficio do paiz, que tem filhos assim qualificados. Os filhos da Campanha, a quem a fortuna collocou na elevação honrosa desta aliança sem difficuldade, jámais se esquecerão de contribuir com seu talento, e illustração em beneficio della, e da prosperidade do Sul de Minas [...]. Esta Campanha da Princeza é tão bella para seus filhos, este Sul de Minas tem um céu tão azulado, esta natureza entre-riana tem tanto viço, e mocidade nas magnificências dos rios, no verdor das florestas, nas quebradas das serras, no eterno sorrir das flores dos campos, que fôra por sem duvida aconselhar o amor, que tantas formosuras inspirarão!<sup>375</sup>

A “aliança sem dificuldade” entre instrução e amor pela pátria era, portanto, a fórmula do progresso. Diferentemente do primeiro elemento, o amor pela pátria era inato, “gravado no coração de todos pela mão providencial da Divindade”, de acordo com o orador, não podendo ser adquirido com leituras ou conselhos. Sua inspiração advinha da observação da natureza: o azul do céu, a mocidade e magnificência dos rios, o verdor das florestas, o eterno sorrir das flores dos campos, tudo isso contribuía para lapidar esse sentimento na alma do espectador.<sup>376</sup>

O trecho de *O Pároco de Aldeia*, romance de Alexandre Herculano, que serve de epígrafe a este capítulo reitera algumas idéias expostas por Ferraz da Luz: nele, a pátria é representada como algo que transcende os limites da natureza, estabelecendo-se no campo da cultura e da religião. Não por acaso, esse trecho foi publicado pelo *O Monitor Sul-Mineiro*, jornal que defendia a criação de *Minas do Sul*: numa conjuntura em que a extensão do território mineiro parecia tão artificial quanto o próprio sistema de divisão geral do Império, tal definição de pátria não poderia soar mais alentadora.

Mas o que fazia do “torrão natal”<sup>377</sup> objeto de interesse aos olhos dos políticos e intelectuais oitocentistas? Pierre Goubert estima que, por um longo

<sup>375</sup> APMLP: O SUL DE MINAS, Campanha: 10/12/1859.

<sup>376</sup> Ao tratar das corografias na Inglaterra do século XVI, Mark Gillings utiliza a expressão “pride in place”, que pode ser traduzido como “orgulho pelo lugar”. Infelizmente, o autor não discorre sobre esse conceito que, todavia, cremos ser sinônimo de “amor pela pátria”. GILLINGS, 2010, p. 57.

<sup>377</sup> O termo “torrão”, bastante utilizado nessa época, além de ser sinônimo de região, país e terra, significava “Hum pedaço de terra preza, separada da outra”. SILVA, 1813, p. 788.

período, pelo menos até que as idéias passassem a circular mais rapidamente e os homens se deslocassem com mais frequência e rapidez, o ponto de referência da maioria das pessoas era a paróquia natal ou uma pequena cidade e seus arredores. Daí que, num tipo de vida tão confinada, leituras, observações da natureza e demais atividades intelectuais fossem investidas de forte enraizamento espacial.<sup>378</sup>

Essa hipótese confirma-se pelo exemplo de outro campanhense, Francisco de Paula Ferreira de Rezende, “filho, neto e bisneto de mineiros”, na sua própria definição. Em 1887, ele declarava em *Minhas Recordações* que, como quase nunca havia saído de Minas, a não ser pelo tempo em que estudara em São Paulo e pelas viagens “poucas e muito rápidas” que fazia à Corte, nunca tivera “outra morada, que não fosse a vivificante e sempre tão benéfica sombra” das montanhas “ou que não fosse no seio desta terra” em que nasceu, “cujas idéias e sentimentos” assimilou “com o leite, com o ar e com os anos”. O resultado de suas experiências lembra-nos o mapa mental do viajante analisado por Stephen Bann em “A verdade em cartografia”:<sup>379</sup>

É tão limitado o que sei por este modo ou é tão acanhado o círculo em que tem se resolvido a minha vida itinerante, que, se eu tivesse de definir a terra pelo que dela unicamente tenho visto, bem poderia talvez defini-la por esta forma – um polígono extremamente irregular, mas sobre o qual não se poderia traçar uma só reta que mais tivesse de cem léguas.<sup>380</sup>

Prosseguindo seu depoimento, Ferreira de Rezende observa que a desvantagem de estar preso “pela sorte ou pelo gosto” (reparemos que ele não estava certo sobre sua própria condição) a “tão acanhados horizontes”, ele compensava com muitas leituras, do que resultava a seguinte convicção:

Podem existir, e de fato existem, muitos outros lugares, que por algumas ou que mesmo por muitas dessas excelências que nos encantam, que nos admiram, ou que verdadeiramente nos assombram, se tornam dignos da maior celebridade; porém que sejam quais forem as excelências que possam possuir esses lugares, não há talvez em parte alguma do mundo um torrão a

---

<sup>378</sup> GOUBERT, 1992, p. 46.

<sup>379</sup> Para Bann, a veracidade de um documento cartográfico está menos na sua capacidade de representação do real do que nas possibilidades de apreensão e significado que ele oferece aos homens, os quais inscrevem suas trajetórias individuais e seus “mapas” mentais sobre a superfície idealizada do espaço cartografado. BANN, 1994, p. 261.

<sup>380</sup> REZENDE, 1987, p. 39.

todos os respeitos tão beneficemente privilegiado ou tão divinamente abençoado, como é e sempre foi o nosso centro de Minas.

O que constituía essa região especial, na opinião do autor, era o fato de nela se encontrar “tudo quanto realmente se torna indispensável para a nossa existência, e podendo o homem, por consequencia, aí viver, por assim dizer, independente do mundo”. Minas era, ademais, “um lugar, em que não só não se conhece o que sejam grandes frios, nem o que sejam grandes calores”, mas também onde “o espírito, de ordinário, nunca se deprime nem se exalta ou em que o coração e a cabeça, perfeitamente equilibrados, sempre funcionam em liberdade e sem excessos”. Equilíbrio e moderação – nas sensações térmicas (“grandes frios”/“grandes calores”), nos estados de espírito (“depressão”/“exaltação”), nos órgãos do corpo humano (“cabeça”/“coração”) – eram, portanto, características que faziam da pátria mineira, o “coração do Brasil”, lugar ideal para experimentar diferentes tipos de liberdade – física, mental, política – “sem excessos”.

Ferreira de Rezende também observa que, se suas proposições sobre o território mineiro são verdadeiras, mais ainda o são se aplicadas

a esse canto tão aprazível da provincia, que, tendo formado outrora uma das partes integrantes da antiga comarca do rio das Mortes, hoje se chama o sul de Minas; e que, tendo de um lado o rio Grande e do outro as divisas de S. Paulo, vai sempre subindo e se alargando, até que vai por fim fechar-se nesse alongado e tão majestoso muro que altíssimo lhe forma a Mantiqueira entre o Morro do Lopo e o Mirantão.<sup>381</sup>

Se considerarmos essa observação, podemos dizer que, ainda que não tivesse sido alçado ao estatuto de província, o sul de Minas possuía, na opinião daqueles que o habitavam, origem histórica, limites geográficos, enfim, especificidade política no território nacional do Império.

O amor pela pátria-torrão natal, na política, denomina-se *bairrismo*, termo empregado com conotação, muitas vezes, negativa para qualificar o posicionamento de uma pessoa que, “levada por uma visão estreita do patriotismo, só considera como sua pátria o estado natal e hostiliza ou menospreza tudo quanto se refere aos demais”.<sup>382</sup> Tanto o *Diccionario da lingua portugueza* (1813), de

---

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>382</sup> HOLANDA, 2009, p. 252.

Antonio de Moraes e Silva, quanto o *Dicionário da Língua Brasileira* (1832), de Luiz Maria da Silva Pinto, apenas mencionam o adjetivo *bairrista*, que significa aquele “que habita em algum bairro”.<sup>383</sup> Isso nos leva a crer que bairrismo, provavelmente, tratava-se de um neologismo, à época do Império.

Em 1860, o jornal *O Sul de Minas* apresentava a seguinte definição para o termo:

O bairrismo é o sentimento de afeição, que nos prende ao lugar do nosso nascimento; sentimento elevado, próprio das almas grandes, sentimento natural que só perde o miserável, que renegou sua pátria, que não ama seus parentes, que aborrece o tecto paterno, o torrão que nos viu nascer, onde ensaiou-se o brinco da primeira idade, firmou-se o passo incerto, onde se despiu as primeiras roupas da meninice.<sup>384</sup>

Bairrismo era ainda “o amor, que votamos á pia que nos fez filhos de Deos, é a afeição á nossos pais, á nossa família, o affecto que ligamos ao lugar onde se originou esse amor puro, como o que Christo consagrou a Deos”. Os redatores desse jornal também acreditavam que, assim como o vegetal está preso ao solo, “o homem está ligado por laços de afeição ao lugar do seu nascimento”.

Além da clara conotação religiosa, a conotação política desse sentimento evidencia-se na declaração dos motivos que os levaram a escrever sobre o assunto: “pelo amor que consagramos á Minas, pelo pezar que nos opprime o coração vendo tão infeliz e abatida a maior, a mais populosa, a mais illustrada Provincia do Imperio”. E desabafam: “Á nossas mattas tão ricas, á nossas immensas campinas, á nosso solo fértil a Providencia não podia fadar um presente tão melancolico!”. Era como se o presente melancólico da província fosse o desterro daqueles que, por amarem a pátria mineira, idealizavam-na gloriosa no passado e promissora no futuro.<sup>385</sup>

Com raízes na poesia clássica,<sup>386</sup> o amor pela pátria foi também incorporado ao repertório romântico do século XIX, tendo sido decantado por muitos intelectuais brasileiros, como Joaquim Manoel de Macedo, sobre quem

<sup>383</sup> SILVA, 1813, p. 252; PINTO, 1832, p. 17.

<sup>384</sup> APMLP: O SUL DE MINAS, Campanha: 07/09/1860.

<sup>385</sup> ARRUDA, 1999, p. 157.

<sup>386</sup> Em estudo sobre a obra de Cláudio Manoel da Costa (1729 – 1789), Sérgio Alcides analisa a relação desse poeta com a paisagem ao seu redor. *O amor pela pátria*, segundo Alcides, era um dos componentes do *exílio*, tópico desenvolvido pelo poeta Ovídio, no século I, e reiterado pelos poetas árcades do século XVIII. ALCIDES, 2003, p. 94.

tivemos oportunidade de analisar. No romance *O Rio do Quarto* (1869), em que comemora as efemérides de sua província natal, o Rio de Janeiro, ele comenta:

É impossível negar que em suas naturaes e suavissimas predilecções o coração distingue sempre entre todos os districtos, cidades e diversos pontos do paiz o torrão limitado do berço pátrio; pobre ou mesquinho, esquecido ou decadente, agreste ou devastado é sempre amado por nós e sempre grato para nós.<sup>387</sup>

Antes, porém, de iniciar carreira literária, o “Dr. Macedinho”, que fora contemporâneo de Ferraz da Luz na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro<sup>388</sup>, já havia revelado interesse pela relação do homem com o espaço na tese *Considerações sobre a Nostalgia*, defendida em 1844. Um dos motivos que o levou a escolher esse tema foi a convicção de que a nostalgia, “moléstia cerebral caracterizada pelo desejo ardente de voltar á pátria”,<sup>389</sup> era nociva à agricultura brasileira, por ser uma das principais causas de mortalidade entre os escravos africanos.

Para Macedo, as emoções necessitavam de equilíbrio, pois o coração era “um cálix inexgotavel e cheio a transbordar de amarguras”.<sup>390</sup> Ligando-se afetivamente à pátria, o homem arrefecia em si a ânsia de transcendência. Assim, o amor pela pátria, “doce visco que conglatina o homem com o lugar, em que respirou o primeiro ar de vida”, era o fiel da balança entre “os desejos do céu e a temporalidade na terra”.<sup>391</sup>

As origens desse sentimento remontam, conforme o autor, à infância, quando lembranças de pessoas, objetos e paisagens imprimem-se na memória “com tintas inextinguíveis, que não se apagam mais nunca”. O homem, nessa idade,

...ama o camarada de seus jogos; ama a arvore frondosa, a cuja sombra só as vezes descança; ama o rio, onde lhe ensinaram a nadar; ama as aves de seus bosques; ama o surgir do sol de detraz de seus montes; ama a lua, que esclarece suas noites; ama o seu horizonte e a sua campina, suas estrellas e suas flores; em uma palavra, ama o lar paterno;—ama a pátria.<sup>392</sup>

<sup>387</sup> MACEDO, 1869, p. 10.

<sup>388</sup> Ferraz da Luz graduou-se em medicina um ano antes que Joaquim Manoel de Macedo, em 1843, na mesma instituição carioca. BLAKE, 1883, p. 300.

<sup>389</sup> MACEDO, 1844, p. 22.

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 10.



Porém, no exílio, ele não tarda em desenvolver nostalgia, “sensação inexplicável, indefinível, que se começou a sentir na hora do apartamento, pesando sobre o coração, e obstruindo as faces; que se sente ainda, e sempre na ausência”,<sup>393</sup> nas palavras do autor. Nesse sentido, Macedo compara a saudade a um fino pincel que,

desenhando com tintas de fogo um arbusto, um arroyo, um certo lugar de passeio, o amigo do coração, a família querida em derredor do amado pae, o tenro filhinho pendurado do seio da terna esposa...e todos esses objectos, que estão longe...que estão...lá, faz de cada uma dessas imagens punhal de lamina penetrante, que se enterra na sensibilidade!<sup>394</sup>

A saudade era, portanto, o reagente que transformava amor pela pátria em nostalgia. Segundo o autor, algumas profissões propiciavam o estado nostálgico, como no caso dos poetas, músicos e demais artistas. Entretanto, ninguém estava imune a essa moléstia, nem mesmo os animais<sup>395</sup>. Com esse diagnóstico, Macedo naturalizava a relação do homem com o espaço, tornando-a assunto de competência clínica e legitimando os valores sociais a ela relacionados.

Dentre as imagens evocadas pelo autor nessa passagem, a da “família querida em derredor do amado pai” é a mais significativa, pois ilustra uma das características do amor pela pátria: a analogia desse sentimento com o culto à família e com o amor filial. Em vários momentos de *Considerações sobre a Nostalgia* isso fica claro, como quando Macedo diz que a criança “ama o lar paterno” da mesma forma que “ama a pátria”. Vale observar que, na etimologia, os termos *pátria*, *país* e *pai* derivam de uma mesma raiz e designam elementos carregados de valor afetivo e simbólico.<sup>396</sup>

A relação semântica entre *pai*, *parentes* e *pátria* também é reiterada pelos redatores do *O Sul de Minas*, que qualificam de “miserável” aquele que “renegou a patria, que não ama seus parentes, que aborrece o tecto paterno”. Ferreira de Rezende, por sua vez, atribuía sua afeição por Minas ao fato de ter sido “filho,

---

<sup>393</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>394</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>395</sup> Diz Macedo: “Se a garça azul do Meschacebêo dissesse a ave das Floridas: Porque vos queixaes tão tristemente?...não tendes aqui aguas, e sombras agradaveis, e toda a casta de sustento, como lá nas vossas florestas?...Sim, responderia a ave fugitiva; mas o ninho que eu lá tenho no jasmim, quem m’o dará aqui?...E tendes vós um sol como o do meu prado?...”. *Ibidem*, p. 14.

<sup>396</sup> MAGNOLI, 1997, p. 15.

neto e bisneto de mineiros”. Estimamos, assim, que esses homens, pertencentes a uma cultura patriarcal oitocentista, concebessem a pátria como uma extensão de seus lares, território regido por regras análogas às que fundamentavam a vida familiar.

No trecho do *O Monitor Sul-Mineir*, o retirado do romance *O Pároco de Aldeia*, a pátria é descrita como “o crucifixo com que nosso pai se abraçou moribundo, e com que nos abraçaremos também antes de ir dormir o grande somno, ao pé do que nos gerou, no cemitério da mesma aldeia em que elle e nós nascemos”. Para além da evidente conotação cristã, a metáfora do crucifixo evoca continuidade temporal, outra característica do amor pela pátria: o mesmo crucifixo serve de alento derradeiro ao pai e ao filho, os quais são sepultados no cemitério da mesma aldeia em que nasceram. Nesse sentido, podemos dizer que a noção de pátria desafia a morte, já que sua perpetuação é garantida não apenas por objetos e lugares próprios da religião católica mas também pela renovação dos sentimentos por ela inspirados através das gerações.

Enquanto é transmitido de pai para filho, em sentido hierárquico, vertical, o amor pela pátria é partilhado por várias famílias, horizontalmente, perfazendo contiguidade espacial. Assim, mesmo entre as famílias “collocadas nas províncias mais oppostas de um paiz”, existe um elo que as conecta entre si: a certeza de pertencerem a uma mesma comunidade imaginada.<sup>397</sup> Notemos que esse conceito de família é amplo e não se atém somente ao critério de consanguinidade, sendo a pátria “o complexo de famílias enlaçadas entre si pelas recordações, pelas crenças, e até pelo sangue”.

Por meio do atavismo e das relações sociais, mormente dos laços familiares, a pátria tornava-se, portanto, um *continuum* identitário no tempo e no espaço, cujos limites não necessariamente correspondiam a circunscrições político-administrativas. Sob essa ótica, *Minas do Sul* não foi somente um projeto de lei engavetado pelo governo imperial como também uma construção identitária, a instituição regional, repositório de tradições e esperanças da elite política e intelectual campanhense.

Creemos que essa elite visse a região sul-mineira a sua imagem e semelhança, daí a indissociabilidade entre as representações de Campanha da

---

<sup>397</sup> ANDERSON, 2008, p. 278.

Princesa e de *Minas do Sul*. Sendo assim, optamos por analisar, primeiramente, as representações discursivas dessa cidade, revelando as contradições que surgem nessa construção política e simbólica. Em seguida, tratamos da maneira como *Minas do Sul* foi concebida pelos Veiga, família de jornalistas e políticos campanhenses que, ao longo de gerações, contribuíram para a divulgação dos projetos de provincialização da região sul-mineira.

Como o período de atuação dos Veiga na imprensa local é longo, adotamos uma perspectiva geracional para tratar dessa documentação. Assim, o conteúdo da segunda parte do capítulo está subdividido em três tópicos: o primeiro contempla os periódicos e atividades políticas desempenhadas em âmbito municipal por Lourenço Xavier da Veiga, enquanto os outros dois tópicos tratam dos empreendimentos de Bernardo Saturnino da Veiga, filho de Lourenço, em prol da ilustração e do progresso no sul de Minas.

Amor pela pátria, nostalgia, bairrismo: estes são, portanto, os matizes do prisma pelo qual os habitantes de Campanha da Princesa viam *Minas do Sul*. Supomos que o primeiro sentimento tenha sido o *leitmotiv* de todas as representações – corográficas, memorialísticas, poéticas, visuais – analisadas neste capítulo, sentimento que baliza a relação dos homens oitocentistas com o espaço, tornando-o significante.<sup>398</sup>

O segundo sentimento, variação patológica do primeiro, além de ser a perspectiva com a qual o viajante/exilado deixa a pátria natal (ou de adoção), representa o dilema do espectador em face da paisagem regional transfigurada pelo progresso: nostalgia em relação ao passado de Campanha, otimismo em relação ao futuro do sul de Minas.

O terceiro sentimento, forma política do amor pela pátria, foi a arma utilizada pelos Veiga para defender, no parlamento, na imprensa e na municipalidade, o projeto de criação da nova província. Como num caleidoscópio, essas nuances, por vezes, misturavam-se, dando origem às representações que passamos a analisar neste capítulo.

---

<sup>398</sup> BARTHES, 1987, p. 43.

### 3.1 Campanha da Princesa, prestígio e contradição

“Nomear os lugares é impregná-los de cultura e de poder”.<sup>399</sup> Para o geógrafo Paul Claval, autor dessa afirmativa, o batismo do espaço não é feito somente para ajudar os homens a nele se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse, simbólica ou real. A toponímia é, assim, uma herança cultural, instrumento empregado no auxílio à memória espacial e utilizado para dar visibilidade aos descobrimentos e atos de institucionalização do território.

Sob essa perspectiva, o topônimo *Campanha da Princesa* tem algo a nos revelar sobre as políticas de definição do espaço, bem como sobre os processos de constituição – institucional, política, simbólica e econômica – dos núcleos urbanos em Minas Gerais.

De início, observamos que *campanha*, termo de conotação militar que faz parte do léxico territorial mineiro, designa, assim como *sertão*, *conquista*, *continente*, *distrito*, *arraial* e *aplicação*, diferentes tipos de ocupação e graus variados de organização e de institucionalização dos espaços.<sup>400</sup>

O complemento “da Princesa”, por sua vez, é um distintivo nobiliárquico obtido pela Vila de Campanha no momento de sua instituição, em 20 de outubro de 1798.<sup>401</sup> Ele aponta para um duplo processo, qual seja o de distanciamento da “boa sociedade”<sup>402</sup> campanhense em relação a outras elites regionais e de aproximação dessa mesma sociedade dos valores monárquicos europeus.

O orgulho da municipalidade campanhense em relação a seu topônimo pode ser notado no poema que integra o documento *Traslado em publica forma*

<sup>399</sup> CLAVAL, 1999, p. 202.

<sup>400</sup> Em se tratando de povoamento situado em campos ou regiões contíguas a margens de rios, o termo *sertão* era, algumas vezes, substituído pela palavra *campanha*, derivativo do termo francês *campagne*, que significa “vasta extensão de planície”. Esse parece ser o caso de Campanha da Princesa, já que essa localidade encontra-se próxima à margem direita do Rio Verde. FONSECA, 2011, p. 76.

<sup>401</sup> O mesmo alvará régio que criou a Vila de Campanha da Princesa também instituiu a Vila de Paracatu do Príncipe, concedendo ao Conselho Ultramarino a liberdade de escolher os nomes que mais conviessem para “perpetuar a memória do benefício” que a Rainha era “servida a conceder aos mesmos povos”. Nesse sentido, esses topônimos exprimiam a ideia de soberania e de pertencimento dessas localidades à Coroa Portuguesa. *Idem*, 2010, p. 203 – 204.

<sup>402</sup> Esse termo foi cunhado por Francisco de Paula Ferreira de Rezende, em *Minhas Recordações*, tendo sido utilizado por Ilmar Rohloff de Mattos e Marcos Ferreira de Andrade para designar o grupo de nítidos contornos escravocratas e conservadores que exerceu hegemonia nas relações políticas, sociais e econômicas e culturais durante o período imperial. Cf. REZENDE, 1987, p.16; MATTOS, 2004, p. 13; ANDRADE, 2008, p. 21.

*do livro de criação e estabelecimento da Villa da Campanha da Princeza.*<sup>403</sup>

Não he esta a Campanha onde as bandeiras  
Tintas de sangue arrasta Marte irado,  
Onde a funesta vós e o triste brado  
Indicão mortaes golpes nas Fileiras:

Esta Campanha he sim, onde as ribeiras  
Dão agradavel vista ao verde prado,  
Aonde hum Povo habita, que tem dado  
De fieis coraçoens provas inteiras:

Ella a Villa subio, Real Piedade  
Da PRINCEZA a proteja e dessa sorte  
Adora agradecida a Magestade:

Feliz se jacte Villa deste porte,  
Que a pezar da vindoiria e longa idade  
Com hum Nome immortal não teme a morte.

Com efeito, Campanha “a Villa subio”, sob os auspícios da Princesa da Beira, Carlota Joaquina, que lhe concedera a graça de seu nome. Nesse sentido, o topônimo “Campanha da Princesa”, é um escudo que protege essa localidade da “morte”, ou do esquecimento, visto que um “Nome immortal” como esse dificilmente não seria lembrado.

Em retribuição a esse ato de benevolência, a municipalidade campanhense “Adora agradecida a Magestade”, legitimando o poder da monarquia portuguesa. Resolvendo dar provas concretas dessa adoração, José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, juiz de fora da Vila de Campanha da Princesa, ofereceu ao Príncipe Regente, esposo de Carlota Joaquina, em 1800, uma “contribuição anual” destinada “aos alfinetes da princesa”,<sup>404</sup> contribuição essa que seria descontada na terça parte dos rendimentos da câmara. Veremos adiante como esse tributo, longe de ter sido um presente desinteressado, seria utilizado pela municipalidade campanhense como justificativa para a grande extensão de seu termo.

É interessante notar que, nas duas primeiras estrofes do poema, o termo *campanha* é esvaziado de sua conotação militar, passando a denominar uma paisagem natural. Assim, a Campanha, de que trata o poema, não é um campo de

<sup>403</sup> BN: Divisão de Manuscritos, Códice BNRJ 18, 3, 7A.

<sup>404</sup> FONSECA, 2011, p. 310.

batalha “onde as bandeiras tintas de sangue arrasta Marte irado”, mas sim *locus amoenus*,<sup>405</sup> “onde as ribeiras dão agradável vista ao verde prado”. Essa descrição árcade do espaço também serve para reiterar a lealdade dos súditos campanhenses à Coroa Portuguesa, pois se estimava que, em uma tal região, somente poderia habitar um povo pacífico que desse “De fieis corações provas inteiras”.

Área de fronteira com a capitania de São Paulo, o sul de Minas foi alvo de medidas administrativas que visavam conter os litígios territoriais e extravios de ouro bastante comuns no período colonial. Nesse sentido, concordamos com a tese de que a Vila de Campanha da Princesa foi erigida como símbolo da presença da metrópole portuguesa nessa região, instrumento de controle fiscal e administrativo de um espaço ainda poroso e indefinido<sup>406</sup>.

Cremos também que o desenvolvimento político e econômico experimentado por essa vila em finais do século XVIII estivesse relacionado ao papel estratégico por ela desempenhado na retificação dos limites de Minas, administrando diversas paróquias e arraiais.

Porém, observa Ferreira de Rezende que,

como acontece em todas as povoações que devem a sua fundação a descobertas do ouro ou de pedras preciosas, o desenvolvimento da Campanha foi, com efeito, não só relativamente grande, mas extremamente rápido.<sup>407</sup>

Para exemplificar o estado de “depauperamento constante e mais ou menos progressivo” dessa cidade em meados do século XIX, o autor cita a escassez de instituições de ensino, a falta de animais de montaria e a simplicidade dos cultos religiosos. E conclui, como amante da pátria que era,

---

<sup>405</sup> ALCIDES, 2003, p. 13.

<sup>406</sup> Claudia Damasceno observa que, na segunda metade do século XVIII, diversas sedes de poder civil e eclesiástico foram instituídas pelas autoridades mineiras a fim de assegurar a posse dos novos arraiais que surgiam nos confins de Minas. Segundo essa autora: “A criação da municipalidade e a confirmação dos limites da Vila de Campanha da Princesa tinham, portanto, um valor altamente estratégico, ainda mais levando em conta que, na mesma época, os camaristas da vila paulista de Nova Bragança (criada em 1797) disputavam com autoridades mineiras a posse de núcleos de povoamento nos confins das duas capitanias”. FONSECA, 2011, p. 201. Essa tese é reiterada por Patrícia Vargas de Araújo, para quem “a criação de vilas no final do século XVIII em Minas Gerais e, inserido neste contexto, a elevação da Vila de Campanha da Princesa, faz parte de um movimento de defesa do território e de manutenção da soberania da Coroa Portuguesa, através do artifício que é a instalação de câmara nos arraiais elevados à condição de vila”. ARAÚJO, 2008, p. 7.

<sup>407</sup> REZENDE, 1987, p. 43.

...se grande é a decadência da Campanha, se essa decadência, como disse, parece que tende a aumentar-se; uma glória que nunca se lhe há de tirar, há de ser esta: - que, não só durante mais de meio século, ela foi uma das maiores e mais importantes povoações da nossa província; mas ainda e muito principalmente, que, tendo sido, por assim dizer, a mãe de quase todas as povoações que se foram criando e se estendendo por todo aquele abençoado vale do Sapucaí, ela pela sua grandeza, sua riqueza e, sobretudo, pelo seu adiantamento moral, tornou-se, de fato, e por muito tempo, o verdadeiro e luminoso lar da civilização de todo aquele canto de Minas...<sup>408</sup>

Alçada, portanto, ao estatuto de *alma mater* do sul de Minas, como pretendia sua elite política e intelectual, a Vila de Campanha da Princesa gozou, durante os primeiros anos de sua existência institucional, de posição privilegiada nas relações com a família real, com o governo brasileiro e com outras municipalidades da região.<sup>409</sup>

Mesmo quando essa situação de privilégio não mais correspondia à realidade, essa localidade não deixou de ser associada a uma *polis* grega, símbolo de civilização, ilustração e força política.<sup>410</sup> Ademais, é provável que a exaltação da memória municipal de Campanha, exemplificada pelo discurso de Ferraz da Luz, pelas reminiscências de Ferreira de Rezende e por outros documentos analisados neste capítulo, tenha determinado, inclusive, práticas de preservação patrimonial diferenciadas.<sup>411</sup>

Contudo, se a imagem de Campanha como “cérebro e coração do sul de Minas”<sup>412</sup> evoca prestígio, distinção e poder a essa cidade, ela também dá margem a contradições, quando contrastada com situações, tais como o retalhamento do termo municipal, ocorrido nas décadas de 1840 e 1850, e a recusa de algumas municipalidades sul-mineiras de corroborarem os planos dessa cidade de se tornar a capital administrativa da nova província, situações que analisamos adiante. E são essas contradições que nos interessam, no momento.

---

<sup>408</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>409</sup> FONSECA, 2010, 196.

<sup>410</sup> SOUZA, 2006, p. 10.

<sup>411</sup> Não por acaso, um dos primeiros números da RAPM traz o arrolamento de documentos valiosos sobre o processo de institucionalização da Vila de Campanha da Princesa. Segundo Ivana Parella, a documentação relativa à municipalidade campanhense parece ter sido organizada, pelo menos, dez anos antes da formação do APM. PARELLA, 2009.

<sup>412</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 29/06/1873.

### 3.1.1 Em busca do prestígio perdido

Em 20 de fevereiro de 1800, pouco tempo após ser fundada a Vila de Campanha da Princesa, Carneiro de Miranda e os camaristas dessa municipalidade procederam à demarcação de seu termo, cuidando de cumprirem as determinações da Ordem Régia, de 25 abril do ano anterior, que estabelecia “que embeneficio publico comprehenda os lugarez, queficarem mais próximos amesma Villa, dos que as outras confinantes”.<sup>413</sup> O resultado disso foi a seguinte linha:

Feita daparte do Norte, e Leste pello Rio Grande, desde asua Origem no espigão daSerra da Mantiqueira pellas suas vertentes, edescendo por elle abaixo seguir emvolta oditto Rio, athé oseu encontro comoRio Pardo, oufins destaCapitania: E daparte do Sul pellas divizas da mesma fexadas pellos Registros, que defendem os seos Lemites.<sup>414</sup>

Essa descrição corresponde ao que vemos no *Mapa de Toda a Extensão da Campanha da Princeza*, que integra o documento *Traslado em publica forma* (FIG. 4): nele, bem como no texto, percebemos que a área demarcada para o termo dessa vila era bastante ampla, compreendendo as freguesias de Lavras do Funil (atual Lavras), Baependi, Pouso Alto, Santana do Sapucaí (atual Silvanópolis), Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí.

A centralidade geográfica é outro critério que transparece nesse mapa, corroborando o argumento do juiz de fora e dos camaristas de que os limites da nova vila deveriam ser cuidadosamente retificados de maneira que ela se encontrasse “quazi nomeio deste vasto Territorio, com mais dequinze Legoa porhum, eoutro Lado, athé os seus confins”.<sup>415</sup> Nesse sentido, Campanha da Princesa é representada como um nó regional,<sup>416</sup> localidade estratégica para a qual convergem os principais caminhos que atravessam a parte central da Comarca do Rio das Mortes.<sup>417</sup>

O que essa representação cartográfica evidencia, por fim, é o intuito de tornar o termo da Vila de Campanha da Princesa um território sob proteção militar, onde os fluxos comerciais pudessem ser controlados, evitando-se

<sup>413</sup> MEMÓRIAS, In: RAPM, 1896, p. 468.

<sup>414</sup> *Ibidem*, p. 488.

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 461.

<sup>416</sup> BEZZI, 2004, p. 136.

<sup>417</sup> CHAVES, 1999, p. 85 – 89.



extravios do fisco. Para isso, elementos naturais, como o Rio Grande, a Serra da Mantiqueira, e marcos artificiais, como os registros e guardas militares paralelos a essa serra, foram representados como verdadeiras “muralhas”.

Em um jogo de evidências e obliteração, as imagens de Campanha da Princesa e, conjuntamente, de sul de Minas iam, portanto, tomando forma e alcançando o estatuto de “realidade”.

Para legitimar essa demarcação, a municipalidade campanhense argumentava que uma vila que tinha a Princesa da Beira como sua tutora não poderia ser nobre apenas no nome mas também na extensão e riqueza de seu termo. Ademais, como os habitantes de Campanha, “querendo dar hum testemunho mais constante do seu eterno reconhecimento pellas Mercês”, haviam resolvido assinar uma consignação voluntária para aumentar os rendimentos do cofre da Princesa e o valor dessa consignação fosse proporcional ao volume do comércio de exportação dessa vila, “convinha muito que para asua boa recadação, sefizesse adivisão do mesmo Termo demodo, que facilmente se podesse prevenir toda aequivocação nos extravios, efraudes das dittaz contribuiçoens”.<sup>418</sup> Dessa forma, alegando imperativos fiscais, o juiz de fora e os camaristas justificavam a necessidade de terem um termo amplo e bem resguardado.<sup>419</sup>

A Vila de São João Del Rey, sede da Comarca do Rio das Mortes, protestou veementemente contra o rearranjo territorial pretendido pelas autoridades campanhenses. Seu maior receio era perder parte de seu território que correspondia à freguesia de Lavras do Funil, núcleo abastecedor e importante fonte de renda para a câmara<sup>420</sup>. Atendendo às reivindicações dessa vila para que se modificassem os limites de Campanha da Princesa, o governador Bernardo José de Lorena decide que somente a freguesia em disputa devesse retornar para seu termo de origem. Outros atos dessa demarcação, inclusive a supressão dos julgados de Aiuruoca, Sapucaí, Itajubá e Jacuí, que agora faziam parte da jurisdição de Campanha da Princesa, foram confirmados em maio de 1800.<sup>421</sup>

A perspectiva de possuir Lavras do Funil, no entanto, nunca abandonou a municipalidade campanhense, como vemos no *Mapa do Termo da Villa da Campanha da Princesa* (FIG. 5), provavelmente confeccionado sob encomenda

---

<sup>418</sup> MEMÓRIAS, In: RAPM, 1896, p. 487.

<sup>419</sup> FONSECA, 2011, p. 311.

<sup>420</sup> GRAÇA FILHO, 2002, p. 44.

<sup>421</sup> MEMÓRIAS, In: RAPM, 1896, p. 537.

da própria Vila de Campanha: na porção dele que está colorida de amarelo, destaca-se a seguinte nota: “Terrêno da Freguezia das Lavras do Funil, que por hora se acha governado pelas Justiças da Villa de Sam João de El Rey”.

Essa representação, ao mesmo tempo, cartográfica e escrita, lembra-nos de que os mapas podem ser representações antecipadas de um território que se está por construir. O produto disso é que duas dimensões temporais, presente e futuro, fundem-se em uma mesma representação espacial.

Em reflexões sobre os mapas como mecanismos de constituição dos estados nacionais, Benedict Anderson cita Thongchai Winichakul, historiador tailandês que, ao estudar o mapeamento do sudeste asiático no século XIX, chega à seguinte possibilidade de leitura:

Um mapa antecipava a realidade espacial, e não vice-versa. Em outros termos, um mapa era um modelo para o que (e não um modelo do que) se pretendia representar [...]. Ele havia se tornado um instrumento real para concretizar projeções sobre a superfície terrestre.<sup>422</sup>

No caso do *Mapa do Termo da Villa da Campanha da Princesa*, ao assinalar o caráter provisório da condição jurídico-administrativa de Lavras do Funil, então sob a jurisdição de São João Del Rey, o que se estava querendo era antecipar o processo de expansão das fronteiras do termo de Campanha da Princesa sobre esse território. Não por acaso, Lavras estaria relacionada nos projetos de provincialização da região sul-mineira apresentados no Parlamento, durante o Segundo Reinado, por representantes da elite política campanhense.

A tendência “expansionista” da municipalidade campanhense, contudo, não se restringiu à questão Lavras do Funil. Em 1821, Carneiro de Miranda requeria ao Rei D. João VI que fosse criada uma nova comarca, da qual a Vila de Campanha da Princesa fosse sede. Essa medida, segundo o juiz de fora, seria uma compensação por essa vila ter perdido parte de seu território para as vilas de Santa Maria de Baependi e São Carlos do Jacuí, ambas instituídas em 1814. Isso, contudo, não deixa de ser, a nosso ver, uma tentativa de expandir a jurisdição campanhense para toda a região.<sup>423</sup>

Creemos que o *Mapa da Villa da Campanha da Princeza e Termos Anexos*

<sup>422</sup> ANDERSON, 2008, p. 239.

<sup>423</sup> MEMÓRIAS, In: RAPM, 1896, p. 551.

(FIG. 6) tenha sido utilizado como documento corroborativo desse pedido, mesmo tendo sido elaborado em 1823, posteriormente ao envio do requerimento. Nele, são representados, além de Campanha da Princesa, outros cinco municípios, a saber: Baependi, Jacuí, São João Del Rey, São José e Barbacena, sendo que esses dois últimos não são confinantes com o território da primeira vila, que se pretendia sede da nova comarca.

A designação “termos anexos”, utilizada no título desse mapa, sugere-nos dependência desses municípios em relação à Vila de Campanha da Princesa. Dessa forma, questionamos: seriam os projetos de criação da província de *Minas do Sul* tributários de uma consciência geopolítica<sup>424</sup> constituída pela municipalidade campanhense desde os primeiros anos de sua existência, consciência essa de acordo com a qual a região sul-mineira deveria se estruturar em torno de Campanha?

Não obstante o estatuto nobiliárquico de Campanha da Princesa, o requerimento de criação da nova comarca foi indeferido, em função da oposição de outras vilas sul-mineiras, como Santa Maria de Baependi e São Carlos do Jacuí, que queriam continuar a fazer parte da Comarca do Rio das Mortes. Além disso, em 1817, alegava o ouvidor dessa comarca que, “por sua situação central”, era a Vila de Campanha da Princesa “muito pouco freqüentada derelaçoens Comerciais não concorrendo porisso os Povos á mesma nem podendo ahi achar socorros necessários da Justiça por falta de Bachareis formados em Ley”.<sup>425</sup> Percebemos, aqui, uma contradição em relação ao *Mapa de Toda a Extensão da Campanha da Princeza*, que apresentava a centralidade de Campanha como atributo positivo ao desenvolvimento do comércio na região.

A Comarca do Sapucaí, com sede nessa vila, somente seria criada em 1833, em contexto de reordenamento jurídico-administrativo do território

---

<sup>424</sup> Compreendemos geopolítica como o conjunto de estratégias adotadas pelo estado nacional ou por grupos políticos regionais no exercício administrativo de seus territórios. Para José Willian Vesentini: “a palavra geopolítica não é uma simples contração de geografia política, [...] mas sim algo que diz respeito às disputas de poder no espaço mundial e que, como a noção de poder já o diz (poder implica dominação, via Estado ou não, em relações de assimetria, enfim, que podem ser culturais, sexuais, economicas, repressivas e/ou militares, etc.), não é exclusivo da geografia”. Assim, fica claro que esse termo pode ser utilizado não somente para explicar a conjuntura internacional na atualidade mas também para designar relações espaciais pretéritas, como as que analisamos neste trabalho. VESENTINI, In: <<http://geocritica.com.br/geopolitica.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

<sup>425</sup> MEMÓRIAS, In: RAPM, 1896, p. 554.

mineiro.<sup>426</sup> Posteriormente, a já cidade de Campanha passaria a ser cabeça da Comarca do Rio Verde, criada em 16 de março de 1839.

Voltemos às reminiscências de Ferreira de Rezende. Contemporâneo da Regência, período em que “o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico”, esse autor foi testemunha do panorama político de Campanha nas primeiras décadas do século XIX: ele mesmo admitia que as reminiscências de infância que conservava mais nítidas em sua memória eram justamente “as que se referem a atos públicos, ou mais propriamente a atos e circunstâncias da nossa vida política”.<sup>427</sup>

Observa o autor que, naquela época, o cargo de coletor de impostos de Campanha, cargo exercido por seu pai durante anos, era “essencialmente andejo e um talvez dos mais enfadonhos e trabalhosos”. Isso porque, para coletar impostos,

...era preciso que o coletor corresse quase todo o município; e o município da Campanha era então tão extenso, que o seu território que pelos lados de Itajubá chegava aos confins de São Paulo, abrangia uma região onde hoje se encontram nada menos de seis ou de oito municípios.<sup>428</sup>

Campanha era ainda “um dos mais inexpugnáveis baluartes do partido conservador no Sul de Minas”,<sup>429</sup> na acepção do autor. Entretanto, em Pouso Alegre, freguesia dessa vila até o ano de 1831,<sup>430</sup> “pode-se dizer que naquele tempo não havia um só conservador”,<sup>431</sup> ele diz. Sendo assim, estimamos que a relação entre essas duas localidades fosse marcada pela emulação e pelo conflito, o que, provavelmente, contrariava as preensões da municipalidade campanhense

<sup>426</sup> MARTINS, 1990, p. 15 – 17.

<sup>427</sup> REZENDE, 1987, p. 67.

<sup>428</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>429</sup> Para exemplificar a força dos conservadores em Campanha, Ferreira de Rezende relembra os acontecimentos da eleição de 1840: naquele tempo, segundo o autor, “a grande força dos conservadores estava principalmente no distrito da cidade, onde a sua maioria era realmente imensa”. Em compensação, nas freguesias de Lambari e Mutuca, predominavam liberais. Chegado o dia da eleição, ambos os grupos dirigiram-se para a Igreja Matriz da cidade, onde não se confundiram: “cada um já sabia o lado da igreja que lhe pertencia, os conservadores foram ocupar o lado direito e os liberais se puseram do lado esquerdo”. Vendo que os liberais eram maioria no recinto, Bernardo Jacinto da Veiga, chefe do partido conservador na região, apresentou argumentos ao juiz de paz para que a eleição fosse adiada, no que foi atendido. Ficando “com cara de João tolo”, os liberais foram embora da cidade, “tão humilhados e descontentes, quanto alegres e ufanos para lá tinham partido”. *Ibidem*, p. 129 – 133.

<sup>430</sup> Em 13 de outubro de 1831, em virtude de resoluções da Assembléia Legislativa Geral, a freguesia de Pouso Alegre foi elevada à categoria de vila. VEIGA, 1998, v.2, p. 898.

<sup>431</sup> REZENDE, 1987, p. 123.

de manter seu termo coeso política e territorialmente.

Entre 1843 e 1849, “a vida da Campanha não passou de uma vida mais ou menos marasmática”,<sup>432</sup> relembra Ferreira de Rezende. Provavelmente, ele fazia alusão à série de perdas territoriais que essa cidade sofreu nesse período, a saber: as paróquias de Santa Rita do Sapucaí (Lei nº 288)<sup>433</sup> São Caetano da Vargem Grande (Lei nº 334)<sup>434</sup> e Santana do Sapucaí (Lei nº 429),<sup>435</sup> incorporadas ao município da Vila de Pouso Alegre; o distrito de Lambarí (Lei nº 429),<sup>436</sup> incorporado ao município da Vila de Baependi e a freguesia de Boa Vista de Itajubá (Lei nº 355),<sup>437</sup> elevada à condição de vila, em 27 de setembro de 1848. Esse novo quadro geopolítico do sul de Minas, cujas alterações operavam-se como num “jogo de caxangá”,<sup>438</sup> tirando paróquias de um município para pô-las em outro, seria combatido veementemente pela Câmara de Campanha.

Em 21 de junho de 1848, a municipalidade campanhense oficiou à Assembléia Legislativa Provincial e ao Presidente de Província, solicitando a revogação das leis que incorporavam parte de seu território ao termo da então Vila de Pouso Alegre. Alegava, para isso, o prejuízo financeiro que a cidade de Campanha enfrentaria com a perda de expressivo contingente populacional. Segundo os solicitantes, seu município “foi retalhado de modo, que impossível he que ella possa acudir a menos parte de suas indispensaveis despezas, que já antes de todo ocorrido soffrião atrazos, pela sua deminuta renda”.<sup>439</sup>

Em outro ofício, datado de 29 de novembro desse mesmo ano, a mesma municipalidade reitera sua reivindicação, enumerando os “clamorosos males” que a retalhação de seu termo haviam lhe causado. Sua principal queixa era a perda do distrito de Lambarí, local do descoberto das Águas Virtuosas, “onde tem esta

<sup>432</sup> *Ibidem*, p. 228.

<sup>433</sup> O parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei nº 288, de 12 de março de 1846, incorporava a paróquia de Santa Rita ao município de Pouso Alegre. MINAS GERAIS, *Collecção das Leis*, 1847, p. 154.

<sup>434</sup> O parágrafo 10º, do artigo 8º, da Lei nº 334, de 3 de abril de 1847, desmembrava o curato de São Caetano, da Freguesia de Itajubá, incorporando-o ao município de Pouso Alegre. *Ibidem*, p. 69.

<sup>435</sup> O parágrafo 1º, do artigo 2º, da Lei nº 429, de 12 de Abril de 1848, desmembrava a freguesia de Santana do Sapucaí do município de Campanha, incorporando-a ao da Vila de Pouso Alegre. MINAS GERAIS, *Collecção das Leis*, 1848, p. 167.

<sup>436</sup> O 2º parágrafo do mesmo artigo desmembrava a freguesia de Lambarí do município de Campanha, incorporando-a ao município de Baependi.

<sup>437</sup> A Lei nº 355, de 27 de setembro de 1848, elevou a freguesia de Boa Vista de Itajubá à condição de vila, compreendendo seu termo: a freguesia homônima e as do Espírito Santo dos Cumquibos, São Sebastião da Capituba, São Caetano da Vargem Grande e Soledade de Itajubá. *Ibidem*, p. 30.

<sup>438</sup> GRAÇA FILHO, 2002, p. 31.

<sup>439</sup> APM: PP 1/33, Cx. 54, Doc. 31.

Camara em prol da humanidade desprendido alguns contos de reis, não só em terrenos que possui, como em outros edífícios, que bem dificultozamente tem feito construir, para facilitar os meios da salubridade publica”. Em seguida, ela apresenta argumento de cunho administrativo, questionando o acesso à justiça nesse distrito:

E será possível Exo. Snr. que pelo menos estes habitantes do Lambary, que distão desta Cidade quatro legoas, e tres quartos queirão recorrer a Baependy, para onde se contão pelo menos a distancia de doze legoas / isto he do Arraial do Lambary, em quanto dos limites podem ser 16 e mais;? está visto que não.<sup>440</sup>

De acordo com a lógica de racionalização da administração judiciária, expressa nessa passagem, Lambari deveria pertencer ao município de Campanha, visto que distasse dessa cidade apenas quatro léguas. A motivação econômica, no entanto, não deixa de estar presente: desde a década de 1820, as fontes de águas minerais desse distrito eram conhecidas pela municipalidade campanhense, sendo que, no terreno onde elas haviam sido descobertas, esboçava-se um incipiente povoamento<sup>441</sup>.

Em 9 de maio de 1849, como não houvesse recebido resposta do governo provincial sobre o assunto, a Câmara de Campanha novamente solicita ao Presidente de Província que interceda por sua causa junto à Assembléia Legislativa Provincial, remetendo-lhe uma representação em que pede a revogação do artigo 2º da Resolução nº 429. Segundo a solicitante: “No anno de 1846 principiou este Municipio a ser retalhado e no anno próximo passado de 1848 recebo elle o mais fatal golpe, e redução em seo territorio, que quaze o estinguio”.<sup>442</sup> Após fazer um histórico das perdas territoriais, ela protesta:

Esta Camara não pode ser indifferente a estes retalhamentos, a estas reduções que soffro o seo Municipio, com as quae ella vê redusida e mingoadas as suas Rendas, que nem chegarão para a despesa do Pessoal, e antevê infallivel a ruína desta Cidade, cuja prosperidade promettia ser o Emporio do Sul da Provincia, ao passo que essas Povoações nada ganharão com as novas divisões, e antes perderão.

---

<sup>440</sup> APM: PP 1/33, Cx. 54, Doc. 32.

<sup>441</sup> VEIGA, 1874, p. 114.

<sup>442</sup> APM: PP 1/33, Cx. 54, Doc. 37.

Nos séculos XVIII e XIX, a extensão territorial estava diretamente relacionada à riqueza e à “dignidade” das vilas e cidades, visto que essas unidades administrativas devessem ser capazes de se autossustentarem economicamente.<sup>443</sup> Assim, quanto maior o termo, mais ricas e variadas eram as praças de mercado dessas localidades. Cremos ser essa a lógica do argumento de que Campanha seria o “Empório do Sul da Província”, caso as freguesias de Lambarí e Santana do Sapucaí permanecessem em seu termo.

A municipalidade campanhense ainda alega que os próprios habitantes das freguesias desmembradas perceberam o prejuízo que sofriam com as novas divisões e que “usando de seos Direitos Constitucionaes dirigirão a esta Assembleia Representações assignadas pela totalidade de seos habitantes sem distinção de partido; protestando contra essa Lei, pedindo a sua revogação”. Assim,

...esta Camara vio com praser que o Povo se compenetrava de seos verdadeiros interesses, e ella muito se ufana em unir seos votos as supplicas do Povo, em pedir para o Povo aquillo que o Povo quer, e se he costume nos Países que se regem pelo Systema Constitucional Representativo ser attendida avontade do Povo, não poderão sem injustiça manifesta ser contrariados os votos desta Camara os votos dos habitantes do Lambary e S. Anna.<sup>444</sup>

Ao imperativo de vontade dos povos, os camaristas acrescentavam outras justificativas, tais como a distância entre essas freguesias e suas novas sedes. Obstáculos naturais também eram razão para o pedido de retificação das divisas: mesmo no caso da freguesia de Santana do Sapucaí, mais próxima de Pouso Alegre que de Campanha, eles afirmam ser “mais defficil a communição para aquella Villa, especialmente no tempo chuvozo em que as margens do Servo apresentão hum extencissimo pântano intranzitavel”. Contudo, o argumento mais forte era o seguinte:

*Com a nova divisão os habitantes de S. Anna e do Lambary deixão de pertencer a huma Cidade grande, onde tem relações antigas de commercio, parentesco, e amisade, contrahidas desde tempos immemoriaes, e fortificadas por essa antiga união, que foi respeitada por essas outras divisões feitas em*

<sup>443</sup> FONSECA, 2011, p. 296 – 298.

<sup>444</sup> APM: PP 1/33, Cx. 54, Doc. 37.

conseqüência da criação das Villas de Baependy, Pouso Alegre e Jacuhy: *deixão depertencer a huma Cidade nomeadamente pascifica, onde se faz Justiça indistinctamente a todos, a huma Cidade tolerante, e civilisada*, e vão pertencer a Villas pequenas, sem nome onde nenhuma relações existem: tem pois bastante rasão essas Povoações quando representarão contra essa Lei. (grifos nossos)

Nessa passagem, as qualidades de Campanha são realçadas de maneira a justificar as representações populares contra a nova divisão territorial: ao desmembrarem-se do termo de Campanha, os distritos de Lambarí e Santana do Sapucaí trocavam o certo pelo duvidoso, deixando de pertencer a uma cidade “grande”, “nomeadamente pacífica”, “tolerante” e “civilizada” para integrarem “Villas pequenas, sem nome onde nenhuma relações existem”. A pequenez e falta de “nome” dessas novas vilas contrastava, portanto, com a grandeza e tradição de Campanha, bem como com seu distintivo nobiliárquico, “da Princesa”, topônimo que a municipalidade campanhense fazia questão de ostentar, mesmo depois de ele ter sido suprimido do nome oficial da cidade, em 1839<sup>445</sup>, e a despeito das críticas que sobre esse fato recaíam<sup>446</sup>.

Conforme esse argumento, a nova divisão rompia com as “relações antigas de commercio, parentesco, e amizade” que os habitantes desses distritos mantinham com os da cidade de Campanha “desde tempos immemoriaes”. A antiguidade e estabilidade das relações sociais sacralizadas por “essa antiga união”, o termo de Campanha, lembra-nos da definição de pátria como “complexo de famílias enlaçadas entre si pelas recordações, pelas crenças, e até pelo sangue”, que vimos na introdução deste capítulo. Isso nos faz indagar: seria esse argumento um esboço de identidade de pertencimento a uma região em comum, a uma pátria, a pátria sul-mineira?

O governo mineiro, majoritariamente conservador a partir de 1849, resolveu atender às reivindicações da municipalidade campanhense,

<sup>445</sup> A Lei nº. 163, de 9 de março de 1839, elevou a Vila de Campanha da Princesa à categoria de cidade, suprimindo-lhe o distintivo nobiliárquico. REZENDE, 1987, p. 117.

<sup>446</sup> Em número de 4 de junho de 1831, o jornal *Pregoeiro Constitucional*, de Pouso Alegre, propunha a eliminação dos topônimos nobiliárquicos nos seguintes termos: “Não são somente as coisas que devemos proscrever, mas ainda mesmo tudo quanto no-las faz recordar, por exemplo, para que diremos ainda a – Campanha da Princesa. – [...] e outros que tais epítetos que nos trazem à memória os calamitosos tempos do Governo Metropolitano! É pois a meu ver de suma utilidade ir banindo desde já essa gótica fraseologia, que de alguma sorte nos indica o senhorio feudal; e quando nomearmos esses lugares podemos dizer simplesmente Campanha, [...] porque algumas coisas que já foram olhadas como honrosas, hoje não podem servir senão de opróbio, ou ignomínia”. *Apud* SILVA, 2009, p. 195.



reincorporando o distrito de Lambarí ao termo de Campanha.<sup>447</sup> Quanto ao distrito de Santana do Sapucaí, esse não foi contemplado pela lei de revogação, o que motivou novas reivindicações.<sup>448</sup>

Em 2 de julho de 1851, a Câmara de Campanha oficiou ao Presidente de Província, enviando-lhe uma representação em que pedia à Assembléia Legislativa Provincial para que revogasse o primeiro parágrafo do artigo 2º da Resolução nº 429. Ela argumentava, para esse fim, que a freguesia de Santana do Sapucaí sempre havia pertencido ao termo de Campanha, onde seus habitantes haviam criado “relações e interesses”, e “he por isso que os habitantes dessa Freguesia se levantarão como hum só homem pedindo a incorporação a este Municipio”.<sup>449</sup> Além das prerrogativas de vontade dos povos e direitos históricos, existiam “rasões de Política” que a solicitante assim expunha:

Na Cidade de Pouso Alegre tanto em 1844, como em 1848 opartido que então derigia os destinos do pais achou hum Collegio Eleitoral todo favorável, sendo-lhe contrario o desta Cidade. Da lei nasceo a desgraça do Municipio: logo no anno de 1846 foi-nos tirada a Parochia de S. Rita que foi ingrandecer o Municipio de Pouzo Alegre: não contente porem essa Legislatura Provincial de ter já presenciado as influencias de Pouso Alegre, e nos dado marcas de sofrimento, no anno de 1848 foi nos tirada S. Anna em proveito de Pouso Alegre: equando? Quando S. Sebastião, Boa Vista de Itajubá, Soledade de Itajubá, e S. Caetano da Vargem grande erão-nos tiradas para formar a Villa de Itajubá!

Em seguida, ela contrasta o governo anterior com o atual governo:

Se estavam nos interesses da Política que athe 1848 derigio os destinos do paiz, se estavam nos interesses das ideas do passado regimem, essas mutilaçoes, essas marcas de sofrimento, se estava nesses interesses a redução e apoucanhamento do nosso Municipio, deve estar nos interesses das ideias desta Assembleia, das ideias que hoje governão, não o systema de marcas de sofrimento, porque esse systema he mesquinho; mas o de reintegrações, por que as ideias, que hoje dominão são oppostas as do passado regimem.

<sup>447</sup> A Lei nº 460, de 20 de outubro de 1849, revogava o parágrafo 2º do artigo 2º da Lei nº 429, subsistindo para esse caso a Legislação anterior. MINAS GERAIS, *Collecção das Leis*, 1849, p. 70.

<sup>448</sup> A reintegração do distrito de Lambari ao termo de Campanha pode ter sido uma medida compensatória do governo mineiro, pois, na véspera da promulgação dessa lei, a Vila de Pouso Alegre havia sido elevada a cidade, pela Lei nº 433. *Ibidem*, p. 205.

<sup>449</sup> APM: PP 1/33, Cx. 54, Doc. 70.

Ao denunciar a parcialidade do governo liberal e, inversamente, aclamar a idoneidade dos deputados conservadores, os camaristas campanhenses procediam a um jogo político cujo objetivo era desqualificar as novas divisões, o “sistema de marcas de sofrimento”, como eles mesmos as denominavam. Assim, a criação de termos e a retificação de limites intermunicipais visavam não apenas racionalizar a administração e a justiça nas províncias, mas também atender aos interesses e expectativas dos partidos políticos em relação a seus colégios eleitorais.

Nas décadas seguintes, não obstante os protestos da municipalidade campanhense, o termo de Campanha continuou a sofrer retalhamentos, “cercamentos”,<sup>450</sup> como diziam os membros de sua Câmara, em favorecimento de municípios vizinhos, como Baependi,<sup>451</sup> Três Pontas<sup>452</sup> e Cristina.<sup>453</sup> Algumas freguesias emanciparam-se da jurisdição campanhense, tornando-se vilas, como no caso de São Gonçalo da Campanha<sup>454</sup> e Três Corações do Rio Verde.<sup>455</sup>

Com o advento do século XX, o município de Campanha estava reduzido à cidade sede, às freguesias Lambari (atual Jesuânia) e Águas Virtuosas (atual Lambarí) e aos povoados de Mundo Novo (atual Monsenhor Paulo) e Campo Grande,<sup>456</sup> tal como nos mostra Júlio Bueno em seu *Almanak do Município de Campanha* (1900). Longe iam, portanto, os “bellos tempos de séde de um vasto município”, como dizia Ferraz da Luz em seu discurso de 1859.

As perdas territoriais experimentadas pela Câmara de Campanha na segunda metade do século XIX levam-nos a considerar o apoio local aos projetos de provincialização das comarcas sul-mineiras como uma tentativa da elite

<sup>450</sup> APM: ALPMG, Códice 13, Doc. 83.

<sup>451</sup> O parágrafo 13º, do artigo 27º, da Lei nº 472, de 31 de maio de 1850, desmembrava do município de Campanha a parte contígua ao Rio Lambarí, incorporando-a à paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde, município de Baependi. MINAS GERAIS, *Collecção das Leis*, 1855, p. 47.

<sup>452</sup> O parágrafo 6º, do artigo 21º, da Lei nº 818, de 4 de julho de 1857, incorporava à freguesia de Varginha, município de Três Pontas, parte do termo de Campanha compreendido pelos rios Palmela e Verde. MINAS GERAIS, *Collecção das Leis*, 1858, p. 1.

<sup>453</sup> O artigo 19º, dessa mesma lei, estabelecia as divisas entre os municípios de Cristina, Campanha e Baependi, estipulando que o território desmembrado da freguesia de Águas Virtuosas passasse a pertencer à freguesia de Cristina. *Ibidem*, p. 31.

<sup>454</sup> A Lei nº 2.454, de 19 de outubro de 1878, elevou a vila a freguesia de São Gonçalo da Campanha, com a denominação de São Gonçalo do Sapucaí. Pouco tempo depois, essa vila foi elevada a cidade, pela Lei Mineira nº 2.556, de 3 de outubro de 1880. VEIGA, 1998, v.2, p. 126.

<sup>455</sup> A Lei nº 3.197, de 23 de setembro de 1884, criou o município de Três Corações do Rio Verde, composto pela vila homônima e freguesia de Cambuquira. MINAS GERAIS, *Collecção das Leis*, 1885, p. 13.

<sup>456</sup> BUENO, 1900, p. 37.

política e intelectual campanhense de recuperar sua antiga importância geopolítica na região, importância essa que havia sido “inventada”<sup>457</sup> pela própria municipalidade campanhense e que, naquele momento, se via abalada pelas significativas perdas territoriais sofridas pelo termo de Campanha, bem como pela própria emergência de outros poderes municipais no tabuleiro regional.

Essa elite também arrogava para si a tarefa de civilizar e urbanizar os distritos onde haviam sido descobertas fontes hidrominerais, promovendo arruamentos, alienação de terrenos para construção, instalação de balneários,<sup>458</sup> entre outras medidas de organização do espaço regional.<sup>459</sup> Nesse sentido, foi a experiência da perda de grande parte de seu termo, evidenciada pela possibilidade de progresso com a exploração das águas minerais descobertas no município, além dos empreendimentos econômicos tradicionais, como agricultura e pecuária,<sup>460</sup> que permitiu à municipalidade campanhense dimensionar seu espaço de gestão política regional e formular representações políticas de *Minas do Sul*.

### **3.1.2 Projetos políticos e identidades regionais**

De acordo com a lógica geopolítica analisada anteriormente, Campanha era o núcleo civilizador de uma vasta e rica região, o sul de Minas. Nesse sentido, nada mais legítimo do que transformá-la na capital administrativa da nova província de *Minas do Sul*. Esse projeto, cuja divulgação coube às municipalidades de Campanha e Pouso Alegre, recebeu apoio, assim como críticas de outros municípios sul-mineiros, o que evidencia a coexistência de várias identidades regionais, muitas delas contraditórias.

Em 5 de dezembro de 1853, a Câmara de Campanha realizou uma sessão extraordinária, a pedido do vereador Lourenço Xavier da Veiga, com o intuito de discutir sobre a provincialização da região sul-mineira. No expediente dessa sessão, leu-se um ofício, datado de 29 de novembro do mesmo ano, no qual a Câmara de Pouso Alegre convidava a municipalidade campanhense a apoiar esse projeto, reconhecendo a capacidade de Campanha de sediar administrativamente a

---

<sup>457</sup> HOBSBAWN, 2012, p. 8.

<sup>458</sup> Em 1882 celebrou-se contrato entre o governo provincial mineiro e Eustáquio Garção Stockler, médico natural de Campanha, para a fundação de um estabelecimento balneário na freguesia de Águas Virtuosas. VEIGA, 1998, v.2, p. 880.

<sup>459</sup> FRÉMONT, 1980, p. 179.

<sup>460</sup> Cf. GRAÇA FILHO, 2002; ANDRADE, 2008.

nova província.<sup>461</sup> Isso nos indica que a relação entre essas duas cidades era caracterizada não só por conflito e emulação como por acordos e alianças políticas.

Mesmo não podendo estar presente na sessão, Xavier da Veiga apresentou, por intermédio de Antonio Batista de Carvalho, um esboço de circular para ser dirigida aos municípios sul-mineiros, convocando-os a se manifestarem sobre a divisão de Minas. Essa medida foi unanimemente aprovada pelos vereadores presentes e, nessa mesma sessão, procedeu-se ao envio das circulares.<sup>462</sup>

Vinte dias depois, a Câmara de Cristina oficiava à municipalidade campanhense, acusando o recebimento da dita circular e se mostrando simpática à idéia de que a criação da nova província significaria a regeneração política, econômica e social da região sul-mineira:

Esta Camara izultou depraizer ao ver em fim disputada huã idea gigantesca que a muito acupa o pençamento dos habitantes das tres Comarcas [Rio Sapucaí; Rio Verde e Três Pontas], sim Snres. he este o nosso sonho de felicidades, e se as nossas representaçoens, forem binignamente acolhidas pelos Altos Poderes decretando-se a nova Provincia poderemos ser felizes a vista do futuro rizonho que se nos apresenta, pois a fertilidade dos nossos campos o belo clima de que gozamos, e a boa indolli de seus habitantes chamarão a estes lugares nossos moradores, e então com a grande População que já temos e com a prompta administração da Justiça que actualmente vinha mal distribuída pela grande distancia em que nos achamos da Capital seremos – fortes, poderosos e felizes.<sup>463</sup>

Em seguida, os camaristas de Cristina felicitavam a municipalidade de Campanha pela iniciativa que tomara “neste magestoso projecto”, assegurando-lhe que, na representação que dirigiriam aos altos poderes do Império, pediriam “entuziasticamente para ser Capital da nova Provincia abella a hospitaleira e interessante Cidade da Campanha”. A Vila de Cristina revelava-se, assim, uma aliada da elite política e intelectual campanhense em suas pretensões de tornar a cidade de Campanha sede administrativa e cultural da nova província.

---

<sup>461</sup> Capacidade, nesse sentido, significa a qualidade daquilo ou daquele que é “suficiente, digno, apto, bom, próprio para fazer alguma coisa”. FONSECA, 2011, p. 350.

<sup>462</sup> Não encontramos cópias dessa circular em nenhum dos arquivos consultados. Cremos que possa haver algum documento remanescente em arquivos das municipalidades que receberam o convite da Câmara de Campanha, porém isso não nos foi possível detectar durante essa pesquisa.

<sup>463</sup> CEMEC-SM: APMC, Livro 24, p. 20.

Outros municípios contemplados pela circular manifestaram-se favoráveis ao projeto de provincialização: em ofício de 5 de janeiro de 1854, a Câmara de Boa Vista de Itajubá respondeu à municipalidade campanhense que “convicta da utilidade de semelhante projecto não trepidou um só momento em anuir a tão magestosa ideia”.<sup>464</sup> Semelhantes respostas foram dadas, em diferentes ofícios de 23 do mesmo mês, pelas municipalidades de Baependi e Caldas, sendo que a primeira vila, “compartilhando gostosamente semelhante ideia naquella dacta inderessou aos supremos poderes do Estado huma Representação no mesmo sentido” e a segunda, “tomando em consideração as recommendaçõens feitas por esta Camara [de Campanha], empregará seus esforços para o bom êxito dellas”.

Entretanto, algumas municipalidades não anuíram prontamente ao convite da Câmara de Campanha, preferindo, antes, consultar seus munícipes a respeito. Esse foi o caso da Câmara de Lavras que, em ofício de 10 de janeiro de 1854, prometia “tomar em consideração esse objecto”, o qual julgava “signo do mais profundo exame”. Dois meses depois, esse município oficiava aos vereadores campanhenses, informando-lhes que,

...anuindo ao convite feito por esta Camara para que se reprezente ao Corpo Legislativo a divizão desta Provincia, envia a Representação, que neste sentido dirige ao mesmo Corpo, e roga a Camara queira fazer chegar ao seu destino.<sup>465</sup>

A Câmara de Três Pontas, por sua vez, em ofício de resposta à municipalidade de Campanha, datado de 12 de janeiro do mesmo ano, dizia-se “compenetrada dos mesmos patrióticos sentimentos, que animão a esta Camara”, não podendo, por isso, “permanecer no lethargo da indifferença quando suas coirmãs se agitam em busca de vantagens, que tão bem lhe deverão caber”. Porém, para que ela fosse “interprete fiel da vontade de seus Munícipes”,

...resolveo ouvilos por meio das Authoridades e Parochos do Termo, que estando mais em contacto com a população, podem mais facilmente sondar a oppinião publica a respeito da pretendida criação, e manifestar-lhe para de accôrdo com ella se dirigir aos supremos poderes do Estado, pedindo lhe essa medida de tão transcendente utilidade para todo o Paiz.<sup>466</sup>

---

<sup>464</sup> CEMEC-SM: APMC, Livro 24, p. 44.

<sup>465</sup> CEMEC-SM: APMC, Livro 24, p. 60.

<sup>466</sup> CEC-ML: Documentos avulsos, n.º. 54.

Realizada a sondagem, essa Câmara voltou a se comunicar com os vereadores de Campanha, informando-lhes, em ofício de 7 de abril do mesmo ano, que, sendo a opinião de seus munícipes, na sua quase totalidade, favorável à criação de uma nova província, “com tanto, que ella comprehenda aproximadamente metade da actual afim de que ambas fiquem ainda gozando dos fóros de Províncias de primeira ordem”,<sup>467</sup> ela se dirigia, na mesma data, ao Corpo Legislativo do Império, solicitando a provincialização das comarcas sul- mineiras e do município de Lavras.

Contrastando com essas respostas, em ofício de 27 de abril do mesmo ano, a Câmara de Aiuruoca declarava à municipalidade campanhense que “não podendo compenitrar se do menos da conveniência de de huma tal medida, espera que esta Camara a desculpe de recusar-se a tão honroso convite”.<sup>468</sup> Disso percebemos que a idéia de província sul-mineira era o resultado de alianças políticas que urgiam ser fundadas e reforçadas pelo apelo aos interesses dos grupos de cada município da região.

Não obstante a falta de unanimidade no apoio ao projeto, instituiu-se um Diretório composto por João Antonio de Lemos, Francisco de Paula Bueno da Costa e Francisco de Paula Ferreira Lopes, membros da municipalidade campanhense, sendo que o primeiro deles, mais conhecido na historiografia como Barão do Rio Verde, tinha proeminência política na Corte<sup>469</sup>.

Em ofício datado de 1º de maio de 1854, esse grupo de políticos reitera o pedido de criação de uma província composta pelas comarcas do Rio Sapucaí, Rio Verde, Três Pontas e pelo município de Lavras. Descreve, para isso, a decadência dessas circunscrições: “Athé hoje tem estas Comarcas jazido, ou na nulidade de uma administração complicada, e sem meios, ou somente debaixo do beneficio imperceptível da utilidade de medidas gerais, tomadas pelo Governo e Assembléa Provinciales”.<sup>470</sup>

Esse “estado tão sem esperanças” da região sul-mineira era, na opinião do Diretório, resultado de quatro fatores, a saber: 1) a distribuição desigual da população pelo território mineiro, “formando núcleos diverços, com interesses

<sup>467</sup> CEMEC-SM: ACMC, Livro 24, p. 58.

<sup>468</sup> CEMEC-SM: ACMC, Livro 24, p. 60.

<sup>469</sup> MACEDO, 1940, p. 5.

<sup>470</sup> CEC-ML: Documentos avulsos, nº. 13, p. 60.

diverços, e muitas vezes oppostos”; 2) o expediente provincial “essencialmente onerozo, e que quase só absorve a attenção, e o tempo dos Presidentes, de maneira, que estes, [...] nenhum interesse podem estudar, que desenvolva a prosperidade desta, ou daquela parte da Provincia, que administração”; 3) a instabilidade administrativa, que incorre em “falta de uniformidade nas vistas governativas, de unidade governamental necessaria para o conseguinto de prosperos fins na administração de uma grande Provincia” e, por fim, 4) a falta de rendas públicas, “não tanto pelos meios della, como pela má fiscalização inevitável em tamanha superficie”. Para os defensores da provincialização, esses problemas tinham uma única origem: a grande extensão territorial de Minas. Sendo assim, cria o Diretório que “a devização do governo da velha Provincia em favor destes Municípios” sul-mineiros importaria na “civilização, a moralidade, e riqueza de seus habitantes”.

Após determinar os limites, “pelo lado da antiga Provincia de Minas, o Rio Grande, pelo lado da provincia de S. Paulo, e Rio de Janeiro, os mesmos actualmente existentes”, o Diretório listava as qualidades da nova província, de maneira a justificar sua criação. Segundo ele, o sul de Minas caracterizava-se por um “clima sadio, e creador”, bem como por “fertilidade prodigioza do solo”, que lhe conferiam “grandes meios de riqueza, mal verificada pela exportação de produtos de Agricultura e Creação”. Ademais, entre 1851 e 1852, arrecadou-se, nessa região, 150:000\$000 de rendas provinciais e 50:000\$000 de rendas gerais, quantias que duplicariam implantando-se uma “fiscalização mais circunscrita, e aproveitada”. Assim,

Provincia rica, e populosa, será excessivamente maior, do que um grande numero das que compõe o Imperio. Sua existencia correrá plácida por entre grandes resultados de huma administração fácil, e proveitoza, que não terá as deficuldades de Expediente numerozo, população imença, e de um espaço tamanho.

Esse vaticínio, no entanto, enfrentou oposição das freguesias que estavam sob a jurisdição da Comarca do Rio Sapucaí, divisão civil que compreendia os termos de Alegre, Jaguari e Itajubá. Por serem limítrofes ao território paulista, supomos que os habitantes dessas localidades preferissem integrar a província de São Paulo, em lugar de constituírem uma nova unidade administrativa.

Entre o segundo semestre de 1853 e o primeiro de 1854, a Assembléia

Legislativa Provincial de São Paulo recebeu cerca de uma dúzia de representações solicitando a anexação da Comarca do Rio Sapucaí ao território paulista. Esses ofícios foram, posteriormente, coligidos em um folheto<sup>471</sup> utilizado na divulgação do projeto de retificação dos limites entre Minas Gerais e São Paulo, que era discutido no Parlamento, concomitantemente ao debate sobre a divisão do território mineiro.

Na opinião dos representantes, os planos de Campanha haviam obstado a unanimidade das opiniões favoráveis à anexação, tal como atesta a representação dos moradores da Freguesia de São Caetano da Várzea Grande (atual São Sebastião da Bela Vista), do município de Itajubá, em 19 de fevereiro de 1854:

As vozes, Snrs. Deputados, dos habitantes da comarca de Sapucaí seriam uníssonas, seriam uma só, de por ventura não tivesse aparecido a idéia de criação de uma nova província no território mineiro tendo por capital a cidade da Campanha. Esta idéia aventurada com o intento de fazer oposição à justa e vantajosa pretensão dos habitantes da Comarca de Sapucaí que cordialmente almejam o seu engrandecimento e bem estar tem infelizmente achado eco. Os moradores da futura capital, reconhecimento que só desta arte poderá a cidade da Campanha se erguer do estado pouco favorável em que se acha submergida, tem envidado todas as forças, a fim de conseguir prosélitos que os coadjuvem na idéia em que se embalam.<sup>472</sup>

Na sequência, os suplicantes discorrem sobre as “conseqüências calamitosas” da provincialização para a Comarca do Rio Sapucaí, finalizando com a seguinte questão, que eles mesmos respondem:

Ora, se a nova província tem de formar-se de elementos que se podem considerar como heterogeneos, como poderá manter-se sem que peze de um modo extraordinário sobre as comarcas de que se tem de compor? Se a capital da nova província tem de mendigar socorros, se suas despesas têm de aumentar de um modo extraordinário, como se as satisfará? ...Certamente com novos tributos, com empréstimos e com outros meios ruinosos, que importarão a desgraça das comarcas!

<sup>471</sup> Em ofício de 12 de abril de 1854, a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo solicita ao Presidente de Província que mande imprimir 800 exemplares desse folheto, “com toda a brevidade”, a fim de dar-se o destino determinado pela mesma Assembléia. Cremos que o documento, impresso com o título “O appello que o Sul de Minas fez á assembléia provincial de São Paulo para a sua anexação ao territorio paulista”, que encontramos na Biblioteca Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, seja um remanescente desse folheto. APESP: ASSPROV, Cx.5, nº. 67.

<sup>472</sup> BFF: O APELLO, 1854, p.17.



Essa resposta contradizia os argumentos do Diretório campanhense de que o sul de Minas era uma região autossuficiente em termos econômicos, sendo que a criação da nova província não acarretaria ônus financeiro algum para a região. Os moradores de São Caetano da Várzea Grande temiam que a provincialização importasse em um aumento dos abusos tributários, visto que a nova capital, a cidade de Campanha, tivesse de “mendigar socorros” para se erguer do “estado pouco favorável” em que se achava submergida.

Em 2 de outubro de 1853, essa mesma freguesia havia oficiado aos deputados paulistas, solicitando seu apoio ao plano de anexação da Comarca do Rio Sapucaí a São Paulo, idéia que, segundo ela, estava se tornando “unanime nos moradores desta comarca”. Expunham, para fundamentar seu pedido, os seguintes motivos:

A falta de communição com a séde de um governo tão distante como a da provincia de Minas Geraes; o peso de exagerados impostos e pessimo estado das estradas nesta comarca; a divisão do Governo Ecclesiastico para uma Provincia, e o poder civil para outra; as estreitas relações que há entre os moradores desta comarca e os da Provincia de S. Paulo, de parentesco de amizade e de commercio.<sup>473</sup>

A distância entre a capital de Minas e a Comarca do Rio Sapucaí, os tributos aos quais eram submetidos os municípios mineiros e a falta de estradas eram argumentos recorrentes nos discursos pró-anexação. Vemo-los, por exemplo, na representação dos moradores da cidade de Pouso Alegre, de 24 de novembro de 1853:

O estado de suas estradas [Comarca do Rio Sapucaí] é deplorável; sua lavoura limitada e mesquinha, como uma consequencia inevitavel da falta de vias de communição; seu commercio debilitado ou antes quase extincto, lueta com o peso de impostos desiguaes e sobremaneira exagerados.<sup>474</sup>

Ademais, segundo os suplicantes dessa cidade, “é tal a falta de relações comerciais para Ouro-Preto, que os empregados publicos para receberem seus ordenados, mister lhes é obter lettras para o Rio de Janeiro”. Por isso, a Comarca do Rio Sapucaí era “como um corpo estranho á provincia, menos para pagar os impostos”,<sup>475</sup> nas palavras dos habitantes da Freguesia do Senhor Bom Jesus do

---

<sup>473</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>474</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>475</sup> *Ibidem*, p. 12.

Campo Místico (atual Bueno Brandão), do termo dessa cidade.

Quanto às “estreitas relações” de amizade, parentesco e comércio entre os habitantes dessa comarca e os da província de São Paulo, encontramos exemplo desse argumento na representação enviada pelos moradores da Vila Nova de Itajubá, em 6 de novembro de 1853. Segundo eles:

Os moradores desta comarca, desde a mais remota antiguidade se considerão Paulistas pelos seus habitos, pelas suas relações do commercio, pela proximidade em que se achão da Província de São Paulo, finalmente pela necessidade de se unir a uma província, onde, além das exiguidades dos impostos, accresce o ardente desejo que sempre se tem nela manifestado de aperfeiçoar e melhorar as vias de comunicação, que nesta comarca se achão em deplorável estado.<sup>476</sup>

Na segunda metade do século XIX, a província de São Paulo contrastava, em termos econômicos, com as demais províncias do Império, uma vez que o café havia propiciado o surgimento de um complexo econômico formado por estradas de rodagem, ferrovias, portos, bancos e casas comerciais.<sup>477</sup> Em contrapartida, para Minas Gerais, o café não havia proporcionado o mesmo nível de progresso, tampouco cimentado interesses econômicos e amenizado clivagens regionais.<sup>478</sup>

Esse quadro de contrastes entre as realidades paulista e mineira provavelmente incitou os habitantes da Comarca do Rio Sapucaí a se sentirem seduzidos pela idéia de integrarem a província vizinha. Era nesse sentido que, pertencendo a São Paulo, os moradores da Freguesia de São José do Paraíso (atual Paraisópolis), do município de Pouso Alegre, esperavam receber

...o desenvolvimento que ao commercio, á agricultura e á industria podem trazer o allívio de anti-economicos e pesados tributos, a abertura de novas vias de comunicações, o concerto das que existem actualmente abandonadas, e principalmente a eficaz protecção á vida, á segurança individual e á propriedade, até aqui tidas em pouca consideração.<sup>479</sup>

Em substituição aos limites políticos então em vigor, esses suplicantes sugeriam que o Rio Sapucaí fosse o marco divisório entre as províncias de Minas

---

<sup>476</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>477</sup> SAES; MARTINS, 2012, p. 13 – 36.

<sup>478</sup> LANNA, 1986, p.73.

<sup>479</sup> BFF: O APELLO, 1854, p. 6.

Gerais e São Paulo. Evocavam, para isso, a perenidade desse rio e a “gloria dos antigos paulistas”:

Uma divisa natural e, por conseguinte, incontestada, deve ser sempre que for possível procurada pelos legisladores em matéria de divisões, e, pois, os abaixo assinados tomam a liberdade de lembrar para divisas das duas províncias do Rio Sapucaí, compreendendo na de São Paulo todo o território situado aquém deste Rio, e as povoações que, para gloria dos antigos paulistas, são ainda hoje o vivo testemunho do começo de suas intrépidas e virtuosas excursões.<sup>480</sup>

Podemos, portanto, dizer que, com a chancela da história e o apoio dos políticos paulistas, os habitantes da Comarca do Rio Sapucaí reivindicavam sua participação, ao menos simbólica e territorial, no capitalismo que começava a despontar na província de São Paulo, em meados do século XIX.<sup>481</sup>

A retificação dos limites com base no Rio Sapucaí evocava outro poderoso argumento para a anexação: a necessidade de uniformizar as divisas civis e eclesiásticas na região sul-mineira.

No *Mapa de Toda a Extensão da Campanha da Princesa* (Figura 4), já analisado, vimos que o Rio Sapucaí era o marco divisório entre os Bispados de Minas e de São Paulo. Na jurisdição eclesiástica, a Comarca do Rio Sapucaí era metade paulista, metade mineira, enquanto, do ponto de vista político-jurídico, perfazia uma circunscrição exclusivamente de Minas.<sup>482</sup>

Dessa maneira, os moradores de São José da Campanha de Toledo (atual Toledo) e da Capela de Santa Rita da Extrema (atual Extrema), ambos distritos da Vila de Jaguari (atual Camanducaia), argumentavam que “pelo governo do Bispado pertence este terreno a provincia de S. Paulo; e com toda a razão e justiça deve pertencer pelo civil á referida provincia de S. Paulo”.<sup>483</sup> Nessa

<sup>480</sup> *Ibidem*, p.6.

<sup>481</sup> Em estudo sobre a implantação das ferrovias no sul de Minas na década de 1880, Bruno Nascimento Campos sugere que essa região teria sido uma área de disputa geopolítica entre os governos de São Paulo e Rio de Janeiro no que concerne às políticas de implantação de ferrovias. Nesse sentido, enquanto a implantação de um ramal da Companhia Mogiana na região contígua ao Rio Sapucaí era uma iniciativa paulista, o prolongamento do ramal da *Minas and Rio* até as estâncias hidrominerais de Águas Virtuosas da Campanha e Três Corações configurava-se uma contrapartida fluminense. CAMPOS, 2012, p. 105.

<sup>482</sup> Essa situação foi parcialmente resolvida apenas em 1900, com a criação do Bispado de Pouso Alegre, que compreendia toda a região sul-mineira. O Bispado de Campanha somente seria criado em 1907. VALLADÃO, 1937, v.2, p. 517 – 547.

<sup>483</sup> BFF: O APELLO, 1854, p. 20 – 21.

argumentação, fica clara a valorização das divisas eclesiásticas em detrimento das demarcações civis .

“Como as forças de atracção e gravidade impele o satélite para o centro do seu planeta”,<sup>484</sup> nas palavras da municipalidade de Jaguari, os habitantes da Comarca do Rio Sapucaí reivindicaram, portanto, sua anexação à província de São Paulo. Todavia essa atitude não foi tomada apenas em oposição ao projeto de criação da nova província, mas também devido a fatores de ordem: 1) geográfica: proximidade com o território paulista e legitimidade da divisa natural representada pelo Rio Sapucaí; 2) socioeconômica: relações tradicionais familiares, comerciais e religiosas entre os habitantes dos dois lados da fronteira; 3) jurídico-administrativa: negligência do governo mineiro, peso tributário e necessidade de racionalização das jurisdições civis e eclesiásticas na região.

A análise dessas representações torna patente o quão complexas eram as relações interurbanas no sul de Minas durante o período imperial, relações matizadas por hierarquias e disputas de ordem tanto geopolítica quanto econômica. Ela também nos revela a coexistência de duas visões corográficas sobre essa região: uma fundamentada na ruptura com Minas e, conseqüentemente, com o passado: outra estruturada sob o prisma da aliança com São Paulo e, portanto, com o futuro.

É interessante observar que divergências políticas existiam mesmo no interior dos municípios, como no caso de Pouso Alegre e Itajubá: neles, algumas autoridades públicas apoiavam a criação da nova província com sede na cidade de Campanha, ao passo que moradores de algumas freguesias preferiam serem anexados a São Paulo, em função das supostas relações comerciais, religiosas e familiares que mantinham com os vizinhos paulistas.

Analisar a maneira como os projetos de divisão de Minas reverberaram nos municípios sul-mineiros, em especial, na cidade de Campanha, suscitando apreensões e expectativas em relação à criação da província de *Minas do Sul*, implica redimensionar o papel das municipalidades durante o período imperial, papel esse que ainda não recebeu a devida atenção dos estudos que tratam da construção do Estado nacional brasileiro.<sup>485</sup>

---

<sup>484</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>485</sup> É curioso notar que, em se tratando da estrutura político-administrativa colonial, observamos uma profusão de estudos sobre poder local, municipalidades, urbanismo, entre outros temas

Em ensaio clássico sobre o processo de emancipação política do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda comenta sobre a decadência das instituições municipais no quadro mais amplo do processo que ele denomina “liquidação da herança colonial”:

Parece inegável que, para realçar a posição das unidades territoriais mais amplas, sucessoras das primitivas capitânias, tendera-se a um amesquinamento e até a uma nulificação dos corpos municipais, como se apenas nas primeiras se aninhasse o princípio da autonomia regional.<sup>486</sup>

Ademais, “Já que se queria alargar tanto quanto possível as franquezas provinciais, era mister restringirem-se de modo correspondente ou, por assim dizer, esvaziarem-se, como se há de fazer em 1834, os privilégios municipais”.<sup>487</sup> Sob essa ótica, o município é visto como uma instância de poder pouco compatível com o perfil institucional que se planejava, naquele momento, para o Império Brasileiro.

Na senda dessa interpretação, Miriam Dolhnikoff enfatiza a “ação disciplinizadora” do Estado nacional brasileiro por meio das Assembleias Legislativas Provinciais, órgãos criados com a competência de fiscalizar finanças, leis orgânicas, quadro de empregados, dentre outros componentes do município. De acordo com a autora:

Para disciplinar as Câmaras Municipais, tão distantes da capital do Império, tão ignorantes dos ritos básicos de funcionamento do Estado moderno, pelo menos na concepção desses liberais, a única solução viável seria aquela vitoriosa em 1834. Nem governo central, nem localidade. Um governo provincial que conhecia as especificidades locais e ao mesmo tempo era dirigido por uma elite que não se confundia com os potentados locais estaria apto para, uma vez que dispusesse de autonomia, empreender a ação disciplinadora do Estado.<sup>488</sup>

Caberia, então, ao governo provincial controlar os poderes locais, “ensinando-lhe as maneiras e os padrões de comportamento adequados ao jogo político no interior do Estado moderno”. Nessa ótica, a burocracia estatal do

---

afins. Esses estudos, em geral, enfatizam o papel das câmaras municipais como instituições basilares da organização político-territorial. BICALHO, 2000.

<sup>486</sup> HOLANDA, 2003, p. 29.

<sup>487</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>488</sup> DOLHNIKOFF, 2005, p. 48.

Império possuía um “procedimento padrão” em que os órgãos municipais precisavam ser enquadrados.

Embora faça questão de frisar que “autonomia provincial não significava, portanto, reforço do poder das localidades”, Dolhnikoff não deixa de reconhecer a importância das municipalidades para o equilíbrio do “edifício” imperial:

Na delicada obra de engenharia de poder, na qual deveriam se equilibrar interesses locais, interesses provinciais e determinações imperiais, as câmaras se consubstanciaram em peças importantes, desde que devidamente controladas pelo governo provincial, com a finalidade de impedir que localismos colocassem em risco a integridade do novo Estado.<sup>489</sup>

Considerando-se isso, a conjugação da totalidade do território brasileiro sob a hegemonia de um único Estado, fundamento da unidade nacional, somente foi possível graças ao controle das municipalidades e à organização de um aparato administrativo local que servisse como braço do Estado na província.

A autora acredita, portanto, que a conservação da integridade territorial do Império não foi uma consequência manifesta, e sim uma possibilidade dentre as inúmeras outras que acenaram para os políticos do Império no momento da emancipação política: “A unidade era uma possibilidade, que poderia ser concretizada desde que preenchidas algumas condições”.<sup>490</sup>

Imar Rohloff de Mattos, por sua vez, compreende a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial não como fenômenos derivados de um “pacto” entre governo e elites regionais, mas sim como processos recíprocos, “dupla dimensão do ato de governar”.<sup>491</sup> Nesse processo, os Saquaremas obtiveram vantagem sobre os Luzias, expandindo seus quadros, valores e perspectivas tanto para os círculos municipais, o “Governo da Casa”, como para os governos provinciais e altos escalões da política imperial, o “Governo do Estado”. Assim,

Não se defendia a substituição do Governo da Casa, por meio da centralização. O que se tinha como objetivo era estar em contato permanente com ele, romper seu isolacionismo, para poder vigiá-lo e dirigi-lo; E entendia-se que a maneira de fazê-lo era a constituição de uma rede administrativa.<sup>492</sup>

---

<sup>489</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>490</sup> *Idem*, 2004, p. 434.

<sup>491</sup> MATTOS, 2004, p. 181.

<sup>492</sup> *Ibidem*, p. 218.

Nessa passagem, vemos que, embora apresente perspectiva diferente daquela de Dolhnikoff sobre como se dera a institucionalização do jogo político no Império, Mattos acredita que o “Governo da Casa” devesse ser “vigiado” e “dirigido” pelo “Governo do Estado”, o que o aproxima da idéia de “ação disciplinizadora” do Estado imperial expressa pela autora.

É curioso notar que, mesmo enfatizando, cada um a sua maneira, o papel das elites políticas regionais na construção do Estado nacional brasileiro, esses autores partem da premissa de que o Ato Adicional de 1834 restringira, para não dizer nulificara, as autonomias municipais. Subjaz, então, a questão: Quando não estavam na capital da província, participando das sessões legislativas da Assembleia Provincial, ou no Rio de Janeiro, debatendo na Câmara dos Deputados e no Senado, onde estavam os representantes das elites políticas regionais? Não estariam cuidando de interesses privados no âmbito da municipalidade de seus “torrões” de origem?

Questionando-se sobre a relação de complementaridade entre atividade mercantil e funções públicas dos negociantes sul-mineiros no Império, Alcir Lenharo fornece-nos uma explicação plausível para isso. Segundo ele,

Instalados na Corte, os políticos do interior não perdiam os vínculos com suas propriedades, mantendo cuidados, fosse com a produção, fosse com os negócios. A permanência dos interesses no interior é ilustrativa de uma situação onde as atividades econômicas se faziam simultaneamente ao desempenho de funções políticas e administrativas.<sup>493</sup>

Nesse sentido, o envolvimento com a propriedade e os negócios fazia parte da lógica de prática política dos negociantes sul-mineiros. “Políticos porque proprietários” – diz o autor – “somente através da garantia ou expansão de suas propriedades é que poderiam dar continuidade à atividade política”.<sup>494</sup> Disso provinha o forte vínculo entre atividade parlamentar e negócios privados, o qual certamente terminava por influenciar a política municipal. Consoante com essa tese, Marcos Ferreira de Andrade observa:

A política, os negócios e a família constituíram os três pilares de sustentação e consolidação do prestígio e do poder de

---

<sup>493</sup> LENHARO, 1979, p. 119.

<sup>494</sup> *Ibidem*, p. 120.

determinados membros da elite escravista. Mediante a conjugação desses três elementos, grandes proprietários poderiam ampliar seus negócios, fixar a identidade da parentela e garantir, assim, a continuidade das atividades políticas.<sup>495</sup>

Talvez por ter se dedicado a estudar exclusivamente a realidade mineira, nela encontrando desvios de regra significativos, João Camilo de Oliveira Torres conteste a versão de que as câmaras municipais tiveram seu poder e autonomia restringidos pelas assembléias provinciais. Segundo o autor:

Em Minas, graças à vivacidade das lutas políticas e por ser a província de maior concentração de população, municípios em maior número, mais populosos e mais próximos uns dos outros, foi mais intensa a vida municipal.<sup>496</sup>

Em outra passagem, ele compara, não sem bastante exagero, a realidade provincial mineira à situação política da Itália no período medieval:

Estas cidades, isoladas umas das outras, vivendo de seu próprio comércio, de sua indústria e de sua agricultura, realizaram um tipo de vida republicana e independente, como as comunas medievais do norte da Itália. Inclusive o tipo humano – o burguês modesto, respeitador da lei, amigo do trabalho, mesmo trabalho manual, pouco entusiasmado pelos foros de nobreza, eis o que vemos em Florença, Piza, Veneza, Siena, Gênova, Assis – ou em Sabará, Pitangui, S. João del Rei, Itabira, Serro. Se a palavra “república”, como significando o bem comum gerido pelo próprio povo, alguma vez foi usada propriamente, as comunas medievais e as cidades mineiras do século passado, são os exemplos.<sup>497</sup>

Assim, o que os diferentes posicionamentos municipais sobre a provincialização da região sul-mineira mostram-nos que, se os municípios tiveram sua autonomia progressivamente restringida pelo Ato Adicional de 1834, eles, no entanto, permaneceram sendo espaços privilegiados para o exercício do poder político e para a formulação de projetos regionais. Eles também não deixaram de inspirar sentimentos, imagens e representações naqueles que os habitavam e que viam o Estado nacional sob o prisma de seus atributos e particularidades.

---

<sup>495</sup> ANDRADE, 2008, p.229.

<sup>496</sup> TÔRRES, 1980, p. 957.

<sup>497</sup> *Ibidem*, p. 975.



### 3.2 Os Veiga, imprensa em prol de *Minas do Sul*

...manejada pelo talento e instrucção, pelo amor de patria de seus filhos em beneficio do interesse geral, ella tem derramado a illustração pelas povoações, tem feito conhecer direitos ignorados, tem repellido a oppressão, que os tolhia, e abafava, fazendo-a mesmo recuar espavorida, e admirada de tanta audácia. Ella tem finalmente inoculado crenças, e esperanças, e explorando as eventualidades do futuro, procura plantar a semente, que, um dia, germinará em ventura para estas plagas entre-rianas.<sup>498</sup>

No discurso de 1859, anteriormente analisado, Ferraz da Luz assim se referia à imprensa, considerando-a “instrumento de civilização” da região sul-mineira. Certamente ecoam, nessa constatação, as idéias dos celebres iluministas, como Marat, para quem a imprensa deveria “esclarecer a nação, ordenar suas idéias e dar à opinião pública um meio de mostrar-se”,<sup>499</sup> e dos intelectuais românticos, como Vitor Hugo, que uma vez declarou: “o diâmetro da imprensa é o diâmetro da própria civilização”.<sup>500</sup>

O pioneiro das reflexões historiográficas sobre a imprensa mineira foi José Pedro Xavier da Veiga, em artigo publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, veículo do qual ele era editor. Para esse autor, como para Ferraz da Luz, a imprensa apresentava-se como instituição geradora de progresso e indiscutível pressuposto civilizatório de uma sociedade<sup>501</sup>. Os jornais mineiros deveriam, assim, promover melhoramentos ligados à civilização, à instrução popular, à religião, entre outras bandeiras políticas.

Tratava-se, portanto, de civilizar e lapidar os leitores dos jornais, no sentido de torná-los cidadãos com o mínimo de instrução exigida pelos padrões da sociedade liberal burguesa. Para isso, o discurso jornalístico reproduzia um repertório de valores, juízos e apreciações que, apanágio da elite detentora do poder de informação, era disseminado ao público como verdade e consenso social.

Antes de analisarmos a contribuição da família Veiga para a difusão do ideal de civilização e a divulgação dos projetos de *Minas do Sul*, são convenientes algumas considerações sobre o estatuto da imprensa mineira no século XIX.

<sup>498</sup> APMLP: O SUL DE MINAS, Campanha: 10/12/1859.

<sup>499</sup> MARAT *apud* POPKIN, 1996, p.221.

<sup>500</sup> VITOR HUGO *apud* CAPELATO, 1988, p.1.

<sup>501</sup> VEIGA, 1897, p. 173.

Em Minas, como em outras províncias do Império, os jornais eram veículos públicos de idéias privadas, artifícios utilizados pelas elites políticas regionais para influírem no espaço público,<sup>502</sup> transformando-o de acordo com suas expectativas e necessidades. Além da tribuna parlamentar, o jornalismo era o principal meio de expressão literária e exercício do poder político, verdadeira “cátedra de governar”.<sup>503</sup>

As publicações dos Veiga são exemplo do que Antonio Gramsci qualifica de *jornalismo integral*,<sup>504</sup> pois elas buscavam não apenas satisfazer as necessidades da elite política e intelectual campanhense, necessidades que resumimos na busca pelo prestígio perdido, mas também inculcar, na sua comunidade de leitores (que não se restringia ao município de Campanha), a necessidade de *Minas do Sul*.

A imprensa mineira oitocentista pode ser, portanto, sintetizada como produto de uma “intensa atividade de bastidores”:<sup>505</sup> instituição levada a cabo ora para instruir, ora para informar, mas sempre para legitimar opiniões de grupos políticos que lhe davam condições de publicação.

### 3.2.1 De pai para filho, o amor pela pátria

Família tradicional de livreiros na Corte, os Veiga tiveram sua trajetória pessoal mesclada com a história da imprensa na cidade de Campanha, o que evidencia a contribuição de seus membros para a consolidação de opiniões e posicionamentos políticos na região.

O núcleo familiar de Francisco Luís Saturnino da Veiga, português que se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro, na última década do século XVIII, compreendia sua esposa, Dona Francisca Xavier de Barros, e quatro filhos: João Pedro da Veiga (1797-1862); Evaristo Ferreira da Veiga (1798-1837); Bernardo

---

<sup>502</sup> Por espaço público entendemos “Cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confundem com o Estado: a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta na expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados; e os espaços físicos ou locais onde se configuram cenas e esferas”. MOREL, 2005, p. 18.

<sup>503</sup> FRIEIRO, 1962, p.72.

<sup>504</sup> Para Gramsci, jornalismo integral é “o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área.” GRAMSCI, 1985, p. 161.

<sup>505</sup> LUCA, 2005, p. 140.

Jacinto da Veiga (1802-1845) e Lourenço Xavier da Veiga (1806-1863)<sup>506</sup>. Desses, os dois primeiros escolheram cedo a profissão paterna e se estabeleceram como livreiros na Corte, na década de 1820. Evaristo Ferreira da Veiga chegou a se destacar no cenário político nacional, ao dirigir o *Aurora Fluminense*, influente órgão de imprensa do período regencial.<sup>507</sup>

Bernardo Jacinto da Veiga, tendo concluído estudos elementares e aprendido o ofício de encadernador, mudou-se para Campanha, em 1818, no que foi seguido por seu irmão, Lourenço, em 1822. Nessa cidade, eles também abririam uma loja de livros, provavelmente entre os anos de 1830 e 1835.

O estabelecimento comercial dos irmãos Veiga localizava-se na Rua Direita, junto ao Largo da Matriz. Nele, além de “Livros clássicos e elementares de Historia, Litteratura, Portuguezes, Francezes e Lattinos”, poder-se-ia comprar “caixas muito aceiadas para costura e estojos de barba, caixas de perfumarias, vidros de essências cosméticos, estampas, quadros, bengalas e muitos outros gêneros, de quinquilharias”.<sup>508</sup> Mais tarde, esse espaço também abrigaria a tipografia onde, de acordo com o memorialista Alfredo Valladão, membros da elite intelectual campanhense costumavam reunir-se para debater assuntos políticos.<sup>509</sup>

Em 1854, visto que as idéias de divisão de Minas tomassem vulto no Parlamento, Lourenço da Veiga fundou o *A Nova Província*, jornal que defendia exclusivamente a provincialização da região sul-mineira. Como a maioria dos periódicos daquela época, ele teve vida efêmera, durando um ano. Sua breve trajetória, no entanto, é significativa de como os debates parlamentares reverberavam no cotidiano da elite política e intelectual campanhense.

Em seu 18º número, publicado pouco mais de um mês após a sessão parlamentar que resultou no indeferimento do projeto de Francisco Otaviano pelo governo imperial, esse jornal passava a exibir a seguinte epígrafe em latim: “*Redire est nefas*”.<sup>510</sup> Esse pensamento era confirmado pelo seguinte aviso:

O nosso Jornal continuará cá por estes sertões, e sem causar medo a ninguém, a advogar aquillo que por muitos factos, por

<sup>506</sup> VEIGA, 1933, p. 12.

<sup>507</sup> SOUZA, 1988, p. 25.

<sup>508</sup> BN: A NOVA PROVÍNCIA, Campanha: 25/06/1854.

<sup>509</sup> VALLADÃO, 1937, v.3, p. 87.

<sup>510</sup> Em latim, significa: “Retroceder é um crime”.

muitos argumentos poderosos, he a sua intima convicção: continuará a combater, como tem feito, certo de que a perseverança faz milagres que os políticos não prevem.<sup>511</sup>

Com efeito, esta passaria a ser a estratégia dos Veiga para divulgar a imagem de *Minas do Sul*: repeti-la incessantemente, sem recuo, fundamentando-a com “muitos fatos” e “argumentos poderosos”, sem medo de parecerem monótonos, até que a necessidade de provincialização fosse reconhecida como verdade indiscutível:

O velho Catão nos tempos de Roma, vendo crescer de dia para dia o poder de Carthago, rematava seus discursos com o – delenda Carthago – Durante annos estimulou os Romanos para a ruína de hum povo, que se existisse, causaria a perda de Roma, e não nos consta, que o velho Catão fosse argüido de monótono. De mais quem nos accusaria de monótono?<sup>512</sup>

O programa político do *A Nova Província*, manifesto no próprio título, ficara, contudo, aparentemente abalado com os resultados da sessão parlamentar de 26 de julho de 1854. Percebemos isso pelos questionamentos que o jornal se faz, em editorial de 20 de setembro do mesmo ano:

Quem somos hoje, leitores? Sim o que somos hoje, nós que durante todo tempo, com sacrifícios e esforços trabalhamos, como povo, como supplicantes, em prol de huma idéia, que foi morrer no recinto dos paes da patria?.

A essas perguntas, o redator responde, ao final do texto, sem muita certeza: “Somos hoje aquillo que éramos hontem”.<sup>513</sup>

A maneira que Lourenço da Veiga encontrou para preencher o vazio identitário que se instaurara no jornal, após o malogro do projeto de criação da nova província, foi exaltar o amor pelo sul de Minas, pátria essa que ele havia adotado como sua. Assim, em 18 de julho do mesmo ano, o *A Nova Província* publicava o poema intitulado *A Minha Terra*, de sua provável autoria.

O poema segue fórmula consagrada na literatura romântica da época, qual seja a exaltação nostálgica da pátria de infância. Nesse tipo de composição, o

<sup>511</sup> BN: A NOVA PROVÍNCIA, Campanha: 09/09/1854.

<sup>512</sup> BN: A NOVA PROVÍNCIA, Campanha: 14/11/1854.

<sup>513</sup> BN: A NOVA PROVÍNCIA, Campanha: 20/09/1854.

exílio é, geralmente, o lugar de onde o poeta fala, exílio quer seja geográfico, por estar longe do torrão natal, quer seja temporal, por se ver apartado de um passado idealizado.<sup>514</sup> Cria-se, pela tematização da saudade, sentimento de apego à paisagem sul-mineira:

Oh! minha Patria, ó Campanha  
 Ó terra da minha infância!  
 Huma tão larga distancia  
 Tão grande auzencia, tamanha  
 Me separa de teo seio:  
 - Quando no doce inleio  
 De tão bella sociedade  
 Eu poderei te gosar,  
 E no teu seio entornar  
 Tanta dor, tanta saudade!

A exaltação da natureza é outro elemento do *topos* do exílio: é como se a experiência de apartamento das origens fizesse o poeta perceber as qualidades da terra natal. Isso é o que Luciana Murari denomina “angústia do exilado”:<sup>515</sup> a transformação da natureza em objeto de louvor e, simultaneamente, em cenário para lamentações nostálgicas. Notamos esse sentimento nas seguintes estrofes:

Tem de hum lado lindo oiteiro  
 De linda forma singella –  
 Que offerece ao passageiro  
 Variada vista mui bella –  
 Tem campinas mui formosas,  
 Tem montanhas tão garbosas,  
 Que se ellevão para os céos;  
 - Tem mil fontes cristalinas  
 Tem mil dádivas devinas,  
 Que recebera de Deos!

Todo dom da natureza  
 Só reservou para ti;  
 - Em parte alguma não vi  
 Tanta poesia e bellesa  
 Oh! como he bella tua vargem  
 Onde sempre leve arragem  
 Vai inocente brincar:  
 - Bellas são tuas campinas,  
 Cobertas de flores finas,  
 Como de perolas o mar.<sup>516</sup>

<sup>514</sup> MURARI, 2009, p. 194.

<sup>515</sup> *Ibidem*, p. 256.

<sup>516</sup> BN: A NOVA PROVÍNCIA, Campanha: 18/07/1854.

É interessante notar que, enquanto o sul de Minas dos versos é um espaço idealizado, em cujas “campinas mui formosas” e “belas vargens” vai o arado “inocente brincar”, a região descrita em prosa contrasta com essa idealização, ao evidenciar o aspecto aparentemente melancólico da natureza sul-mineira nos meses de inverno, quando “o céu enlutado de permanente fumaça, o sol ao travez quebrando seus raios, dão ao aspecto das cousas materiaes uma côr de desolação”:

Neste paiz dos quatro rios, de montanhas, de serras, de valladas, e veigas, onde a natureza dos trópicos se devêra amostrar alegre, e garrida, trajada de suas melhores gallas, como formosa virgem em dia de noivado, sorrindo-se nas variegadas côres desse tapete de flores, e verdura, que começa a estender-se sobre o solo, neste paiz, os mezes de agosto e setembro, são tristes, são fêos. A athmosphera pesada, e caliginosa comprime, e suffoca a força da vida orgânica, e da vida cósmica, que amortecem-se no seu movimento expansivo; e cobertos assim dos crepes da tristesa, estes dous meses parecem os paramos do tempo, em que a natureza se dispõe para o passamento.

Esse estado melancólico da natureza, no entanto, é sazonal e dura somente o tempo necessário para que as flores irrompam nas campinas, anunciando o advento da primavera,

...nossa vegetação soberbamente rica de seiva, e mocidade enlanguedece no tempo das geadas, passa por uma espécie de somno, onde se reabilita para ostentar-se mais orgulhosa, e americanamente mais rica, fóra desse tempo. Em agosto, e setembro ressurgue, e começa a vestir-se de adornos mais caprichosos, e brilhantes. Então começa nossa primavera, ou antes continua, porque o inverno neste bemaventurado clima não tem bastante força destructiva para interrompel-a.

Após exaltar a riqueza agrícola que se origina dessa metamorfose, queixa-se o autor de que, mesmo com tudo isso, o sul de Minas tenha visto suas aspirações de provincialização morrerem “ao aceno de um só homem”. Nesse sentido, a natureza torna-se metáfora para explicar a condição política da região: como a vegetação, as idéias de provincialização enlanguesceram com as “geadas” parlamentares, passando por uma espécie de sonolência, até o momento em que elas se reabilitarão, ostentando-se mais orgulhosas e “americanamente” mais ricas.

Nesse momento, tem início, segundo essa lógica, a “primavera” política do sul de Minas, primavera que, no plano das idéias, é pura continuidade, visto que o

tom “invernal” das palavras de Carneiro Leão não tenha tido força para destruí-la ou interrompê-la. Contudo, enquanto esse momento não chega,

...correm tristes os mezes de Agosto e Setembro; o céu obscurecido pela fumaça, que se projecta em sombra permanente não tem essa limpidez, e transparência conhecidas em Minas Geraes. O sol coberto de um véo de açafraão dá-nos a imagem de um eclipse de dous mezes; a vida de relação perde os pendores contemplativos, se retrahe para confundir-se na consciência; e todavia esse como despertar da natureza, esse movimento de actividade funcional, que ella opéra com mais energia nesta quadra, nos devêra prestar os estímulos para a espontaneidade de relações expansivas com o mundo externo.<sup>517</sup>

Nessa perspectiva, a natureza sul-mineira torna-se um espaço de expressão da subjetividade humana, convite à reflexão: seu despertar, definido pelo autor como um “movimento de atividade funcional” que ela realiza com mais energia durante o período de hibernação, deve servir de estímulo à “espontaneidade de relações expansivas” do homem para com “o mundo externo”, relações em cujo bojo insere-se a ação política em prol da provincialização.

Para Lourenço da Veiga, a imprensa era o melhor meio de se garantir a continuidade dessa idéia, pois, em sua opinião, era ela “o meio mais prompto e mais efficaz de communicar e dar unidade às idéias de huma população muitas vezes insciente de seo poder”.<sup>518</sup> Foi nesse sentido que, mesmo após encerrar a publicação do *A Nova Província*, ele continuou divulgando *Minas do Sul*, por meio de outros jornais, como o *O Sul de Minas*, fundado em parceria com seus filhos, em 1859.

Os descendentes de Lourenço da Veiga deram continuidade ao projeto paterno de divulgação das idéias em prol da divisão de Minas:<sup>519</sup> Evaristo Ferreira da Veiga, por exemplo, atuou como redator do *O Sul de Minas*, nele publicando artigos de cunho político sobre *Minas do Sul*.<sup>520</sup> Em 1861, eleito deputado para a

<sup>517</sup> BN: A NOVA PROVÍNCIA, Campanha: 30/08/1854.

<sup>518</sup> BN: A NOVA PROVÍNCIA, Campanha: 03/06/1854.

<sup>519</sup> José Pedro Xavier da Veiga foi outro representante dessa prole que se dedicou à causa da provincialização: na Corte, participou da fundação de uma Sociedade de Ensaios Literários, em cuja revista publicou artigos sobre a região sul-mineira. Foi também autor de diversos trabalhos historiográficos, com destaque para as *Efemérides Mineiras*, trabalho de vulto que viria a consagrá-lo como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1897. CARNEIRO; NEVES, In: VEIGA, 1998, v.1, p. 17.

<sup>520</sup> No jornal *O Sul de Minas*, a colaboração dos membros da família Veiga e de outros representantes da “boa sociedade” campanhense, como Ferraz da Luz e José Maria de Sá e

Assembleia Legislativa Geral, uma de suas primeiras iniciativas foi elaborar um projeto de criação dessa nova província, que analisamos no capítulo anterior.

O amor que esse deputado devotou à pátria era, à semelhança dos sentimentos de seu pai, uma manifestação do romantismo em vigor no século XIX.<sup>521</sup> cria ele que “quando se quer pesquisar os costumes de um povo, além de ir observa-lo em sua vida íntima deve-se também atender á suas relações com o seu solo”,

...os homens vão passando por sobre o globo, e o embate de civilizações diversas vai fluindo sobre as letras de cada povo, e vai modificando as regras geraes de estylo, mas prescindindo deste movimento que se pode chamar humanitário, há alguma cousa que fica nos hábitos desse povo e que os seculos não podem mudar completamente, pois que nasce do próprio terreno que elle habita.<sup>522</sup>

Nessa perspectiva, civilização e natureza são elementos indissociáveis, na medida em que, como cenário de um “movimento humanitário”, o mundo natural está cingido aos “hábitos” de um povo, união da qual se origina a pátria.<sup>523</sup>

Em outros artigos do *O Sul de Minas*, Ferreira da Veiga explora a imagem de decadência da região sul-mineira, de maneira a censurar o descaso da administração provincial de Minas e justificar os projetos de provincialização. Segundo ele:

A terra sul-mineira semelha-se a uma donzela formosa, que pede em lagrimas a cura de uma enfermidade, cujos symptomas a aterrão; os médicos passam sorrindo, encobrendo talvez a crueldade da ironia no entre abrir de seus lábios...e a moça? No seu horizonte só se divisa um marco, sómente alveja um ponto onde quebrão-se todas as esperanças – a fria lagea de um tumulto!<sup>524</sup>

A “donzela sul-mineira” é a imagem de um paradoxo: o aspecto de

---

Benevides, pode ser inferida com base na consulta que fizemos aos exemplares que pertenceram a Ângelo da Veiga, um dos filhos de Lourenço da Veiga, e que hoje pertencem a Márcia Lemes Pereira. Em alguns exemplares, alguns artigos foram assinalados, provavelmente pelo proprietário original, com os prenomes ou iniciais de seus autores (ex: “Papai” (Lourenço); “Evaristo”; “Bernardo”; “Ferraz”; “Benevides”). Nesse sentido, confirma-se uma das principais características da imprensa mineira oitocentista, qual seja a subordinação da imprensa aos interesses privados de um grupo social ou familiar com pretensões políticas.

<sup>521</sup> GINSBURG, 1978, p. 14.

<sup>522</sup> APMLP: O SUL DE MINAS, Campanha: 20/04/1861.

<sup>523</sup> MURARI, 2009, p. 260.

<sup>524</sup> APMLP: O SUL DE MINAS, Campanha: 08/04/1860.



formosura da natureza sul-mineira contrasta com os sintomas de enfermidade (política, social, econômica) que aterram seus habitantes. Nesse sentido, é interessante analisarmos outro artigo, intitulado *A nossa terra*, em que o autor descortina um panorama nada otimista de Campanha a um viajante fictício que acaba de chegar a essa cidade:

De que pasmas, viajor? Sê bem vindo, entra tranquillo, vem abrigar-te sob nossos hospitaleiros tectos, não te pareça esta terra habitada por selvagens: - se o gênio da destruição passou por ella, seu hálito pestifero não envenenou as fibras do coração do povo pacifico e generoso: - verás aqui múmias carcomidas, escombros de ruínas, mas não mora connosco o vicio e o crime.<sup>525</sup>

Após esse convite, o autor conduz o viajante a uma espécie de apreciação corográfico-antropológica da paisagem, nela apontando os detalhes que confirmam a decadência desse “paiz desventurado”:

Vês tu estas ruas solitárias, estas casas silenciosas, o aspecto desta terra melancolico e triste; ouves o lúgubre som dos sinos á ultima hora do dia, e talvez julgues, que morreu fulminada pela cholera de Deos toda a população desta terra infeliz! Vês tu estas campinas, abandonadas, as mattas só batidas pelos ventos, o solo inculto, e o murmurar sombrio dos regatos e dos rios, que são endeixas quebradas, que a briza leva para se perderem na solidão da noite, e talvez creias que cahio sobre este solo o anathema do Senhor! Vês tu como aqui desaperecebida corre a hora derradeira do dia; ninguém saúda a estrella da tarde que brilha no céo, ninguem espera a lua de prata para contar-lhe as maguas do coração, a dôr que tortura a alma do desventurado, e talvez sintas horror por pisares este chão sombrio!

Inseridas em um contexto de crítica ao sistema de divisão geral do Império, as idéias de provincialização do sul de Minas caracterizavam-se pela ambiguidade entre desejo de progresso regional e certa nostalgia em relação ao passado glorioso de Campanha. Nesse sentido, a decadência dessa cidade apresenta-se como uma ameaça latente contida no próprio projeto de provincialização.<sup>526</sup>

Sob a ótica do autor, o amor pela pátria era a única variável que poderia

<sup>525</sup> APMLP: O SUL DE MINAS, Campanha: 06/10/1860.

<sup>526</sup> MURARI, *op. cit.*, p. 225.

obstar a fatalidade da decadência. Isso porque, ao ser passado de pai para filho, esse sentimento perpetuava a memória da cidade, conservando em seus habitantes os resquícios de civilidade e nobreza que os caracterizaram por tanto tempo. É nesse sentido que Ferreira da Veiga termina seu artigo dizendo: “Sê bem vindo, peregrino, vem sentar-te sobre o nosso fogão – o infortúnio do paiz não fez extinguir-se a hospitalidade que caracteriza o nosso povo!”.

Vimos, portanto, a originalidade com que alguns integrantes da família Veiga marcaram sua presença na sociedade campanhense oitocentista, imprimindo, literalmente, seus nomes na política regional. Disso concluímos que, em uma época em que os espaços públicos ainda eram muito indefinidos, não apenas em Minas como também em todo o Império do Brasil, os Veiga souberam se utilizar da palavra impressa para transmitir o amor pela pátria e legitimar os projetos políticos dos quais eram portadores.

### 3.2.2 “A sorte está lançada”

Dentre os integrantes da família Veiga que se destacaram na imprensa e na política, o nome de Bernardo Saturnino da Veiga não é tão referenciado quanto o de seus irmãos, provavelmente por seu raio de atuação política ter se concentrado nos limites da cidade da Campanha. Sua contribuição para o estatuto da imprensa nessa localidade deve, contudo, ser analisada porquanto tenham relação direta com a promoção das idéias políticas de criação da província de *Minas do Sul*.

Homem de caráter reservado e espírito empreendedor, Saturnino da Veiga não cursou ensino superior, como alguns de seus irmãos. Mesmo assim, ocupou vários cargos públicos na cidade da Campanha, como os de comandante da Guarda Nacional; suplente da Instrução Pública; diretor da administração dos Correios e Tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora das Dores.<sup>527</sup>

Dentre essas atividades, a imprensa era, provavelmente, a que mais lhe consumia esforços, uma vez que, durante toda a vida, ele trabalhara entre os tipos móveis, as prensas e as tintas. Era ele quem fazia a habilidade das penas de seus irmãos transformar-se em material impresso ao alcance de (quase) todos.

---

<sup>527</sup> VALLADÃO, 1937, v.3, p. 82.

Entre os anos de 1859 e 1863, Saturnino da Veiga colaborou na edição do *O Sul de Minas*. Mesmo com o falecimento de seu pai e a suspensão da publicação desse periódico, ele deu continuidade ao empreendimento familiar. Em 1º de janeiro de 1872, saiu a lume o jornal *O Monitor Sul-Mineiro*, com os seguintes dizeres:

Nova tentativa em favor do progresso desta terra: Surge o Monitor Sul-Mineiro! Surgem com ele renascidas aspirações, esperanças queridas, crenças ardentes. O wagon embandeirado do progresso roda na fronteira, e o espírito do século caminha no itinerário do infinito. O trabalho é a crisálida – dela brotará um dia a borboleta dourada que chama – civilização.<sup>528</sup>

“Escola de bons costumes”, como lhe definiu seu editor, esse jornal pautava-se pela promoção do progresso e da civilização, ideais que, nessa passagem, são identificados, respectivamente, pelas imagens de um *vagão de trem*, meio de transporte mais rápido do século XIX, e de uma *borboleta dourada*, cuja “crisálida” era trabalho.

De seu leque variado de temáticas, inferimos que esse jornal almejasse atrair categorias as mais diversas de leitores, esquivando-se das lutas político-partidárias. Essa intenção fica clara no editorial do segundo número, no qual seu editor declarava, em letras maiúsculas, que defenderia “em vez do trabalho da política, a política do trabalho”.<sup>529</sup> Isso, contudo, não impedia que Saturnino da Veiga fizesse do *O Monitor Sul-Mineiro* tribuna pública em prol da criação da nova província.

Os artigos desse jornal referentes à provincialização eram introduzidos pela epígrafe “*Jacta alea est*”.<sup>530</sup> Com efeito, na seara dos debates políticos, a missão do jornalista consistia em lançar as idéias ao público leitor e esperar que elas lhe rendessem bons frutos. Nesses artigos identificamos quatro questões fundamentais referentes a esse tema: 1) a legitimidade das ideias separatistas; 2) os limites da região sul-mineira; 3) o nome da nova província e 4) a sua capital.

O primeiro editorial que versa sobre esse tema data de maio de 1872 e tem como título *Minas do Sul – aspiração popular sul-mineira*. Nele, percebemos críticas ao sistema de divisão geral do Império: de acordo com o autor, o país

<sup>528</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 01/01/1872.

<sup>529</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 10/01/1872.

<sup>530</sup> Em latim, significa: “A sorte está lançada”.

necessitava de uma melhor organização administrativa, pois a atual remontava aos tempos coloniais. E sentenciava: “da harmonia de todas as províncias entre si e com o governo central provinha a unidade e soberania da nação”.<sup>531</sup>

No caso específico de Minas, a divisão tornava-se imperativa, na opinião de *O Monitor Sul-Mineiro*. Além dos problemas advindos da extensão do território mineiro, questões relativas às dificuldades de comunicação e às condições topográficas da região sul-mineira eram contempladas pela pauta de argumentações desse jornal:

As dificuldades que se encontram na transposição de serras e montanhas produzem o isolamento em que vivem as povoações de Minas, que parecem centros de população entre si desconhecidos, sem união, sem interesses comuns, apresentando os que existem nos pontos extremos mistura de hábitos e costumes das províncias vizinhas. As relações que prendem entre si centro, sul e norte de Minas, relações puramente oficiais, não são bastantes para tornarem essas três partes um todo homogêneo, ligadas pelos mesmos interesses, caminhando unidas para o mesmo ponto.<sup>532</sup>

De acordo com essa ótica, as serras e montanhas que caracterizavam o relevo mineiro constituíam-se num empecilho ao conhecimento do território e estabelecimento de uma rede de comunicação interna na província. Disso resultaria a falta de união e o não compartilhamento de interesses comuns entre os municípios, além da mistura de costumes com outras províncias. O argumento do isolacionismo geográfico é também estendido à esfera administrativa, sendo a natureza responsabilizada pela artificialidade das relações inter-regionais.

Essa passagem revela uma crença bastante difundida na segunda metade do século XIX, qual seja a de que a natureza seria fator determinante para o êxito ou o fracasso de determinadas regiões. O que caracterizava o processo civilizatório era justamente a diminuição progressiva da pressão da natureza sobre o homem, à medida que, com aquisição de conhecimento e de técnica, ele se mostrava capaz de submeter às forças do meio físico e modificá-las, tornando-as em aliadas na construção do Estado nacional.<sup>533</sup>

Outra estratégia discursiva utilizada pelos redatores do *O Monitor Sul-*

<sup>531</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 22/05/1873.

<sup>532</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 14/11/1874.

<sup>533</sup> MURARI, 2009, p. 75.

*Mineiro* para legitimarem a província de *Minas do Sul* (estratégia que já havia sido utilizada com o mesmo intuito por José Pedro Xavier da Veiga, na Assembleia Legislativa Provincial), foi recorrer à chancela da história, através da busca pelas origens das ideias de provincialização. De acordo eles: “A ideia da provincialização do sul de Minas não é criação nova. Externada e propagada há 30 anos – tem calado nos espíritos e acha-se hoje amadurecida pela experiência e pela reflexão”.<sup>534</sup> Numa analogia ao mundo vegetal, onde tempo, calor e umidade fazem germinar as plantas, eles refletem: “É o tempo, o estudo e a reflexão que devem transformar uma ideia em projeto e converter o projeto em realidade”.<sup>535</sup>

Em retrospectiva das ideias de provincialização do sul de Minas, apresentadas no parlamento ao longo do período imperial, alguns editoriais de *O Monitor Sul-Mineiro* foram dedicados à análise minuciosa do teor dos principais projetos que levavam a rubrica separatista, quais sejam os de Francisco Otaviano (1854); Evaristo da Veiga (1862) e Américo Lobo (1864).

Sobre o primeiro projeto, o jornal considerou-o o gérmen da “cruzada proselitista” que se instaurou no sul de Minas em defesa da criação de uma província independente do governo mineiro. Todavia, as aspirações que ele representava eram demasiado reduzidas, não contemplando, em suas disposições, todas as freguesias do sul de Minas. Segundo a concepção ampla de região dos redatores de *O Monitor Sul-Mineiro*:

O Sul de Minas representa, sem dúvida, um terço do colosso mineiro. Constituí-lo, pois, fracionado em centro de administração é querer espontaneamente ser pequeno, quando temos poderosos elementos de grandeza e importância política.<sup>536</sup>

Dentre os projetos parlamentares analisados, o de Evaristo Ferreira da Veiga era, na opinião dos redatores do jornal, o mais detalhado e que melhor contemplava as necessidades específicas da região. “Nova esperança em flor emurhecida”,<sup>537</sup> era a definição desse projeto, já que ele surgia num momento em que as ideias de provincialização do sul de Minas estavam desacreditadas e enfrentavam críticas na imprensa e na esfera política regional.

<sup>534</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 29/06/1873.

<sup>535</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 18/05/1873.

<sup>536</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 13/07/1873.

<sup>537</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 29/06/1873.

Quanto ao projeto de criação da província do *Sapucaí*, apresentado por Américo Lobo à Câmara dos Deputados, em 1868, *O Monitor Sul-Mineiro* identificava-o como uma versão reduzida do que havia sido proposto por Ferreira da Veiga anos antes, em 1862, com a diferença de que, enquanto este era produto de uma aliança entre posicionamentos políticos liberais e conservadores, típico do momento da Conciliação, aquele se tratava de um projeto formulado exclusivamente nas hostes do partido liberal. Questionamos, com isso, se *Minas do Sul* não teria sido uma representação regionalista cujos contornos transcendiam filiações partidárias, a despeito de seus entusiastas serem, em grande maioria, políticos campanhenses ligados ao partido conservador.

O problema da delimitação dos limites da região sul-mineira também é assunto bastante presente em nosso jornal. Em editorial de julho de 1873, ao analisarem o artigo 1º do projeto de Américo Lobo, os redatores do *O Monitor Sul-Mineiro* defendiam opinião de que a nova província deveria estender suas fronteiras a leste até a margem direita do Rio Turvo, abarcando o município do Turvo (atual Turvolândia) recentemente criado àquela época. O argumento para tal expansão territorial é bastante interessante:

Não podemos nem devemos excluir da comunhão sul-mineira esta porção considerável e florescente de seu território. Ela nos pertence naturalmente – e com sua aquisição legal melhora-se e alarga-se a projetada circunscrição administrativa pelo lado oriente, em que é menos vasta.<sup>538</sup>

Ao afirmarem que a região do vale do Rio Turvo pertencia-lhes naturalmente, elevando o relevo, os acidentes geográficos e as características hidrográficas do terreno à condição de referência, os defensores da provincialização sul-mineira fundamentavam seu desejo de posse na naturalização dos limites políticos do território. Como totalidade física, a natureza não estabelece fronteiras e limites de forma deliberada; isto é uma construção humana que se transforma de acordo com os padrões de perspectiva territorial vigentes em cada época. Assim, buscando ordem no caos do mundo natural, os membros da elite política e intelectual campanhense inventam os “limites naturais”, fornecendo significado às coisas e descobrindo correspondências entre os sinais

---

<sup>538</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 20/07/1873.

da natureza e suas próprias aspirações.<sup>539</sup>

Ainda na discussão sobre o perfil territorial de *Minas do Sul*, os redatores do jornal observam que, tal como previstos por Américo Lobo, os limites da futura província estreitavam-se excessivamente nos pontos entre o município de Pium-í e a província de São Paulo. Como solução para se evitar o estrangulamento do território sul-mineiro nessa área, sugerem:

Incorpore-se à futura província o território da Franca do Imperador que demora muito mais próximo de Campanha, do que da capital paulistana, e terá assim desaparecido essa espécie de istmo que enfeia por aquele lado a configuração de Minas do Sul.<sup>540</sup>

Assim, sob a aparência de um problema de ordem espacial meramente estético – “o feio istmo” –, ocultava-se o desejo de angariar para *Minas do Sul* um maior número de municípios possível, mesmo que isso significasse desrespeitar os limites das províncias a ela contíguas.

Outra questão significativa, embora o próprio *O Monitor Sul-Mineiro* a considere “lana caprina”, de menor valor frente aos demais, concerne à denominação da futura província sul-mineira. Vários foram os nomes sugeridos: *Entre Rios*, cujo significado remontava ao malgrado projeto de provincialização de 1854; *Sapucai*, nome sugerido por Américo Lobo em 1868; *Província da Campanha*, como homenagem à “cidade mãe” do sul de Minas. Dentre esses nomes, *Minas do Sul*, proposto por Evaristo da Veiga, em 1862, era o que, na opinião de *O Monitor Sul-Mineiro*, melhor representaria a nova província, pois:

*Minas do Sul exprimirá simultaneamente que nos segregamos da velha Minas, emancipando-nos de sua tutela, e que continuamos a ser mineiros como dantes. Caber-nos-á assim a seve prolífica da mocidade e o lustre de uma tradição brilhante e gloriosa nos fastos da pátria e da liberdade. Há nesse nome muita honra a zelar, muita nobreza a respeitar e transmitir. Não romperemos com a emancipação os elos da confraternidade. Do tronco da velha e gloriosa Minas – surgirá viril e esperançosa a jovem e bela Minas do Sul. E o tempo estreitará cada vez mais os liames que prendem esta ubérrima e formosa região à nobre terra que deu os primeiros mártires da pátria-liberdade.<sup>541</sup>*

<sup>539</sup> HISSA, 2002, p. 23.

<sup>540</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 20/07/1873.

<sup>541</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 20/07/1873, grifos nossos.

Tratava-se de criar uma nova província, *Minas do Sul*, sem, contudo, romper com as raízes identitárias e históricas que a ligavam a Minas Gerais, berço de tradição brilhante e gloriosa da liberdade. Consolidada a autonomia da região sul-mineira e estabelecida a devida distância em relação à progenitora espacial, vislumbrava-se a possibilidade de, num futuro indeterminado, mineiros e mineiros do sul reconciliarem-se de maneira definitiva.

Na história mineira, é comum se encontrar esse tipo de permanência que, por vezes, operam-se nas rupturas. Na fundação da atual capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, por exemplo, não houve verdadeiramente ruptura entre o velho e o novo, mas uma legitimação da justaposição entre tradição e futuro. Assim, se para Ciro Flávio Bandeira de Mello “mudar a capital era ganhar o futuro pelo passado”,<sup>542</sup> para *O Monitor Sul-Mineiro*, criar *Minas do Sul* era restaurar o significado de Minas no conjunto da nacionalidade, dar-lhe nova ênfase.

O último assunto que abordamos dentre os tópicos recorrentes nos editoriais do jornal *O Monitor Sul-Mineiro* versa sobre a localização da capital de *Minas do Sul*.

Ora, como observa um dos colaboradores desse jornal, em agosto de 1873, toda cidade daquela região queria para si o título e as honrarias de capital, o que tornava a seleção bastante difícil.<sup>543</sup> Como porta-voz da sociedade campanhense, *O Monitor Sul-Mineiro* atribuía a Campanha o direito de sediar a administração provincial, arrolando argumentos os mais diversos para fundamentar tal opinião:

Se geograficamente é Campanha o ponto mais conveniente para a capital de *Minas do Sul*, como também por sua vizinhança da Corte, proximidade de grandes rios e fáceis meios de comunicar-se com o vasto corpo da futura província que se estende a oeste, – ainda que lhe deve caber a preferência se a considerarmos sob o ponto de vista de sua importância material e moral.<sup>544</sup>

Um dos argumentos dos que se opunham à escolha de Campanha como capital da província de *Minas do Sul* era o de que essa cidade não se localizava no centro da região sul-mineira, como haveria de estar uma capital que se naturaliza em uma rede espacial. *O Monitor Sul-Mineiro* replicava contra essa objeção,

---

<sup>542</sup> MELO, 1996, p. 34.

<sup>543</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 10/08/1873.

<sup>544</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 03/08/1873.



evidenciando que a maioria das capitais, tanto mundiais quanto provinciais, não se encontrava em tal condição, havendo muitas cidades litorâneas. Pouco importava, portanto, o quesito de centralidade. Para os redatores do jornal, a primeira necessidade dos centros administrativos provinciais, sob o ponto de vista político, eram o bem da tranquilidade pública e a facilidade de comunicação com o Rio de Janeiro, sede do governo geral e núcleo propagador de civilização.

Fora esses tópicos do discurso pró-provincialização, identificamos, em *O Monitor Sul-Mineiro*, uma polêmica que merece ser analisada, mesmo que brevemente: trata-se da oposição dos redatores do jornal à tentativa de anexação da Comarca do Rio Sapucaí à província de São Paulo.

Anteriormente, vimos que essa era uma tendência dos municípios situados nos limites entre as províncias de Minas Gerais e São Paulo. Essa aspiração foi novamente aventada em 1859, quando Agostinho Bretas, deputado paulista, apresentou à Câmara dos Deputados projeto de anexação das comarcas do Rio Sapucaí e do Rio Jaguari ao território da província que ele representava. Desde então, a imprensa paulista passara a propagar a ideia.<sup>545</sup>

Em abril de 1879, *O Monitor Sul-Mineiro* informa que os deputados provinciais de São Paulo haviam votado a favor de uma representação do corpo legislativo geral para que se retificassem as divisas entre sua província e a de Minas Gerais. De acordo com o jornal, esse pedido de retificação das fronteiras não passava de eufemismo para que os paulistas anexassem em seu território as freguesias e os municípios à margem esquerda do rio Sapucaí. No mesmo artigo, esse jornal tentava dissuadir seus leitores de que essa mudança administrativa pudesse significar progresso para a região sul-mineira.<sup>546</sup>

Embora reconhecesse o desenvolvimento de São Paulo, *O Monitor Sul-Mineiro* apresentava objeções à anexação do sul de Minas àquela província. Na opinião desse jornal, melhor que se transferir para a unidade economicamente mais poderosa do Império era desenvolver condições que permitissem aos sul mineiros alçarem posição igualmente favorável na política nacional:

Em primeiro lugar diremos que é mesquinha aspiração do povo que, podendo constituir-se em vida autônoma, com sua economia separada, quer viver à sombra de estranhos, que

---

<sup>545</sup> ADUCCI, 2000, p. 53.

<sup>546</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 20/04/1879.

recebelo-á como filhos abandonados ou que abandonarão seus pais. Em segundo lugar notaremos que os benefícios que estes esperam do sacrifício de tradições gloriosas de nossa terra, que não pertencem aos que a renegam, não podem ser gratuitos – impostos talvez tão vexatórios como os que pagamos, continuarão a pesar sobre os habitantes dessas comarcas, porque os impostos constituem a vida das entidades – províncias. Ainda mais; não vos pesa lembrar que outras comarcas vizinhas se unirão às que estão à margem esquerda do rio Sapucaí para pugnarem por sua separação de Ouro Preto, e que sem essas não podem esperar livrarem-se de nossa velha capital? – que a ideia da criação de uma província ao sul de Minas, pela qual temos juntos pugnado, não pode se realizar sem o concurso das povoações sitas à margem esquerda do Sapucaí?<sup>547</sup>

Dentre os argumentos contrários à anexação estava o de que a mudança de centro administrativo apenas deslocaria o eixo dos problemas regionais sem chegar a solucioná-los de fato. Muito provavelmente os municípios recém-incorporados ao território paulista teriam de contribuir tributariamente para a manutenção da província, como já faziam em relação a Minas Gerais.

Sob essa ótica, a anexação à província de São Paulo representava uma ruptura com o glorioso passado mineiro, diferentemente do que seria a constituição da província de *Minas do Sul*. Ademais, queria *O Monitor Sul-Mineiro* que a provincialização fosse um projeto coletivo, um sonho que todas as povoações da região sonhassem juntas.

Todas essas questões relativas ao programa político de *O Monitor Sul-Mineiro* levam à identificação do que seria uma imagem ideal de *Minas do Sul* para esse jornal: a autonomia do sul de Minas deveria ser conquistada por meios legais; sua circunscrição territorial, proporcionar maior representatividade política à região; seu nome, fazer jus às raízes históricas e identitárias mineiras e sua capital, Campanha, alçar aos desejados patamares de progresso e civilização.

### 3.2.3 *O Almanach Sul-Mineiro, descobrir o sul de Minas para inventar Minas do Sul*

Gênero literário e editorial, os almanaques são parte de uma tradição que remonta aos livros medievais e às previsões astrológicas. Etimologicamente, a

---

<sup>547</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 08/09/1880.

palavra *almanac* provém de um termo árabe que significa “livro do tempo”.<sup>548</sup>

A partir do século XIX, essas publicações firmaram-se na cultura impressa ocidental como veículos de vulgarização do saber, sendo por vezes empregados como instrumentos pedagógicos na construção de identidades nacionais, formação de opinião pública e estímulo à curiosidade científica. Livros-objeto, de linguagem simplificada e conteúdo variado que são adequados à noção de *assemblage*<sup>549</sup>, os almanaques constituíam, assim, um composto de saberes colocados a serviço da utilidade, da formação e do entretenimento.

Uma perspectiva interessante é a que relaciona os almanaques ao projeto oitocentista de difusão de progresso e civilização pelo mundo. Segundo ela, os almanaques seriam grandes divulgadores do projeto político e educativo das elites intelectuais, verdadeiros monumentos impressos com a finalidade de cristalizar informações e reiterar representações sociais.<sup>550</sup>

Nesse movimento de formação de comunidades (leitoras) imaginadas,<sup>551</sup> o estabelecimento de um contínuo temporal por meio de calendários, dias de santos e festas cívicas não foi a única preocupação expressa nos almanaques. Fazia-se necessário, outrossim, fundar essas comunidades no espaço. E foi assim que, no Brasil, os almanaques investiram-se de caráter civilizador, servindo não apenas para ordenar o tempo como também para costurar o espaço, através do inventário de suas partes. É nessa perspectiva que pretendemos ler o *Almanach Sul-Mineiro*.

Como fonte-objeto, os almanaques demandam metodologia de análise que os diferencie dos demais tipos de materiais impressos. Escrever a história de um almanaque do século XIX não é o mesmo que lidar com jornais do mesmo período: cada um desses periódicos possui historicidades, estruturas e periodicidades distintas, que necessitam ser analisadas em sua especificidade.

Uma distinção fundamental entre almanaques e jornais refere-se à temporalidade inerente a essas publicações. Enquanto os jornais, diários ou semanais, são o espaço por excelência da notícia, da simultaneidade e do que é

---

<sup>548</sup> ANDRIÈS, 1996, p. 289.

<sup>549</sup> Nesse contexto, o termo *assemblage* significa um composto de saberes úteis à vida prática e à formação intelectual do leitor. A noção de “conhecimento em conta-gotas”, própria dos almanaques, guarda relações diretas com o paradigma enciclopédico de generalização e vulgarização do conhecimento por meio da imprensa. DUTRA, 2005, p. 62.

<sup>550</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>551</sup> ANDERSON, 2008, p. 32.

efêmero, os almanaques, em sua etimologia, já apontam para outro tipo de relação com o tempo.

A uma primeira impressão, percebemos certo descompasso entre o tempo do mundo e o tempo dos almanaques. Mas é justamente na lógica retrospectiva que reside a força pedagógica e política desses impressos: ao fazerem um balanço do ano findo, os almanaques convidam o leitor a rememorar datas, registrar informações, além de planejar o futuro. Sendo assim, antes de procurarmos adaptar o almanaque à temporalidade de outras fontes históricas, devemos aceitar o desafio de pensá-lo na sua longa duração.<sup>552</sup>

Em análise sobre o *Almanaque Brasileiro Garnier*, Eliana de Freitas Dutra fornece-nos arsenal metodológico para a história de almanaques. De acordo com a autora, um dos procedimentos de leitura crítica dessas publicações consiste na identificação de suas sintaxes, arranjos estruturais de organização que conferem unidade e polissemia à obra. A identificação de um *topos*, questão de fundo que parece projetar-se sobre todo o conteúdo do almanaque, também é uma das estratégias utilizada pela autora para transformar seu objeto de pesquisa em uma unidade de compreensão histórica<sup>553</sup>.

Não podemos deixar de inserir o *Almanach Sul-Mineiro* em uma dinâmica capitalista de edição, na qual publicações de diversos gêneros são concebidas duplamente como mercadorias e bens simbólicos. Partimos dessa observação para situarmos nossa fonte documental de pesquisa no panorama da imprensa brasileira no século XIX.

Durante a segunda metade do século XIX, os almanaques tornaram-se importantes empreendimentos tipográficos realizados nas províncias do Império brasileiro. Em geral, essas publicações traziam curiosidades, informações corográficas e administrativas, como é o caso dos exemplares: *Almanack Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais* (1864); *Almanach Administrativo, Almanach Litterario de São Paulo* (1876) e o protótipo de todos os almanaques nacionais: *Almanak Laemmert* (1844 – 1889).<sup>554</sup> Esses e outros títulos certamente influenciaram Saturnino da Veiga na organização e edição de seu *Almanach Sul-Mineiro*.

---

<sup>552</sup> FERREIRA, In: MEYER, 2001, p. 19.

<sup>553</sup> DUTRA, 2005, p. 42.

<sup>554</sup> FERREIRA, 2006, p. 1 – 14.

No que refere à análise da sintaxe e estrutura de conteúdos dessa publicação, devemos estar atentos aos seguintes aspectos: primeiramente, os procedimentos metodológicos utilizados por Saturnino da Veiga na delimitação de seu objeto de estudo, o que inclui suas leituras e viagens; em segundo lugar, a percepção espacial e o programa político subjacentes à obra; por fim, a dinâmica de circulação dessa publicação, incorporada à tradição de estudos corográficos sobre a região sul-mineira.

A concepção de progresso, tão cara ao século XIX, é chave de análise com a qual lemos o conteúdo desse impresso. Entendido como um fim a ser alcançado, o progresso quase sempre esteve relacionado a signos de modernidade e civilização, como ferrovias, navegação a vapor, correios, imprensa etc. Nessa lógica, podemos interpretá-lo como um projeto político próprio das elites regionais, além de critério pelo qual se qualificavam e reconheciam regiões.<sup>555</sup>

Quando de sua publicação, em 1874, o *Almanach Sul-Mineiro* foi a concretização de um projeto há anos acalentado pelo patriarca da família Veiga de Campanha, Lourenço. Falecido em 1863, ele se tornou um ícone para os filhos, influenciando, inclusive, o posicionamento político deles em favor da autonomia político-administrativa do sul de Minas. Sendo assim, é significativo que Saturnino da Veiga tenha oferecido a dedicatória do *Almanach* a seu pai, e não a autoridades públicas do Império, como era de praxe nesse tipo de publicação.

Após sublinhar o pioneirismo de Xavier da Veiga na imprensa em Minas Gerais, o autor passa ao prefácio, parte da obra em que são declarados os principais propósitos da publicação, que eram, basicamente, “tornar conhecido fóra o que de mais importante e curioso possuímos”.<sup>556</sup>

O prefácio também nos fornece pistas sobre o projeto político do qual o *Almanach* era, ao mesmo tempo, produto e instrumento de divulgação. Vale a pena transcrever o excerto no qual Saturnino da Veiga apresenta as utilidades dessa leitura,

...dar conhecimento do que somos no presente, e esperanças do muito que podemos vir á ser no futuro. *E si o bom destino permitir que um dia possa esta parte da grande provincia de Minas estabelecer sua economia separada, creando-se aqui um*

---

<sup>555</sup> MURARI, 2009, p. 23.

<sup>556</sup> VEIGA, 1874, p. 7.

*centro de administração, para melhor serem aproveitadas as imensas riquezas que possuímos, servirá este livro para mostrar que não é sem justa razão que desde muito se pugna pela criação da província de Minas do Sul. (grifos nossos)*

Essa passagem é reveladora da aspiração política desse autor. Aqui, visão corográfica e olhar prospectivo unem-se para singularizar uma região que, há gerações, vinha sendo imaginada e reivindicada pela elite política e intelectual campanhense. O *topos*, ou idéia de fundo, presente nesse texto é o de que, em futuro próximo, quando a província de *Minas do Sul* viesse se constituir no arranjo institucional do Império, o inventário de seu território já estaria feito.

A representação de Minas revela-nos as leituras e os procedimentos metodológicos utilizados por Saturnino da Veiga para compor o recorte corográfico de sua obra. Logo no início do prefácio, o território mineiro é louvado em suas qualidades, como fertilidade do solo e amenidade do clima, o que compensaria a desvantagem de Minas ser uma província central: “A província de Minas-Geraes, a mais populosa do Imperio, tem na fertilidade do seu solo, na amenidade de seu clima e em muitas riquezas que a Providencia concedeu-lhe, justa compensação da desvantagem de ser uma província central”. De acordo com o autor, essa seria a principal causa da decadência de algumas regiões mineiras, como o sul.

Na impossibilidade de tratar Minas Gerais como um todo, o autor do *Almanach* justifica a decisão de circunscrever seu objeto à região sul da província:

Não pudemos neste trabalho abranger toda a província de Minas porque excederia elle ás nossas forças; limitando-nos ao sul da província, tivemos em vista evitar lacunas e falta que sem duvida commetteria em maior escala quem, como nós, não tendo á sua disposição informações que só podem ministrar as repartições superiores da província, teve de solicita-las, por diversos agentes, de aldeia em aldeia, com grande dispendio e não pequeno labor.<sup>557</sup>

Essa justificativa, no entanto, parece-nos performativa<sup>558</sup>, já que dissimula,

---

<sup>557</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>558</sup> Utilizamos o adjetivo “performativo” no sentido de uma sentença que transcende a órbita do *Almanach*, estabelecendo-se no campo da política e das relações simbólicas. Com isso, talvez Saturnino da Veiga desejasse se justificar perante leitores de outras partes do Brasil e de Minas que, porventura, adquirissem seu *Almanach*, sem ter qualquer vínculo com os ideários de provincialização.

sob o aspecto de um obstáculo metodológico, o projeto político-editorial do empreendimento, que era justamente a singularização da região sul-mineira por meio do inventário de suas riquezas, potencialidades e historicidade.

Vimos que o elemento primário de qualquer estudo corográfico consiste na definição dos limites e extensões da região em pauta. No caso do *Almanach Sul-Mineiro*, Saturnino da Veiga toma o cuidado de identificar as fronteiras do sul de Minas Gerais sem, contudo, ignorar que, legalmente, elas ainda não haviam sido reconhecidas. Ademais, segundo o autor, não havia consenso sobre a extensão que a nova província haveria de ter:

Não constituindo ainda o sul de Minas uma entidade administrativa com autonomia propria, não tem por isso extensão nem limites reconhecidos em lei. Diversos projectos que hão sido apresentados ao corpo legislativo no sentido da provincialização desta parte de Minas, não estão de accordo neste ponto.<sup>559</sup>

Portanto, a organização dos conteúdos desse almanaque pautou-se pela divisão jurídico-administrativa de oito comarcas, quais sejam as do Rio Verde, Jaguarí, Sapucaí, Cabo Verde, Baependi, Três Pontas, Itajubá e Jacuí. Mas, como o próprio autor considerava, “seria de conveniencia para os municipios do oeste, como Uberada, Araxá, Sacramento e Prata, serem elles incorporados á provincia que se tiver de crear ao sul de Minas”.

Vale lembrar que todas as comarcas contempladas, bem como os municípios e freguesias que as compõem, correspondiam ao que fora o termo da Vila da Campanha da Princesa. Isso nos remete ao regime de espacialidade característico da elite política e intelectual campanhense, o qual é reproduzido no *Almanach*: a hierarquização dos espaços regionais em torno de um núcleo urbano gerador de civilização.

Sob o signo da visão corográfica, o *Almanach* segue apresentando os principais municípios que compunham a região sul-mineira. Nessa descrição, identificamos o seguinte roteiro: primeiramente, o autor apresenta a origem histórica da localidade, remetendo-se a lendas e documentos históricos sobre a fundação do local. Em seguida, dados sobre clima, hidrografia, topografia e

---

<sup>559</sup> VEIGA, *op. cit.*, p. 22.

principais gêneros agrícolas são enumerados de maneira a compor uma espécie de inventário econômico e natural da região.<sup>560</sup>

Ao tratar de núcleos urbanos importantes, o almanaque lista alguns de seus signos de civilização, como bibliotecas, teatros, escolas, cadeias e hospitais. É também comum haver uma pequena galeria das personalidades locais já falecidas e dos filhos da terra que haviam cursado ensino superior. Por fim, há um rol de autoridades públicas, eleitores e principais comerciantes de cada localidade.

É significativo que os dados sobre a cidade de Campanha sejam os primeiros a serem apresentados no *Almanach*, ocupando dezenove das quarenta e duas páginas destinadas à Comarca do Rio Verde. Na opinião do autor, “as demais povoações, que depois forão creadas, que crescerão, e que agora parecem querer (algumas) disputar primasia com a Campanha, tirarão della seus fundadores, ou os primeiros elementos de sua prosperidade”.<sup>561</sup> Percebemos, aqui, um nexó entre o projeto do *Almanach Sul-Mineiro* e os discursos dos membros da elite política e intelectual campanhense já analisados, como Ferraz da Luz, Ferreira da Veiga e Ferreira de Rezende: a imagem de Campanha como núcleo genético da região.

Buscando uma apreciação duplamente estética e corográfica, o autor do *Almanach* descreve a paisagem local da seguinte maneira: “A Cidade da Campanha está collocada em uma collina pouco elevada; vista ao longe com suas casas que alvevão, por entre os arvoredos que sombreão os quintaes, parece um bando de garças pousadas em extenso prado”.<sup>562</sup>

Além do conhecimento *de visu* que Saturnino da Veiga tinha de sua cidade natal, é provável que ele tenha tido contato com representações corográficas de outros autores, como Milliet de Saint-Adolphe que, em seu *Diccionario Geographico Historico e Descriptivo*, assim descreve Campanha:

É esta cidade edificada em amphitheatro sobre a rampa d’uma collina agradável e pitoresca. As casas entremeiadas de hortas fazem um singular contraste com as montanhas áridas e descalvadas que as cercão, cheias de excavações d’onde se há tirado ouro. A cidade de Campanha é repartida em tres ruas que correm de norte a sul, e que são custosas de subir; outras as cruzão horizontalmente.<sup>563</sup>

---

<sup>560</sup> SUSSEKIND, 1990, p. 43.

<sup>561</sup> VEIGA, 1874, p. 51.

<sup>562</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>563</sup> SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 210.



Devemos levar em conta o envolvimento do autor do *Almanach* com outras formas de representação corográfica da paisagem que não apenas a textual: em 1885, Saturnino da Veiga financiou a reprodução de uma *Vista da Cidade da Campanha* (FIG. 7), cujas cópias litografadas foram vendidas em sua tipografia a 2\$000 réis cada.<sup>564</sup> Esse fato confirma não apenas a existência de um mercado que fazia jus ao gosto do público por fotografias, litografias, gravuras e panoramas, o que caracteriza a “cultura visual”<sup>565</sup> oitocentista, mas também o intercâmbio entre representações gráficas e textuais da corografia de que nos fala Renato Peixoto.<sup>566</sup>

Quanto aos signos de civilização que existiam nessa cidade, o *Almanach* chamava atenção para a Igreja Matriz, “collocada no centro da formosa collina”,<sup>567</sup> a cadeia, “uma das melhores de Minas”,<sup>568</sup> uma biblioteca pública, “que já possui mais de dous mil volumes”,<sup>569</sup> entre outros.

Vale observar que, nas corografias oitocentistas, estatuto de progresso de um município era determinado não apenas por sua posição geográfica e características topográficas como também pela ilustração e pelo potencial empreendedor de seus habitantes. Nesse sentido, o *Almanach* lista algumas personalidades que contribuíram para a divulgação do projeto de criação de uma nova província no sul de Minas:

Essa trindade, que symbolisava intelligencia, illustração e esclarecido patriotismo, esses que se encarnarão no projecto da divisão da provincia de Minas, que na imprensa levarão de vencida á seus impugnadores, que conseguirão fazer chegar ao seio da representação nacional, de um modo solemne e alli nunca visto, o pedido da criação de *Minas do Sul*, chamavão-se Antonio Simplício de Salles, Antonio Dias Ferraz da Luz e Lourenço Xavier da Veiga.<sup>570</sup>

Após uma ligeira nota biográfica sobre cada um desses políticos, o autor observa: “Eis os homens que se unirão para promoverem a divisão de Minas; nenhum delles sonhava fortuna e menos gloria, porque a todos só incitava o progresso desta parte da provincia, e o desejo de vel-a feliz”.

<sup>564</sup> CEC-ML: O MONITOR SUL-MINEIRO, Campanha: 01/06/1873.

<sup>565</sup> TURAZZI, 1995, p. 35.

<sup>566</sup> PEIXOTO, 2005, p. 110.

<sup>567</sup> VEIGA, 1874, p. 51.

<sup>568</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>569</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>570</sup> *Ibidem*, p. 60.

A “trindade separatista”, contudo, corresponde a uma escolha pessoal e política do autor do *Almanach*, seleção para a qual, curiosamente, não foram convocados os nomes de João Antonio de Lemos e Francisco de Paula Bueno da Costa, membros do Diretório que procedeu ao envio de representações populares à Câmara dos Deputados, em 1854.<sup>571</sup>

Em considerações sobre almanaques como fonte histórica, Maria Coleta de Oliveira observa que esses periódicos tinham como objetivo informar acerca da vida social e econômica das cidades nas quais geralmente circulavam. À semelhança do *Almanach Sul-Mineiro*, os almanaques analisados pela autora também traziam um arrolamento dos nomes das principais autoridades locais. Para a autora, esses inventários de nomes são profícuas fontes de pesquisa, pois fornecem informações sobre a heterogeneidade social das cidades do interior paulista no período do café.<sup>572</sup>

Para nós, essas seções biográficas também revelam percepções de espaço próprias dos políticos e intelectuais do Oitocentos: ao listar nomes de autoridades, filhos da terra já falecidos e cidadãos campanhenses honorários, Saturnino da Veiga estava não só prestando um tributo a seus conterrâneos, como discriminando a matéria humana nobre e virtuosa de que se compunha a região sul-mineira.

Na percepção espacial desse autor, o elemento humano, ilustre, patriótico e virtuoso era componente essencial à conformação de uma região em vias de progresso. Sendo assim, a região sul-mineira era não apenas uma realidade natural, mas também um espaço de homens enredados por laços de interesses econômicos, opiniões políticas, amizade, parentesco e topofilia.<sup>573</sup>

No *Almanach*, as condições de progresso estão intimamente relacionadas a

---

<sup>571</sup> Em *Minhas Recordações* (1987), Ferreira de Rezende fornece-nos pistas sobre uma provável antipatia dos campanhenses em relação ao Barão do Rio Verde e a Bueno da Costa: residentes na Freguesia de São Gonçalo da Campanha (atual São Gonçalo do Sapucaí), esses homens “ali viviam à maneira de dois grandes senhores ou como verdadeiros aristocratas” e, por esse motivo, eram “muito pouco populares” e “muito pouco se envolviam na pequena política do município”. Entretanto, eram eles “os verdadeiros diretores da alta política conservadora daqueles lugares, [...] sem cuja vontade nada absolutamente se fazia do que por acaso dependia mais ou menos exclusivamente da alta administração e, sobretudo, do governo geral”. Essa situação gerava na “gente da Campanha [...] uma espécie de antipatia ou até mesmo de raiva” em relação a esses políticos, pois “habitantes de uma simples freguesia do município, não só eram quem realmente davam as cartas, mas pareciam mesmo tratar a cidade com uma espécie de desdém ou de desprezo”. REZENDE, 1987, p. 344.

<sup>572</sup> OLIVEIRA, 2005, p. 24.

<sup>573</sup> TUAN, 1980, p. 4.

posição geográfica e características topográficas das localidades. Segundo seu autor, as povoações bem localizadas tinham, necessariamente, de prosperar,

ao passo que outras, dotadas de muitas riquezas, com terrenos ubérrimos e habitantes industriosos, mas que não tem uma boa situação geographica, raras vezes deixão de se conservar estacionarias ou de progredir de um modo quase imperceptível.<sup>574</sup>

Para descrever freguesias, vilas e cidades, Saturnino da Veiga empregava uma perspectiva linear, como quem observa a paisagem de longe.<sup>575</sup> Na sua opinião: “Há lugares para serem vistos no longe; a proximidade ou impede que bem se os aprecie, ou diminue muito de sua belleza”.<sup>576</sup> Ele também detinha seu olhar em alguns pontos de interesse, como igrejas e casas, deles buscando abstrair uma essência romântica e cor local<sup>577</sup> para compor quadros panorâmicos das localidades sul-mineiras.

O recurso do panorama também conferia ordem à composição corográfica, além de reafirmar, na pedagogia do *Almanach*, signos visuais pitorescos:<sup>578</sup> rios, montanhas, colinas e vales. Percebemos essa estratégia nas seguintes passagens, que tratam, respectivamente, das freguesias de Águas Virtuosas; Espírito Santo da Varginha (atual Varginha); Campo Místico (atual Bueno Brandão); São José do Paraíso; Carmo do Rio Claro; Dolores do Aterrado (atual Ibiraci) e São Francisco das Chagas do Monte Santo (atual Monte Santo de Minas):

Pelo cimo da alcantilada montanha segue a estrada que da cidade da Campanha se dirige á do Rio de Janeiro; *quem passa por ahi alcança com a vista longínquas regiões, crê ver acima de si somente a Deos, e estar mais perto do céu que os que vivem na planície*. O espetáculo maravilhoso que então se offerece aos olhos do viajante preocupa seu espirito á ponto de esquecer, o mais infeliz delles, desgostos e maguas de contrariada existência.<sup>579</sup>

<sup>574</sup> VEIGA, 1874, p. 337.

<sup>575</sup> COSGROVE, 1985, p. 48.

<sup>576</sup> VEIGA, *op. cit.*, p. 120.

<sup>577</sup> CARDOSO, 2012, p. 100.

<sup>578</sup> O termo *pitoresco* significava, inicialmente, um conjunto de técnicas e efeitos utilizados pelos pintores renascentistas para obter uma impressão de conjunto em suas composições. A partir do século XVIII, esse adjetivo passou a ser empregado de forma mais ampla, especialmente nos relatos de viagem. Segundo o paradigma romântico da época, uma paisagem pitoresca era aquela que se parecia com uma pintura, Cf. SUSSEKIND, 1990, p. 40; MURARI, 2009, p. 208; FONSECA, 2011, p. 546; CARDOSO, *op. cit.*, p. 62.

<sup>579</sup> VEIGA, 1874, p. 90.

O arraial, cujo nome nos serve de epigraphe, jaz collocado em uma formosa eminência – e é grato ao viajante descortinar-lhe nas proximidades as brancas casas grupadas em linhas, quadrados ou parallelogrammos que ás suas vistas offerecem lá do alto pittoresca perspectiva.<sup>580</sup>

Cercada de extensas matas, sobresahe a povoação aos mais elevados madeiros; e cobertos estes de expesso musgo semelhões phantasticos que guardão a freguezia. *É ella vista de longe, qualquer que seja o lado por onde caminhe quem a demanda*, e com suas casinhas alvejando no cimo da frondosa floresta parece uma agglomeração de parasitas de flores brancas penduradas nos ramos de uma arvore.<sup>581</sup>

Rodeada de collinas verdejantes todas ellas como que se curvão ante aquella, sobre cujo extenso *plateau* se ergue a risonha e florescente povoação. *Vista ao longe, as casas alvejantes que formão a villa se assemelhão a uma corôa que orna a pittoresca montanha*; para quem está no centro do povoado desenrola-se para todos os lados vastos e límpidos horisontes em os quaes se descortina longínquas serranias.<sup>582</sup>

Collocada em terreno mais ou menos plano e de grande elevação, cercada de extensas campinas, *que ao longe parecem um oceano de verduras, esta freguezia por todos os lados é vista de grande distancia, ostentando magestosa perspectiva*. A natureza deu-lhe por throno a collina em que se senta, por manto os verdes campos que a cercão, e que parecem em eterna primavera, e por vassalos as flores que ornão esses campos e cujos perfumes embalsamão as brizas que volteião junto dessa risonha povoação.<sup>583</sup>

*É agradável a vista que oferece esta freguezia*: - collocada no meio de um campo, além delle vê-se muitas collinas ricamente arborisadas e que vão em alcantis e quebradas até as margens do rio Grande; - a variedade das arvores, a abundancia de fontes e regatos, a formosura dos valles, a eminência dos montes, - tudo é objecto de admiração á que succede doce melancholia, despertada pela pequenez do lugar e solidão de seus arrabaldes.<sup>584</sup>

*É magnífico o panorama que aos olhos do observador offerece esta localidade*: vê-se aqui campos artificiaes; allí montanhas elevadas, além extensas planícies, valles sombrios, e por toda a parte soberba vegetação, lugares pittorescos, bellezas que

<sup>580</sup> *Ibidem*, p. 174, grifo nosso.

<sup>581</sup> *Ibidem*, p. 270, grifo nosso.

<sup>582</sup> *Ibidem*, p. 306, grifo nosso.

<sup>583</sup> *Ibidem*, p. 326, grifo nosso.

<sup>584</sup> *Ibidem*, p. 331, grifo nosso.

fascinação aos entusiastas admiradores dos sublimes quadros da natureza.<sup>585</sup>

Algumas vezes, entretanto, o arrebatamento visual produzido por esses “quadros da natureza” poderia levar o espectador/viajante a cometer equívocos quanto ao real aspecto de uma localidade. Exemplos dessas “armadilhas” panorâmicas são: a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo (atual Carmo de Minas) e a cidade de Jaguari (atual Camanducaia), descritas na sequência:

Vista do alto do morro, por onde passa a estrada que da Campanha vae a côrte, tem um aspecto que agrada; dalli se divisa todas as suas casas, edificadas em uma collina fronteira e que parecem collocadas em perfeita ordem. Atravessando-se, porem, o pequeno ribeiro que corre á fralda da collina, quando a vista não mais abrange toda povoação, já não é tão seductor o panorama que ella offerece, e a freguesia não se mostra tão bella como antes nos pareceu.<sup>586</sup>

Collocada no cimo de uma montanha arenosa, [...]. Quem a procura sente expandir-se sua alma; o pavor de temerosa solidão, que se alongou ante os olhos do viajante e assaltou seu espirito, dissipa-se ao aproximar-se elle da florescente povoação: continúa um longínquo horisonte, mas desaparecerão os despenhadeiros, tristonhas serras, muitas de sarças e espesso pinhal enfesado. Entretanto a athmosphera parece ahi árida como o terreno que se pisa, vê-se as arvores cobertas de areias que o vento ergue do chão para as deixar cahir em suas folhas, mas nada disto impede a vegetação ou prejudica o clima ameno e sadio do lugar: a freguezia de S. Sebastião do Paraíso é formosa, saudável e possui terrenos de sumptuosa fertilidade.<sup>587</sup>

Enquanto, no primeiro exemplo, a paisagem seduz o olhar, fazendo o viajante crer que a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo é toda formosura, no segundo exemplo, a irregularidade do relevo e a vegetação agreste de Jaguari levam o espectador a subestimar essa cidade quando, na verdade, ela era mais aprazível, salubre e próspera do que aparentava. As qualidades “beleza” e/ou “feiúra” estão, portanto, nos olhos de quem as vê.<sup>588</sup>

Sobre a correspondência entre beleza da paisagem e grau de progresso de uma localidade, Saturnino da Veiga tinha a convicção de que “Não é só ao homem

<sup>585</sup> *Ibidem*, p. 354, grifo nosso.

<sup>586</sup> *Ibidem*, p. 120.

<sup>587</sup> *Ibidem*, p. 346.

<sup>588</sup> TUAN, 1980, p. 75.

que a prosperidade faz sorrir e encarar o futuro cheio de fé e de esperanças”:

Há povoações, cujo aspecto sombrio e tristonho como que traduz o desanimo de seus habitantes, a pobreza de seus campos e o marasmo á que estão condemnadas. Outras, ao contrario, se mostram risonhas e faceiras, e á simples inspecção occular vê logo o observador que há alli o trabalho vivificador e a confiança animadora no progresso e no futuro.<sup>589</sup>

Nesse sentido, núcleos urbanos dinâmicos e economicamente prósperos tinham suas formas e cores acentuadas pelo *Almanach*. Esse é o caso da cidade de Pouso Alegre, qualificada como “formosa entre as mais formosas povoações de Minas [...], se ostenta risonha e faceira como que orgulhosa da belleza de seu solo, da fertilidade de suas terras e de sua admirável e lisongeira posição geographica”:<sup>590</sup>

Collocada em terreno ligeiramente accidentado e entrecortado de grandes planícies é seu todo de aspecto encantador. Por qualquer lado que seja observada, a vista deleita-se sempre, não havendo nem a triste monotonia dos immensos chapadões, nem a agreste nudez dos paizes montanhosos. As montanhas lhe derão o que ellas tem de magestoso e pittoresco, as planícies a doce suavidade que a caracteriza, e, para nada faltar ao poético jardim da natureza, crystalinas aguas serpenteando, entre valles e collinas ahi vierão completar e dar vida ao primoroso panorama que, tosca e ligeiramente, procuramos esboçar.

Apreciação inversa, todavia, sofrem as localidades aparentemente afastadas dos trilhos do progresso e da civilização, ou que, no passado, tiveram suas paisagens alteradas pela extração aurífera: enquanto, no caso Pouso Alegre, as montanhas conferem aspecto “majestoso e pittoresco” à cidade, nos exemplos a seguir, referentes às freguesias de São Gonçalo da Campanha e Santo Antônio do Pirangussu (atual Pirangussu), respectivamente, esse acidente geográfico serve de monumento à decadência provocada pela mineração e falta de progresso:

De qualquer modo que se procure observar a freguesia de S. Gonçalo não offerece ella nenhuma vista agradável: - collocada no meio de *catas* abandonadas só se descoria toda povoação do alto do morro, onde outr’ora havia uma pequena capella de Santa Cruz, á que ia ter uma estrada, pela qual passava quem se dirigia pata a ponte do Sapucahy, no Ouro-falla.<sup>591</sup>

<sup>589</sup> VEIGA, 1874, p. 241.

<sup>590</sup> *Ibidem*, p. 221.

<sup>591</sup> *Ibidem*, p. 106.

O aspecto dessa pequena aldeia nada tem de aprasível. Contra o costume geral, que é ser a igreja collocada no centro da praça principal, aqui está ella sobre um monte, isolada, tendo ao lado uma casa arruinada. Desse lugar, que é uma depressão da montanha, não se avista o povoado, parecendo que a ermida se levanta no deserto.<sup>592</sup>

Símbolo convencional da paisagem mineira, a montanha é, portanto, um elemento essencialmente ambíguo:<sup>593</sup> ora evoca a Suíça (“As montanhas da Suíça não tem scenas mais encantadoras, nem sítios mais pitorescos, que os que se vê em muitos pontos do sul de Minas”)<sup>594</sup> ora sugere o inferno.<sup>595</sup> Essa ambiguidade fica patente no panorama de Aiuruoca, que se descortina ao olhar do autor: “Só quando se aproxima do *dominus urbis* avista-se a cidade da Ayuruoca, que se esconde aos olhos dos curiosos por entre montanhas elevadas, ermas e despovoadas, causando por isto mais admiração que prazer”.<sup>596</sup>

O progresso era, no entanto, ambíguo, visto que trouxesse prosperidade e mudanças irreversíveis na paisagem sul-mineira. E Saturnino da Veiga bem sabia disso, pois, ao mesmo tempo em que traça com otimismo o futuro de algumas localidades, como a Freguesia de Espírito Santo da Mutuca (atual Elói Mendes), do município de Campanha, ele se ressentia do fato de uma pequena povoação, Santa Luzia, do mesmo município, achar-se em franco processo de descaracterização:

Esta freguesia [Espírito Santo da Mutuca] já não é a mesma terra que conhecemos há quinze annos: quem a vio então e a vê hoje, desconhece-a inteiramente. Em lugar das pequenas e toscas cabanas em que se abrigava a pobreza que alli vivia, encontra-se hoje bons prédios, continuando a edificação, o que é annuncio certo de riqueza e prosperidade de qualquer lugar. O impulso que opéra em uma aldeia, em pequeno periodo de tempo, grande transformação, garante um progresso civilizador, atrahe novos motores e torna maior o lugar de sua acção.<sup>597</sup>

<sup>592</sup> *Ibidem*, p. 295.

<sup>593</sup> Yi-Fu Tuan atribui essa ambiguidade ao fato de as montanhas constituírem elementos permanentes no repertório visual do homem, quer ele goste ou não. Segundo o autor: “A tendência do homem tem sido de responder emocionalmente a estes aspectos recalitrantes da natureza, tratando-os, em uma época, como sublime, como a abóboda dos deuses e em outra, como feio, desagradável, como a abóboda dos demônios”. TUAN, 1980, p. 80 – 85.

<sup>594</sup> VEIGA, 1874, p. 390.

<sup>595</sup> ANDRADE, 2006, p. 175.

<sup>596</sup> VEIGA, *op. cit.*, p. 425.

<sup>597</sup> *Ibidem*, p. 102.

Pertence á freguesia de S. Gonçalo o bairro de Santa Luzia, pequeno lugarejo, porém muito conhecido, embora completamente mudado do que foi. Quem conheceu essa povoação e passa hoje por ahi sente o coração pezaroso, vendo como está mudado seu aspecto, por sempre é saudoas a vista de um lugar que recorda eras passadas e factos que por qualquer causa estejam ligados a nossa individualidade; sente dor no coração não encontrando nem vestígios siquer de habitações erguidas no *Engenho*, no *Sobrado*, e nem outros pontos por onde passou o estrago do tempo.<sup>598</sup>

Diante desse fato inexorável, o “estrago do tempo”, que corrói as características pitorescas da paisagem, restam duas alternativas ao espectador: admirar o ritmo do progresso, representado pela substituição de “pequenas e toscas cabanas” por “bons prédios”, ou assumir uma postura romântica<sup>599</sup> de revolta contra a modernidade,<sup>600</sup> buscando no terreno os vestígios do passado-as antigas habitações.

A nostalgia provocada pela ação transformadora do tempo leva o autor a idealizar a vida dos habitantes das pequenas povoações, representando-os como guardiões das virtudes e tradições que as sociedades urbanizadas e industrializadas haviam perdido. Exemplo dessa “imagem pastoral do sertão,”<sup>601</sup> vemos na descrição da Freguesia do Mundo Novo, município de Campanha:

Não existe ali uma povoação formada no verdadeiro sentido da palavra, nem uma igreja, nem uma ermida [...]. Mas reside ahi um povo laborioso, differente daquelle que nas grandes cidades está empregando em custosas officinas, onde os homens se convertem em machinas viventes, envilecendo-se umas vezes pelo isolamento, e outras vezes pervertendo-se pelo contacto com outros homens. No *Mundo Novo* cada choupana contém um pequeno proprietário, uma familia, um lar domestico, onde ás noites de serão repousão do serviço diário incansaveis trabalhadores: lá cercados da prole, ao som da viola, erguem elle ao relento, ou junto ao fogo que crepita no chão térreo da casa, melancholicas canções, cheas de natureza e graça: e quando pendura-se á parede o melodioso instrumento uns contão e outros escutão os sucessos do dia, historias de acontecimentos que nunca se derão, e que ignorante credulidade aceita sem exame.<sup>602</sup>

<sup>598</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>599</sup> Segundo Luciana Murari, a postura romântica pode ser definida como uma crítica moderna da modernidade, o que significa dizer que “em face dos aspectos característicos da civilização capitalista, a melancolia romântica ressentia-se da ausência de valores comunitários intrínsecos à humanidade, valores de integração entre homem e natureza”. MURARI, 2009, p. 191.

<sup>600</sup> VEIGA, 1874, p. 191.

<sup>601</sup> MURARI, *op. cit.*, p. 189.

<sup>602</sup> VEIGA, *op. cit.*, p. 86.



A conservação de valores, tais como “a individualidade e independência do homem” e “a união da família”, bem como a distância “do movimento das cidades” faziam dos camponeses “afortunada gente” que passava “uma vida pacífica e moralizada sem importar-se com os grandes acontecimentos que preocupam o espírito de outros homens”. Por meio da nostalgia, portanto, esse cotidiano de Mundo Novo adquire sentido e é reinventado pelo autor do *Almanach* tal como uma ficção: “Frente ao impacto presumivelmente catastrófico do progresso sobre a tradição” – diz, nesse sentido, Luciana Murari – “o mundo rural foi muitas vezes visto como o substrato de autenticidade que salvaguardaria a cultura nacional dos efeitos da modernidade”.<sup>603</sup>

Dessas descrições, concluímos que Saturnino da Veiga observava o conjunto da paisagem sul-mineira com as lentes do amor pela pátria, mas também com olhos de intelectual comprometido com o projeto de construção da nação.

Ao publicar o *Almanach Sul-Mineiro*, com vistas à divulgação de sua obra, o autor doou exemplares a diversas câmaras municipais, inclusive à de Campanha, mesmo sabendo que essa instituição havia encomendado dez exemplares da mesma obra. Acompanhava essa doação o seguinte ofício, datado de 12 de agosto de 1874:

Ilmo. Srs. Em testemunho de consideração à digna municipalidade da Campanha e da particular afeição ao distinto cidadão que a preside, tenho a honra de oferecer à municipalidade um exemplar do *Almanaque Sul-Mineiro*, sentindo que a mesquinhez de minha oferta não corresponde aos sentimentos que me animam em relação a essa corporação. Desde que empreendi a publicação desta obra, resolvi oferecer um exemplar dela à Câmara Municipal da Campanha, imediata representante de meus conterrâneos aos quais penso que esta publicação interessa mais que a outros, e não podia demover-me do meu propósito o fato que chegou ao meu conhecimento de haver essa Câmara resolvido tomar dez assinaturas do mencionado Almanaque. Agradeço profundamente esse valioso auxílio que me foi prestado e que pode também significar interesse que a municipalidade da Campanha toma por tudo quanto diz respeito ao progresso material e moral desta cidade.<sup>604</sup>

Estimamos que, com esse gesto, Saturnino da Veiga reafirmasse as

<sup>603</sup> MURARI, 2009, p. 196.

<sup>604</sup> CEC-ML: Documentos avulsos, n° 71.

relações políticas e de amizade que provavelmente existiam entre ele, os membros da municipalidade campanhense e as diversas municipalidades sul-mineiras. Ademais, a obra cumpria a finalidade de divulgar uma imagem idealizada da região que contribuísse para validação dos projetos de provincialização e autonomia político-administrativa do sul de Minas Gerais.

O *Almanaque Sul-Mineiro* ainda rendeu a seu autor o ingresso no IHGB, como sócio correspondente, em 1880.<sup>605</sup> A comissão responsável pela avaliação dessa obra qualificou-a de “um cofre de jóias litterarias e históricas de tão subito valor”, fruto “de incontestável mérito litterario, [...] de muito trabalho, de grandes fadigas, e que revelam genio estudioso, ilustrado e investigador”.<sup>606</sup> Esse juízo evidencia-nos o reconhecimento dessa instituição para com o mosaico de histórias regionais e locais que eram escritas nas províncias durante o Império. Afinal, todo tipo de conhecimento, fosse ele monográfico ou de síntese, era tido como de serventia para a consolidação da imagem do território nacional.

Com o tempo, essa obra conquistou lugar de prestígio na tradição corográfica mineira, sendo alçado ao estatuto de referência sobre assuntos referentes ao sul de Minas.<sup>607</sup> Nesse sentido, esse periódico é o registro de uma região, duplamente real e idealizada, uma vez que seu autor descreva o sul de Minas com vistas a transformá-lo em *Minas do Sul*. É, por fim, a descoberta de uma região em transformação por um intelectual que nela viveu, temendo e, ao mesmo tempo, desejando seu progresso.

---

<sup>605</sup> Saturnino da Veiga ainda concorreu para o Instituto com mais duas obras, quais sejam: *Enciclopédia Popular* (1879) e *Traços Biographicos do Exm. Sr. Barão de Irapuá* (1881).

<sup>606</sup> MARQUES; VEIGA, In: RIHGB, 1880, p. 404 – 406.

<sup>607</sup> Cf. MIRANDA, 1980; QUEIROZ, 1948.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um templo consagrado á divindade, algumas casinhas erguidas junto delle, a rua erma de povo que sahio para cultivar a terra, a corrente graciosa de um rio, e mais longe campos em que pasta o gado e matas que o lavrador converteu em formosa seára, eis o que ás mais das vezes é uma aldeia no extremo sul da provincia de Minas.<sup>608</sup>

Com essa descrição do Distrito de Santa Bárbara das Canoas, da Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé (atual Guaxupé), temos a síntese de um sul de Minas idealizado: *locus amoenus*, onde o tempo arrasta-se moroso e a vida humana confunde-se com a beleza e harmonia da paisagem natural. Nessa cena retratada pelo *Almanach Sul-Mineiro*, nenhum sinal de progresso ou civilização: embora já sinalizados na paisagem e na índole dos habitantes dessa região, esses ideais eram pelo autor almejados para um futuro próximo, quando o sul de Minas se transformasse em *Minas do Sul*.

Seduzidos por essa imagem, nossa intenção, neste estudo, foi reconstituir o processo pelo qual a região sul-mineira foi imaginada e reivindicada pelos membros da elite política e intelectual campanhense como “membro” legítimo da “família provincial do Império”. Para isso, optamos por analisar esse fenômeno de representação espacial em duas perspectivas: como produto da visão corográfica e como projeto político-regional. Nesse sentido, a criação de uma nova província não foi apenas uma idéia derivada da crítica ao sistema de divisão geral do Império mas também uma forma de ver o espaço e nele exercer poder de maneira a produzir novas realidades político-territoriais.

Sobre a visão corográfica, vimos que ela se desenvolveu em concomitância com o arranjo institucional do Império, ampliando a perspectiva das elites regionais e influenciando a atuação delas no processo de construção do Estado nacional brasileiro. Sendo assim, as corografias de Manoel Aires de Casal, Raimundo José da Cunha Matos, José Saturnino da Costa Pereira, Joaquim Manoel de Macedo, entre outros autores analisados, foram verdadeiros instrumentos de representação política, por legitimarem diferentes imagens de Brasil, sob a égide de um paradigma compósito: *empíria e erudição*.

---

<sup>608</sup> VEIGA, 1874, p. 361.

A “família provincial do Império”, metáfora cunhada pelo escritor Joaquim Manoel de Macedo em *Noções de Chorographia do Brazil* (1873), foi um interessante recurso para analisarmos um dos principais atributos do Estado Nacional Brasileiro: a unidade. Ao apresentar as relações políticas e comerciais entre as províncias como “elo fraternais”, Macedo naturalizava o arranjo institucional do Império, abrandando o conflito inerente às situações de hierarquização espacial. Assim, pela metáfora das províncias irmãs, centro e periferia, governo imperial e elites regionais, unidade e diversidade tornavam-se categoriais não antagônicas, mas interdependentes, reiterando o projeto de manutenção da contiguidade territorial do Império.

A delicada arquitetura do edifício imperial tinha em Minas Gerais sua pedra fundamental: província extensa, central e diversificada, Minas era, como os políticos mineiros gostavam de dizer, o “coração do Brasil”, arrimo das instituições políticas e guardião dos valores cívicos de ordem e liberdade.

Todavia, em uma perspectiva dialética, as condições que desafiavam a manutenção da unidade nacional eram latentes ao próprio processo de constituição histórica de Minas: após a repressão ao movimento liberal de 1842, a divisão do território mineiro passou a ser vista como uma necessidade de ordem pública, além de iniciativa pela qual se satisfariam algumas das críticas ao sistema de divisão geral do Império. Nesse sentido, os políticos favoráveis a essa medida frequentemente associavam Minas a um “colosso de barro” que, quebrado, ameaçava arrastar consigo, em pedaços, todo o edifício imperial.

No plano corográfico, a diversidade natural que caracterizava Minas constituiu-se em um grande desafio para aqueles que buscavam representar essa província, quer por meio de mapas, quer em formato textual. Uma alternativa para remediar a incompletude das representações panorâmicas do território mineiro foi representá-lo sob o ponto de vista municipal, como se Minas fosse composta de municípios geográfica e historicamente distintos que, juntos, perfaziam uma totalidade harmônica. É interessante observar que, concomitantemente à produção de corografias municipais, discutia-se, no parlamento, a necessidade de aumento das franquias político-administrativas dos municípios.

A propósito, o papel dos municípios no arranjo institucional do Império é um tema que vem exercendo crescente interesse sobre nós, embora não tenhamos a pretensão de analisá-lo a contento, neste momento. Isso porque, ao

pesquisarmos a ingerência da municipalidade de Campanha em assuntos relativos à criação da província sul-mineira, surpreendemo-nos com a riqueza das relações intermunicipais, bem como com a obstinação de alguns municípios em fazer valer seus interesses político-territoriais na esfera política nacional. Isso talvez contribua para corroborar a tese de que o arranjo institucional do Império não foi fruto de um projeto hegemônico, elaborado por uma elite nacional, mas, sim, resultado, dentre tantos outros possíveis naquele momento, de uma aliança selada entre governo central e elites políticas regionais.

Ainda tivemos a oportunidade de observar como a visão corográfica foi empregada pela elite regional para divulgar os projetos de provincialização e validar a imagem hierarquizada da região sul-mineira.

Vimos que a imprensa local foi pródiga em exaltar a imagem de Campanha, enfatizando as características que a aproximavam de uma *polis* grega: civilização, força política e ilustração de seus habitantes. Para o jornal *O Monitor Sul-Mineiro*, por exemplo, as condições de progresso regional estavam relacionadas à posição geográfica dos outros municípios em relação a essa cidade. Nesse ensejo, cremos que a elite política e intelectual campanhense, em especial os membros da família Veiga, arrogaram para si a tarefa de civilizar os habitantes das freguesias do termo de Campanha e dos municípios vizinhos, conduzindo o sul de Minas ao progresso.

O *Almanach Sul-Mineiro*, por sua vez, inovou a tradição corográfica ao tratar não da província de Minas em sua totalidade, como era de praxe nas corografias oitocentistas, e sim de um recorte, uma utopia espacial, *Minas do Sul*. Produto inicial de um ambicioso projeto de Saturnino da Veiga para conhecer e inventariar todas as localidades do sul de Minas, inclusive arraiais e pequenas povoações, em um período de dez anos (houve uma segunda edição, em 1884, a qual não pudemos analisar), essa publicação pode ser considerada produto e produtora dos projetos de provincialização que ela buscava divulgar.

A importância dessa fonte reside no fato de ela ser o testemunho da visão de um intelectual local sobre a região por ele habitada. Assim, na narrativa do *Almanach*, o sul de Minas vai paulatinamente tomando forma, deixando de ser um aglomerado de localidades aparentemente díspares para se converter em uma individualidade política, identitária e territorial, em síntese, em uma região.

Sendo assim, estimamos que, na percepção dos políticos e intelectuais do Oitocentos, o sul de Minas não foi apenas uma realidade natural, mas também um espaço de homens enredados por laços de interesses políticos, parentesco e amor pela pátria.

Quanto à perspectiva de *Minas do Sul* como projeto político regional, vimo-la sobressair nos debates da Câmara dos Deputados e nas relações entre a Câmara de Campanha e outras municipalidades da região. Em ambas as instâncias de poder, nacional e municipal, notamos que a divisão de Minas, a “Rússia do Brasil”, como as chamavam alguns deputados, era vista como imperativo de melhoria na administração e preservação da unidade territorial do Império. Isso nos fez perceber que os antagonismos gerados pela centralização do aparelho administrativo imperial existiam no interior das províncias, estas sendo verdadeiros mosaicos regionais.

Os projetos de provincialização das Comarcas sul-mineiras também estavam relacionados ao que chamamos de *tradição geopolítica* da municipalidade campanhense, como procuramos demonstrar.

Durante a primeira metade do século XIX, a Vila de Campanha da Princesa ligou-se ao projeto de construção do Estado nacional brasileiro, tornando-se importante centro político na província de Minas Gerais. Seu extenso termo municipal, demarcado desde sua elevação à condição de vila, em 1798, fazia dessa cidade o núcleo de origem dos mais de cento e cinquenta municípios que atualmente constituem a região sul-mineira.

A partir da década de 1840, diversos municípios foram criados na região sul-mineira, em função do crescimento demográfico, do aumento das demandas regionais e das rivalidades políticas entre as municipalidades. Nesse contexto, houve um rearranjo territorial no termo de Campanha, sendo emancipados os distritos de Pouso Alegre, Cristina, Itajubá, ente outros. Em compensação, os distritos de Lambarí e Águas Virtuosas permaneceram subordinados à jurisdição campanhense, pois, neles, a Câmara de Campanha havia investido no saneamento dos terrenos onde foram descobertas fontes de águas minerais.

Levando isso em conta, estimamos que a confluência entre olhar retrospectivo, marcado por significativas perdas territoriais, e olhar prospectivo, sinalizado pela possibilidade de progresso econômico com o desenvolvimento da cafeicultura e com a descoberta de fontes de águas minerais no sul de Minas, foi a

condição que possibilitou à elite política e intelectual campanhense dimensionar seu espaço de atuação política nessa região e formular uma representação idealizada de *Minas do Sul*.

Sinalizamos que essa hipótese precisa ser mais bem desenvolvida, visto não termos analisado questões, como: o impacto da descoberta das fontes de águas minerais nas vendas de terras praticadas pela municipalidade campanhense, a lógica dos empreendimentos particulares de construção de balneários, hotéis e demais obras de infraestrutura que visavam estimular o afluxo de pessoas na região, entre outros. Cremos que esses temas podem elucidar a ideia de progresso, partilhada pelos membros da elite política e intelectual campanhense.

Sobre as divergências municipais em torno do projeto de provincialização, podemos dizer que elas espelham ausência de uma identidade regional hegemônica. Enquanto os representantes da elite política e intelectual campanhense defendiam, na imprensa e no Parlamento, a criação de uma nova província no sul de Minas, algumas freguesias da Comarca do Rio Sapucaí reivindicavam sua anexação à província de São Paulo. Disso, percebemos que *Minas do Sul* não era uma construção política e identitária partilhada por todos.

Uma hipótese para a resistência de alguns municípios sul-mineiros em comungar com os ideais de provincialização regional é de ordem geopolítica: pressionados pela articulação das idéias provincializadoras em Campanha, os habitantes da Comarca do Rio Sapucaí viam na anexação à província de São Paulo a única alternativa para remediar a descontinuidade territorial que se instauraria na região caso os projetos separatistas lograssem êxito.

Em estudos posteriores, seria interessante acompanharmos como os assuntos da divisão de Minas e provincialização da região sul-mineira foram abordados em outras esferas político-administrativas, como o Senado, a Presidência da Província e, mesmo, a Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, visto que essa última teve interesse em anexar parte do sul de Minas a seu território. Também pretendemos aprofundar nossas investigações sobre a existência de outros projetos regionais de provincialização além desse, sustentado por Campanha e sobre as estratégias utilizadas por representantes do governo paulista para divulgarem o projeto de anexação entre os habitantes da Comarca do Rio Sapucaí, temas que, no momento, não pudemos desenvolver.

Outra proposição que complementa nossas considerações finais, embora não tenhamos nos detido nela, é a de que os projetos de criação da província sul-mineira não foram completamente derrotados no Parlamento pela “falange mineira” que se opunha à divisão de Minas. Algumas reivindicações neles contidas, como melhoria das vias de comunicação e implementação da rede ferroviária na região, foram absorvidas por outras agendas políticas de finais do Império.<sup>609</sup> Sendo assim, estimamos que a imagem com a qual o sul de Minas adentrou na República tenha sido bastante diferente da decadência que os jornais *A Nova Província*, *O Sul de Minas* e *O Monitor Sul-Mineiro* esforçavam-se em divulgar, nas décadas de 1850, 1860 e 1870.

Como conclusão, embora os episódios do “Movimento Separatista”, ocorrido na cidade de Campanha, em 1892<sup>610</sup>, extrapolem os limites desse estudo, vale observar como o jornal oficial desse movimento anunciou a criação de um novo centro administrativo no sul de Minas:

Minas do Sul existe enfim! Concretizou-se a perene aspiração de meio século, nossa e de nossos maiores. Não há, no mais recôndito recanto do território d’aquém Rio Grande, um coração que não pulse uníssono conosco, no contentamento pela realização do nosso sonho comum, no entusiasmo pela previsão do esplêndido futuro que nos aguarda.<sup>611</sup>

Ironicamente, o “esplêndido futuro” que os prosélitos desse projeto aguardavam, desde 1854, nunca se concretizou, pois, dois meses depois de ter sido criado, o Estado de *Minas do Sul* fora extinto como membro da federação brasileira, tornando a integrar Minas Gerais. Confluiu para esse insucesso o pouco apoio com o qual esse movimento pôde contar na região, sinal de que, provavelmente, as ideias de autonomia regional já não despertavam o mesmo entusiasmo na República como outrora, em tempos imperiais.

---

<sup>609</sup> Cremos que a inauguração, em 1884, de um ramal férreo da Companhia *Minas & Rio*, passando por Três Corações do Rio Verde, distrito do município de Campanha até essa data, possa ter sido uma dessas agendas políticas de caráter “compensatório”. Cf. FREITAS, 2009; CAMPOS, 2012; SILVA, 2012.

<sup>610</sup> Esse tema foi estudado em nossa monografia de graduação intitulada: *Lemos no presente, soletramos no futuro: o Movimento Separatista de 1892 no discurso de O Monitor Sul-Mineiro*. Nesse estudo, interessou-nos, basicamente, analisar como esse jornal contribuiu para a formação de uma opinião e, posteriormente, de uma interpretação “historiográfica” acerca dos episódios que ocorreram na cidade de Campanha entre os meses de janeiro e março de 1892. Para uma versão reduzida desse texto, Cf. CASTRO, In: SAES, MARTINS, 2012, p. 39 – 68.

<sup>611</sup> CEC-ML: MINAS DO SUL, Campanha: 09/02/1892.



## **FONTES DOCUMENTAIS**

### **1. Manuscritas:**

#### **Centro de Memória Cultural do Sul de Minas – CEMEC-SM**

ATAS das sessões da Câmara Municipal da Cidade de Campanha, Livro 24 (1853 – 1856).

ATAS das sessões da Câmara Municipal da Cidade de Campanha, Livro 26 (1858 – 1862).

ATAS das sessões da Câmara Municipal da Cidade de Campanha, Livro 28 (1868 – 1871).

ATAS das sessões da Câmara Municipal da Cidade de Campanha, Livro 29 (1871 – 1876).

ATAS das sessões da Câmara Municipal da Cidade de Campanha, Livro 29b (1874 – 1882);

ATAS das sessões da Câmara Municipal da Cidade de Campanha, Livro 30 (1882 – 1889).

#### **Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort – CEC-ML**

ATAS das sessões da Câmara Municipal da Cidade de Campanha, Livro 25 (1856 – 1858);

ATAS das sessões da Câmara Municipal da Cidade de Campanha, Livro 27 (1865 – 1868);

CÓPIA DE OFÍCIO da Câmara Municipal de Campanha à Câmara Municipal de Tres Pontas informando sobre a criação da Província de Minas do Sul. Data: 07/04/1854. Documentos Avulsos, nº 54;

CÓPIA DE REPRESENTAÇÃO de criação de província composta pelas Comarcas do Rio Sapucaí, Rio Verde, Tres Pontas e o município de Lavras. Data: 01/05/1854. Documentos Avulsos, nº 60a;

OFÍCIO da Câmara Municipal de Bagagem à Câmara Municipal de Campanha informando sobre a criação da Província de Minas do Sul. Data: 14/01/1863. Documentos Avulsos, nº 60b;

OFÍCIO de Bernardo Saturnino da Veiga à Câmara Municipal de Campanha oferecendo o *Almanach Sul-Mineiro*. Data: 12/08/1874. Documentos Avulsos, n. 71.

### **Arquivo Público Mineiro – APM**

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial – Correspondência recebida – Campanha – AL 1/4, cx. 03 e 04.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial – Correspondência recebida – Campanha – AL 1/5, cx. 04.

MINAS GERAIS. Presidência da Província – Correspondência recebida – Subsérie 33: Câmaras Municipais – PP 1/33, cx. 45, 46, 48, 49, 50.

### **Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP**

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa Provincial – Correspondência recebida – ASSPROV, Cx.5, nº. 67.

### **Biblioteca Nacional – BN**

ACCORDÃO da Câmara da Villa da Campanha da Princeza. Códice BNRJ – 18, 3, 7A.

ALMEIDA, José Joaquim de. Descrição da cidade de Barbacena e seu município. Barbacena, dez. 1882. 40 p. Códice Minas Gerais II – 36, 4, 10.

ALMEIDA, Francisco Ângelo de. Descrição Geographica, Phisica e Histórica da Itabira do Matto Dentro. 01/06/1881. Códice Minas Gerais II 36, 8, 3 nº 3.

DESCRIÇÃO do Município de S. Gonçalo do Sapucahy. Códice Minas Gerais II – 36, 8, 3, nº 2.

DESCRIÇÃO Histórica e geográfica de Jacuí, Caldas, Ouro Fino, Cabo Verde e Campestre. Códice Minas Gerais II – 36, 07, 013.

MOURÃO, Rodolpho de Freitas. Descrição do Municipio de Bom Sucesso. Códice Minas Gerais II – 36, 9, 39.

## 2. Folhetos e periódicos:

A NOVA PROVÍNCIA. Campanha: Typ. Austral, 03/06/1854 – 06/06/1855. Localização: Biblioteca Nacional, Obras Raras, Microfilme: PR SOR 04567 [1].

CÂMARA GERAL DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO. *Annaes da o Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados*. Sessão de 1843. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1843.

CÂMARA GERAL DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO. *Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados*. Sessão de 1854. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1854.

CÂMARA GERAL DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO. *Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados*. Sessão de 1862. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1862.

CÂMARA GERAL DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO. *Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados*. Sessão de 1868. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1868.

CÂMARA GERAL DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO. *Annaes do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados*. Sessão de 1884. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1884.

MARQUES, César Augusto; VEIGA, Luís Francisco da. Parecer da Comissão de História acerca da obra de Bernardo Saturnino da Veiga. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 61, p. 404 – 406, 1880.

MEMÓRIAS municipais (V – Camara da Campanha). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. I, p. 457 – 647, jul./set. 1897.

MINAS DO SUL. Campanha. Typ. Oficial do Estado de Minas do Sul, 10/02/1892 a 20/03/1892. Localização: Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort – CEC-ML.

MINAS GERAIS. *Collecção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geares de 1846*. Ouro Preto: Typ. Provincial de Minas, 1847.

MINAS GERAIS. *Collecção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geares de 1847*. Ouro Preto: Typ. Provincial de Minas, 1848.

MINAS GERAIS. *Collecção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Geares de 1848*. Ouro Preto: Typ. Provincial de Minas, 1850.

MINAS GERAIS. *Collecção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de*

*Minas Geares de 1851* Ouro Preto: Typ. Provincial de Minas, 1858.

MINAS GERAIS. *Collecção das Leis, Resoluções e regulamentos da Província de Minas Geares do anno de 1884*. Ouro Preto: Typ. do Liberal Mineiro, 1885.

O APPELLO que o Sul de Minas fez á assembléa provincial de São Paulo para a sua annexação ao territorio paulista (Folheto). São Paulo: Secretaria da Presidencia de Província, 1854. Localização: Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH – USP.

O MONITOR SUL-MINEIRO. Campanha: Typ. do Monitor Sul-Mineiro, 01/01/1872 a 23/11/1896. Localização: Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort – CEC-ML.

O MONARCHISTA. Campanha, 21/02/1875. Localização: Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort – CEC-ML.

O SUL DE MINAS. Campanha: Typ. Austral, 23/06/1859 a 31/12//1862. Localização: Acervo Particular de Márcia Lemes Pereira – APMLP.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro*. Campanha: Typ. do Monitor Sul Mineiro, 1874.

### 3. Dicionários:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, v.1/2, 1883, 1893.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionario Aurélio da Língua Portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typ. Lacerdina, v.1/2, 1813.

PEREIRA, José Saturnino da Costa. *Diccionario Topographico do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Commercial de P. Gueffier, 1834.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typ. de Silva, 1832.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. de Milliet de. *Diccionario geographico historico e descriptivo do Imperio do Brazil*. Paris: em casa de J. P. Aillaud, Editor, 1845.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Gráficas Irmãos Pongetti, 1937.

#### 4. Textos de época e obras de referência:

ALMEIDA, Candido Mendes. *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

APOLLO, Manoel. *Elementos de Chorographia do Estado de Minas Gerais*. 2 ed. Belo Horizonte: Typ. Beltrão, 1903.

BASTOS, Aureliano Candido Tavares. *A província*. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.

BUENO, José Antonio Pimenta. *Direito público Brasileiro e análise da Constituição do Império*. Brasília: Ed. do Senado Federal, 1978.

BUENO, Júlio. *Almanach do Município de Campanha*. Campanha: Typ. do Monitor Sul Mineiro, 1900.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

FRANCO, Virgílio Martins de Melo. *Viagens pelo interior de Minas Geraes e Goyaz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

GERBER, Henrique. *Noções geographicas e administrativas da província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typ. de Georges Leuzinger, 1863.

HALFELD, Heinrich Wilhelm; TSCHUDI, Joham Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Considerações sobre a Nostalgia*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1844.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *O Rio do quarto*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1869.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Noções de Corographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Franco Americana, 1873a.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Notions de Chorographie du Brésil*. Leipzig: Imprimerie de F. A. Brockhaus, 1873b.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Nova questão política: que vantagens resultarão aos reinos do Brasil e de Portugal se conservarem huma união sincera, pacífica e leal?* Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1822.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 26, 1863.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004.

MORAES, Alexandre José de Melo; SILVA, Ignacio Accioli Cerqueira e. *Ensaio Corografico do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Dous de Dezembro, 1854.

MORAES, Alexandre José de Melo. *Corographia historica, chronographica, genealógica, nobiliária e politica do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de José Soares de Pinho, 1858.

PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Diccionário Geographico do Brazil*. V. 1. Rio de Janeiro: Typ. de Georges Leuzinguer, 1887.

REBELLO, Domingos José Antonio. *Corographia ou abreviada História Geographica do Imperio do Brasil*. Salvador: Typ. Imperial e Nacional, 1829.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 1987.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geographia descriptiva especial da província de Minas Geraes*. Juiz de Fora: G. C. Dupim, 1878.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descriptiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro, 1997.

VEIGA, Benoni da. *Genealogia da família Veiga a partir de Francisco Luiz Saturnino da Veiga até a actual geração*. Rio de Janeiro: Niemeyer Soares & Cia., 1932.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Encyclopedia popular*. Campanha: Typ. do “Monitor Sul-Mineiro”, 1879.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998.

## 5. Mapas e panoramas:

CARTA da Provincia de Minas Geraes coordenado segundo os dados officiaes existentes e muitas próprias observações por Henrique Gerber. Ouro Preto, 1863. Acervo Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Localização: Biblioteca Nacional – BN. Seção de Material Cartográfico. ARC.001, 06, 039 Cartografia.

MAPPA de toda a extenção da Campanha da Princeza, fixada pelo Rio Grande, e pelos registros que limitão a Capitania de Minas. Localização: Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Códice n°. 2166.

MAPPA do Termo da Villa da Campanha da Princeza. Localização: Arquivo Público Mineiro – APM. Seção de Material Cartográfico. APM – SC003.

MAPA da Villa da Campanha da Princeza e Termos Anexos, 1823. Localização: Biblioteca Nacional – BN. Seção de Material Cartográfico. ARC, 025, 02, d5.

PROVINCIA de Minas Geraes segundo o projecto de nova divisão do Império pelo Deputado Cruz Machado e mandada lithographar pelo Illm°. Exm°. Sñr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira Ministro do Imperio e desenhada por José Ribeiro da Fonseca Silva, 1873. Acervo Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Localização: Biblioteca Nacional – BN. Seção de Material Cartográfico. ARC.001, 07, 065 ex.1.

VISTA da Cidade da Campanha – mandada reproduzir por Bernardo Saturnino da Veiga. s/d. Localização: Museu Regional do Sul de Minas – MRSM.

## 6. Documentos disponíveis na internet:

BRASIL. Collecção das Leis do Império. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>> Acesso em: 10 Dez. 2012.

CARTA chorographica da Provincia de Minas Geraes, coordenada e deenhada em vista dos Mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de vários Engenheiros, por Ordem do Illm°. e Exm°. Sr. Doutor Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, Presidente desta Província. Ouro Preto, 1855. Disponível em: <<http://bvpb.mcu.es>> Acesso em: 10 Dez. 2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Livros na íntegra

ADDUCI, Cássia Chrispiniano. *A “Pátria Paulista”*: o separatismo como resposta à crise final do Império. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos*: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas (1753 – 1773). São Paulo: Hucitec, 2003.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais*: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARAÚJO, Cônego Hugo Bressane de. *Notícias históricas*. Campanha: [s.n.], 1925.

ARRUDA, Maria Aparecida do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BAKER, Alan. *Geography and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BAKER, Alan R. H.; BIGGER, Gideon (orgs.). *Ideology and landscape in historical perspective*. New York: Cambridge University Press, 2006.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência de Minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1971.

BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Lisboa: Edições 70, 1987.

BERNÁRDEZ, Manuel. *O coração do Brasil*: Crônicas de Minas Geraes. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1922.

BEZZI, Meri Lourdes. *Região*: uma (Re) visão historiográfica – da gênese aos



novos paradigmas. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.

BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Bauru: Edusc, 2005.

BORGES, Jorge Luís. *História universal da infâmia*. Porto Alegre: Globo, 1986.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A escola de Minas de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CASADEI, Antônio. *Notícias históricas da cidade da campanha: tradição e cultura*. Niterói: Serviços Gráfic-Impar, 1987.

CASADEI, Antônio; CASADEI, Thalita de Oliveira. *Aspectos históricos da cidade da Campanha*. Campanha: Sebo Cultural, 2002.

CASASSANTA, Manoel. *Campanha, 1929*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1973.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAUQUELIN, Anne. *L'invention du paysage*. 2 ed. Paris: Presses Universitaires Françaises, 2000.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAVES, Claudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio (orgs.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados. Origens da Nação Argentina (1800 – 1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

CLAVAL, Paul. *Histoire de la géographie*. Paris: Presses Universitaires Françaises, 1995.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antonio. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Cedeplar, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da metrópole e outros estudos*. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. Origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da república: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. v.1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAGUNDES, Synesio. *Roteiro de S. Lourenço*. História, Corografia, Informações Gerais. São Lourenço: Empresa A Montanha Editora, 1945.

FILGUEIRAS, Carmegildo; ARAÚJO, Thomaz de Aquino. *Os correios na história da Campanha*. Belo Horizonte: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Diretoria Regional da Campanha, 1973.

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D`el Rei*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

GEBARA, Ademir; MARTINS, Paulo; BRUIT, Hector; LANNA, Ana Lúcia (orgs.). *História regional: uma discussão*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1987.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Cedeplar, 1996.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias: Rio de Janeiro (1821 – 1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rey (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, região e globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

GROSSI, Filipo. *Lo stato de Minas Geraes (Brasile)*. [S.l.]: S. Nesi e F. Grossi, 1911.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1789*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1958.

JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

KAGAN, Richard. *Imágenes urbanas del mundo hispánico. 1493-1780*. Madrid: El Viso, 1999.

LACOSTE, Yves. *A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papyrus, 1988.

LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. *Cidade da Campanha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. *Famílias campanhenses*. Campanha: J.P.Lefort, 1995.

LEITE, Aureliano. *São Francisco de Paula de Ouro Fino nas Minas-Gerais*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1941.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MACEDO, Roberto. *O Barão do Rio Verde: João Antonio de Lemos: reabilitação de um esquecido*. Rio de Janeiro: Alba, 1940.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política*

externa no Brasil (1808 – 1912). São Paulo: Moderna, 1997.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELO, Ciro Flávio Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

MEYER, Marlyse (org.). *Do Almanak aos almanaques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MIRANDA, Amélio Garcia de. *A história de Três Pontas*. Belo Horizonte: Ed. JC, 1980.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana*. Rio de Janeiro: Colibris, 1958.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2009.

PAULA, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

QUEIROZ, Amadeu de. *Pouso Alegre: a origem da cidade e a história da sua imprensa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RASTIER, François. *Sens et textualité*. Paris: Hachette, 1989.

REALE, Miguel. *Figuras da Inteligência brasileira*. São Paulo: Siciliano, 1994.

ROSSI, Pompeu. *Ouro Fino: bosquejo histórico*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura, 1933.

SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (orgs.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru: Edusc, 2012.

SCHAMA, Simon. *Landscape and memory*. London: Harper Collins, 1995.

SENNA, Nelson de. *A terra mineira: chorographia do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

SILVA, Marcos A. (coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830 – 1834)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil: Evaristo da Veiga*. v. 6, Belo Horizonte: Itatiaia Ltda., 1988.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha*. Introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1985.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: A fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839 – 1889)*. Rio de Janeiro: Funarte/ Rocco, 1995.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da princeza*. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., v. 1 a 4, 1937.

## 2. Capítulos de livros

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11 – 94.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Minas Gerais às vésperas da criação de Belo Horizonte e no limiar de um novo tempo. In: SILVA, José Joaquim da. *Tratado de Geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro, 1997. p. 15 – 23.

ANDRIÉS, Lise. Almanques: revolucionando um gênero tradicional. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França (1775 -1800)*. São Paulo: Edusp, 1996. p.287 – 307.

BANN, Stephen. A verdade em cartografia. In: *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994. p. 239 – 262.

BORGES, Maria Elisa Linhares. Atlas histórico: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos século XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 369 – 390.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.107 – 132.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 163 – 208.

CACHIN, Françoise. Le paysage du peintre. In: NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire II : la nation*. Paris : Gallimard, 1986. p. 435 – 486.

CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida; NEVES, Marta Eloísa Melgaço. Introdução. In: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998. p.15 – 40.

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no império brasileiro: história e argumento. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 501 – 528.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações geográficas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 155 – 196.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Notas sobre o movimento separatista de 1892. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (orgs.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru: Edusc, 2012. p. 39 – 68.

CLAVAL, Paul. Orientar-se e reconhecer-se. Marcar, recortar, institucionalizar e apropriar-se do espaço. In: *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999. p. 189 – 218.

CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações geográficas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 89 – 117.

COSTA, Antonio Gilberto. A cartografia do território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. In: *Anais do IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: [s.n.], 2011, p. 1 – 21.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, Istvan (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2004.

FERREIRA, Jerusa Pires. Almanaque. In: MEYER, Marlyse (org.). *Do Almanak aos almanaques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 19 – 22.

FONSECA, Claudia Damasceno. Vila da Campanha da Princesa: A Corte, as Minas, a cidade e a memória. In: LIBBY, Douglas Cole (org.). *Cortes, cidades, memórias: trânsitos e transformações na modernidade*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 2010. p.196 - 209.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Geografia. In: *Microfísica do poder*. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 153 – 165.

GINSBURG, Jacob. Romantismo, historicismo e história. In: *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 13 – 21.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES, Andréia Lisly, ARAÚJO, Valdei Lopes de. Os múltiplos entrelaçamentos entre impérios, Estados e regiões. In: *Estado, região e sociedade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007. p. 9 – 17.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Províncias. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 597 – 599.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil (1823 – 1826). In: *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004. p. XI – XXIV.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7 – 15.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM,

Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 7 – 26.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: *História geral da civilização brasileira*. O processo de emancipação. t II., v. 3. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 13 – 47.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização Brasileira*. Dispersão e unidade. t II, v. 4. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 416 – 470..

IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política, 1848 – 1866. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Reações e transações. t.II, v. 5. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 17 – 139.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo de emergência da identidade nacional brasileira) In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000, p.129 – 175.

LINHARES, Maria Yedda. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Anais do Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979. p.147-171.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.111 – 153.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19 – 36.

MARTINS, Marcos Lobato. Regionalidade e história: regionalização nos estudos historiográficos mineiros. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História ANPUH-MG*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833 – 35. In: *Anais do V Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p. 12 – 29.

MARTINS, Roberto Borges. Tschudi, Halfeld, Wagner e a geografia de Minas Gerais no século XIX. In: HALFELD, Heinrich Wilhelm; TSCHUDI, Joham Jakob von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Tradução de Myriam Ávila. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro, 1998. p. 15 – 59.



MELO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho. Uma capital para a república. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p.11 – 45.

MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004. p. 85 – 117.

OLIVEIRA, Maria Coleta. Os almanaques de São Paulo como fonte para pesquisa. In: MEYER, Marlyse (org.). *Do Almanak aos almanaques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 23 – 24.

O’SULLIVAN, Jill. Chorography: Reflections on its Place in Visual Literacy and Creative Arts. In: DRINKWATER, Mary. *Beyond textual literacy: visual literacy for creative & critical inquiry*. Oxford: Inter-Disciplinary Press, 2011. p. 153 – 162.

POPKIN, Jeremy D. Jornais: a nova face das notícias. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França (1775 -1800)*. São Paulo: Edusp, 1996. p.195 – 223.

RAFFESTIN, Claude; TURCO, Angelo. Espace et pouvoir. In: BAILLY, Antoine (coord.). *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, 1995. p. 55 – 60.

REVEL, Jacques. Configurações Espaciais. In: *A Invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989. p. 103 – 180.

RONCAYOLO, Marcel. Região. In: ENCICLOPÉDIA *Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional, 1986, p.161 – 189.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA *Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional, 1986, p. 262 – 289.

SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Introdução. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (orgs.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru: Edusc, 2012. p. 13 – 36.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. (org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p.43 – 49.

SILVA, Wlamir. “Toucinheiros”: breve taxonomia da elite política liberal-moderada mineira. In: RESENDE, Maria Leônia Chaves de; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim (orgs.). *Caminhos Gerais: estudos históricos sobre Minas (séc XVIII – XIX)*. São João del Rey: Ed. UFSJ, 2005. p. 87 – 119.

TORRES, João Camillo de Oliveira. Vida municipal. In: *História de Minas*

*Gerais*. v. 2, 3 ed. Belo Horizonte: Lemi, 1980. p. 939 – 975.

TURAZZI, Maria Ines. Imagens da nação: a exposição de história do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. In: ANDERMANN, Jens; GONZÁLEZ, Beatriz. *Galerias del progreso: museos, exposiciones y cultura visual en America Latina*. Buenos Aires: Viterbo, 2006, p. 117 - 150.

VALLADÃO, Alfredo. As estâncias hidrominerais do sul de Minas através da história da cidade de Campanha da Princesa. In: *Da aclamação à maioridade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1973.

ZENHA, Celeste. O Brasil na produção das imagens impressas durante o século XIX: a paisagem como símbolo da nação. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006. p. 353 – 368.

### 3. Artigos de periódicos

ADAM, Jean – Michel. Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. 75, n. 3, p. 665 – 681, 1997.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.145-151, 1995.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A Natureza e a gênese das Minas do Sul nos livros de André João Antonil e Sebastião da Rocha Pita. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 171 – 195. 2006.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Campanha da Princesa: formação e expansão de uma vila no Império. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 104 – 131, jul./dez. 2004.

BARBOSA, Lidiany Silva. Os provedores da técnica: os engenheiros provinciais e a edificação da infraestrutura viária em Minas Gerais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 907 – 928, jul./set. 2011.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p. 460 – 476, jul./dez. 2006.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial. *Leituras – Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, n. 6, p. 17 – 39, abr./out. 2000.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de

“território” e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, p. 193 – 234, jan./dez. 2004.

CARDOSO, Ciro Flammarion. Repensando a construção do espaço. *Revista de História Regional*, UEPG, v.3, n.1, p.1-12, 1998.

CASTRO, Iná Elias de. Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 389 – 404, 1989.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173 – 191, 1991.

CHIARAMONTE, José Carlos. Formas de identidad em el Rio de la Plata luego de 1810. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”*, Buenos Aires, n. 1, p. 71 – 92, 1989.

COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the revolution of landscape idea. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.10, n.1, p. 45 – 62, 1985.

COSGROVE, Denis. Landscape and Landschaft. *German Historical Institute Bulletin*, n. 35, p. 57 – 71, 2004.

DOLHNIKOFF, Miriam. O poder provincial: política e historiografia. *Revista de História*, São Paulo, n.122, p. 71 – 95, jan./jul. 1990.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n.58, p.116-133, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil Oitocentista. *Almanack Brasiliense*, São Paulo, n.1, p. 80 – 92, mai. 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. Império e governo representativo: uma releitura. *Caderno CRH*, Salvador, v.21, n.52, p. 13 – 23, jan./abr. 2008.

FERREIRA, Antonio Celso. Para ler nos caminhos de ferro: o Almanach Litterario de São Paulo (1876 – 1885). *UNESP – FCLAs – CEDAP*, v. 2, n. 1, p. 1 – 14, 2006.

FONSECA, Claudia Damasceno. Pouvoir et espace urbain. Le Minas Gerais du “Cycle de l’or” (Brésil, XVIIIe – XIXe siècle). *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n. 17, p. 1 – 6, 1996.

FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. *Empan*, n.54, p. 12 – 19, 2004.

FRIDMAN, Fania; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Projetos territoriais para o império brasileiro: o caso da província fluminense. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 20, nº1, p. 157 - 168, jan./jul. 2010.

FRIEIRO, Eduardo. Notas sobre a imprensa em Minas. *Revista da Universidade de Minas Gerais*. Belo Horizonte, n. 12, p.62 – 83, jan. 1962.

GILLINGS, Mark. Chorography, Phenomenology and the Antiquarian Tradition. *Cambridge Archaeological Journal*, Cambridge, v. 21, n. 1, p. 53 – 63, 2010.

GOUBERT, Pierre. História local. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v.6, p.45 – 47, jan./jul. 1992.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira. Rio de Janeiro, 1820 – 1850. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.7, p. 119 – 137, mai. 2008.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. A província do Amazonas e o sistema representativo no Brasil Imperial: os debates de 1843. *Em Tempo de Histórias*, Brasília, n. 17, p. 93 – 106, ago./dez. 2010.

KAGAN, Richard. La Corografía en la Castilla Moderna. Género, Historia, Nación. In: *Studia Historica*, v. XIII, p. 47 – 59, 1995.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750 – 1850). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p. 36 – 61, jul./dez. 2009.

KODAMA, Kaori. Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. *Escritos II*, Rio de Janeiro, p. 373 – 395, p. 2006.

LANNA, Ana Lucia Duarte. O Café e o Trabalho “Livre” em Minas Gerais – 1870/1920. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.6, n.12. , p 73 – 88, mar./ago. 1986.

LONGHI, Rogata Soares Del Gaudio. O mapa enquanto discurso e o discurso do mapa: algumas questões. *Ensaio de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 5, n.2, p. 48 – 64, out. 2003.

MARTINS, Herbert Toledo. Formação e fragmentação do Estado nacional brasileiro no período imperial: a criação da província do Paraná. *Acta Sci. Human Soc. Sci.*, Maringá, v. 30, n. 1, p. 9 - 16, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 1, p. 8 – 26, mai. 2005.

MEDEIROS, Bruno; ARAÚJO, Valdei Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 43, n. 1, p. 22 – 37, jan./jun. 2007.

MUNDIM, Luis Gustavo Molinari. Sob o signo do moderno. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 46, n. 2, p. 61 – 73. jul/dez 2010.

NORDMAN, Daniel. La frontera: nociones y problemas em Francia, siglos XVI – XVIII. *História Crítica*, Bogotá, n. 32, p. 154 – 171, jul./dez. 2006.

NORONHA, Isabel. A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 6, p. 681 – 687, 2000.

PASCOAL, Isaías. Poder pessoal e cultura política no sul de Minas no período regencial e primeiro decênio do Segundo Reinado. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 1 – 16, abr./mai./jun. 2008.

PASCOAL, Isaías. Fundamentos econômicos da participação política do Sul de Minas na construção do Estado Brasileiro nos anos 1822 – 1840. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n.2, p.133 – 157, ago. 2008.

PESAVENTO, SANDRA Jatahy. Representações. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, nº 29, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. A Evolução da Geografia e a posição de Aires de Casal. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 19, p. 71 – 97, 1955.

RAFFESTIN, Claude. Paysage et territorialité. *Cahiers de Géographie du Québec*, Québec, v. 21, n. 53 – 54, p. 123 – 134, 1977.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: Debates e tendências*, Passo Fundo, v.1, n.1, p.15-22, 1999.

RONCAYOLO, Marcel. Histoire et géographie: les fondements d'une complémentarité. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. n. 6, p. 1427-1434, 1989.

SILVA, Ana Rosa Clochet da Silva. De comunidades a nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821 - 1831). *Almanack Braziliense*, São Paulo, p. 43 – 63, nov. 2005.

SIMON, Gérard. Le paysage, affaire de temps. *Le Débat*, Paris, n. 65, p. 43 – 50, mai./jun. 1991.

SIRINELLI, Jean-François. De la Demeure à l' Agora: pour une histoire culturelle du

politique. *Vingtième Siècle – Revue d’Histoire*, v. 57, n. 1, p. 121 – 131, 1998.

THIESSE, Anne-Marie. “La petite patrie enclose dans la grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870 – 1940). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 3- 16, 1995.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 7 – 23, 2001/2002.

THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a pátria pela região. *Revista do Centro de Educação UFSM*, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 13 – 27, jan./abr. 2009.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 3, p.169-249, 1897.

VESENTINI, José Willian. *O que é Geopolítica?* Disponível em: <<http://geocritica.com.br/geopolitica.htm>>. Acesso em: 23 Nov. 2012.

VIEIRA, Martha Victor. Cunha Matos: entre a pena e a espada. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 7, n. 1, p. 1 – 15, jan./fev. 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 84 – 97, 1998.

#### **4. Teses e dissertações**

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799 – 1850)*. 356f. Tese (Doutorado). ICHF, UFF, Niterói, 2005.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *“Vila de Campanha da Princesa”:* urbanidade e civilidade em Minas Gerais no século XIX, 1798 – 1840. 324f. Tese (Doutorado). IFCH, Unicamp, Campinas, 2008.

CAMPOS, Bruno Nascimento. *Tropas de aço: os caminhos de ferro no sul de Minas (1875 – 1902)*. 149f. Dissertação (Mestrado). UFSJ, São João del-Rei, 2012.

CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da História no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional*. 187f. Dissertação (Mestrado). ICHS, UFOP, Mariana, 2012.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade econômica e interesses regionais: as Políticas Públicas do Governo Provincial Mineiro*. 312f. Dissertação (Mestrado). FFLCH, USP, São Paulo, 2009.

GOMES, Maria do Carmo Alvarenga de Andrade. *Mapas e mapeamentos: dimensões históricas: as políticas cartográficas em Minas Gerais (1850 – 1930)*. 428f. Tese (Doutorado). FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

LONGHI, Rogata Soares Del Gaudio. *Unidade e fragmentação: o movimento separatista do Triângulo Mineiro*. Dissertação (Mestrado). PUC, São Paulo, 1997.

MARTINS, Herbert Toledo; MARCANDIER, Andréa Passos; SOARES, Deidre de Cássia. *A unidade da diversidade: a integridade do território de Minas Gerais*. Monografia (Iniciação Científica). Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, 2003.

PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. 439f. Tese (Doutorado). IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 229f. Tese (Doutorado). FFLCH, USP, São Paulo, 1996.

PARELLA, Ivana D. *Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da Pátria Mineira (1895 – 1937)*. 415f. Tese (Doutorado). FAFICH, UFMG, 2009.

PASCOAL, Isaías. *Economia agrária e poder político no sul de Minas: a formação de uma identidade política conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado). IFCH, Unicamp, Campinas, 2000.

SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império nas Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853 – 193*. Tese (Doutorado). ICHF, UFF, Niterói, 2012.

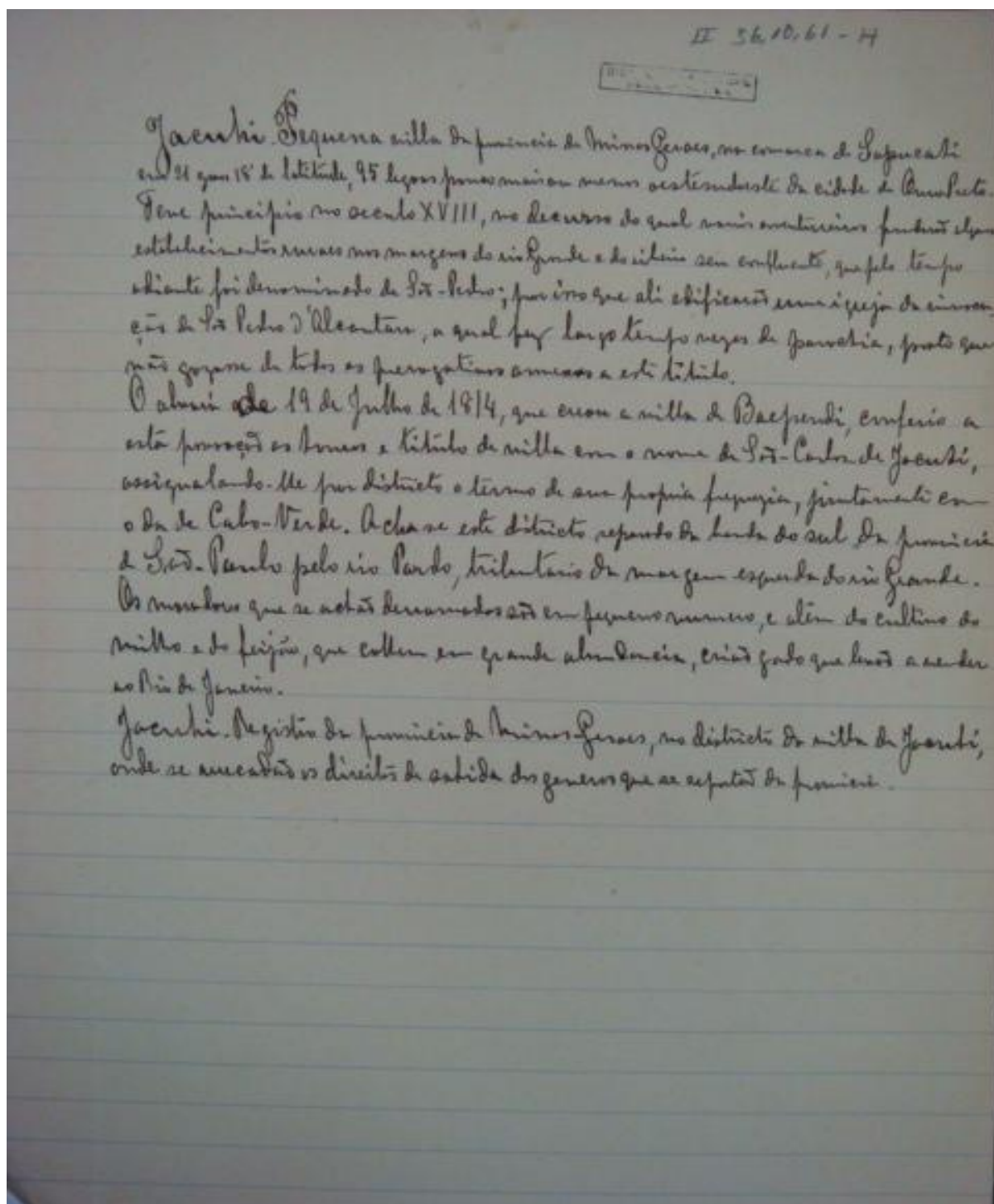
SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874 – 1910)*. 205f. FFLCH, USP, São Paulo, 2012.

SOUZA, Vera Lúcia do Lago. *Athenas do Sul de Minas. Entre a Memória e a História da Educação: práticas e representações das elites de Campanha – 1870/1930*. 2006. Dissertação (Mestrado). FAE, Unicamp, Campinas, 2006.

## ANEXOS

## Anexo 1

Descrição Histórica e geográfica de Jacuí, Caldas, Ouro Fino, Cabo Verde e Campestre. BN, Divisão de Manuscritos, Códice Minas Gerais II – 36, 07, 013.





Limites entre P. Paulo e Minas Geraes.

LT 56.10.61-4

**Caldas.** Pequena e nova villa da freguesia de Minas Geraes, na comarca de Sapucaia; a qual deve a sua origem ao posto militar do Ouro-Fino, antigamente (1) estabelecido entre os correios do rio Paulo, afluente do rio Grande para exprimir o entalhado de ouro neste ponto. Os parcellos deste metal que se obtiveram nos correios d'este rio no principio do século passado erão de ~~outra~~ <sup>outra</sup> parte do que, desde este posto tinham o nome d'Ouro-Fino. Os habitantes que se estabeleceram ali edificaram uma igreja a S. Luiz da Pala, a qual foi creada freguesia em a invocação de São Patrício. Mas de creto de 17 de Agosto de 1832 creou-se uma escola de primeiras letras para meninos. Com a população se aumentando no mesmo se, a assembleia legislativa provincial de Minas Geraes, esperando augmentar a elevou por lei de 1839 a freguesia d'Ouro-Fino a categoria de villa, dando-lhe o nome de **Caldas**, por causa das aguas thermais que se encontram em seus vizinhos. Foram as autoridades da nova villa installadas em 1 de Dezembro do mesmo anno por occasião de commençação do movimento de Inzente d'elles L.º Kochi a a população do districto de villa de Caldas em 2000 habitantes entre mininos e adultos de gado. As aguas thermais sulphureas que ali existem são efficazes contra os affeitos cutaneous. Elleo neste districto em respeito ao posto militar em o nome de villa para a applicação dos direitos de saída do genero de freguesia de Minas Geraes. Diccionario Geographico de Brazil, T. 1, p. 200. Pl. 2, h. 403.

**Ouro-Fino.** Região de freguesia de Minas Geraes, na extrema da freguesia de São Paulo, no districto de villa de Caldas. Lheem a villa o direito de saída do genero que possui este freguesia para o vizinho (P. d'alt, villa).

II 36,10,61 H

Em 1764. Anual  
de Cabo Verde na  
Capitania de S. Paulo.

**Cabo Verde.** Freguezia da provincia de Minas Geraes, na comarca de Sapucahi, entre a Serra da Assumpção e o rio Pardo, affluent do rio Grande, 18 legoas ao oeste da villa de Juazeiro. Sua igreja e dedicada a N. S. de Assumpção e seu territorio confunde ao oeste com a provincia de S. Paulo. Seus habitantes se occupão especialmente da criação de gado, e do cultivo de canas que se vendem no Rio de Janeiro, tambem alguns minerão.

Carapicaba. Povoador da provincia de Minas Geraes na comarca de Sapucahi, a qual antes chamava-se a freguezia de Cabo Verde.

BIBLIOTECA  
MUSEU  
NACIONAL

**Transcrição:**

[fl. 1]

*Jacuhi.* Pequena villa da província de Minas Geraes, na comarca do Sapucahi em 21 graos 18' de latitude, 95 legoas passos mais ou menos oestesudoeste da cidade de Ouro Preto. Teve principio no seculo XVIII, no decurso do qual vários aventureiros fundarão alguns estabelecimentos rurais nas margens do rio Grande e do ribeiro seu enfluente, que pelo tempo adiante foi denominado de São-Pedro; por isso que ali edificarão uma igreja de invocação de São Pedro d'Alcantara, a qual fez longo tempo vezes de parochia, posto que não gozasse de todas as prerogativas emeios a este titulo.

O alvará de 19 de Julho de 1814, que creou a villa de Baependi, conferio a esta povoação os foros e titulo de villa com o nome de São-Carlos-de Jacuhy, assignalando-lhe por districto o termo de sua propria freguezia, juntamente com o da de Cabo-Verde. Acha-se este districto separado da linha do sul da província de São-Paulo pelo rio Pardo, tributário da margem esquerda do rio Grande. Os moradores que se achão derramados são em pequeno numero, e além do cultivo do milho e do feijão, que colhem em grande abundancia, crião gado que levão a vender ao Rio de Janeiro.

Jacuhi. Registro da província de Minas Geraes, no distrito da villa de Jacuhi, onde se arrecadão os direitos de sahida dos gêneros que se esportão da provincia.

[fl.2]

[Limites ente S. Paulo e Minas Gerais]

*Caldas.* Pequena e nova villa da província de Minas Geraes, na comarca de Sapucahi: a qual deve sua origem ao posto militar do Ouro-Fino, antigamente (I) estabelecido entre as nascentes do rio Pardo, affluente do rio Grande para reprimir contrabando d'ouro neste ponto. As parcellas deste metal que se acharão nas nascentes deste rio no principio do seculo passado erão de mui subido toque, donde este posto tomou o nome d'Ouro-Fino. Os habitantes que se estabelecerão ali edificarão uma igreja a S. Francisco de Paula, a qual foi creada freguezia com a invocação de São Patrocinio. Hum decreto de 17 de Agosto de 1832 ali creou uma

escola de primeiras lettras para meninos. Como a população se conservasse no mesmo ser, a assemblea legislativa provincial de Minas Geraes, esperando augmental-a, elevou por lei de 1839 a povoação e freguezia d'Ouro-Fino á categoria de villa, dando-lhe o nome de Caldas, por causa das aguas thermaes que se encontrou em suas vizinhanças. Forão as autoridades da nova villa installadas a 2 de Dezembro do mesmo anno por occasião do [ilegível] do nascimento do Imperador D Pedro 2º. Avalia-se a população do districto da villa de Caldas em 2000 habitantes entre mineiros e criadores de gado. As aguas thermaes sulphurosas que ali existem são efficazes contra a afficção cutaneas. Ha neste districto um registro em posto militar com o nome da villa para a arrecadação dos direitos de saídas dos gêneros da província de Minas-Geraes. Dica. [ilegível] TI pg 200. [ilegível] 6059.

*Ouro Fino.* Registro da província de Minas Geraes, na estrema da província de São Paulo, no distrito da villa de Caldas. Cobram-se nelle os direitos de sahida dos gêneros que passao desta província para as vizinhas (V. [ilegível]).

[fl.3]

[Em 1764. Arrial de Cabo-Verde na Capitania de S. Paulo].

*Cabo-Verde.* Freguezia da provincia de Minas Geraes, na comarca de Sapucahy, entre a serra da Assumpção e o rio Pardo, affluente do rio Grande, 18 legoas ao sueste da villa de Jacuhi. Sua igreja e dedicada a N. S. da Assumpção e seu territorio enfrenta ao oeste com a provincia de São-Paulo.

Seus habitantes se occupão especialmente da criação de gado, e do cortume de couros que se vendem no Rio de Janeiro, tambem alguns minerão.

*Campestre.* Povoação da provincia de Minas Geraes na comarca do Sapucahi, a qual [ilegível] á freguezia de Cabo-Verde.

**Anexo 2**

Art. 1.º Fica elevado á categoria de provincia, com a denominação de provincia de Minas do Sul, o territorio da provincia de Minas-Geraes comprehendido entre as do Rio de Janeiro, S. Paulo e Goyaz, tendo por limites o rio Turvo até sua confluência no Rio Grande; este abaixo até as contravertentes do rio S. Francisco, a alcançar a cordilheira que divide as aguas do mesmo rio S. Francisco das do rio Parahyba; e este abaixo desde sua nascente na mesma cordilheira até os limites da provincia de Goyaz.

Art. 2.º A nova provincia terá por capital a cidade da Campanha da Princesa, enquanto a assembléa respectiva não decretar o contrário.

Art. 3.º A provincia de Minas do Sul dará tres senadores e dez deputados á assembléa geral; sua assembléa provincial constará de 28 membros. Dos 10 actuais senadores da provincia de Minas-Geraes serão designados por sorte, em sessão do senado, depois de sancionada esta lei, os três que serão considerados da provincia de Minas do Sul.

Art. 4.º Os actuais 3º e 4º districtos eleitoraes da provincia de Minas-Geraes darão cada um dous, em vez de tres deputados e o 7º continuará a dar dous; e a mesma provincia dará sete senadores e sua assembléa provincial terá 45 membros.

Art. 5.º A Provincia de Minas do Sul fica dividida em dous districtos eleitoraes: o 1º, comprehendendo os municipios de Ayuruoca, Baependy, Christina, Itajubá, Jaguary, Pouso-Alegre, Caldas, Alfenas, Campanha, Tres Pontas e Lavras; o 2º, os de Passos, Jacuy, Uberaba, Desemboque, Araxá, Campo-Grande, Prata, Bagagem e Patrocínio; continuando a ser apuradora do 1º districto a camara municipal da Campanha da Princeza e será do 2º a do Araxá.

Art. 6.º O governo fica autorisado para crear na provincia de Minas do Sul a administração dos correios, thesouraria de fazenda, que será encarregada tambem da arrecadação e administração das actuaes rendas provinciaes, emquanto a assembléa respectiva não decretar o contrario, e as secretarias de polícia e da presidencia, subsistindo a organização desta emquanto a mesma assembléa não altera-la.

PROJETO de lei apresentado por Evaristo Ferreira da Veiga à Câmara dos Deputados, 03/08/1862. In: VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874. p. 456.

**Anexo 3**

Art. 1.º Ficção elevados á categoria de provincia, com a denominação de provincia de Sapucahy, o municipio de Lavras e os que compoem as comarcas de Baependy, Jaguary, Sapucahy e Rio-Grande, da provincia de Minas-Geraes, menos o termo de Piumhy.

Art. 2.º A cidade da Campanha da Princeza será a capital da provincia de Sapucahy emquanto a respectiva assembléa não deliberar o contrário.

Art. 3.º A provincia de Sapucahy dará dous senadores e cinco deputados á assembléa geral; sua assembléa provincial se comporá de vinte e oito membros. Dos dez senadores da provincia de Minas-Geraes serão designados por sorte em sessão do senado, depois de sancionada a presente lei, os que serão considerados da provincia do Sapucahy.

Art. 4.º Dará dous deputados á assembléa geral o actual 3º districto da provincia de Minas-Geraes, cuja assembléa constará de quarenta e cinco membros.

Art. 5.º A provincia de Sapucahy fica dividida em dous districtos eleitoraes, dos quaes o segundo dará dous deputados á assembléa geral e doze á provincial: o governo designará os respectivos collegios eleitoraes e camaras apuradoras.

Art. 6.º O governo fica autorisado para crear na provincia de Sapucahy a administração dos correios, thesouraria de fazenda, que será tambem encarregada da administração e arrecadação das actuaes rendas provinciaes, emquanto a respectiva assembléa não decretar o contrario, e as secretarias da policia e presidência, subsistindo a organização desta emquanto a mesma assembléa não alteral-a.

PROJETO de lei apresentado por Américo Lobo à Câmara dos Deputados, 11/07/1868. In: VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874. p. 457.

**Anexo 4**

Art. 1.º É creada uma provincia com a denominação de – Minas do Sul, - a qual ficará composta do territorio da provincia de Minas Geraes, comprehendido entre as provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Goyaz, sendo limitada pelo rio Turvo até sua confluencia no Rio Grande, por este abaixo até ás vertentes do rio S. Francisco, em direcção á cordilheira que separa as aguas do mesmo rio das do Parnahyba, e por este ate aos limites de Goyaz.

Art. 2.º A cidade da Campanha da Princeza servirá de capital da nova provincia.

Art. 3.º A nova provincia dará tres senadores, seis deputados á assembléa geral, e a assembléa provincial terá trinta membros.

Art. 4.º O territorio da provincia de – Minas do Sul – fará parte do distrito da Relação do Rio de Janeiro.

Art. 5.º O governo fica autorizado a crear as repartições, expedir os regulamentos e fazer as despesas que forem precisas.

PROJETO de lei apresentado por Olímpio Oscar de Vilhena Valladão à Câmara dos Deputados, 08/07/1884. In: ANAIS do Parlamento Brasileiro, 1884, p. 56.